

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



NOVA FCSH

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

O lugar da memória: requalificação e musealização de locais simbólicos da ditadura portuguesa

Joana Miguel Martins Santos de Almeida

Doutoramento em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia

Orientador(a):

Professora Doutora Nélia Susana Dias

Maio, 2022

Doutoramento em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia

Júri:

Doutor Filipe Verde, Professor Auxiliar com Agregação, ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa (Presidente do Júri)

Doutora Irene Flunser Pimentel, Investigadora Principal, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Paula Mota Santos, Professora Associada, Faculdade de Ciências Humanas
e Sociais da Universidade Fernando Pessoa

Doutora Elsa Peralta, Investigadora Auxiliar, Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa

Doutora Ana Carvalho, Investigadora Auxiliar, Universidade de Évora

Doutora Nélia Susana Dias, Professora Associada com Agregação, ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Maio, 2022

Agradecimentos

Esta tese fez-se com o apoio de várias pessoas. Começo por agradecer à Professora Doutora Nélia Dias, pela disponibilidade com que me recebeu e escutou sempre, e pelo rigor e atenção que dedicou à leitura da tese e ao acompanhamento da investigação. Agradeço também todos os importantes comentários e sugestões por parte dos *discussants* e professores no âmbito do Programa de Doutoramento FCT em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia.

Fora do plano institucional, os meus agradecimentos dirigem-se, em primeiro lugar, para os interlocutores que ao longo desta investigação, com a sua generosidade e disponibilidade ímpar, acolheram a minha presença e se disponibilizaram para todas as entrevistas e conversas que solicitei. As palavras serão sempre poucas. Expresso igualmente a minha gratidão ao Professor Luís Farinha, que foi Diretor do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade durante o meu trabalho de investigação, bem como à então Coordenadora do Serviço Educativo Judite Álvares, pelo modo com que me abriram todas as portas para a minha pesquisa. A toda a equipa do Museu que fez do “terreno etnográfico” uma casa aberta, e aos visitantes que me permitiram acompanhar as visitas e dispuseram do seu tempo nos nossos encontros: muito obrigada.

Aos amigos antigos e aos colegas que se tornaram amigos. Aos meus pais. À Constança e Francisca que lidaram de forma muito compreensiva com a minha indisponibilidade e inquietações. Ao Carlos que sempre me acompanhou. Que bom que é que possamos – no plural – virar mais uma página. Por fim, um agradecimento à minha filha Laura. Que se gerou no final da escrita, e me impulsionou para a terminar. E que me sublinhou, entre tantas leituras sobre o passado, que a vida é, para todos, sem exceção, sempre futuro.

*

Esta tese foi financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de doutoramento com a referência PD/BD/113941/2015.

Resumo

Esta tese versa sobre um conjunto de processos contemporâneos de requalificação, musealização ou apropriação de um conjunto de edifícios associados à ditadura portuguesa (1926-1974). A partir de uma pesquisa etnográfica desenvolvida entre 2016 e 2019, pretendeu-se analisar os usos contemporâneos da antiga cadeia do Aljube e da subdelegação e prisão da polícia política no Porto – onde hoje se situam, respetivamente, o Museu do Aljube - Resistência e Liberdade e o Museu Militar do Porto – bem como da sua sede nacional em Lisboa, requalificada, em democracia, como um complexo de apartamentos. Ao longo desta investigação, pretendeu-se compreender o impacto social e pessoal da patrimonialização da memória da ditadura portuguesa – ou da sua ausência – e daqueles que a esta se opuseram, que significados são entretecidos por quem visita estes espaços em democracia e por quem os experienciou durante a ditadura. Esta pesquisa contribui para uma análise da trajetória destes espaços em democracia e para o campo dos *Estudos Críticos do Património*, perscrutando-se ao longo da tese uma conceção de património que, para além da sua materialidade, se define pela intangibilidade das memórias, das subjetividades e das agencialidades que o compõem.

Palavras-chave: Património; Intangibilidade; Memória; Museu

Abstract

This thesis focuses on contemporary processes of requalification, musealization, or appropriation of a set of buildings associated with the Portuguese dictatorship (1926-1974). Based on ethnographic research conducted between 2016 and 2019, I analyzed the contemporary uses of the former Aljube prison and the subdelegation and prison of the political police in Porto where today are located the Aljube Museum Resistance and Freedom, and the Military Museum of Porto, as well as its national headquarters in Lisbon, requalified in democracy as an apartment complex. Throughout this research, the aim was to understand the social and personal impact of the patrimonialization of the memory of the Portuguese dictatorship, or its absence, and of those who opposed it; the meanings woven by those who visit these spaces in democracy and by those who experienced them during the dictatorship. This research contributes to an analysis of the trajectory of these spaces in democracy and to the field of Critical Heritage Studies. Ultimately this research scrutinizes a concept of heritage which, in addition to its materiality, is defined by the intangibility of the memories, subjectivities and agencies that compose it.

Keywords: Heritage; Intangibility; Memory; Museum.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de Figuras	xi
Lista de acrónimos e siglas	xiii
Introdução	1
i. Definição da problemática e enquadramento teórico	1
ii. Organização da tese	7
iii. Metodologia	10
1. Processos de patrimonialização da memória da ditadura	17
1.1. “Lugares de memória”. Memória dos Lugares	17
1.1.1. Espaços de Violência. Espaços de Resistência	26
1.2. “Marcas Territoriais”: do papel do Estado aos “empreendedores de memória”	37
2. Aljube: de Cadeia a Museu	53
2.1. “As cidades fazem-se de memórias”: das contestações de 2005 à abertura da exposição “A Voz das Vítimas”	58
2.1.1. Exposição “A Voz das Vítimas”	66
2.2. Primeiros passos e abertura do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (2012-2015)	69
2.3. Caracterização do Museu	72
2.1.1. A Exposição permanente	73
2.1.2. Além da exposição permanente: centro de documentação e atividades dentro de portas	94
2.4. (Re)visitar o passado: subjetividades e experiências da visita	97
2.4.1. Entre experienciar e conhecer: estratégias expositivas	101
2.4.2. Dos testemunhos e das histórias no percurso da exposição	109
2.5. Um museu como um “fórum para as comunidades de memória”	113
3. Entre um património oficial e um “património não oficial”: o caso da antiga cadeia e delegação da PVDE/PIDE/DGS do Porto	119
3.1. Apropriações em democracia	128
3.2. Projeto “Do Heroísmo à Firmeza”	145
3.2.1. Etnografia de um projeto em construção	148

4. Dos locais não patrimonializados: a antiga sede da polícia política em Lisboa	163
4.1. A memória do outro lado: rememoração, usos e apropriações do local	164
5. O património para além do património: práticas mnemónicas nas redes sociais	183
Conclusão	197
Fontes	201
Legislação, documentação administrativa e petições:	201
Sítios online consultados:	203
Referências bibliográficas	205

Lista de Figuras

Figura 1. Exposição Permanente – Piso 1 (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2019)

Figura 2. O “lápiz-azul” da censura (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2019)

Figura 3. Prensa e materiais de tipografia (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2019)

Figura 4. Testemunhos (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2022)

Figura 5. Reprodução de jornais produzidos nas cadeias da ditadura (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2019)

Figura 6. Reprodução dos “curros” (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2019)

Figura 7. Porta de grades – Piso 3. Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2022)

Figura 8. Exposição permanente – Piso 3 (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2022)

Figura 9. Busto de Virgínia Moura (Largo Soares dos Reis, Porto). Fotografia da autora (25 de abril de 2018)

Figura 10. “Memorial a Hermínio da Palma Inácio” (Largo Soares dos Reis, Porto). Fotografia da autora (25 de abril de 2018)

Figura 11. Coroa de cravos sobre a porta lateral do atual Museu Militar do Porto. Fotografia da autora (25 de abril 2018)

Figura 12. Placa no exterior do edifício do atual Museu Militar do Porto. Fotografia da autora (2016)

Figura 13. Projeto “Do Heroísmo à Firmeza” (detalhe). Fotografia da autora (2018)

Figura 14. Placa vertical da antiga delegação da PIDE/DGS colocada em 2010. Fotografia da autora (2022)

Figura 15. Visita “Lisboa da Repressão durante o Estado Novo”. Fotografia da autora (2018)

Lista de acrónimos e siglas

ADT – Associação Tchiweka de Documentação (Angola)
AEP61-74 – Associação de Exilados Políticos Portugueses
AHSTP – Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (São Tomé e Príncipe)
AMRT – Arquivo & Museu da Resistência Timorense (Timor)
APPA – Associação de Património e População de Alfama
AR – Assembleia da República
ARA – Acção Revolucionária Armada
ATTAC – Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos
BR – Brigadas Revolucionárias
CDS/PP – Partido do Centro Democrático e Popular/Partido Popular
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CDU – Coligação Democrática Unitária
CESAB – Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança (Moçambique)
CMLP – Comité Marxista-Leninista Português
CNCCR – Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República
CMNSPP – Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos
COPCON – Comando Operacional do Continente
DHCM – Direcção de História e Cultura Militar
DGS – Direcção-Geral de Segurança
DINA – Dirección de Inteligencia Nacional (Chile)
DR – Diário da República
CEI – Casa dos Estudantes do Império
EGEAC – Empresa de Gestão de Eventos e Animação Cultural
EDE – Esquerda Democrática Estudantil
ENATUR – Empresa Nacional de Turismo
ESMA – Escuela de Mecánica de la Armada (Argentina)
FAP – Frente de Acção Popular
FMS – Fundação Mário Soares
FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional
GNR – Guarda Nacional Republicana
IHC – Instituto de História Contemporânea
ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau)
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais
MFA – Movimento das Forças Armadas
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MND – Movimento Nacional Democrático
MNI – Movimento Nacional Independente
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD – Movimento de Unidade Democrática
MUNAF – Movimento da Unidade Nacional Antifascista
NAM – Não Apaguem a Memória

LCI – Liga Comunista Internacionalista
LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária
OCMPL – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
ORA – Organização Revolucionária da Armada
PCP – Partido Comunista Português
PS – Partido Socialista
PSR – Partido Socialista Revolucionário
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa de do Estado
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
UMAR – União de Mulheres Alternativas e Resposta
URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses
UPA – União das Populações de Angola

Introdução

i. Definição da problemática e enquadramento teórico

Esta tese versa sobre um conjunto de processos contemporâneos de requalificação, musealização ou apropriação de três edifícios simbólicos associados ao período da ditadura portuguesa (1926-1974): a antiga cadeia do Aljube (hoje Museu do Aljube – Resistência e Liberdade; a outrora prisão e delegação da polícia política no Porto (atual Museu Militar), e, por fim, a sua sede nacional, em Lisboa (requalificada urbanisticamente como um complexo de apartamentos). Através de uma pesquisa de cariz etnográfico, pretendeu-se analisar os usos políticos, simbólicos e sociais da “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) destes lugares. Sobre o património, Barbara Kirshenblatt-Gimblett afirma que este é um “modo de produção cultural no presente com recurso ao passado” (Kirshenblatt-Gimblett 1998, 149), um processo no qual os bens patrimonializados adquirem uma “segunda vida”. A descontextualização de uma obsoleta primeira vida e a subsequente recontextualização – como património – dá-se, segundo a autora, através de um processo de exibição, tal como a realização de uma performance ou de uma exposição no domínio museológico (*idem ibidem*). Embora a conceção de “segunda vida” utilizada por Kirshenblatt-Gimblett esteja afeta aos processos de patrimonialização, esta é utilizada, ao longo da tese para se referir à vida que se seguiu a estes edifícios após o 25 de Abril de 1974, independentemente da sua memorialização oficial, numa perspetiva mais abrangente, íntima e subjetiva do que podem significar os locais em apreço. Deste modo, esta investigação procurou não só compreender o que motiva os processos de patrimonialização destes edifícios, quem são os agentes que os intermedeiam, que significados são entretecidos por quem visita estes espaços em democracia e por quem os experienciou durante a ditadura, como procurou também perscrutar uma conceção de património que, para além da sua materialidade, se remeta para a intangibilidade das memórias e das agencialidades que o compõem.

Dois fatores impulsionaram o recorte etnográfico desta investigação. Por um lado, em abril de 2015, deu-se a abertura do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade¹ em Lisboa. Dez anos antes, a contestação em torno da transformação da antiga delegação da PIDE e DGS, localizada na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa, num complexo de apartamentos de luxo, faria nascer

¹ Doravante designado, por vezes, ao longo da tese, apenas como “Museu do Aljube”.

o Movimento Não Apaguem a Memória, cujos membros viriam a ter um papel vital para a abertura deste museu, que – quarenta e um anos depois do fim da mais longa ditadura da Europa – se revelava inédita em Portugal. Era, afinal, o primeiro museu em Portugal a versar sobre a ditadura, construído numa antiga prisão que recebeu presos políticos do regime entre 1928 e 1965.

Em setembro do mesmo ano, por outro lado, foi assinado um protocolo entre uma associação cívica pela memória – a União de Resistentes Antifascistas Portugueses – e o Exército Português, a fim da criação de um projeto museológico, que evocasse os percurso dos presos políticos integrado na antiga cadeia e delegação da polícia política no Porto, onde está constituído desde 1980, o Museu Militar. Tanto a assinatura deste protocolo para a implementação deste projeto então denominado “Do Heroísmo à Firmeza” no Porto, como a abertura do Museu do Aljube, em Lisboa, decorreram no ano em que abriu a segunda edição do programa de doutoramento em Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia, que iniciei em outubro de 2015.

Com esta sincronia destes tempos, poder acompanhar *in situ* os primeiros passos das “segundas vidas” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) destes lugares constituía uma oportunidade e um desafio extraordinário, pelo carácter inédito destes processos em Portugal – e, por conseguinte, desta investigação – e pela relevância política que adquiriam no âmbito da consolidação da memória da ditadura no espaço público democrático². E, claro, pela condição impreterível que deve instigar uma investigação: o compromisso e a determinação que, pessoal e academicamente, sentia na possibilidade de os poder estudar.

Há muito, na continuidade do meu percurso académico, que me interessara conhecer o modo como recordamos o nosso passado histórico recente. Com efeito, defendera uns meses antes a minha Dissertação de Mestrado em Antropologia (J. Almeida 2014) para a qual tive a oportunidade de investigar o modo como um conjunto de artistas contemporâneos se apropriam de arquivos privados da Guerra Colonial para lembrar e evocar as vozes dos combatentes portugueses que, durante o regime sustentado por António Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, entre 1961 e 1974, se encontravam em Angola, Guiné, Moçambique.

Há que dizer que o tema da memória do colonialismo e da Guerra – recentemente abordada na perspetiva da sua inscrição no espaço público (e.g. Peralta 2017b) ou recuperando o testemunho de quem combateu (e.g. M. J. L. Antunes 2014), da deserção e do exílio (e.g.

² Já no decorrer da investigação, como veremos no primeiro capítulo, deu-se a primeira fase da abertura do Museu Nacional da Resistência e Liberdade no município de Peniche (em 2019) e a candidatura da antiga colónia penal do Tarrafal a Património da Humanidade da UNESCO (em 2021), que não serão contemplados diretamente nesta tese.

Almeida e Ferreira 2020, Cardina 2020) – não foi diretamente abordado na presente investigação. No entanto, da minha pesquisa de mestrado – naturalmente mais sucinta e focada nas práticas artísticas – ficou-me a vontade de explorar o impacto que o resgatar e expor destas memórias – mais de quarenta anos após o fim da Guerra e da ditadura – teria na geração que as viveu e num público que, muitas vezes pela primeira vez, com estas se confronta.

Deste modo, focando-me na memória da ditadura – que, como a lembrança da guerra tem ocupado um espaço fora do “discurso patrimonial autorizado”³ (Smith 2006) – esta tese teve como um dos seus objetivos compreender o impacto social da criação de um museu como o do Aljube, erigido mais de quarenta anos depois do início da nossa democracia. Através de observação-participante levada a cabo num conjunto de visitas orientadas e das entrevistas realizadas posteriormente com visitantes, propus-me a compreender de que forma é percebido, quem o visita e que subjetividades mapeiam a sua visita ao Museu. A pesquisa etnográfica revelou-se imprescindível para evidenciar o modo como este museu se tem constituído – muito para além do seu circuito expositivo – usando as palavras de Silke Arnold-Simine, num “fórum para as comunidades da memória” (Simine 2013, 12).

Importa dizer que nos objetivos delineados no projeto de doutoramento defendido em outubro de 2016, estava previsto entrevistar visitantes não só da exposição permanente do Museu do Aljube, mas também do projeto expositivo inserido no edifício do Museu Militar do Porto, outrora prisão e delegação da polícia política, que eu previa que estivesse em funcionamento enquanto espaço expositivo no decorrer da minha investigação. Todavia, face à demora da sua abertura (ver Capítulo 3), a minha abordagem ao terreno, não tratou, neste caso de estudo, de um olhar sobre um espaço museológico já constituído, com uma narrativa em exposição e aberto a um público que a visita e interpreta.

Esta mudança relativamente ao que estava inicialmente previsto não constituiu uma perda do ponto de vista da investigação. Na verdade, foi fulcral para um (re)situar conceptual esta pesquisa. Estive presente sobretudo nos encontros que neste decorreram, testemunhando a importância e os significados deste lugar e da possibilidade da sua memorialização, participei num conjunto de visitas orientadas no mesmo, e nas sessões de cinema que posteriormente ali se realizaram. A análise realizada através da observação-participante nos encontros de

³ Para Laurajane Smith, o “discurso patrimonial autorizado” é um discurso que, muitas vezes “autorreferencial”, “simultaneamente usa e naturaliza certas narrativas e experiências sociais e culturais – muitas vezes relacionadas com ideias de nação e nacionalidade” (Smith 2006, 4). Deste discurso, segundo a autora, fazem parte um conjunto de “assunções sobre os valores culturais inatos e imutáveis do património ligados e definidos por conceitos de monumentalidade e estética” e que, dominando as práticas profissionais, privilegia também “o conhecimento e valores dos especialistas sobre o passado e as suas manifestações materiais” (*idem ibidem*).

construção deste projeto, enfatizou a ideia proposta por autores, vindos sobretudo do campo dos *Critical Heritage Studies*, como Laurajane Smith, de que quer estejamos perante a sua representação material ou imaterial “todo o património é intangível” (Smith 2006, 3). De acordo com esta autora, o património deve ser entendido como um processo de negociação e valorização subjetiva, encontrando-nos, na realidade, diante de “um conjunto de valores e significados, incluindo elementos como a emoção, memória, conhecimento cultural e experiências” (Smith 2006, 56). A pesquisa etnográfica reforçou, assim, a conceção de David C. Harvey que, evidenciando a ideia de uma intangibilidade que reveste o património, assinala que o património pode ser considerado como “um verbo”, isto é, “relacionado com a ação humana e a agencialidade e um instrumento de poder cultural” (Harvey 2001, 327).

Por fim, partindo deste entendimento conceptual, onde se encara o património como uma arquitetura de significados, subjetividades e memórias, optou-se também por não excluir nesta tese uma reflexão sobre um edifício que, não se tendo tornado num museu, foi alvo de uma requalificação urbanística. Refiro-me à antiga sede nacional da PIDE/DGS, situada na Rua António Maria Cardoso em Lisboa, um caso de estudo que se pode afigurar como um “contra-património” (Byrne 2009), ou “património não oficial” (Harrison 2010, 2013), conceitos que traduzem as formas várias de valorização ou comemoração em torno de uma prática ou lugar na margem de um “discurso patrimonial autorizado” (Smith 2006). Tomando a aceção de Maurice Halbwachs de que o “espaço é uma realidade que [per]dura”⁴ (Halbwachs 1990, 143) propus-me, por fim, a perceber de que maneira estes espaços – perscrutando a memória além do património – são experienciados no presente por quem os viveu em ditadura, tentando compreender o seu significado, atendendo, sobretudo, a que o seu desaparecimento não inibe a memória nem os sentidos que, subjetivamente, lhes são atribuídos.

*

A análise da trajetória de espaços repressivos foi tratada, de forma inaugural, pela antropóloga Sharon Macdonald na obra *Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond* (2009). Versando sobre o legado nazi de Nuremberga na contemporaneidade, atribuiu-lhe a designação “património difícil”, composto por um “um passado reconhecido e significativo no presente, mas simultaneamente contestado e desconfortável para uma reconciliação pública com uma identidade contemporânea positiva de autoafirmação” (Macdonald 2009, 7).

⁴ Tradução de Laurent Léon Schaffter.

No âmbito deste “património difícil” e no contexto da “ética da memória” (Connerton 2011) que caracterizou o final do século XX, começaram a surgir inúmeros museus que versam sobre o seu passado histórico “em sociedades que emergiram de regimes opressivos anteriores, onde o reconhecimento público das atrocidades cometidas pode significar uma diferença face ao anterior regime, bem como um compromisso com uma abertura política” (Macdonald 2009, 5). Como o caso do Museu do Aljube, muitos destes museus foram precisamente instalados nos locais diretamente associados aos legados da história que se pretende revelar (Sodaro 2018, Williams 2007). É o caso paradigmático de Auschwitz na Polónia ou o caso do *StasiMuseum* em Berlim, museu dedicado à ação da polícia secreta da República Democrática Alemã, localizando-se no mesmo edifício que servia a antiga delegação da mesma.

Dada a proliferação destes museus, olhando para o caso específico da musealização da Segunda Guerra Mundial na Europa, Sharon Macdonald acabaria por questionar, seis anos depois (2015) da obra acima referida, num artigo homónimo se o “património difícil continuaria a ser difícil” (*Is ‘difficult Heritage’ Still Difficult?*). Concluindo que o património não deixa de ser “difícil” nos desafios representacionais e morais que coloca, esta sugere que o reconhecimento público da própria história coletiva e das atrocidades ou crimes cometidos já não constitui necessariamente uma disrupção para a formação de uma identidade nacional, dando lugar a um fenómeno cada vez mais prevalente e global (Macdonald 2015, 20) que se traduz – entre outras formas de memorialização – na constituição de “lugares de memória” (Nora 1989) que evoquem esse passado.

Em Portugal, estes processos de requalificação e musealização são processos relativamente recentes – como veremos com mais detalhe no primeiro capítulo – carecendo de uma lacuna bibliográfica, para a qual esta tese pretende contribuir para colmatar. De forma geral, as referências a estes “lugares de memória” (Nora 1989), à exiguidade contemporânea de memorialização e musealização da ditadura ou às lutas memoriais a si associadas têm surgido, sobretudo, em artigos ou capítulos de livros sobre políticas da memória da ditadura portuguesa do ponto de vista da História Contemporânea (Loff 2015, Pimentel 2007b) ou da Ciência Política (Pinto e Raimundo 2014; Raimundo 2015, 2018), leituras que se revelaram essenciais para enquadrar a criação destes museus numa conjuntura mais alargada da inscrição da memória da ditadura no espaço público desde 1974.

Especificamente sobre os casos de estudo sobre os quais se debruça esta tese, existem – embora não no campo da Antropologia – também um conjunto de contributos a destacar. Por um lado, relevo a Dissertação de Mestrado em Museologia de Ana Martins (2015) que versa sobre a musealização do Museu do Aljube, na qual a autora situa este museu num contexto global de musealizações designadamente “difíceis” nos termos de Sharon Macdonald (2009),

constituindo uma primeira contribuição importante e rigorosa para o seu estudo. Por outro lado, sobre o destino de um lugar que não se patrimonializou, não deixo de salientar um interessante texto sobre a inscrição da sede da PIDE/DGS na memória da cidade de Lisboa denominado “Geografias da Resistência: A cidade e a Memória” (2017) da historiadora Maria Alice Samara⁵. Com a sua reflexão sobre o ano de 2005 – ano da referida contestação em relação à requalificação do edifício – tornou mais densa a discussão no quarto capítulo, contribuindo para desconstrução de um entendimento dicotómico sobre o que pode ou não pode ser património.

Em 2018, por seu turno, duas contribuições fizeram um levantamento do passado e presente das cadeias da ditadura e Estado Novo, bem como das delegações da polícia política, constituindo um reflexo da urgência e da relevância interdisciplinar de um olhar – ou vários – sobre a análise do destino que se dá aos lugares do passado autoritário em democracia. Por um lado, foi publicada uma Dissertação de Mestrado em Património Cultural denominada *As Prisões Políticas do Estado Novo no século XXI: uma perspectiva patrimonial* (Moreira 2018), que apresenta um olhar sobretudo historiográfico sobre os destinos destes espaços, não dando conta das perspetivas dos atores que mobilizam estes processos na contemporaneidade. Por outro lado, no mesmo ano foi publicado um artigo científico denominado “Portugal, país de turismo: dissonâncias e usos turísticos do património do Estado Novo” (Coutinho *et al* 2018). Este último apresenta-se como um ponto de partida para uma tese de doutoramento de Belmira Coutinho intitulada “Turismo e Morte: mediação, discursos, e tecnologias de linguagem”, que pretende, partindo da lente dos Estudos Culturais, versar sobre a atividade turística do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (Coutinho *et al* 2018, 229). Assinalando os autores que “não existe ainda uma análise que aborde a sua condição de património intrinsecamente dissonante e que explore a sua relação com o turismo de morte e de sofrimento” (*idem*, 214), apresentando o conceito de “turismo negro”⁶, estes consideram que “a abordagem deste tipo de turismo pode trazer um contributo relevante para a interpretação do património da ditadura em Portugal, ao incentivar à reflexão e reflexividade” (*idem ibidem*).

Não obstante a pertinência desta proposta, revejo-me nas palavras de Sharon Macdonald quando esta sugere que o reconhecimento público destes passados “não pode ser reduzido ou inteiramente explicado pela teorização elaborada para dar conta destes” (Macdonald 2015, 18).

⁵ Fruto de uma investigação sobre os “espaços e redes de resistência na grande Lisboa 1945-1974” no âmbito de um pós-doutoramento FCT realizado entre 2013 e 2016.

⁶ John Lennon e Malcolm Foley apresentaram este conceito na obra *Dark Tourism: The Attraction of Death and Disaster* (2000) para descrever um fenómeno que consideram uma mudança fundamental no modo como a “morte, o desastre e a atrocidade estão a ser tratados por aqueles que oferecem ‘produtos’ turísticos” (Lennon e Foley 2000, 3).

Com efeito, através da pesquisa etnográfica realizada, e das entrevistas concedidas pelos visitantes e por aqueles que experienciaram estes locais enquanto espaços carcerários, e que são simultaneamente os impulsionadores da sua musealização, pretendeu-se nesta tese um olhar que, “desessencialize” o património e que, numa etnografia focada, sobretudo, nas pessoas, saliente, para além da teoria em que se ancora, as subjetividades múltiplas das relações que o rodeiam.

Ao longo desta investigação, pretendeu-se, assim, compreender os significados entretecidos por quem motiva estes processos de patrimonialização, por quem os experienciou durante a ditadura e por quem os visita, a partir de um trabalho de terreno desenvolvido entre 2016 e 2019. Em grande parte, é esse irrepetível e muito pessoal percurso etnográfico que torna inédita esta investigação. Ter estado presente, ao longo dos anos, nos primeiros passos do Museu do Aljube, bem como na construção de um projeto expositivo, escutando as pessoas, as suas memórias, os significados que imprimem na construção destes empreendimentos fez-me valorizar, mais que a materialidade, a intangibilidade que reveste o património. Ao longo desta tese, que se desdobrou em cinco capítulos e cruzou, etnograficamente, vários pontos de vista, procurou-se, assim, analisar o impacto social e pessoal dos processos de patrimonialização da memória da ditadura ou a sua ausência, na perspetiva de compreender, como alude o título, qual o lugar desta memória. Pretendeu-se, ademais, com esta investigação, contribuir para a questão que o congresso dos *Critical Heritage Studies* de 2016 deixou em aberto: *what does heritage change?*⁷ O que é e o que muda – e o que pode ser – afinal, o património?

ii. Organização da tese

O primeiro capítulo intitulado “Processos de patrimonialização da memória da ditadura” procura compreender de que maneira a memória da ditadura se inscreveu no espaço português, quer seja através da colocação de placas evocativas, da toponímia ou da criação de museus, dando conta das especificidades do caso português, mapeando dialogicamente, entre o passado e o presente, um conjunto de lugares repressivos, para assim poder situar os casos de estudo. A primeira secção denominada “*Lugares de memória* e memória dos lugares”, remete para o conceito de Pierre Nora. Para o historiador, editor de *Les Lieux de Mémoire* e autor de “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire”, “falamos da memória porque pouco resta dela”

⁷ “*What does heritage change?*” foi o nome da conferência da *Association of Critical Heritage Studies*, que decorreu no ano 2016 em Montreal, Canadá.

(Nora 1989, 7). De acordo com este, perante a perda dos *milieux de mémoire* (meios de memória), criam-se, na modernidade, repositórios de lembrança, variados em forma, valor simbólicos e função: os *lieux de mémoire* – *lugares de memória*, “onde a memória se cristaliza e segrega” (*idem ibidem*). Nesse sentido, se alguns dos locais repressivos – como o Museu do Aljube – se viriam a tornar, em democracia, em “lugares de memória” (Nora 1989), doutros, porém, restaria apenas a memória desses lugares. Assim, percorrendo as trajetórias diversas, após o 25 de Abril de 1974, de um conjunto de lugares associados à ditadura – como a delegação da PIDE/DGS de Lisboa ou a Escola Técnica da Polícia – pretende-se dar conta de como o país viveu até 2015 sem que nenhum destes espaços se tivesse transformado, em democracia, num “lugar de memória” (Nora 1989) da ditadura, encontrando-se, assim, fora do “discurso patrimonial autorizado” (Smith 2006) e, portanto, destinados apenas a ser lembrados por parte de quem os experienciou. Para compreender a importância de serem lembrados, a segunda parte do capítulo, por sua vez, denominada “Espaços de violência e espaços de resistência” dá a conhecer o papel destes locais recorrendo à produção historiográfica sobre estes, bem como às vozes de um conjunto de antigos presos políticos que se viriam a tornar “empreendedores da memória” (Jelin 2002), apelando e mobilizando-se pela sua salvaguarda e musealização. Por fim, uma última secção tratará de caracterizar, no que concerne à memorialização da ditadura, também o papel do Estado, mas sobretudo, o da sociedade civil, associações cívicas e seus elementos, cujos discursos e motivações subjacentes a estes processos serão, ao longo da tese, interpelados.

O segundo capítulo, por seu turno, inicia-se contextualizando o processo de requalificação da Cadeia do Aljube, tendo em conta as suas múltiplas vidas e tomando, sobretudo em consideração o seu papel enquanto cadeia para presos políticos e a sua transformação – decorridos 41 anos desde o fim da ditadura em Portugal – no primeiro museu português de reflexão sobre a ditadura, resistência e a liberdade. Pretende-se também neste capítulo analisar a narrativa apresentada pelo museu na sua exposição permanente, bem como as atividades que neste decorrem paralelamente, atendendo ao facto deste museu, se vir a tornar, usando as palavras de Silke Arnold-de Simine num “fórum para as comunidades da memória” (Simine 2013, 12). Por fim, este capítulo é dedicado à análise das visitas orientadas – da performatividade, engajamento, relações estabelecidas – a partir da perspectiva de quem o visita e da observação-participante que efetuei num conjunto alargado e diversificado de visitas orientadas. Em suma, intercalando-se as vozes dos visitantes – cujas entrevistas permitiram refletir de forma mais abrangente, não apenas sobre a subjetividade da experiência da visita, mas também sobre o destino destes locais e o impacto da construção de lugares memoriais –

com as vozes de quem experienciou estes locais em ditadura, pretende compreender que sentidos e relações são estabelecidas com estes lugares no presente.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata da análise da “segunda vida” da antiga sede e cadeia da polícia política – PIDE/DGS – no Porto onde está instalado, desde 1980, o Museu Militar do Porto. Este capítulo pretende por um lado, e depois de caracterizar o seu processo de requalificação, refletir sobre o modo como, não obstante este espaço ter-se tornado num espaço oficial desde 1980 (um Museu Militar integrado na Rede Portuguesa de Museus sem significativa referência à sua “primeira vida” enquanto prisão política), foi sendo, de outras maneiras, performatizado e apropriado simbolicamente. Por outro lado, como referido, paralelamente ao funcionamento normal, do museu, dentro deste edifício desde 2016, encontra-se em construção um projeto de evocação da memória dos presos políticos e da resistência denominado “Do Heroísmo à Firmeza” criado, sobretudo, a partir da iniciativa de uma associação cívica, e com projeto do arquiteto e investigador Mário Mesquita. Deste modo, este capítulo pretende também remeter-se à análise da criação (ainda em curso) deste projeto – referido pelos meus interlocutores como uma “unidade de informação e interpretação do património” – mobilizando a observação-participante que realizei no local e as entrevistas que conduzi com aqueles que estiveram direta ou indiretamente envolvidos na constituição deste empreendimento.

O quarto capítulo, denominado “Dos lugares não patrimonializados: a antiga sede da polícia política em Lisboa”, encerra a relação com os espaços ao regressar ao lugar onde se iniciaram as contestações pela preservação da memória da ditadura, em 2005: a delegação da PIDE/DGS, em Lisboa. Este capítulo focar-se-á nas apropriações deste lugar, sobretudo por parte de uma associação cívica pela memória mas também, por exemplo, através dos itinerários culturais que recentemente se debruçam sobre a temática da ditadura, dos espaços opressivos e da revolução, percorrendo o exterior da cidade ou das performances teatrais que o envolvem, intentando problematizar se “um vazio, uma ausência, pode constituir um lugar de significado cultural” (Feversham e Schmidt 2007, 204) e pretendendo compreender como é recordado e percecionado no presente um lugar como este, quando não patrimonializado.

Estes capítulos obedeceram, deliberadamente, a uma certa “involução patrimonial” numa articulação que atravessa a organização da tese. Ou seja, iniciou-se na caracterização e análise de um “património oficial” na aceção de Rodney Harrison (2013) – o Museu do Aljube –, passando por um local que se poderá constituir num limbo entre um “património oficial” e um “património não oficial” – o projeto “Do Heroísmo à Firmeza” inserido no Museu Militar do Porto – até um lugar reconvertido urbanisticamente sem uma significativa alusão ao seu passado. O quinto capítulo, por fim, intitulado “O património para além do património: práticas

mnemónicas nas redes sociais” trata-se de um pequeno capítulo que versa sobre um espaço composto por memórias da ditadura, desta vez absolutamente imaterial, uma vez que se trata de uma página virtual. Trata-se, neste caso, de uma reflexão sobre uma página de *Facebook* – “Antifascistas da resistência” – na qual são publicadas biografias e fotografias de antigos resistentes à ditadura vindos de vários quadrantes da oposição, a partir das quais os utilizadores desta rede social encontram um espaço horizontal de encontro, rememoração e partilha de diferentes memórias. Não estando contemplado no projeto de tese, constitui-se como o último capítulo no prolongamento dos anteriores, acreditando que o património, ultrapassando a materialidade, resulta de um conjunto de “atividades que incluem lembrar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e memórias, bem como afirmar e envolver-se emocionalmente com expressões de identidade e os valores e significados sociais e culturais que sustentam essas expressões” (Smith 2015, 460).

iii. Metodologia

Importa dizer que antes de passar ao feliz encontro com aqueles que viriam a ser os meus interlocutores e ao início do trabalho de terreno, decorreu, uma preparação prévia de familiarização com todo o tipo de literatura que circundasse o objeto de estudo, atendendo a que esta não se circunscrevesse apenas ao campo da Antropologia. Essa “fluência” (Davies 2008, 94) adquirida – como a designa a antropóloga Charlotte Aull Davies – permitiu-me que, ao me adentrar etnograficamente na pesquisa, pudesse, mais preparada, conversar sobre o objeto sem grandes dificuldades, hesitações ou desconhecimentos antecipáveis. Assim, para além de um aprofundamento da revisão de literatura, localizando a temática face ao que já foi escrito, constituiu-se imprescindível, não só no início, mas no decorrer da investigação, a pesquisa de imprensa, nomeadamente na Hemeroteca de Lisboa, numa dialogia entre os 48 anos de ditadura e o presente.

. Por outro lado, mereceu atenção a articulação com o trabalho realizado por outros autores vindos, sobretudo, da História Contemporânea portuguesa. No âmbito da literatura produzida sobre a “primeira vida” destes lugares, há que dizer que o tema das prisões políticas (Oliveira 2012), da violência exercida sobre os opositores do regime (Madeira *et al* 2007), do funcionamento da polícia política (Pimentel 2007a), ou mais recentemente o seu desmantelamento em democracia (Pimentel 2017, Raimundo 2018) tem sido alvo de análise por um conjunto de autores que, contribuindo para desobscurecer as vivências e práticas associadas ao aparelho repressivo da ditadura, consolidaram a dimensão historiográfica desta pesquisa.

Neste sentido, foi igualmente importante a leitura das recentes monografias académicas que se têm debruçado sobre as várias oposições à ditadura. No domínio da Antropologia, é fundamental referir a obra inaugural *Memórias da resistência rural no sul: Couço* (1958-1962), fruto da pesquisa de doutoramento de Paula Godinho. Esta investigação, alicerçada num longo trabalho etnográfico, versa sobre a memória da resistência e das lutas travadas naquela povoação ribatejana entre 1958 e 1962, na qual, entre outras dimensões, acedemos aos relatos do recrutamento, “ritos de entrada”, militância e vida clandestina no Partido Comunista Português detenções, interrogatório (sobretudo na Rua António Maria Cardoso), e experiência do cárcere. Em 2011, por sua vez, Paula Godinho seria responsável com António Monteiro Cardoso pela “recolha, introdução, contextualização e notas” do livro de Aurora Rodrigues – *Gente Comum: uma história na PIDE*, no qual acedemos ao percurso político da então militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) – grupo cujas memórias a antropóloga regressaria em 2015 (Godinho 2015) – à sua experiência de prisão e tortura, militância e resistência. Importa dizer que as várias oposições têm sido alvo de um olhar académico interdisciplinar. Não só a comunista (V. Almeida 2017, Nogueira 2009) mas também aquela protagonizada pelos Católicos (J. M. Almeida 2008) pela extrema-esquerda maoísta (Cardina 2011), ou pelos diversos movimentos de luta armada como a ARA – Acção Revolucionária Armada, LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária e as BR – Brigadas Revolucionárias (1970-1974) (A. S. de M. Ferreira 2015). Se muitos dos interlocutores que entrevistei pertenceram, de facto, ao Partido Comunista Português, há que dizer que as oposições à ditadura, como tratarei de expor no próximo capítulo, foram compostas por várias famílias políticas e várias formas de luta que, mesmo que muitas vezes discordantes, pretenderam e contribuíram para libertar o país cinzento das décadas de ditadura em que viveu aprisionado. A leitura destas obras, bem como noutro ângulo, a consulta de entrevistas (Aranha e Ademar 2014, Medina 1999) ou livros de memórias de antigos presos políticos⁸, permitiram-me ter uma perspetiva mais plural das várias formas de luta, e enriquecer a tese com outros testemunhos para além daqueles – tão generosamente – concedidos pelos meus interlocutores. A partir destas fontes, foi também possível reconstituir e sistematizar uma cronologia dos acontecimentos, consolidar os guiões de entrevista que viria a construir e a aplicar, bem como recolher novos dados, ampliando a rede de pessoas a contactar e dando lugar a novas interrogações.

⁸ Uma coletânea (não extensiva, atendendo, especialmente, que depois da sua publicação, outras vieram a público) de autobiografias da resistência contra a ditadura pode ser encontrada em *Memórias da Resistência. Literatura autobiográfica da resistência ao Estado Novo* de António Ventura (2001).

Quanto à investigação que decorreu no Museu do Aljube, reuni-me, formalmente, em dezembro de 2016, com o seu então Diretor, Professor Luís Farinha (que exerceu o cargo até ao ano de 2020), a quem expus o projeto de pesquisa. Tendo tido total receptividade da parte da Direção e do Serviço Educativo para integrar, na qualidade de investigadora, um conjunto de visitas orientadas à exposição permanente e assim prosseguir a minha investigação, pude, ainda nesse mesmo mês, iniciar a observação-participante no Museu. Viria a optar sobretudo, por visitas de inscrição livre, decorridas ao sábado. Estas eram compostas por um grupo heterogéneo de adultos de várias idades – havendo, por vezes, algumas crianças no mesmo grupo – maioritariamente desconhecidos entre si, ou, parte de um pequeno grupo local (como a visita destinada a uma associação cultural de Sintra denominada Alagamares, ou aos elementos do projeto “Nós do Bairro”, que em associação com a Biblioteca Camões, promovia encontros temáticos, conversas e visitas guiadas a instituições culturais no bairro). Tendo em conta que a participação é central ao *being ethnographic* (Madden 2010), a minha presença nestas visitas, com o recurso ao caderno e notas de campo, permitiu-me observar as relações estabelecidas e o engajamento dos participantes com o que está exposto, as perguntas que surgem, os comentários que se fazem ou se calam, os momentos de atenção ou inquietação. Ao longo do trabalho etnográfico até ao ano de 2018, integrei cerca de três dezenas de visitas orientadas.

Para além da prática de observação-participante, constituiu-se fundamental a realização de entrevistas com um conjunto de visitantes que integraram as visitas que acompanhei. Com efeito, depois de, no início das visitas, ser devidamente apresentada pelo responsável da visita – sobretudo a Coordenadora do Serviço Educativo Judite Álvares (em funções até 2021) mas também pelo então Diretor – bem como a investigação que me trazia ao Museu (tornando-se, desde logo, a minha presença ali distintiva das demais) alguns dos participantes de cada visita disponibilizar-se-iam, no final, para combinar uma entrevista que decorreria mais tarde. Talvez pela fadiga sentida após a visita ou pelo constrangimento com a perspetiva de uma entrevista, o número de contactos que conseguia em cada visita tinham uma variação de cerca de três a cinco, alguns dos quais não viria a obter retorno para a marcação de um encontro.

Em todo o caso, uma vez que as visitas que integrei duravam cerca de duas horas, seria inviável – pelo inevitável cansaço dos integrantes e até, logisticamente, pelo próprio horário do museu – que as entrevistas não decorressem ali, após a visita. Pareceu-me, também, mais profícuo que os entrevistados me desvinculassem do espaço museológico. Num outro lugar, ver-me-iam, indubitavelmente, como uma investigadora académica e, não me equivocariam como alguém, porventura, ligado, de forma profissional, ao museu. Assim, as 25 entrevistas que realizei com visitantes tiveram lugar, maioritariamente em cafés, bibliotecas ou, por sugestão

dos próprios, dentro das suas casas. Entendendo a “audiência” como “ativa” (Macdonald 2005, 120) construí um guião para uma entrevista semiestruturada, onde foi possível aos visitantes interpretar as questões colocadas, permitindo, a seu tempo, recriar a subjetividade de cada experiência, aceder ao seu processo de construção de significados, e mapear as diferentes motivações, pressupostos, e memórias em torno da visita ao museu.

Como já referido, o projeto “Do Heroísmo à Firmeza”, localizado na antiga delegação e cadeia da polícia Política do Porto não abriu portas enquanto espaço expositivo. Assim, a serendipidade da etnografia – o acaso que molda a pesquisa, a sua direção, a maneira como a perspetivamos – levou-me a estar presente, desde julho de 2016, nas várias reuniões e encontros que levariam à sua materialização. Estive ainda presente num conjunto de visitas orientadas que decorreram no edifício – com a presença de antigos presos políticos – e num conjunto de sessões de cinema que posteriormente ali se realizaram, tendo marcado presença uma última vez, em novembro de 2019.

Paralelamente à prática da observação participante no Museu do Aljube, em Lisboa e na construção do projeto “Do Heroísmo à Firmeza”, tive a oportunidade, sobretudo entre 2017 e 2018, de realizar um conjunto de entrevistas semiestruturadas aos membros de duas associações cívicas Não Apaguem a Memória e União de Resistentes Antifascistas Portugueses que motivaram e impulsionam este tipo de musealizações. O objetivo foi, principalmente, o de encontrar-me com membros mais mobilizados, independentemente da família política oposicionista a que tenham pertencido em ditadura – e aos que, dando o seu testemunho, nelas colaboram – independentemente do sucesso que estas tiveram na sua inscrição do espaço público.

Tomando em consideração a conceção de Macdonald de “abordagem multitemporal” – nomeadamente no que toca aos “modos como os eventos do passado são experienciados e percecionados, usados e reformulados no presente” (Macdonald 2013, 55), entrevistei, ainda, outros indivíduos, sem relação direta com as associações cívicas, mas que tiveram um envolvimento com estes espaços no passado, entre interrogatórios ou prisão.

Aqueles que viriam a ser os meus interlocutores foram localizados através de meios diversos: das editoras nas quais publicaram livros de memórias, das associações cívicas que militavam, através de contactos que os próprios partilharam comigo, mas também de outros que me foram, surpreendentemente, chegando (“Joana, conheci uma pessoa que tem que conhecer!”). Depois de uma breve chamada telefónica ou *e-mail* através dos quais dei a conhecer a minha pesquisa e lhes propus uma conversa, as entrevistas tiveram lugar predominantemente em datas e locais por si escolhidos. Sobretudo em cafés, bibliotecas, ou

nas suas salas de estar. Em Lisboa e no Porto, sobretudo, mas também no Barreiro, Parede, Alcútem.

Aperceber-me-ia depois que algumas destas pessoas – pelos papéis públicos que alguns desempenharam ou pelas biografias que assim se tornaram – são figuras a quem o seu testemunho, não raras vezes, é solicitado por escolas, jornais⁹ ou outras entidades, amiúde nas comemorações da Revolução dos Cravos. Não raras vezes, também, e eventualmente fruto destas solicitações, traziam-me uma pasta com o seu passado metodicamente arquivado: notícias de jornal irrepreensíveis, o seu processo da PIDE que terão consultado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, algumas fotografias. Estas meticulosas pastas, que se repetiam entrevista após entrevista, pareciam-me identitariamente indissociáveis daquilo que eram os meus interlocutores. Assim, tal como abrir a pasta e desarquivar o passado; narrativizar o seu percurso pessoal e político antes da Revolução de Abril tornou-se uma parte significativa da entrevista muito para além dos guiões. Não obstante ter construído um guião de entrevista, entendo esta metodologia, à semelhança de outros autores (e.g. Burgess 1984) como “uma conversa”, uma criação mútua que deve ser explorada como um ato comunicacional. Deste modo, para falar sobre o presente: sobre a “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) dos espaços, sobre a segunda vida de si, implicaria, nalguns casos, a realização de uma segunda entrevista ou o prolongamento da primeira, dissimulando-se o meu guião, inevitavelmente, entre as várias camadas do tempo que compõem a biografia de cada um.

Há que dizer que a memória, nas palavras do historiador Enzo Traverso, é “uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira” (Traverso 2012, 23). Assim, escutei os meus interlocutores, ciente de que as palavras que consubstanciavam as memórias de cada um, na sua subjetividade, não transportando “necessariamente uma autoridade factual” como sugere James E. Young, eram carregadas de uma “autenticidade ontológica” (Young 1988, 22) que ofereceu à minha tese, uma insubstituível espessura humana.

Posteriormente, na maioria das vezes, reencontrámo-nos novamente, para que pudesse partilhar com estes as transcrições das entrevistas, que havia gravado com recurso ao gravador. Estou convicta, como Ruth Josselson, de que o “consentimento informado” – no qual, no início das entrevistas, se apresenta a pesquisa, e o entrevistado consente que as suas palavras serão gravadas é, muitas vezes, insuficiente. Nas palavras de Josselson “o conceito de ‘consentimento

⁹ A esse propósito, lembro-me de que a esposa de um dos meus entrevistados, enquanto anotava o meu número de telefone na agenda, no fim da entrevista, pediu-me para relembrar o meu nome para me colocar na página destinada aos contactos dos “outros jornalistas”.

informado' é um pouco oximorónico" (Josselson 2011, 47), sugerindo que este procedimento deve ser feito não só no início, mas também no fim da entrevista. Com este pressuposto, num último encontro que tive com grande parte dos interlocutores entrevistados, revimos em conjunto as transcrições, pude esclarecer questões sobre as quais ficara com dúvidas, aprofundei outras.

Fora do âmbito dos meus casos de estudo, e numa perspetiva de "seguir a trama" usando as palavras do antropólogo George E. Marcus (1995), fiz deslocações várias, participando em eventos e comemorações públicas que me pareceram relevantes, por exemplo ao acompanhar, desde início, o debate em torno da possível concessão da Fortaleza de Peniche, no âmbito do programa Revive (ver Capítulo 1). Nesse sentido, por exemplo, desloquei-me a Peniche para a numerosa contestação constituída por uma grande parte de antigos presos políticos em outubro de 2016; compareci na "Reunião Pública – Informação e Audição sobre a Fortaleza de Peniche" organizada pela Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Peniche em dezembro de 2016, fui também à reunião dos peticionários que decorreu em Lisboa, em janeiro de 2017, aquando anunciada a retirada da Fortaleza deste programa e se iniciou a discussão da construção de um Museu Nacional da Resistência. Desloquei-me, ainda, por altura da inauguração da escultura-memorial de homenagem aos presos políticos da autoria de José Aurélio (setembro de 2017), bem como da inauguração da primeira exposição e do memorial presentes naquele que seria o futuro Museu Nacional da Resistência e Liberdade (abril de 2019).

Por fim, proponho-me a finalizar este capítulo metodológico com umas notas sobre o – meu – tempo da etnografia. É certo que posso sistematizar o meu trabalho de terreno, assinalando que decorreu, sobretudo, entre 2017 e 2018, tendo ainda, frequentemente, viajado para o Porto durante todo o ano de 2019. Todavia, circunscrever um início, e – ainda mais – o fim da pesquisa empírica é-me difícil. Mesmo ouvindo por parte de colegas – e, até, de familiares próximos, que reclamavam a minha presença, ludibriados por um cronograma inicial – "mas não devias ter já acabado o trabalho de campo?", vivi toda esta experiência, usando as palavras da antropóloga Teresa Fradique, "num estado permanente de abertura perceptiva, como se o terreno não se fechasse nunca e participasse do resto da vida" (T. D. L. F. Ribeiro 2016, 6)¹⁰.

A minha presença foi, muitas vezes, um modo de constituir e manter relações iniciadas. O ato de estar presente, uma forma de prolongar um compromisso tácito que se acorda aquando do início do trabalho de terreno, se o entendermos como uma construção dialógica e experiencial que exige, reciprocamente, presença e tempo. "Encerrar o terreno torna-se difícil

¹⁰ Todas as citações que não foram redigidas originalmente de acordo com o novo Acordo Ortográfico são reproduzidas na tese respeitando a sua grafia original.

e, por vezes, mesmo inviável” (*idem*, 6) ainda nas palavras de Teresa Fradique, ao refletir sobre a sua pesquisa etnográfica. Se tentei neste subcapítulo dar conta, por palavras, do processo metodológico que conduziu esta investigação, estou convicta, porém, que uma pesquisa de terreno longa e séria tem, inequivocamente, um forte carácter experiencial e intersubjetivo, ininteligível que ficará sempre, mais do que é possível descrever, marcada no investigador que a leva a cabo.

1. Processos de patrimonialização da memória da ditadura

Neste primeiro capítulo, pretende compreender-se de que maneira a memória da ditadura se inscreveu nos espaços, por exemplo através da colocação de placas evocativas, da toponímia ou da criação de espaços museológicos. Num primeiro momento, mapear-se-á, a partir do presente, um conjunto alargado de lugares, sobretudo, outrora associados à repressão exercida durante a ditadura – para assim localizar os objetos empíricos a que nos ancoraremos. Posteriormente, recuaremos ao período da ditadura (1926-1974), ao funcionamento desses espaços e aos que nestes se moveram. Tratar-se-á, por fim, de olhar o papel do Estado, autarquias e sociedade civil na memorialização da ditadura. Nesse sentido, pretende-se focar e relevar o papel essencial das associações concernentes à preservação dessa memória – constituídas sobretudo por antigos presos políticos e resistentes ao regime – considerando o seu papel essencial para a mobilização memorial e constituição de “lugares de memória” (Nora 1989) cujos elementos, enquanto interlocutores desta pesquisa – e na qualidade daqueles que tanto reivindicaram a preservação ou musealização dos lugares simbólicos da ditadura – serão várias vezes mobilizados ao longo da tese.

1.1. “Lugares de Memória”. Memória dos Lugares

“Poderia dizer-te de quantos degraus são as ruas em escadinha, como são as aberturas dos arcos dos pórticos, de quantas lâminas de zinco são cobertos os telhados; mas já sei que seria o mesmo que não dizer-te nada. Não é disto que é feita a cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do passado [...]” (Calvino 1990, 14)¹¹

Quem atravessa a Rua de Ferreira Cardoso na direção da Campanhã, entre cafés e talhos, vê ao longe a esquina do edifício. Atravesso o Largo Soares dos Reis e detenho-me junto da entrada do Cemitério. Em frente ao Prado do Repouso, há sempre duas ou três bancas de floristas, desta vez cobertas, dado a chuva que, intermitentemente, cai. É sábado, e foi quase sempre num sábado que, desde julho de 2016, aqui vim. Hoje, há movimentação dentro do

¹¹ Tradução de José Colaço Barreiros.

cemitério. Duas pessoas transpõem o portão com baldes e vassouras nas mãos, num gesto familiar de quem cuidou dos seus mortos. Atravesso a relva húmida do Largo e aproximo-me do monumento com a inscrição “Hermínio da Palma Inácio 1922/2009”¹². Ao lado, uma camélia despida de flores que, caídas na relva, rodeiam o busto da Virgínia Moura¹³. Aproximo-me: “Uma vida, uma luz. Uma longa noite de Pedra”. Um cravo árido pelas chuvas ainda entrelaça a pedra. Ambos – várias vezes encarcerados pelas diferentes oposições que travaram ao regime ditatorial – estiveram presos a poucos metros dali: ela, engenheira portuense, pertencia ao Partido Comunista e ele era membro da Liga de Unidade e Acção Revolucionária, organização de luta armada. Junto da parede lateral do edifício – outrora entrada principal – encontra-se uma placa evocativa e a inscrição: “Homenagem do Povo do Porto – Aos Democratas e Antifascistas que neste edifício foram humilhados e torturados”. Aproximo-me da agora entrada principal do edifício: “Museu Militar do Porto”. Quando passo junto das janelas da cave rente ao passeio, lembro-me invariavelmente da história do homem que, precisamente, ali encarcerado durante a ditadura, reconhecia a mulher a aproximar-se pelos tornozelos que antevia. As pessoas atravessam a rua com indiferença, crianças correm, famílias encontram-se. O escritor austríaco

¹² Hermínio da Palma Inácio (1922-2009) era mecânico da Força Aérea quando, em 1947, participa na Junta de Libertação Nacional, movimento revoltoso militar contra a ditadura, no qual teve o papel de sabotagem dos aviões da Base Aérea n.1 de Sintra, a par de Gabriel Gomes. Na sequência dessa participação, entrou na clandestinidade, sendo, no mesmo ano, encarcerado na cadeia do Aljube, de onde se evade um ano depois. Em 1961, dirige o desvio do avião da TAP (Casablanca-Lisboa), a partir do qual seriam lançados inúmeros panfletos de denúncia contra o regime, em Lisboa e cidades do Sul. Com o objetivo de financiar as suas ações revolucionárias prepararia o assalto à dependência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, confiscando cerca de 30.000 contos. Foi a primeira ação da LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária. Detido pela Interpol, é encarcerado na prisão de Santé em Paris. Quando volta ao país, com o objetivo de ocupar a Covilhã com um grupo armado, é detido e preso. Evade-se, mais uma vez, da cadeia – agora a do Porto – em 1969, mas é detido em Madrid, ficando seis meses na Prisão de Carabanchel. Em 1972, prepara o rapto de individualidades ligadas ao regime ditatorial, mas a sua ação é intercetada, ficando preso em Caxias até à libertação dos presos políticos em 1974 (Rosas e Brito 1996b, 456 e 457). Quando à ação da LUAR, entre os seus responsáveis encontravam-se também Camilo Mortágua, António Marques da Silva Matias, Armando Ribeiro, José Hipólito dos Santos, e ainda Emídio Guerreiro, Fernando Echevarria e José Augusto Seabra, estes últimos parte de um grupo que se separaria. O seu aparecimento defendendo “uma orientação de carácter unitário em torno do objetivo principal do derrube do Estado Novo e preconizando a ação direta” (F. P. Marques 2018, 199) constituía um dado novo nas oposições até então, uma vez que só mais tarde apareceriam a ARA (Acção Revolucionária Armada) e as Brigadas Revolucionárias, partilhando formas de luta semelhantes.

¹³ Virgínia de Faria Moura (1919-1999) foi engenheira civil, antifascista e lutadora pela defesa dos direitos das mulheres. Filiada no Partido Comunista Português desde 1933, participou na MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista, e, posteriormente, no MUD – Movimento de Unidade Democrática, organizações políticas de oposição ao regime. Em 1949, pertenceu à comissão distrital do Porto do movimento de apoio à candidatura à presidência da república de Norton de Matos. Em 1951, por seu turno, fez parte do Movimento Nacional Democrático (MND) de apoio à candidatura de Ruy Luís Gomes à presidência da república. No âmbito da sua atividade no MND, viria a ser presa dezenas de vezes na década de 1950 (Rosas e Brito 1996e, 632 e 633), entre as quais na delegação e prisão da PIDE/DGS no Porto.

Robert Musil, escreveu em 1927 que “não há nada no mundo tão invisível como um monumento” (Musil 2006, 64). Penso: quem vê estas estátuas? Que saberia eu deste homem e desta mulher, se não estivesse enredada na minha pesquisa?¹⁴ Quem lê esta discreta placa inscrita na parede? Será, como sugeriu o historiador Pierre Nora, a “memória cega para todos exceto para o grupo que esta une?” (Nora 1989, 9).

O edifício à minha frente trata-se da antiga cadeia e delegação da polícia política do Estado Novo do Porto que ali esteve instalada desde a década de 1930 até 1974 e onde, desde março de 1980, se encontra o Museu Militar daquela cidade. Não se tendo tornado um espaço museológico evocativo da sua função enquanto cárcere político, nunca deixaria de ser reiteradamente, todavia, ao longo dos anos, rememorado, reclamado e apropriado especialmente por parte de associações constituídas por antigos presos políticos – muitos dos quais ali mesmo encarcerados – ou por antigos resistentes à ditadura que subjugou o país entre 1926 e 1974. Os vários anos de reivindicação por parte destes grupos – sendo que esta investigação permitirá complexificar estas temporalidades – culminariam num projeto, que dentro, do atual Museu Militar, sem colidir com este, permitirá preservar a memória dos milhares de presos que ali terão passado, como se analisará no terceiro capítulo. À data que escrevo, para quem ali passa em frente, este é apenas um Museu Militar.

A 313 quilómetros dali o cenário é outro. Um grupo de adolescentes amontoa-se, sob o olhar das professoras, à porta daquele que foi o primeiro Museu criado em Portugal instalado numa antiga cadeia política da ditadura. As mochilas no banco, conversas, risos. O trabalho de campo realizado desde 2016 na Rua Augusto Rosa, faz-me antecipar que ali se iniciará uma visita orientada de uma turma que adivinho ser do ensino secundário. O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, um edifício branco com janelas gradeadas não deixa grandes dúvidas sobre o papel que outrora teve. “Por aqui passaram milhares de presos políticos entre 1928 e 1965”, lê-se na bandeira junto das paredes. Em 2019¹⁵, o museu recebeu 34924 visitantes. O serviço educativo, por seu turno, orientou visitas com 8020 pessoas de grupos escolares e 1312 de grupos não escolares. Ali, no centro da cidade, está à vista de todos e de porta abertas, seis

¹⁴ O historiador Alessandro Portelli partilha de uma indagação semelhante, na investigação que levou ao livro *The Order Has Been Carried Out: History, Memory and Meaning of a Nazi Massacre in Rome*, sobre a figura do soldado Manfredi Azzarita, vítima do Massacre de Ardeatine em 1944: “[...] Quem foi “Manfredi Azzarita”? Na escola que tem o seu nome no elegante bairro Parioli, um estudante tenta adivinhar – “um soldado?” Outro sabem, porque leram a inscrição desvanecida no corredor. Para mim, antes de iniciar este livro, ele era um terminal de autocarros” (Portelli 2003, 241).

¹⁵ Lembrando que o ano de 2020 correspondeu ao ano da pandemia da COVID-19 que implicou o encerramento temporário de várias instituições, em 2021, este era o último ano sistematizado nos documentos institucionais da página oficial da EGEAC para consulta pública. Disponível em <http://www.egac.pt/v2/wp-content/uploads/2020/06/2019.pdf>. Acedido em 20-7-2021.

dias por semana, para quem o quiser visitar. Mas nem os museus do presente, nem as cárceres políticas do passado são, para todos, visíveis. Com efeito, quando entrevistei os visitantes do Museu do Aljube, tive a oportunidade de conversar com MP, uma senhora de 82 anos que, infelizmente, conheceu bem o edifício. Sem que lho perguntasse, contou-me sobre a sua deslocação ao Museu para a visita orientada na qual nos vimos a primeira vez¹⁶:

“Fomos de táxi porque o caminho para lá não era fácil de transporte público”, explicou-me. E continuou: “Entrei num táxi e pedi ao *chauffeur*: ‘Boa tarde. Leve-me ao Aljube’. O homem olha para mim com um ar arregalado: ‘Aonde?’ ‘Ao Aljube.’ ‘Não sei onde é...’ Disse-me aquilo com um ar mais natural do mundo. E o que me saiu da boca foi: ‘Bolas! Não sabe onde é o Aljube?!’ Porque eu sabia muito bem”, disse-me ela com uma expressão grave, “Tinha lá estado o meu pai”¹⁷.

*

Estes são os casos de estudo sobre os quais, empiricamente, me debrucei ao longo da investigação que dá corpo a esta tese. Observando as reconversões das prisões ou delegações da polícia política da ditadura portuguesa, os casos de análise podiam ser muitos outros e muito variados, tal como veremos ao longo deste subcapítulo que dará conta das trajetórias destes lugares em democracia. O ponto 1.2., por seu turno, contemplará o modo como a memória da ditadura motivou, após a consolidação democrática, a criação de novos topónimos, mas também arquivos ou centros de documentação dedicados ao período em causa.

Os legados materiais edificados da ditadura que vigorou como a mais longa da Europa – em particular o das suas prisões bem como as delegações da sua polícia política – tiveram destinos e requalificações distintas, não se conflagrando na sua maioria em “lugares de memória” na aceção de Pierre Nora (1989) como lugares associados a um ato de comemoração e rememoração voluntária por parte das instituições estatais. Em Portugal não houve – como veremos – um padrão de preservação ou “reutilização adaptativa” destes lugares, como demonstrado também por Belmira Coutinho, Maria Manuel Baptista e Moisés de Lemos Martins no artigo denominado “Portugal, país de turismo: dissonâncias e usos turísticos do património do Estado Novo” (2018). Entre apartamentos, hotéis, ou “esquecimentos pragmáticos”¹⁸ (Harrison 2013, 173) dos seus lugares repressivos, Portugal só viu a sua primeira antiga prisão

¹⁶ Visita orientada de 3 de junho de 2017 ao Museu do Aljube.

¹⁷ Entrevista com visitante MP, 82 anos, 19-06-2017.

¹⁸ Rodney Harrison utiliza esta expressão, remetendo-se a Tim Benton (1999, 2010) e à análise que este faz dos usos do património do fascismo italiano através de uma reutilização adaptativa (no original *adaptive re-use*), ou seja através da reutilização de um local para outros fins que não os para os quais foi construído.

política requalificada como museu municipal dedicado à ditadura, resistência e liberdade, 45 anos após o “dia das surpresas”¹⁹.

De acordo com Dacia Viejo-Rose a partir da análise da “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) da Prisão de Carabanchel em Madrid, as estratégias de preservação deste tipo de lugares repressivos, uma vez terminadas as fases ativas de uma ditadura “podem comunicar mensagens muito distintas, quer sejam de reconciliação, de esquecimento, de justiça ou de continuação da violência a nível cultural e simbólico” (Viejo-Rose 2013, 23). Assim, em 2005 – ano essencial nas mobilizações pela preservação da memória – a mensagem parecia ser de esquecimento: “Câmara aprovou condomínio na antiga sede da PIDE” (F. Ribeiro 2005), podia ler-se no jornal *Público*, em fevereiro desse ano. Perante as perspetivas da requalificação da antiga delegação da polícia política, em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso, e, padecendo ainda Portugal de um “lugar de memória” (Nora 1989) da ditadura, originou-se uma grande contestação por parte de um grupo de pessoas, entre as quais historiadores e antigos resistentes pela ditadura que exigiam não só a conservação da antiga delegação da polícia política como a sua transformação num espaço museológico. No decorrer desta batalha, nasceria o Movimento Cívico Não Apaguem a Memória que – como desenvolveremos no próximo capítulo – apresentaria à Assembleia da República uma petição que reclamava a criação de um espaço público que evocasse a memória da ditadura e da resistência²⁰. Não obstante as pressões e esforços deste grupo, o edifício acabaria por se tornar, poucos anos mais tarde, num complexo de apartamentos de luxo.

Outros lugares, ainda, adquiririam diversas utilizações noutros contornos como o caso da antiga delegação da PIDE/DGS em Coimbra. Com efeito, longe da grande controvérsia que havia rodeado a sede nacional da polícia política – 2005 – a delegação de Coimbra seria, contudo, nesse mesmo ano da irrupção memorialística que havia tomado conta de Lisboa noticiada com uma referência à primeira: “Memória do antigo regime corre *também* o risco de se perder na cidade dos Estudantes” [itálico meu] (L. G. de Queirós 2005). Com efeito, depois dos vários usos – tendo acolhido a Comissão de Extinção da PIDE/DGS – comissão criada em 1974 e suprimida

¹⁹ “O dia das surpresas” trata-se de uma referência ao poema de José Saramago “Ouvindo Beethoven” em que o autor em 1966, numa quase antecipação da queda da ditadura, escreve que “[...] Mas quando nos julgarem bem seguros/ Cercados de bastões e fortalezas/ Hão-de cair em estrondo os altos muros/ E chegará o dia das surpresas” (Saramago 1966, 72).

²⁰ Petição 151/X/1, Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, Assembleia da República (admitida em 6-9-2006) – Reclamam a criação de um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura, condenam a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e apelam a todos os cidadãos e organizações para preservarem, de modo duradouro, a memória colectiva dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal.

em 1991 – e vários serviços no âmbito da Direção Regional de Educação – a antiga delegação receberia em 2005, obras para acolher uma extensão de um centro de saúde. Nessa altura, algumas propostas surgiram para o acolhimento do Centro de Documentação 25 de Abril nesse mesmo lugar como forma da sua conservação simbólica. Em 2013, o edifício foi posto à venda, ouvindo-se algumas vozes para que se reconvertisse, à semelhança do que se tornaria o Aljube, num museu dedicado à resistência. Hoje é um Hostel²¹.

Como referido, as trajetórias destes lugares após a sua “primeira vida” e em liberdade seriam diversas. Alguns mantiveram as mesmas funções, mas em democracia. A Cadeia de Caxias, por exemplo, que se destacaria durante o Estado Novo como prisão para mulheres, manteria as mesmas funções como estabelecimento prisional civil. A fortificação onde se encontrava seria, em democracia, cedida à então Direção-Geral dos Serviços Prisionais em 1988. O Reduto Sul passaria a funcionar como prisão civil de alta segurança desde então, e o Reduto Norte a partir de 1995, depois de ter sofrido adaptações para esse efeito.²² Do mesmo modo, saindo dos espaços carcerários, mas mantendo-me na teia de lugares repressivos, o Tribunal da Boa-Hora onde estive, nas palavras de João Soares, “instalado durante largas dezenas de anos o dito Tribunal Plenário de tão má memória” (J. Soares 2001) – e no qual o seu pai, Mário Soares²³, viria a defender, enquanto advogado, inúmeros presos políticos – manter-

²¹ No artigo “O Estado Novo está como novo” da revista *Sábado* de 2016, no qual Marco Alves narra, entre outras, a história deste edifício – onde, não obstante a requalificação, ainda remanescem celas – são entrevistados António Marinho e Pinto e Alberto Martins, que ali passaram uma noite detidos em 1969 e 1971, respetivamente, tendo o primeiro assinalado que a sua detenção deu origem à ‘única manifestação em frente a uma instituição da polícia política’ (Alves 2016, 74).

²² Destaco, todavia, duas iniciativas. A 26 de abril de 2019, dentro das atividades integradas nas comemorações do 45º aniversário do 25 de Abril de 1974 do Município de Oeiras, foi descerrada uma placa em frente cadeia de Caxias, com o objetivo de “presta[r] homenagem aos presos políticos e seus libertadores”, na qual se leem os versos da autoria de Manuel Alegre: “Hei-de passar nas cidades/como o vento nas areias/ e abrir todas as janelas/ e abrir todas as cadeias”. No dia 10 de junho de 2020, por seu turno, foi inaugurado um monumento denominado “Peça Escultórica de Evocação da Libertação dos Presos Políticos da Prisão de Caxias” – já anunciado na cerimónia anterior - junto da estação de comboios de Caxias. Um passadiço de pedra que leva até à peça tem registados os números de presos – homens e mulheres - em cada ano de funcionamento da cadeia enquanto cárcere do Estado Novo (1936-1974). O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, referiu a importância da localização da mesma, salientando que era ali na estação de caminho de ferros de Caxias que “eram esperados pela polícia política, acompanhada de cães, os familiares e as visitas dos presos, com a intenção de os amedrontar”. Um vídeo completo da inauguração do monumento pode ser consultado em <https://www.facebook.com/MunicipiodeOeiras/videos/187601082571819/?v=187601082571819>.

²³ Mário Soares (1924-2017) lutador antifascista foi também advogado, tendo defendido vários presos políticos no Tribunal Plenário e Tribunal Militar Especial. Antes do 25 de Abril de 1974, teve um percurso longo enquanto oposicionista. Entre outras atividades políticas, fez parte do MUNAF (Movimento de Unidade Nacional AntiFascista) e foi membro da Comissão Central do MUD (Movimento de Unidade Democrática, tendo fundado o MUD Juvenil. Fundou a Acção Socialista Portuguesa em 1964, que se tornaria, em 1973, Partido Socialista, do qual foi eleito Secretário-Geral. Foi ainda candidato a deputado em 1965 em 1969 pela Oposição Democrática e pela Comissão Eleitoral

se-ia como tribunal, desta feita em democracia. Em 2017, por seu turno, parte do edifício daria lugar à Escola Básica Maria Barroso.

Outros locais emblemáticos, por seu turno, desapareceram. A designada Escola Técnica de Polícia instalada em Sete Rios, onde a PIDE aprendia as suas funções²⁴, seria deixada ao abandono, tendo acabado as suas ruínas por serem destruídas, tornando-se um parque de estacionamento improvisado, parte de uma despercebida paisagem pela janela de quem atravessa de autocarro a Estrada de Benfica. Pelas celebrações do 42º aniversário da Revolução dos Cravos, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica colocou, no lugar árido onde outrora se encontrava aquela que ficou conhecida como a “Escola da PIDE”, um grande *outdoor* com uma fotografia do edifício a ser ocupado pelos fuzileiros e pela população no dia 27 de abril de 1974. Em baixo, uma legenda: “Aqui aconteceu Abril”. Quando a página de *Facebook* da referida Junta de Freguesia partilhou a imagem do cartaz no dia 25 de abril de 2016, vários utilizadores da rede social evocaram as memórias desse dia. Um dos comentários, referindo-se ao edifício agora desaparecido, chamou-lhe, argutamente, apenas: “uma ferida na paisagem”.

Mas nem só de ausências ou “feridas na paisagem” se tem construído a paisagem da memória da ditadura em Portugal. Importa, assim, destacar o caso da Fortaleza de Peniche, antiga prisão de alta segurança do Estado Novo. Não constituindo um caso de estudo empírico desta investigação – apesar das várias deslocações que efetuei ao local – deter-me-ei mais

de Unidade Democrática respetivamente. Foi preso 12 vezes pela PIDE, tendo sido deportado para a ilha de S. Tomé sem julgamento em 1968 e exilado em França em 1970. Informação disponível em: http://www.fmsoares.pt/mario_soares/. Acedido em 15-6-2021.

²⁴ Na Escola Técnica de Polícia foram, em 1938, criados dois Cursos de Aproveitamento Profissional para os agentes da PVDE, tendo sido, em 1946, criado um Curso Elementar de técnica policial, destinado não só a agentes da PIDE, mas também a funcionários de outros organismos policiais. A partir de 1949 passaram a ser ministrados um Curso Elementar, um Curso de Aperfeiçoamento e vários Cursos de Especialização, designadamente, de fotografia, de identificação, de criptografia e de laboratório. Instalada em Sete Rios, a partir de 1948, a ETP – que dependia, disciplinar e administrativamente, do diretor da PIDE – integrava, de acordo com a informação prestada *online* pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo [<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4310177>], para além de numerosas salas de aula, uma biblioteca, um museu, um laboratório, uma sala de projeções, um ginásio, uma piscina e uma carreira de tiro, sendo que o periódico *Diário de Lisboa* refere ainda a existência de uma capela privativa e dois dormitórios. Este periódico que noticiava a ocupação da ETP pelos Fuzileiros e por forças do Exército a 27 de abril de 1974, descreve com precisão o conteúdo do variado “museu” que dava conta da atividade repressiva da polícia política. Desde vitrines com “fotografias, símbolos e insígnias do Grande Oriente Lusitano” (associação maçónica dissolvida pelo regime), a diversos despojos do atentado contra Salazar em 1936 (como “estilhaços de bomba” e o “boné de um dos autores do atentado”), a “exemplares de publicações antifascistas” até “duas galés e uma máquina de impressão do “Avante”, órgão do partido comunista português, este espaço tinha, ao longo das paredes, “numerosos dísticos, cartazes e outro material de propaganda antifascista e dos movimentos de estudantes universitários”. A biblioteca, por seu turno, incluía livros de Lenine, Marx e Staline bem como coleções das revistas francesas ‘*Esprit*’, ‘*La Pensée*’ ou ‘*Nouvelle Critique*’ (*Diário de Lisboa* 1974b, 8).

demoradamente neste lugar pela contemporaneidade da sua reconversão que dará lugar ao Museu Nacional da Resistência e Liberdade.

Até setembro de 2016, dentro da Fortaleza estava instalado (além do Estúdio Municipal de Dança e do Atelier Local de Artes) o Museu Municipal de Peniche. Desse pequeno museu, por seu turno, fazia parte, desde 1984, um designado “Núcleo da Resistência”, no qual se podia visitar algumas das celas do antigo presídio político que ali funcionava como tal desde a década de 1930²⁵. Era ainda possível, na entrada da Fortaleza, visitar o parlatório, local onde outrora decorriam as visitas dos detidos, por parte de familiares ou amigas. Nesse mês, todavia, seria noticiado que a Fortaleza de Peniche seria incluída no Programa Revive²⁶, no âmbito do qual dezenas de monumentos históricos degradados por todo o país seriam reabilitados e explorados por entidades privadas para fins turísticos, por períodos entre 30 e 50 anos.

A possibilidade dessa reconversão não seria, contudo, uma notícia absolutamente nova. De acordo com Henrique Pereira, autor de uma Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos de Cultura de 2017 que versa sobre a mediatização do programa Revive, tomando como foco o caso da Fortaleza de Peniche, a intenção de construir um espaço hoteleiro/turístico na Fortaleza por parte da ENATUR e da autarquia local existia desde a década de 1970, como forma de garantir a reabilitação do espaço (H. J. L. Pereira 2017, 60). Em setembro de 2008, por exemplo, os meios de comunicação anunciaram igualmente que a ENATUR²⁷ e a Câmara Municipal de Peniche tinham retomado um contrato existente desde 2003 com vista à instalação de uma pousada na Fortaleza, indicando que esta decisão estaria a “causar polémica” (Andrade 2008, 12). O Presidente da Câmara Municipal de Peniche de então, António José

²⁵ No verso do bilhete que adquiri para o Museu Municipal de Peniche em janeiro de 2016, está escrito que o mesmo é composto pelas seguintes áreas temáticas: “História Local, Rendas de Bilros, Construção Naval, Conquiologia e Prisão Política”.

²⁶ De acordo com o *site* oficial do Revive, o programa, lançado pelo Governo – reconhecendo que “o património imobiliário público constitui uma componente muito relevante da identidade histórica, cultural e social do país” e que é importante “assegurar a sua preservação, a sua valorização e divulgação, bem como [possibilitar] um acesso alargado à sua fruição” – tem como objetivo abrir “o património ao investimento privado para o desenvolvimento de projetos turísticos, através da concessão da sua exploração por concurso público”. Pode ainda ler-se, no *site* do mesmo, que se pretende, com esta iniciativa, a promoção e agilização dos “processos de reabilitação e valorização de património público que se encontra devoluto, tornando-o apto para afetação a uma atividade económica com finalidade turística, [bem como] promover o reforço de atratividade dos destinos regionais, a desconcentração da procura e o desenvolvimento do turismo nas várias regiões do país, gerar riqueza e postos de trabalho, concorrendo, assim, para a coesão económica e social do território”. Informação disponível em <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiaio-tecnico>. Acedido em 1-11-2020.

²⁷ De acordo com o *site* oficial da ENATUR (Empresa Nacional de Turismo), esta entidade tem como “objecto principal o desenvolvimento e exploração de actividades no sector turístico”, sendo “a única entidade que, legalmente, dispõe do uso da marca “Pousada” como estabelecimento hoteleiro”. Informação disponível em <http://www.enatur.pt/>. Acedido em 1-8-2020.

Correia, que se manteria no poder até 2017, pressupunha a compatibilização “da componente museológica” do Forte com a nova função hoteleira. Em entrevista ao repórter Sérgio Andrade do jornal *Público*, Correia acrescentaria que esta adaptação seria, inclusivamente, “uma oportunidade única para a reabilitação daquele espaço de memória” (*idem ibidem*) num argumento retomado aquando da notícia da inclusão da Fortaleza no Programa Revive.

A hipótese da reconversão da Fortaleza e da sua integração no referido Programa em 2016 – que surgia pouco mais de dez anos depois do malfadado destino da delegação da polícia política em Lisboa – motivaria desta vez, porém, uma onda de contestação com uma dimensão sem precedentes, com grande contestação por parte de antigos presos políticos e associações cívicas, e através da constituição de uma petição entregue na Assembleia da República²⁸, textos de opinião e entrevistas nos meios de comunicação. Para contestar a possível reconversão do antigo cárcere em espaço hoteleiro juntar-se-iam, inclusivamente, num encontro de grande emoção, dentro do cerco da Fortaleza, a 29 de outubro de 2016, cerca de 500 pessoas (sobretudo antigos presos políticos, familiares e amigos) a defender que – usando as palavras da filha do antigo preso Dinis Miranda, que ali discursaria num palco virado para o mar – “não se pod[ia] entregar o Forte a quem o Forte nada diz”²⁹,

Devido à pressão por parte da sociedade civil, o Ministro da Cultura de então – Luís Filipe Castro Mendes – anunciaria, em novembro de 2016, a remoção, por parte do Governo, do Forte de Peniche do programa Revive (TSF 2017). O Conselho de Ministros, por seu turno, reunir-se-ia na Fortaleza a 27 de abril de 2017 – data da libertação dos presos políticos da antiga prisão – determinando, por conseguinte, “a criação de um museu nacional da Fortaleza de Peniche, enquanto espaço-memória e símbolo maior da luta pela democracia e pela liberdade”³⁰. Cerca de cinco meses depois, durante o descerramento de uma “Escultura-Memorial”³¹ de homenagem aos presos políticos da Fortaleza de Peniche, anunciou-se a abertura de uma parte do futuro Museu no 45º aniversário da libertação dos presos políticos daquele cárcere, encerrando a fortaleza dois meses depois até à data prevista da sua abertura.

²⁸ A petição “Forte de Peniche - Defesa da memória, resistência e luta” pode ser consultada em <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=forte-peniche>. Acedido em 1-10-2021.

²⁹ Palavras de Eulália Miranda registadas no diário de campo de 29-09-2016.

³⁰ Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017 – Determina a Recuperação da Fortaleza de Peniche e a criação de um museu nacional dedicado à luta pela liberdade e pela democracia.

³¹ O monumento, que inaugurou a 9 de setembro de 2017, foi uma iniciativa da autarquia de Peniche com a colaboração da URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses, concebido e executado pelo escultor José Aurélio. Consiste num cubo, que assenta sobre água, com a dimensão de 3 por 3 metros, construído em malha de aço, assemelhando-se a um conjunto de grades. Sobre estas aparentes grades, encontram-se 25 elementos verticais que culminam em 25 aves numa alusão à liberdade conquistada após o 25 de Abril de 1974. Na parte de baixo da escultura, podemos ler inscrita uma frase da autoria de António Borges Coelho: “Disseram não... Para que a água da vida corresse limpa”.

Assim, a 25 de abril de 2019, numa iniciativa muito participada, deu-se finalmente, a abertura da primeira fase do Museu³² com a inauguração de uma exposição designada “Por Teu Livre Pensamento”³³ e o descerramento de um muito aguardado memorial – de 21 metros por largura por 4 metros de altura – com os nomes inscritos dos 2510 presos políticos que haviam estado encarcerados da cadeia de Peniche entre 1934 e 1974.

1.1.1. Espaços de Violência. Espaços de Resistência

“O tempo”, escreveu António Borges Coelho, antigo preso político e também interlocutor desta pesquisa, “lança um véu de esquecimento sobre a vida dos homens e a dos espaços em que se moveram” (A. B. Coelho 2015, 9). Porquê a importância de preservar estes espaços repressivos – designados como “patrimónios difíceis” (Macdonald 2009), “que doem” (Uzzell e Ballantyne 1998), “dissonantes” (Turnbridge e Ashworth 1996) – de os musealizar, de os apropriar, sobretudo a partir da perspectiva de quem nestes se moveu será uma questão que a tese, através da sua etnografia, tentará compreender. Estes espaços – entre delegações da polícia política e/ou cárceres – têm um passado, uma “primeira vida”, na aceção de Barbara Kirshenblatt-Gimblett (1998), bem como têm os homens e mulheres que neles se moveram. De modo a compreender a importância de que estes lugares são revestidos no presente – as suas apropriações, contestações pela sua preservação e as relações que com estes se estabelecem – esta tese tecer-se-á daqui para a frente também em permanente relação dialógica entre presente e passado, a partir da lente do presente. Antes de prosseguir, teremos, por momentos, que recuar ao Estado Novo³⁴ (1933-1974). Retroceder ao regime fundado por António Oliveira

³² Toda a documentação relativa ao projeto do Museu Nacional Resistência e Liberdade pode ser encontrada em: <http://www.museunacionalresistenciaeliberdade-peniche.gov.pt/pt/projeto-do-museu/>. Acedido em 29-10-2020.

³³ O nome da exposição remete ao verso homónimo do poema “Abandono” escrito por David Mourão-Ferreira em 1959, cuja letra ficaria imortalizada pela voz de Amália Rodrigues desde a sua gravação em 1962. Devido, sobretudo, aos versos “Por teu livre pensamento/ Foram-te longe encerrar. / Tão longe que o meu lamento / Não te consegue alcançar. / E apenas ouves o vento / E apenas ouves o mar.” que pareciam aludir à realidade da prisão no Forte de Peniche, o fado cantado por Amália Rodrigues ficaria popularmente conhecido por “Fado de Peniche” (cf. Chougnat 2009, 57 e 58).

³⁴ Atentando ao facto de, como veremos, que a Prisão do Aljube fora recuperada ainda pela Ditadura Militar em 1928 como prisão política e estabilizada regulamentarmente pelo Estado Novo em 1933, a designação com que o regime institucionalizado pela Constituição de 1933 se intitulava.

Salazar³⁵ – sucedido por Marcelo Caetano³⁶ – implica recordar a existência de instituições repressivas, de carácter preventivo e punitivo, articuladas entre si com que se afirmava o regime – entre a polícia e as prisões políticas, a constituição de tribunais militares e, posteriormente, plenários, bem como mecanismos de controlo vários – de um país onde se fazia crer que, nas palavras do chefe de Estado de então, “o que parece é” (Salazar 1943, III:196).

Atendendo a que a “memória da violência da memória traz sempre a violência da memória” (Rosas 2007a, 16) será, sobretudo para quem, de diversas formas, se opôs ao regime, difícil esquecer – mesmo na invisibilidade do presente – os espaços carcerários da Delegação do Porto e do Aljube, a sede nacional da polícia política de Lisboa ou a sua subdelegação de Coimbra, “a frigideira”³⁷ do Tarrafal ou o “segredo”³⁸ em Peniche. Deter-nos agora sobre o conjunto de lugares utilizados para fins de repressão sociopolítica, e não apenas para aqueles a que se ancora a tese, implica encarar a teia destes espaços como “a materialização de um clima de terror” (Viejo-Rose 2013, 23), e, analogamente, de resistência, “que vai mais além dos muros físicos dos seus edifícios” (*idem ibidem*). Entendendo, tal como sugere Dacia Viejo-Rose a propósito dos espaços repressivos do Franquismo, que “a sua simbologia e as suas histórias, assim como os seus silêncios, irradiam e entrelaçam-se com outros lugares” (Viejo-Rose 2013, 23).

Além dos muros dos seus edifícios, a violência exercida pelo regime foi, de acordo com Fernando Rosas (2012), um dos fatores estruturais de durabilidade daquela que foi a mais longa

³⁵ António de Oliveira Salazar (1889-1970) foi estadista, político, professor da Universidade de Coimbra e principal ideólogo do Estado Novo. Tomou posse como Ministro das Finanças em 1928, tornando-se chefe de governo em 1932, fundando e inaugurando o regime do Estado Novo institucionalizado pela Constituição de 1933 num cargo que ocuparia até 1968 (Rosas e Brito 1996a, 861).

³⁶ Marcelo José das Neves Alves Caetano (1906-1980), jurista, doutrinador e dirigente político foi o último Presidente do Conselho do Estado Novo. Em 1929, era já colaborador de Salazar como auditor jurídico do Ministério das Finanças. Em 1931 integra a primeira Comissão Executiva da União Nacional e no ano seguinte, teve um papel relevante na redação do projeto da futura Constituição do Estado Novo. Em setembro de 1968 seria nomeado por António de Oliveira Salazar para o suceder no cargo de Presidente de Conselho. Embora, particularmente entre 1968 e 1970, Caetano tivesse “lançado uma série de significativas reformas nos planos social, educacional e económico, e de ensaiar uma tímida abertura política” (Rosas e Brito 1996d, 112) este não seria capaz de uma solução política para a Guerra Colonial. Nas palavras de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito o “prolongamento [da Guerra] sem solução à vista, levaria, a partir de 1970, à paralisação do curso reformista, a uma acentuada crispação repressiva, ao esboroamento da frente política reformadora que Caetano inicialmente concitara, à generalização do descontentamento popular, à radicalização da oposição ao regime e, principalmente à agitação dos meios militares” (*idem ibidem*) nos últimos anos do regime do Estado Novo.

³⁷ A “frigideira” era uma pequena construção dentro da Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo-Verde, destinada ao castigo dos presos políticos, uma vez que, não tendo telhas, tinha uma placa de cimento armado, que, debaixo do calor, aquecia e atingia temperaturas muito elevadas (cf. Pedro 2009, 48)

³⁸ O que ficou conhecido entre os presos políticos como “o segredo” era uma cela disciplinar usada durante o regime, longe das restantes e localizada no Fortim Redondo da Fortaleza, estrutura mandada, originalmente, construir por D. João III para proteger o reino de ataques inimigos, como explica o catálogo da exposição temporária patente no Museu Nacional Resistência e Liberdade (AA.VV. 2019, 41).

ditadura da Europa. A primeira forma de violência, que designou de “preventiva” era aquela quase impercetível (não havia já José Gil em 1995 referido a retórica da invisibilidade salazarista?³⁹), onnipresente, quotidiana. Aquela que visava instalar uma esfera geral de subordinação, através do exercício do medo e da intimidação, como se, nas palavras de Rosas, fosse traçada “uma linha divisória invisível, um primeiro círculo de segurança que toda a gente que não quisesse correr riscos ou arranjar problemas graves, interiorizava não poder pisar” (Rosas 2007a, 27).

Ora, essa “linha divisória invisível”, referida pelo historiador, é precisamente a linha cruzada por um conjunto de interlocutores desta tese – e refiro-me àqueles que, de várias formas, se opuseram ao regime e que hoje conduzem associações de memória, visitas guiadas ou testemunham, publicamente, o seu passado – e por isso, é sobre essa forma de violência, a “violência punitiva” (Rosas 2007a) – ainda que sempre articulada à “preventiva” (*idem ibidem*) – que olharemos com mais atenção. Trata-se, portanto, da violência da repressão exercida sobre aqueles ousaram ser visíveis – na aceção de Gil (1995) – e desafiar a “ordem estabelecida”: os que militaram ou apoiaram organizações clandestinas de luta contra o regime, aderiram e solidarizaram-se com greves e manifestações, assinaram abaixo-assinados, frequentaram iniciativas culturais proibidas pelo regime (Rosas 2007b, 27 e 28). Do outro lado da “linha divisória”, e na vigilância deste limbo, estaria, em contraposição, um dos recursos vitais para o exercício da violência punitiva dentro do aparelho repressivo do Estado Novo: a polícia política.

A PIDE⁴⁰ (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), cujo nome ficaria conhecida genericamente independentemente das suas renomeações⁴¹, vigorou em Portugal até 1974, sendo sob o seu poder que ficariam sujeitos os opositores do regime. Seria, de acordo com Alfredo Caldeira, Fernando Rosas e Luís Farinha: “no domínio de uma repressão seletiva dirigida aos quadros e aos elementos mais intransigentes do movimento operário e camponês, do movimento estudantil, das lideranças políticas das organizações e dos partidos clandestinos –

³⁹ Gil, José. 1995. *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio D’Água.

⁴⁰ Há que referir, tal como assinalado pelo historiador Fernando Rosas, que a polícia política não agia sozinha, sendo servida fielmente pela PSP, pela GNR, pela milícia da Legião Portuguesa, e como veremos à frente, pelos tribunais, prisões políticas e campos de concentração (recorde-se que a Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo-Verde, foi criada pelo Governo português em 1936), e por uma legislação que legalizava quase na totalidade, toda a prática de violência e arbitrariedade (Rosas 2007b, 28).

⁴¹ A primeira polícia do Estado Novo foi, efetivamente, a PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1933-1945), renomeada PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (1945-1969) e, finalmente, DGS – Direcção-Geral de Segurança (1969-1974). Não obstante a renomeação da polícia política, Fernando Rosas considera que a transformação da PVDE em PIDE em 1945, operou-se segundo mudanças “sobretudo formais e cosméticas” (Rosas 1994, 276), visando, segundo Irene Flunser Pimentel, cobrir-se o arbítrio “com um manto de jurisdição” (Pimentel 2007a, 33).

em especial o PCP –, que a ação da PIDE se tornou particularmente eficaz” (Caldeira *et al* 2015, 46).

Seria também esta polícia – ainda sob a designação de PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) – que passaria a ter competência legal em matéria prisional a partir de julho de 1934, com a criação da secção dos Presos Políticos e Sociais, passando a controlar todo o processo judicial dos crimes políticos e sociais, da prisão ao julgamento (AA.VV, 2011, 75).

No que toca às prisões políticas, a PIDE utilizou, bem como a sua sucessora DGS, dois tipos de encarceramento: por um lado, a prisão preventiva, antes do julgamento e durante a instrução do processo e por outro, a prisão posterior ao julgamento, para cumprimento da pena, sentenciada pelos tribunais plenários⁴². Importa dizer que a polícia política⁴³ – que contava com a denúncia de uma ampla rede de informadores anónimos provenientes de vários sectores sociais – podia deter qualquer cidadão, muitas vezes sem recurso a provas objetivas. Posteriormente, dispunha de seis meses⁴⁴ para manter o detido preso preventivamente – até 1969, ano a partir do qual o tempo de prisão preventiva reduzir-se-ia para metade – e interrogá-los.

Em Lisboa, a delegação nacional da polícia política, na Rua António Maria Cardoso, era o local para onde iam predominantemente todos os presos políticos, até aos anos 1970⁴⁵, depois de capturados, e onde eram chamados para serem interrogados, no gabinete nº 70 situado no

⁴² Saliente-se, todavia, que durante os julgamentos era a própria PIDE/DGS que determinava a acusação, uma vez que a maioria dos juízes condenavam segundo os relatórios dos processos-crime instruídos por esta. Para além disso, as testemunhas de acusação eram também elas elementos da polícia política que “atestavam” que os autos de interrogatório tinham decorrido sem qualquer coacção (Pimentel 2007a, 524 e 525). Note-se ainda que à pena aplicada podia ainda acrescer a aplicação de medidas de segurança legalmente instituídas em 1949. Estas consistiam num prolongamento do tempo de prisão posteriormente ao cumprimento de pena, determinado, desta feita, pela polícia política e que permitia na prática a capacidade de manter o preso na cadeia por tempo quase indeterminado.

⁴³ Ao mencionar “polícia política”, refiro-me neste ponto de contextualização, sobretudo à ação da PIDE – a partir de 1945 – e da DGS a partir de 1969. A não ser que devidamente assinalado, opta-se por, maioritariamente, não se realizar um maior recuo cronológico, por três razões. Por um lado, pela evidente questão da economia da tese. Por outro, devido ao facto de que o tempo de encarceramento ou de resistência ao regime por parte dos interlocutores desta pesquisa se encaixa na faixa temporal da ação da PIDE/DGS. E por fim, pela maior facilidade de sistematização da atuação da polícia política uma vez que, tal como referido na nota anterior, o que a polícia anterior – PVDE – tinha em arbítrio, “a PIDE [e na sua continuidade, a DGS] reconverteu ‘cientificamente’ em lei” (Pimentel 2007a, 524).

⁴⁴ Na verdade, o tempo de prisão preventiva, a partir de 1945, seria “legalmente” de três meses, podendo ser prorrogado, através de pedido ao Ministério do Interior, até dois períodos de 45 dias. Contudo, a polícia política frequentemente libertou o detido depois de seis meses para o poder voltar a prender, sob o apanágio da legalidade, havendo quem tenha ficado até quatro anos, encarcerado, à espera de julgamento (Pimentel 2007a). Exemplo dessa irregularidade é o caso de Carlos Costa que, em entrevista a Miguel Medina, relatou que passou “mais de quatro anos no regime da chamada ‘prisão preventiva’” (Medina 2001, 2:31), tendo sido preso no ano de 1953 e julgado em 1957.

⁴⁵ A maior parte dos Serviços de Investigação seriam transferidos depois para reduto Sul de Caxias, a partir de 1971, sendo lá que decorreriam, a partir de então, os interrogatórios.

3º andar, num lugar que ficaria assinalado pelos relatos das várias sessões de torturas, onde se tentavam extorquir confissões e *verdades*. Desde a tortura da “estátua” – na qual o preso ficava em pé sem se mover sendo barbaramente pontapeado se se deixasse cair – à tortura do “sono”, aquela que viria a ser a mais utilizada pela PIDE/DGS e mais temida pelos presos políticos ao longo dos anos. (Pimentel 2007c, 108) aos espancamentos, às humilhações.

Durante o período da instrução do processo, o preso não só não tinha o direito de saber as acusações que o mantinham preso, como também não tinha direito a ser assistido por um advogado. Neste período, e a partir da criação da PIDE – 1945 – os presos podiam ficar nas prisões das delegações da PIDE/DGS em Coimbra e Porto. De forma mais habitual, os homens ficavam no Aljube – cadeia para presos do sexo masculino – ou no Reduto Norte de Caxias, onde também estavam as mulheres. Posteriormente à condenação⁴⁶, os presos (homens) eram enviados para Peniche, onde cumpriam a pena de prisão maior a que tinham sido condenados, podendo ficar ainda a cumprir medidas de segurança sob as ordens da PIDE/DGS (Pimentel 2007a, 429) ao passo que as mulheres cumpriam pena na prisão de Caxias⁴⁷. Saliente-se ainda que a maior parte dos Serviços de Investigação seriam transferidos, decorrente do fecho da delegação nacional da DGS, para o reduto Sul de Caxias a partir de 1971. Seria em Caxias que, a partir de então, decorreriam os interrogatórios.

As prisões para os presos políticos, entre reaproveitamentos de fortalezas (caso de Peniche ou Caxias) ou de cadeias anteriores (como o Aljube) e casas senhoriais (tal como a delegação do Porto), por oposição às cadeias comarcãs, não decorreram de um projeto especial de arquitetura (S. Pereira e Moniz 2014, 190). A exceção consistiu, contudo, na colónia penal do Tarrafal em Cabo Verde, projetada intencionalmente para esse fim pelo arquiteto Cottinelli Telmo em 1935. Prefigurando ainda a sua abertura, além do caso da Madeira e dos Açores, outros destinos insulares e mais remotos, nomeadamente Angola e Timor, nos quais se improvisariam colónias penais seriam também destinados para envio de presos políticos no início do regime. A colónia penal do Tarrafal ativar-se-ia em 1936, tendo passado por lá 357 presos políticos maioritariamente portugueses (AA.VV. 2011, 79), entre os quais Bento Gonçalves, então Secretário-Geral do Partido Comunista Português, que neste morreria em

⁴⁶ De acordo com Fernando Rosas, entre 1933 e 1945 apenas 27% dos detidos pela PVDE foram a julgamento (Rosas 2012, 204). No período entre 1945 e 1974, segundo Irene Flunser Pimentel, o número decresceu para 15% de detidos, desta vez, pela PIDE/DGS, a serem julgados pelo tribunal plenário (Pimentel 2007a, 427).

⁴⁷ Sem especificar os anos exatos a que se refere, o recente livro editado pela URAP, *Elas estiveram nas prisões do fascismo* indica ter havido mulheres presas, por motivos políticos, a cumprir pena na Cadeia das Mónicas, no bairro da Graça em Lisboa, nas décadas de 1930 e de 1940 (União de Resistentes Antifascistas 2021, 107).

1942, bem como o dirigente do movimento libertário e sindicalista Mário Castelhana, ali morto também dois anos antes. Em 1954 o campo é encerrado, vindo a ser reaberto em 1961, destinado, desta feita, aos presos políticos africanos militantes da luta anticolonial, com a designação oficial de “Campo de Trabalho de Chão Bom”⁴⁸.

Diferentes locais, todos palcos de violência e arbitrariedade dentro – e fora – dos quais, as várias polícias políticas que se sucederam, desde o início da Ditadura Militar até Abril de 1974, recorreram sistematicamente à tortura física e psicológica sobre aqueles que ousaram incorrer “contra a segurança do Estado”. Com efeito, além das narrativas biográficas e autobiográficas redigidos pelos próprios antigos presos políticos, relatos chegam-nos⁴⁹, intermediados pelo trabalho historiográfico desenvolvido, sobretudo, a partir da viragem para o século XXI (Madeira *et al* 2007, Pimentel 2007a), antropológico (V. Almeida 2017, Godinho 1998) ou jornalístico (Aranha e Ademar 2014; Medina 1999; 2001), entre outros (Ver Introdução) demonstram-nos como a violência repressiva da polícia política mostrou ser capaz de tudo o que fosse necessário para atingir os seus fins.

Sobretudo em contexto de interrogatório, nas delegações e prisões políticas, as várias polícias políticas recorreram várias vezes à violência, utilizando abundantemente os espancamentos – que nunca cessaram – muitas vezes com a conivência dos médicos das

⁴⁸ Não se debruçará esta tese sobre a atividade – e, intrinsecamente, a violência por esta exercida – da polícia política portuguesa nas antigas colónias, nomeadamente após o início da Guerra Colonial. De acordo com Rosas (2018), a produção historiográfica sobre esta temática é quase inexistente. Destaque-se (como o autor o fez também) a obra de Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961/1974* (2004) e o livro do próprio historiador Fernando Rosas (*História e História – África* de 2018), resultante do programa de televisão homónimo emitido pela RTP – sobre as relações de Portugal com o império colonial, desde o século XIX até às independências. Especificamente sobre os cárceres políticos do império a partir de 1961, além de um capítulo de Rosas no referido livro, destaque-se a obra de Victor Barros, *Campos de concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo* (2009). Sobre o futuro do “campo da morte lenta” – no qual se encontra, desde 2000, o Museu da Resistência do Campo do Tarrafal – há que dizer que em julho de 2021, Portugal e Cabo-Verde, através dos ministros da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, Abraão Vicente, e da Cultura de Portugal, Graça Fonseca, assinaram um memorando de entendimento que visa a candidatura daquela que foi colónia penal, a Património da Humanidade. De acordo com o noticiado pela Lusa, “Com o documento, os dois países pretendem cooperar na proteção, conservação, salvaguarda e divulgação do património cultural, através de formação, capacitação técnica, partilha de conteúdos científicos, publicações, investigação, intercâmbio profissional, atividades científicas conjuntas. Mas também vai promover a mobilidade de técnicos, preparação de exposições, nomeadamente nos domínios do património material (móvel e imóvel), do património imaterial e dos museus, com especial destaque para o Museu da Resistência do Campo do Tarrafal e para o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade” (Lusa 2021b).

⁴⁹ Tal como recorda a historiadora Irene Flunser Pimentel (2007a, 13), a polícia política teve sempre o cuidado de não mencionar por escrito as torturas por si infligidas, enfatizando por isso que as fontes fornecidas pelo arquivo da PIDE/DGS devem ser, pelos investigadores, manuseadas cuidadosamente e confrontadas com outra documentação informativa.

cadeias⁵⁰ mas, igualmente, várias formas de tortura física e psicológica. Desde as já referidas torturas da “estátua” e do “sono”, aos insultos e às ameaças que em muitos casos se efetivaram, juntavam-se muitas vezes chantagens sobre as famílias ou insinuações sobre as condutas dos companheiros [“Na hora do almoço iam-me buscar e a conversa era sempre a mesma: ‘o seu casamento já foi’.”], sendo ainda frequente, no caso das mulheres, as ameaças sobre os filhos menores. António Espírito Santo, com quem conversei no Barreiro, esteve 114 horas sob a tortura do sono no ano de 1968 na antiga sede da polícia política. Lembra-se bem da “sala de espera cá em baixo no rés-do-chão, [d]a carrinha [que] entrava por ali adentro e [d]os interrogatórios no último andar”, para os quais tinha que subir “a pé pelas escadas das traseiras”. Se estas formas de violência envolveram sempre a presença de um ou vários torcionários, o isolamento rigoroso muitas vezes durante largos meses, quer nos “curros” do Aljube ou nas celas individuais do Reduto Norte de Caxias, seria também parte integrante da tortura das polícias políticas.

Entre outros elementos de oposição, o Partido Comunista Português foi, nas palavras de Irene Flunser Pimentel “até ao final dos anos 60, o principal adversário da PIDE/DGS”. Com efeito, esta historiadora, estudiosa da ação da PIDE e DGS, afirma que em grande parte do período sobre o qual se debruçou o seu estudo – 1945 a 1974 – o Partido Comunista Português constituiu “o alvo central da repressão” (Pimentel 2007a, 133). Mas se assim foi a partir da década de 1930 e durante dezenas de anos, a partir do final da década de 1960, por seu turno, juntar-se-iam ao PCP, heterogeneizando as oposições, as organizações de luta armada, anticoloniais e de extrema-esquerda⁵¹ (Pimentel 2007a, 220).

⁵⁰ Ao longo dos anos, a polícia política contratou vários médicos para estarem ao seu serviço. Com efeito, de acordo com Irene Flunser Pimentel “em Agosto de 1974, o jornal de Londres *Medical News*, denunciou como colaboradores das torturas da PIDE/DGS sete médicos e mais 15 que estavam então em investigação, três dos quais tinham sido entretanto presos e outros expulsos da Ordem dos Médicos” (Pimentel 2007a, 444). Vários dos meus interlocutores descreveram-me também a falta de verdadeira assistência médica, bem como a presença destes médicos contratados pela polícia, nas cadeias onde estiveram encarcerados. Elvira Correia, por exemplo, presa na cadeia da PIDE/DGS do Porto, na década de 1960, mencionou-me que o médico de serviço vinha vê-la “para saber onde é que se podia bater ainda. Para [a polícia] ter cuidado... ou esperar um bocado” (entrevista com Elvira Correia 20-4-2017, Lisboa). Pedro Baptista, preso na mesma prisão, desta feita em 1973, relatou no seu livro *Da Foz Velha a'O Grito do Povo: A oposição maoísta à ditadura, memórias (1948-1974)* que mantendo “a situação de tortura do sono, sempre de pé e greve de fome, passando pela cena da foto oficial e por uma visita a um posto *médico* nos calabouços” o médico ter-lhe-á perguntado como se sentia. Pedro Baptista ter-lhe-á respondido que “cansado” “ao que ele retorquiu que não entendia como, uma vez que eu tinha ido para ali para descansar” (Baptista 2014, 357).

⁵¹ De acordo com Irene Flunser Pimentel, “nas vésperas dos 25 de Abril, o número de cerca de 3000 militantes indicado pelo PCP não se distanciava muito do conjunto de elementos de toda e extrema-esquerda nesse período” (Pimentel 2007a, 187). A historiadora cita ainda o inspetor Fernando Gouveia que afirmaria que, no fim do regime de Marcelo Caetano, “os grupos radicais praticantes do combate armado ou influentes nas universidades consumiam mais energia à PIDE/DGS do que a estrutura clandestina” (Pimentel 2007a, 187).

Ao longo dos anos do regime, de acordo com Alfredo Caldeira, Fernando Rosas e Luís Farinha, a intensificação da violência foi sempre potenciada por critérios de classe, exercendo-se particularmente contra os homens e as mulheres trabalhadores, percepção corroborada por alguns dos meus interlocutores [“Nunca fui espancado... [...] Se fosse operário tinha sido”], e nos anos de 1970 contra os ativistas estudantis (Caldeira *et al* 2015). Na opinião do cientista social Hermínio Martins, citado também por Irene Flunser Pimentel (2007a, 379), terá havido, no entanto, na última década do regime, “uma aparente igualização” (H. Martins 1998, 43) na distribuição da severidade, no que toca à posição social e ideologia. A repressão, todavia, acentuar-se-ia no fim do regime, intensificando-se não só sobre o Partido Comunista, mas agora também sobre os elementos de extrema-esquerda. Aurora Rodrigues, por exemplo, militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), partido maoísta fundado em 1970, esteve 450 horas sujeita à tortura de sono. No relato que partilhou no auditório do Museu do Aljube⁵², relatou ainda que – além ser alvo de espancamento, de estar sob a tortura da “estátua”, e de, ainda, numa ocasião, ter sido cuspidada por um dos agentes – a polícia política, aproveitando-se do seu rosto pequeno, enchia, por várias vezes, o lavatório no qual mergulhava a sua cara, empurrando a nuca, numa tentativa de asfixia.

Os oposicionistas católicos, por seu turno, viriam a sofrer também uma forte repressão, que teve o seu expoente máximo no episódio da Vigília da Capela do Rato, em 1973, iniciativa – coordenada por uma pequena equipa composta por Luís Moita, Nuno Teotónio Pereira e Francisco Cordovil (Aranha e Ademar 2014, 242) – de denúncia à Guerra Colonial por parte de um grupo que muito contribuiu para a desagregação da ideologia do regime do Estado Novo, o movimento do chamado “catolicismo progressista” (Rosas 1994, 543)⁵³. De acordo com Filipe Santos Costa, autor de uma reportagem no *Expresso* sobre a ação deste grupo, ainda a 31 de dezembro de 1972, Conceição Matos, sob pretexto do Dia Mundial da Paz, ter-se-á dirigido ao púlpito depois da missa, anunciando 48 horas de greve de fome e de reflexão sobre a Guerra Colonial, solicitando a atuação de católicos e não católicos (F. S. Costa 2014, 97), num episódio

⁵² Entrevista cedida a Ana Aranha, no âmbito do ciclo “Vidas Prisionáveis” no Museu do Aljube, a 12-10-2016. Ver também: Godinho, Paula. 2015. “Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas” Em *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, editado por Manuel Loff, Filipe Piedade, e Luciana Castro Soutelo, 145–168. Coimbra: Almedina; e Rodrigues, Aurora. 2011. *Gente Comum - Uma história na PIDE*. Castro Verde: 100LUZ.

⁵³ Movimento que se começou a constituir após a carta redigida pelo bispo do Porto – D. António Ferreira Gomes – a Salazar, na sequência da campanha eleitoral de Humberto Delgado à Presidência da República em 1958. Esta importante carta, além de denunciar a condução da campanha eleitoral, apresentava ainda “uma agenda explosiva: direito à greve, redução do horário de trabalho, denúncia da miséria social, reivindicação da justa repartição de rendimentos, valorização da participação na vida pública”, tornando-se assim, “uma espécie de documento programático da oposição católica (F. S. Costa 2014, 99).

que terminou na invasão da Capela por parte da política e na detenção de vários dos seus participantes, num episódio que fez com que, de forma inédita, D. António Ribeiro, cardeal-patriarca se insurgisse contra o regime, exigindo a libertação do padre António Janela e dos detidos na Capela do Rato (Aranha e Ademar 2014, 242). Com efeito, de acordo com Ana Sofia de Matos Ferreira, a vigília da Capela do Rato foi assistida pelas Brigadas Revolucionárias que trataram do rebentamento de vários petardos em diversos pontos da capital, distribuindo um documento que apelava à solidariedade com os católicos. Este documento, denunciando e apelando ao fim da guerra, considerava “que disso dependia o fim da ditadura e apelava à deserção, à denúncia das atrocidades cometidas nas frentes de combate e à solidariedade para com aqueles que estavam em greve de fome na Capela do Rato” (A. S. de M. Ferreira 2015, 267), numa ação reveladora da colaboração entre organismos de luta armada e os designados católicos progressistas no fim do regime.

Retomando a ação da polícia política face aos que detinha, nos interrogatórios – geralmente, em turnos de quatro horas, intercalando-se, muitas vezes o “PIDE bom” e o “PIDE mau”⁵⁴ – tentava ao preso extorquir verdades, que este dissesse nomes, delatasse atividades, denunciasses camaradas. Lembrando os versos escritos pela resistente antinazi, exilada em França, Marianne Cohn, “*Je trahirai demain pas aujourd’hui. Aujourd’hui, arrachez-moi les ongles, Je ne trahirai pas*”⁵⁵, Fernando Miguel Bernardes – autor do livro “Uma Fortaleza da Resistência” – narra-nos como, num dos calabouços do Porto, debaixo da escada, estava gravada, a frase “não confesses hoje, confessa amanhã” (1991, 44). A inscrição gravada sem data, indicava que, quem a escreveu, nunca falaria. Muitos – entre os quais se imagina que também o autor da frase – resistiram às bárbaras e sucessivas torturas. Outros, por vários motivos, não (Caldeira *et al* 2015, 78).

Precisar o número de presos políticos presos pelas mãos da PVDE, PIDE e DGS, de acordo com Fernando Rosas (2012, 204), não é de todo fácil. O historiador aponta, todavia, que as diferentes pesquisas realizadas permitem estabelecer com razoável probabilidade que entre 1933 – data da institucionalização do Estado Novo – e 1974, se efetuaram cerca de 30 mil prisões

⁵⁴ Este binómio foi-me descrito por alguns interlocutores. Por exemplo, António Graça, preso em 1966, na cadeia da PVDE/PIDE/DGS do Porto, relatou-me o seguinte: “[...] Continuavam frequentes interrogatórios, sobretudo da parte de um indivíduo chamado Sabino. Era um subinspetor terrível, cheio de ameaças e truques para me fazer falar. E volta e meia, era também interrogado por um outro inspetor que era o chamado “PIDE bom”, o inspetor Cunha. Era um indivíduo licenciado em Filosofia e que aparentava uma certa afabilidade, que fazia promessas e se mostrava espantado quando lhe falei da tortura a que era submetido” (Entrevista com António Graça, Porto, 12-07-2017)

⁵⁵ Optou-se por manter o original, uma vez que se trata de versos de um poema. Em português será: “Eu trairei amanhã, não hoje. Hoje, arranquem-me as unhas. Não trairei”. Este poema denominado “*Je trahirai demain*” escrito na prisão em 1943, pode ser encontrado em *La Résistance et ses poètes (France 1940/1945)* de 1974.

políticas. E que, apesar da falta de fontes fidedignas no período da Ditadura Militar (1926-1932), terão ocorrido não menos do que 2000 prisões políticas (*idem ibidem*). Ainda de acordo com o mesmo estudo de Rosas, não é fácil determinar com precisão o número de presos mortos pela polícia política, sobretudo no período da Ditadura Militar e no início do Estado Novo. Depois de 1945, registam-se, contudo, vários casos de presos políticos mortos pela violência dos interrogatórios, também em postos da GNR, mas sobretudo nas instalações da polícia política no Porto⁵⁶ e Lisboa, como o caso de José Moreira e Raul Alves.⁵⁷ Mesmo havendo suspeitas e testemunhas que provariam o contrário, a polícia política, todavia, afirmaria que estas mortes resultariam de “suicídios” (Caldeira *et al* 2015, 78). Outros morreriam em hospitais, devido aos efeitos da tortura e à falta de assistência médica e outros ainda – entre os quais centenas de homens, mulheres e crianças – morreriam no decorrer da forte repressão exercida nas diversas revoltas contra a ditadura, como foi o caso daquela que ficou conhecida como a “Revolta dos Marinheiros”⁵⁸ em 1936 (*idem*, 113).

Outros, ainda, como recordam Alfredo Caldeira, Fernando Rosas e Luís Farinha (Caldeira *et al* 2015, 78) seriam assassinados pela polícia política na rua em emboscadas policiais dos quais

⁵⁶ Ver Capítulo 3.

⁵⁷ Refiro-me no caso da delegação política da PIDE/DGS de Lisboa aos dois operários que ali morreram em 1950 e 1958. Em 1950, José Moreira, natural de Vieira de Leiria seria brutalmente espancado a fim de se saber a morada das tipografias clandestinas pelas quais era responsável. Sobre a sua morte, terá a PIDE justificado que este “se lançara no vácuo” aquando da abertura de uma janela do terceiro andar da delegação nacional, por parte de um chefe da brigada. Novamente, posteriormente, uma nova queda do terceiro andar: Raul Alves, natural de Vila Franca de Xira. Desta vez, todavia, seria presenciada por uma testemunha: a mulher do embaixador do Brasil, Álvaro Lins, tendo este, por conseguinte, protestado junto do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira. Belarmino Alves de Araújo, agente da PIDE/DGS, afirmaria, contudo, depois do 25 de Abril de 1974, que, mais uma vez, se tratara de um suicídio (Pimentel 2007a, 395).

⁵⁸ A 8 de setembro de 1936 – numa iniciativa promovida pela ORA (Organização Revolucionária da Armada, afeta ao PCP) – um conjunto de marinheiros dos barcos da marinha portuguesa, Afonso de Albuquerque, Dão e Bartolomeu Dias iniciaram uma revolta cujo plano era afrontar e derrubar o regime de Salazar. Caso não conseguissem ter apoio em terra, os revoltosos pretendiam, de acordo com o historiador Álvaro Arranja, ir na direção dos Açores para libertar os presos políticos de Angra do Heroísmo e, posteriormente, para Espanha onde se juntariam à frota republicana. No entanto, de acordo com a imprensa de então, o então diretor da PVDE – capitão Agostinho Lourenço – tomou conhecimento de que os marinheiros haviam embarcado clandestinamente em lanchas e dirigido para os navios no Cais do Sodré, tendo comunicado ao Ministro da Marinha. Os navios ficaram sob fogo dos Fortes de Almada e Alto do Duque, mesmo após a rendição dos mesmos. Alguns dos homens que nadaram, fugiram, tendo-se iniciado em terra a sua perseguição. De acordo com os jornais “O Século” e “Diário de Lisboa”, citados respetivamente por Álvaro Arranja, foram “identificados no Governo Civil de Lisboa, os revoltosos presos que formam um total de 250 homens”, sendo que “morreram 12 marinheiros e ficaram feridos 8”. Como lembra o historiador, um conjunto dos que sobreviveram, todavia, inauguraram, tragicamente, nesse mesmo ano a Colónia Penal do Tarrafal, na qual grande parte destes acabariam cumprir mais de 15 anos de cadeia (Arranja 2016). Foi o caso de Joaquim Ribeiro, pai da minha interlocutora Maria José Ribeiro (ver Capítulo 3), nascida em janeiro de 1936 que só reencontraria o pai cerca de 16 anos depois.

são conhecidos nomes como Humberto Delgado e Arajaryr Campos⁵⁹, sua secretária desde 1959 (1965), José António Ribeiro dos Santos (1972)⁶⁰, ou José Dias Coelho⁶¹ (1961), assassinado pela PIDE numa esquina de uma rua em Alcântara, que era um “lugar sem nome”, mas que hoje tem

⁵⁹ Humberto Delgado (1906-1965) foi promovido a general em 1947, tendo sido convidado pela oposição democrática para se candidatar às eleições presidenciais de 1958. Depois da fraude das eleições de 1958 (ver Capítulo 2). Humberto Delgado “denunciou a prisão de dirigentes e activistas do seus serviços de candidatura, não se cansou de divulgar casos de fraude eleitoral descarada, impugnou os resultados eleitorais, desdobrou-se na redação e divulgação de comunicados, abaixo-assinados, cartas a membros do governo, deu entrevistas a jornais estrangeiros, lançou o MNI, Movimento Nacional Independente com parte substancial dos seus apoiantes no concurso eleitoral, compareceu nas tradicionais comemorações do 5 de outubro” (J. Madeira 2007b, 396). Após lançar o MNI, parte para o Rio de Janeiro em 1959. Em 1963 é operado na então Checoslováquia onde se reúne com Álvaro Cunhal. Torna-se presidente da Junta Revolucionária Portuguesa, órgão diretivo da FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional. Incompatibilizando-se com esta, funda a Frente Portuguesa de Libertação Nacional. Quando se deslocam a Espanha, motivados pela PIDE, com a sua secretária Arajaryr Campos, são ambos assassinados por uma brigada da PIDE a 13 de Fevereiro de 1965 (Pimentel 2013b, 644). O assassinato de Humberto Delgado por uma brigada a comando do inspetor Rosa Casaco, ficou, nas palavras de Luís Farinha, “para a história do fascismo português como o mais hediondo crime – senão comandado, pelo menos consentido – pelo ditador Oliveira Salazar” (Farinha 2021).

⁶⁰ José António Ribeiro dos Santos foi membro da direcção da associação de estudantes do ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e membro do grupo “Ousar lutar, ousar Vencer” dirigido pelo MRPP. O seu nome constava na PIDE desde 1967 pelo apoio às vítimas das cheias que ocorreram nesse ano e pela sua mobilização no movimento estudantil. Como relata Jorge Costa, em 1972, pouco tempo antes de um «*meeting* contra a repressão», marcado na faculdade de que fazia parte José António Ribeiro dos Santos, foi identificado pelos estudantes um informador da Direcção-Geral de Segurança nas imediações. Dois dirigentes associativos levam-no ao gabinete do diretor da faculdade, a polícia política é contactada, sendo chamados dois agentes da DGS ao ISCEF. Ao deparar-se os agentes, grupo de estudantes avança contra estes. Armado, o agente da DGS António Gomes da Rocha fere José Lamego e dispara sobre José Ribeiro dos Santos que morrerá no hospital (J. Costa 2017).

A imprensa de então, como recorda Irene Flunser Pimentel dava conta de “um incidente” (Pimentel 2007e, 404).

Aurora Rodrigues, em testemunho prestado no Museu do Aljube à jornalista Ana Aranha (a 12-10-2016) relatou ter conhecido José António Ribeiro dos Santos. Sobre ele e os princípios que o moviam afirmou: “Foi a primeira vez que eu ouvi falar sobre a Guerra Colonial abertamente [...] Falava-se contra a guerra, mas em surdina, em segredo. E eu vi o José António Ribeiro Santos pôr-se em cima de uma cadeira e do hall da Faculdade de Direito apelar aos estudantes que se mobilizassem contra a guerra”. Sobre a sua morte, Aurora Rodrigues, afirmou ter sido “um disparo dirigido e a muita curta distância”. O funeral foi no dia 14 de outubro no meio de manifestações, repressão policial e detenções, tendo o seu assassinato marcado “toda uma geração de jovens, crescentemente em revolta contra o governo ditatorial e a guerra colonial” (Pimentel 2007e, 410). Como refere Paula Godinho, “a intensidade do acontecimento teve efeitos estruturantes, imprevisíveis na sua duração e no raio atingido. Tratou-se de um momento decisivo, tão vivamente sentido que muitas pessoas antes arredadas da actividade política, desceram à rua pela primeira vez” (Godinho 2015, 155). O dia do funeral foi o dia em que Aurora Rodrigues decidiu aderir ao MRPP, tendo a sua adesão resultado “desse evento brutal” (*idem ibidem*).

⁶¹ José Dias Coelho (1923-1961) foi artista plástico e militante do PCP desde meados da década de 1940. Iniciou a sua atividade política na Frente Académica Antifascista, passando depois a integrar o MUD – Movimento de Unidade Democrática – Juvenil. Em 1956, passou à clandestinidade como funcionário da direcção da organização regional de Lisboa do PCP, tendo contribuído com várias gravuras para a imprensa clandestina, nomeadamente para o Jornal *Avante!*. No dia 19 de dezembro de 1961, foi assassinado a tiro por uma brigada da PIDE chefiada por José Gonçalves (Rosas e Brito 1996c, 157).

o seu inscrito. A história dessa “morte que saiu à rua⁶²” numa noite de dezembro, ouvi-a narrada pela companheira de então, 56 anos depois da sua morte, sentada naquele que é agora um auditório – o do Museu do Aljube – dois pisos acima daquele em que o marido, em tempos de ditadura, nos “curros” ou “gavetas”, estivera encarcerado⁶³.

1.2. “Marcas Territoriais”: do papel do Estado aos “empreendedores de memória”

“Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes”
(Calvino 1990, 15)

Tal como sugerem os geógrafos Derek H. Alderman e Joshua Inwood (2013), mesmo quando “as paisagens de memória” não inscrevem, através de museus, memoriais, monumentos, a localização de determinados eventos históricos, é possível, de outras formas, fornecer ao passado uma familiaridade quotidiana e uma permanência espacial que facilitam um sentido partilhado de lugar e tempo. Assim sendo, a renomeação das ruas como a descrita no ponto acima, particularmente em contextos como aquele que sucede a uma ditadura, possibilita a inserção de “ideias sociais sobre o passado no vocabulário diário, tanto verbal quanto visual, da cidade” (Alderman e Inwood 2013, 188).

José Dias Coelho, acima referido, assassinado a tiro por cinco agentes da polícia política a 19 de dezembro de 1961, na então Rua da Creche, não foi o único resistente antifascista cujo nome foi dado a uma rua em democracia. Em Lisboa, terá sido dos primeiros. No dia 20 de dezembro de 1974 (um dia após o aniversário da morte deste escultor e militante comunista) começaria a ser analisada, pela Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa, a proposta vinda de vários elementos da Junta de Freguesia de Alcântara⁶⁴, para que a rua tivesse

⁶² “A morte saiu à rua num dia assim/ Naquele lugar sem nome pra qualquer fim” são dois versos da canção “A morte saiu à rua” de José Afonso (que consta do álbum “Eu vou ser como a Toupeira” de 1972) que versa precisamente sobre o assassinato do pintor e militante comunista José Dias Coelho.

⁶³ Tratou-se de um testemunho de Margarida Tengarrinha, a 08-03-2017, com entrevista de Ana Aranha, dentro do então ciclo mensal denominado “Vidas Prisionáveis” organizado e realizado no Museu do Aljube. A versão integral da entrevista, bem como de todas as outras deste ciclo, encontram-se disponíveis no centro de documentação do Museu.

⁶⁴ Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia. 2000. “Acta nº. 113”. Em 1974-1989 – *Actas da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa*, 7-9. Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia.

o seu nome, numa decisão consolidada no Edital de 17 de fevereiro de 1975⁶⁵. Observando os editais públicos da Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa (que analisei até à mudança para o século XXI), estes parecem ser, sobretudo, logo após a transição democrática reveladores de uma vontade mais significativa de alterações na toponímia, através de propostas de munícipes a nível individual ou coletivo. Por um lado, eliminando o nome das ruas com referências ao regime, e por outro, dando o nome de militantes antifascistas a outras ruas, nomeadamente àquelas intimamente relacionadas com as figuras que as viriam a nomear.

Com efeito, a primeira decisão resultante daquela que seria a primeira reunião da Comissão de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa após o 25 de Abril, decorrida a 15 de novembro de 1974, seria a da “necessidade de eliminação dos nomes afrontosos para a população, pela sua última ligação ao antigo regime”⁶⁶. Deste modo, firmado em Edital a 30 de dezembro de 1974⁶⁷, a Rua General Sinel de Cordes – que além de militar fora ministro das Finanças durante a ditadura militar – deu lugar à Rua Alves Redol, homenageando o romancista e dramaturgo autor de obra escrita que – mesmo que parte dela, sujeita à severidade da censura – marcaria a corrente neorrealista em Portugal. E a Avenida 28 de Maio – numa homenagem ao golpe que fez cair a Primeira República, instaurando a ditadura militar – desapareceu da toponímia, consagrando-se como Avenida das Forças Armadas, lembrando como “o processo aparentemente administrativo de alterar um nome de uma rua pode constituir uma poderosa expressão de mudança política” (Swart 2008, 106). Sendo igualmente decisão da referida Comissão não nomear as ruas com pessoas ainda vivas, nesse mesmo edital, a Calçada de Santos ganhou o nome de Calçada Ribeiro Santos, em homenagem ao estudante militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado⁶⁸, que ali morava, assassinado pela polícia política no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1972. E João Lopes Soares, oposicionista, preso nas várias prisões do continente e ilhas com uma “vida

⁶⁵ Edital n.º 4/75 de 17 de fevereiro de 1975 da Câmara Municipal de Lisboa.

⁶⁶ Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia. 2000. “Acta n.º 112”. Em 1974-1989 - *Actas da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa*, 3-5. Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia.

⁶⁷ Edital n.º 161/74 de 30 de dezembro de 1974 da Câmara Municipal de Lisboa.

⁶⁸ O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado foi fundado em 1970 no rescaldo da emergência de novas organizações políticas de oposição, algumas de inspiração maoísta. Foi, de acordo com António Monteiro Cardoso, fundado no seguimento da EDE – Esquerda Democrática Estudantil. Dois núcleos de ativistas estão na sua origem, estudantes (representados por Arnaldo Matos e Fernando Rosas) e operários (representados por João Machado e Vidaúl Froes Ferreira). O MRPP teve forte presença na Faculdade de Direito de Lisboa através da sua organização estudantil denominada Federação de Estudantes Marxistas-Leninistas (Cardoso 2011, 46). Com uma posição abertamente contra a guerra colonial, “tornou-se rapidamente num pólo atractivo para os estudantes portugueses, pondo em perigo a tradicional hegemonia do PCP no combate ao Estado Novo” (Aranha e Ademar 2014, 42).

marcada pela clandestinidade, prisão, deportação ou exílio em Espanha” (Pimentel 2013b, 676) daria nome à rua onde viveu e onde fundou o Colégio Moderno.

De acordo com o olisipógrafo Appio Sottomayor, não houve, em democracia, uma revolução na toponímia como aconteceu na Primeira República, uma vez que o Estado Novo não nomeou, consistentemente, as ruas com nomes de figuras ligadas ao regime. Por exemplo, nunca houve em Lisboa, embora as houvesse noutras localidades, onde aliás nunca foram alteradas, uma Rua com o nome de Oliveira Salazar⁶⁹ (*Jornal i* 2014). Contudo, as alterações toponímicas, como deslegitimação simbólica, tiveram reflexos um pouco por todo o país. Em Almada, por exemplo, logo em 1974, foram varridos também das ruas da autarquia, nomes ligados ao Estado Novo, como Frederico Ulrich (Ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 1947 e 1954) Cavaleiro Ferreira (Ministro da Justiça entre 1944 e 1954) e Oliveira Salazar, e deu-se lugar a nomes como o dos tarrafalistas Gabriel Pedro e Alberto Araújo ou do advogado dos presos políticos, Arlindo Vicente (Vicente 2017). Em Évora, por seu turno – tal como firmado na ata da autarquia de 4 de outubro de 1975⁷⁰ – como repercussão da Revolução de Abril, a toponímia permitiu homenagear Catarina Eufémia – ceifeira, morta a tiro por um tenente da GNR aquando de uma greve em 1954 em Baleizão – ou o General Humberto Delgado, nome que, no caso português, viria a denominar, no ano de 2018, 119 ruas ou outras vias portuguesas (Raimundo e Pinto 2018, 122). O nome do militar, cuja candidatura nas eleições presidenciais de 1958 fez o regime tremer (ver Capítulo 2), deu ainda nome ao aeroporto da Portela, que a partir de 15 de maio de 2016 – aniversário do seu nascimento – passou a designar-se Aeroporto Humberto Delgado (Lusa 2015).

As alterações toponímicas ao construírem “uma versão politizada da História” (Swart 2008, 106), podem, precisamente, ser consideradas, na perspetiva da especialista em justiça transicional Mia Swart a partir da análise do caso da Alemanha e da África do Sul, precisamente como mecanismos de justiça de transição⁷¹: “uma forma de reparação simbólica” que permite “contribuir na reposição de dignidade e reconhecimento público às vítimas” (*idem ibidem*). Embora não se pretenda olhar aqui para o modo como a democracia ajustou contas com o

⁶⁹ De acordo com o noticiado pelo jornal *Público* em notícia de 19/7/2018, recorrendo à base de dados dos CTT – Correios de Portugal, S.A., havia à data da notícia, 15 nomes com o nome do estadista Oliveira Salazar (Lusa 2018).

⁷⁰ Câmara Municipal de Évora. 2014. *Democracia em Cartaz. Cronologia de acontecimentos*. Cadernos do Arquivo 8.

⁷¹ A justiça transicional ou de transição pode ser definida como “a concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizada por respostas legais para confrontar os crimes de repressão de anteriores regimes”. O conceito está, no entanto, longe de reunir consenso, existindo autores que preferem referir-se-lhe como “justiça reconstituente”, “justiça retroactiva” ou “justiça do pós-conflito” (Pimentel e Rezola 2013, 9).

passado – cuja análise tem dado origem a uma pesquisa amplamente desenvolvida por cientistas políticos, politólogos ou historiadores já indicados no capítulo introdutório (Loff 2015, Pimentel 2007b e 2017, Pimentel e Rezola, 2013, Pinto 2006, Raimundo 2015 e 2018) – importa assinalar, para a presente investigação, que, no vasto universo de mecanismos de justiça transicional, está também contemplada, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, a possibilidade da criação de memoriais e museus. Portugal viria a ter, como assinalado acima, o seu primeiro museu a versar exclusivamente sobre a ditadura e as suas oposições, quarenta e um anos depois do fim do regime.

Em Portugal, de acordo com vários autores (Loff 2015, Pimentel 2007b, Raimundo 2015), a memória pública da ditadura – e, por conseguinte, também aquela que se inscreveu nos espaços, na toponímia, nas ruas – foi, desde a queda do regime em 25 de Abril de 1974, atravessando períodos distintos nas décadas que se lhe sucederam. Nas palavras da historiadora Irene Flunser Pimentel, “numa primeira fase, caracterizada pelo luto inacabado e pelo estilhaçar violento do espelho da ditadura, procurou-se destruir os alicerces do passado muito recente” (Pimentel 2007b, 3). Neste desmantelamento de alicerces, da década de 1970, foram implementados um conjunto de mecanismos de justiça de transição – entre julgamentos, criação de comissões de investigação (como a do Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista) ou de medidas de compensação – como forma de ajustar contas com um passado recente que na década seguinte sofreria “um período de clara desvalorização política, social e ética das opções e da acção políticas daqueles que se haviam oposto e resistido à ditadura” e da subsequente “desvalorização e silenciamento da sua memória” (Loff 2015, 62).

Foi nesse contexto da década de 1970, que, no que toca aos processos de memorialização, seria promulgada – num decreto-lei durante o governo de Mário Soares – a criação de um Museu da República e da Resistência⁷². De acordo com o Decreto-lei de 1976, este teria sede

⁷² O Decreto-lei foi criado a 4 de outubro de 1976, salientando este ser o primeiro ano que – no dia seguinte seria 5 de Outubro – “em liberdade institucionalizada pelo sufrágio popular” se poderia celebrar a data da implantação da I República. O Decreto-lei previa a criação de um museu focado, portanto, nas “marcas deixadas pelo espírito revolucionário dos obreiros da I República e dos pertinazes reivindicadores da II”, mas igualmente contemplando “a luta antifascista contra as subseqüentes ditaduras e do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974”. O foco deste museu na I República e no 5 de Outubro, dever-se-á, a meu ver, ao facto desta data ser entendida na época “como um momento disruptor, uma data alternativa às festividades associadas ao Estado Novo, que na construção da sua legitimidade política não deixou de se apresentar também como o oposto da I República” (Samara 2016, 47), e que durante a ditadura, foi comemorado por “diferentes forças políticas, de republicanos, a “democratas”, passando por liberais, comunistas e socialistas”, embora menos participado pela extrema-esquerda (*idem ibidem*). De acordo com António Costa Pinto, “reconciliação” e “pacificação” seriam elementos importantes do discurso-oficial de Mário Soares apoiado pelo General Ramalho Eanes (Pinto 2006, 54), e talvez, em 1976, o foco na Primeira República fosse aquele que trouxesse menos dissensões. Todavia, o regime anterior, à luz desses anos de consolidação democrática, não deixou de ser considerado como “fascista”, sendo, aliás, no Governo

em Lisboa e instalar-se-ia na Fortaleza de Peniche, “cuas paredes, no seu mutismo” [falariam] [...] a quem o visitar da coragem e do exemplo de alguns dos melhores portugueses”. Focando-se “na memória da luta dos precursores e da acção governativa dos Governos da I República, da luta antifascista contra as subseqüentes ditaduras e do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974”, este museu, que nunca se consubstanciou, deveria ser “o repositório histórico-evolutivo das pegadas da liberdade, para que os vindouros não esqueçam que não se conquista sem luta nem se preserva sem vigilância.”⁷³ Contudo, em 1991 – durante a primeira maioria absoluta do Partido Social Democrata liderada por Aníbal Cavaco Silva – terminou a atividade da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, incumbida de investigar os crimes bem como os abusos cometidos ao longo do regime ditatorial, e com o termo desta comissão, extinguiu-se também a comissão instaladora, formalmente constituída do Museu da República e da Resistência, que decorria precisamente da composição da primeira (F. P. Marques 2013, 141).

Sem apoio do governo, como assinalado por António Costa Pinto, seria principalmente por iniciativas das Câmaras Municipais dominadas por coligações PS-PCP (como a de Lisboa) que ao longo da década de 1990, se criariam algumas instituições próximas (A. C. Pinto 2006, 59), sobretudo localizadas fora dos lugares simbólicos da ditadura⁷⁴. Portugal continuaria assim, até 2015, sem um museu que refletisse sobre a ditadura e a resistência a esta.

O caminho para chegar até este pode contribuir para o compreender. De acordo com a politóloga Filipa Raimundo, os dois primeiros anos de transição democrática contrastaram, em grande parte, com o modo como se lidou com o que designa como as “políticas do passado” após a consolidação da democracia.

Dois episódios, todavia, viriam a disromper a década de 1990, trazendo à superfície e por contraponto, a memória da repressão (Loff 2015, Soutelo 2015). Primeiro, a decisão tomada,

de Soares que se iniciaria, em 1977, o trabalho de investigação e divulgação em torno dos crimes e abusos cometidos pelo regime ditatorial entre 1926 e 1974, realizado pela então instituída e nomeada “Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista”.

⁷³ Decreto-lei 709-B/76 de 4 de outubro (DR 233/1976, Série I, 4-10-1976) – Cria, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, o Museu da República e da Resistência.

⁷⁴ Houve uma tentativa por parte Câmara Municipal de Lisboa, a pedido dos antigos associados da Casa dos Estudantes do Império (1944-1965), de preservar o edifício que funcionara como “espaço de fermentação de uma consciência anticolonial entre jovens oriundos das antigas colónias a estudar em Lisboa” (Castelo 2011, 1) e de luta e resistência política. Em 1992, a Câmara Municipal não obteve sucesso nas negociações com o proprietário, com o intuito de usar um dos andares para instalação de um museu ou centro de cultura africana. Contudo, a autarquia, colocaria em frente ao edifício, uma inscrição encastrada no pavimento com a mensagem: “Casa dos Estudantes do Império – 1943-1965. Homenagem da Cidade de Lisboa - C.M.L. 1992”. Para uma compreensão detalhada da história do CEI, destaque-se a leitura de Castelo, Cláudia. 2011. «A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial». *CIEA7 (Counter-) Memories of Colonialism: Remembrance, Resistance and Transference in Anti-Colonial African Narratives* (#6): 1–18.

precisamente, por Aníbal Cavaco Silva da atribuição de uma pensão atribuída em 1992 por “serviços excepcionais e relevantes prestados à pátria” aos ex-inspetores da PIDE/DGS António Augusto Bernardo e Óscar Cardoso, depois de ter não ter homologado, pouco tempo antes, o pedido de atribuição de uma pensão semelhante a Salgueiro Maia. Depois, no âmbito do 20º aniversário do 25 de Abril, em 1994, o programa televisivo da SIC, em que foram colocados lado a lado em debate, o antigo preso político e historiador José Manuel Tengarrinha, um dos membros do Conselho da Revolução e ex-presidente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS militar de Abril Rodrigo de Sousa e Castro, e o já referido ex-inspetor Óscar Cardoso. Emídio Rangel, diretor de informação daquela estação, que organizara o programa, permitira, nas palavras de Manuel Loff, que o torcionário “fizesse um discurso memorial abertamente negacionista das práticas e das funções da polícia política, defendendo a “ética”, “o patriotismo” [...] e a “brandura” dos interrogatórios dos seus agentes, chegando ao ponto de negar que se houvesse praticado tortura e execuções até 1974” (Loff 2015, 95), trazendo, por consequência, à tona, a disseminação de uma revoltosa memória da repressão, da prisão e da tortura por parte de quem a viveu, assim como uma inédita repercussão mediática⁷⁵. Saliento este episódio – havendo outros posteriores que suscitariam, publicamente, ávidos debates⁷⁶, para o retomar posteriormente, pois se 1994 terá constituído “o momento no qual a disputa pela memória do passado ditatorial mais se terá concentrado no espaço mediático” (*idem*, 98), seria apenas na viragem do século XXI que o tema regressou, de forma mais presente, ao espaço público e político.

Com efeito, de acordo com Filipa Raimundo, “a conquista da primeira maioria parlamentar do PS em 2005 tinha tudo para trazer novidades à forma como a democracia portuguesa lidava com o seu passado autoritário, por vários motivos” (Raimundo 2018, 68). Como recorda a politóloga, esta maioria decorria depois do Partido Socialista Operário Espanhol vencer, no país vizinho de Espanha, as eleições legislativas e ter começado a preparar e discutir um projeto de

⁷⁵ De acordo com Luciana Castro Soutelo, não só no âmbito das comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril de 1974, mas sobretudo como resultado desta polémica, muitos jornais publicaram diversificadas reportagens sobre a repressão e resistência antifascista, versando, nomeadamente sobre “o movimento estudantil em liceus e universidades e suas influências ideológicas de comunistas e da extrema-esquerda; a oposição política ao Estado Novo em suas várias frentes: luta armada a partir dos anos 1960, via da ação de massas ou eleitoral e reformismo da ala liberal, destacando-se ainda o papel do PCP e sua organização na clandestinidade; a oposição católica; as canções de protesto no contexto da resistência antifascista e posteriormente na conjuntura revolucionária” (Soutelo 2015, 425).

⁷⁶ Para uma análise detalhada das políticas públicas da memória da ditadura entre 1974 e 2014, consultar: Loff, Manuel. 2015. «“Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”». Em *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, editado por Manuel Loff, Filipe Piedade, e Luciana Castro Soutelo, 23–143. Coimbra: Almedina.

lei, muito mediatizado, que resultaria na Lei da Memória Histórica, aprovada em 2007. Filipa Raimundo aponta ainda o ano de 2004 que antecedeu a vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas, como sendo de alguma polémica relativamente ao modo de se lidar com o passado ditatorial e com a transição para a democracia (Raimundo 2018, 69), como, por exemplo, com o debate suscitado pelo slogan das celebrações do 25 de Abril pelo Governo PSD-CDS/PP, “Abril é (r)evolução”, numa aparente secundarização da dimensão revolucionária da transição democrática. O contexto antecedente e a maioria parlamentar dos socialistas era, assim, favorável a uma “revisitação da forma como Portugal lidava com o passado autoritário e poderia, entre outras coisas, ressuscitar vários projetos, como o de construir um museu sobre a Resistência. Faltava apenas que a sociedade civil e os partidos de esquerda identificassem esta janela de oportunidades e a utilizassem, o que efectivamente aconteceu” (*idem ibidem*).

Assim foi. A primeira janela de oportunidade surgiu, como já referido, em 2005 e, novamente, em 2016. O meu entendimento é que, nestes anos, – em 2005, perante o desaparecimento da delegação da polícia política, em Lisboa, e em 2016, perante a requalificação da fortaleza de Peniche – decorreu uma insurreição da memória com o mesmo sentimento com que descreve Manuel Loff a reação à polémica de 1994: “a sensação de um património memorial violado” (Loff 2015, 96). Ora, foi essa mesma sensação – neste caso perante um “património memorial” material – que terá conduzido, tal como em 1994, não só ao ressurgimento dessas memórias como, igualmente à redação de textos de opinião, abaixo-assinados com centenas de signatários com grande adesão por parte de antigos presos políticos de várias oposições. E também a imprensa, como em 1994, voltou a olhar para o significado de lembrar a ditadura e a repressão. Se, como refere Luciana Soutelo, em 1994, a irrupção da memória “ecloidiu especificamente em virtude do branqueamento do Estado Novo” (Soutelo 2015, 12) é interessante notar que as recentes “irrupções da memória”⁷⁷ públicas no caso português têm sido, em grande parte, desencadeadas por aquilo que Fernando Vidal e Nélia Dias designaram por uma “endangerment sensibility” (Vidal e Dias 2016), ou seja pela ameaça da perda, desta feita, de um legado material simbólico da ditadura, testemunho – a prolongar-se além daqueles que a viveram – da repressão ditatorial.

No entanto, e fora da capital, duas iniciativas que precedem a década de 1990, inaugurando precisamente no 10º aniversário da Revolução de Abril – 1984 – são de destacar. Por um lado, o nascimento do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, responsável

⁷⁷ A muito utilizada expressão “irrupções de memória” foi primeiramente utilizada por Alexander Wilde (1999) para descrever o fenómeno cultural ocorrido na sociedade chilena que se adveio da prisão de Pinochet em Londres em 1998.

pela recolha sistemática de arquivos e fundos documentais privados sobre a vida política e social do período compreendido entre 1958 e 1976. Este centro de documentação seria considerado, aliás, pelo historiador Manuel Loff (2015, 127), uma vez que se tratava de uma instituição pública, do único “centro de memória” até 2015 criado em Portugal. No 10º aniversário do Centro de Documentação, o seu presidente, Boaventura Sousa Santos, diria em entrevista ao jornal *Público* que a assiduidade dos jovens que frequentam a instituição⁷⁸ visava preencher uma “memória que lhes falta, reprimida na nossa contemporaneidade [...]” (Neto 1994, 64). Por outro lado, e igualmente em 1984 – como referido acima – por iniciativa da autarquia de Peniche seria criado, como referido, integrado no Museu Municipal de Peniche dentro da Fortaleza, um pequeno núcleo museológico designado “Núcleo da Resistência”.

Em Lisboa, embora distante do que havia sido proposto no Decreto-lei de 1976 – que aliás não tinha a designação nem a categoria de biblioteca – a Câmara Municipal acabaria por criar cerca de quinze anos depois – em 1991 – a Biblioteca-Museu República e Resistência que se consagraria à investigação da História Contemporânea portuguesa (Loff 2015, 130), no mesmo ano em que seria ainda criada a Fundação Mário Soares⁷⁹, fundação privada ligada ao ex-Presidente Mário Soares.

À parte destas iniciativas, as recentes “marcas territoriais” (Jelin e Langland 2003) – como as placas toponímicas ou as iniciativas de preservação dos lugares simbólicos e da sua musealização – têm sido, em grande parte, uma reivindicação vinda da sociedade civil. Referindo-se à petição de 2008 – referida no ponto 1.1. – da parte do Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, que reclamava a criação de um espaço público que evocasse a memória da ditadura e da resistência, Filipa Raimundo assinalaria, num artigo de 2015, que “do ponto de vista da produção legislativa, a última iniciativa dos últimos anos [concernente a uma mobilização no sentido da preservação da memória do regime] [...] partiu da sociedade civil e não da elite política” (Raimundo 2015, 27). Também o foi quando um esforço coletivo resultou na assinatura do protocolo entre a União de Resistentes Antifascistas Portugueses e o Museu Militar do Porto em 2015 (ver Capítulo 3), e assim o foi, igualmente, como observado, quando a reivindicação vinda da sociedade civil – nomeadamente por parte de antigos presos políticos de diferentes oposições e de diferentes associações pela memória – mudaria, irrevogavelmente, o destino do presídio de Peniche.

⁷⁸ Uma análise realizada pelo Centro de Documentação 25 de Abril referida na notícia supracitada do *Público* estimava que 75% dos utentes eram alunos do ensino secundário e ensino superior (Neto 1994, 64).

⁷⁹ A Fundação foi rebatizada em 2020 como Fundação Mário Soares e Maria Barroso, homenageando aquela com quem casou enquanto preso, por procuração, e com quem fundou o Partido Socialista em 1973.

No caso português, no âmbito da presente tese, destaco o papel de duas associações: a União de Resistentes Antifascistas Portugueses e aquele que era o Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, mas que é – como veremos – desde 2008, a Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória⁸⁰. Duas associações compostas em muito por antigos presos políticos ou por outros que se opuseram à ditadura que tiveram e têm tido, efetivamente, um papel preponderante nas mobilizações memoriais⁸¹.

No próximo capítulo contextualizarei a criação da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, que, motivada pela “exigência da salvaguarda, investigação e divulgação da memória da resistência antifascista”⁸² teve as suas raízes no ano de 2005 – ano a que regressaremos com mais detalhe – na qualidade ainda de movimento, e que foi fulcral para a construção do Museu do Aljube. Para conhecer as origens da União de Resistentes Antifascistas, por seu turno, teremos que retroceder até ao final da década de 1960.

⁸⁰ A associação é, por vezes, também designada, no blogue e site do NAM ou no livro *Movimento Cívico Não Apaguem a Memória - NAM. 2005-2015 Breve resenha histórica da sua actividade* de Raimundo Narciso como «Associação Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória”», «Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória!» ou «“Associação Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória!”».

⁸¹ Outras associações ativas no presente são de destacar. Distinguindo-se das supracitadas, ao focar-se sobretudo na Revolução, a Associação 25 de Abril constituída a 21 de Outubro de 1982, com sede em Lisboa, dedica-se à “consagração” e “divulgação” do “espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974”. Procede à “recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental” para essa mesma história, bem como para o “processo histórico que a precedeu e se lhe seguiu”. Para tal tem vindo a realizar atos evocativos e comemorativos do 25 de Abril, divulgando e defendendo “os valores democráticos”, bem como realizado “iniciativas com índole de divulgação e partilha de assuntos de carácter técnico-científico e técnico-profissional relacionados com o campo da Defesa e das Forças Armadas, visando contribuir para o estudo de questões de interesse actual e para a caracterização do papel do militar e das Forças Armadas numa sociedade democrática”. Conforme <https://a25abril.pt/quem-somos/estatutos/>. Acedido em 5-10-2020.

No 45º aniversário da Revolução, em 2019 – com Vasco Lourenço, militar que pertenceu à comissão política do Movimento das Forças Armadas aquando da Revolução dos Cravos, na presidência – a associação em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, mapeou os “Locais de Abril”. Ou seja, foram assinalados com placas informativas, nove pontos da cidade onde decorreram acontecimentos significativos da ação militar do 25 de Abril, tal como o Rádio Clube Português ou a Escola Prática da Administração Militar. Mais informação pode ser encontrada aqui: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/Noticias/ficheiros/Lugares_de_Abril.pdf. Acedido em 5-10-2020. Refira-se também a recente criação da Associação dos Exilados Políticos Portugueses - AEP61-74, desta feita, voltada para a memória dos portugueses que desertaram para não fazer a Guerra Colonial, faltaram à inspeção militar – tornando-se refratários – e se exilaram politicamente na Europa. Fundada em 2015, esta organização sem fins lucrativos tem como objetivos: “publicar o livro *Exílios, testemunhos de exilados portugueses na Europa (1961-74)*; recolher e divulgar memórias do exílio dos anos 60/70 do século XX; criar, produzir e apoiar comunicação multimédia sobre o mesmo período; apoiar e desenvolver iniciativas pela paz, pelos direitos humanos, contra a guerra”. Informação disponível em: <http://aep61-74.org/index.php/ser-socio/>. Acedido em 1-9-2021.

⁸² Excerto da Carta do Movimento aprovada em 29-09-2006, reproduzida no livro *Movimento Cívico Não Apaguem a Memória - NAM. 2005-2015 Breve resenha histórica da sua actividade* de Raimundo Narciso, p. 23.

Com efeito, tanto a União de Resistentes Antifascistas ou a Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, não só tiveram diferentes e importantes papéis para a edificação dos casos de estudo – motivo pela qual um conjunto dos seus membros são também interlocutores desta tese – e para, de forma geral, garantir a inscrição da memória da ditadura no espaço público. Com efeito, estas associações têm sido responsáveis por um conjunto de “marcações territoriais” (Jelin e Langland 2003), por exemplo, colocando placas evocativas, como aquela no Tribunal da Boa Hora, em 2006, [“Aqui funcionou o “Tribunal Plenário” (...) A justiça e os Direitos Humanos não foram dignificados. À dignidade dos homens e mulheres aqui julgados por se terem oposto ao regime da ditadura⁸³”], ou mais recentemente, na Fortaleza de São João Baptista em Angra do Heroísmo, em intercalação com a Câmara Municipal [“homenagem às muitas centenas de antifascistas que neste lugar enquanto cadeia (...) foram submetidos a um regime prisional brutal e onde alguns perderam a vida”]⁸⁴. Por outro lado, lembrando que a memória se ancora no concreto, espaços, objetos mas também nos *gestos* (Nora 1989, 9), os atos comemorativos ou os encontros de um grupo podem também ser considerados, segundo Pierre Nora, lugares simbólicos e/ou funcionais de memória⁸⁵. E a estes, estas associações também não têm sido alheias. Refiro-me, com efeito à organização por parte das associações – muitas vezes intercalando-se, justamente, com um espaço material e simbólico – de comemorações e aniversários – como o dos 50 anos da Revolta de Beja⁸⁶ – ou tertúlias temáticas. Ou ainda de homenagens, como a que ocorreu na Assembleia da República, aos advogados que, duramente, defenderam os presos políticos nos tribunais plenários⁸⁷ ou aquela,

⁸³ Lápide descerrada pelo então Movimento Não Apaguem a Memória no dia 6-12-2006 e colocada na antecâmara da sala da 6ª Vara Criminal, onde foram julgados os presos políticos.

⁸⁴ Placa descerrada a 17 de setembro de 2015 numa homenagem prestada entre a União de Resistentes Antifascistas e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores.

⁸⁵ Nas palavras do historiador francês Pierre Nora, “Os *lieux de mémoire* são simples e ambíguos, naturais e artificiais [...] e são lugares em três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional. Mesmo um local puramente material, como um arquivo, torna-se um *lieu de mémoire* se a imaginação o investir de uma aura simbólica. Um local puramente funcional, como um manual escolar, um testamento, ou uma reunião de veteranos pertence à categoria enquanto é também um objeto de um ritual. E a observação de minuto de silêncio comemorativo, um exemplo extremo de uma ação estritamente simbólica, serve como um concentrado à memória por literalmente quebrar uma continuidade temporal” (Nora 1989, 19).

⁸⁶ A Revolta de Beja tratou-se de um golpe liderado por Humberto Delgado, projetado por Manuel Serra e Fernando Piteira Santos e no qual aderiram oficiais oposicionistas e participaram quase 100 elementos entre civis e militares, na noite de 31 de dezembro de 1961 para 1962 com o objetivo de derrubar a ditadura, tomando de assalto o Regimento de Infantaria de Beja, então RI3. De acordo com a informação disponível em: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p38232>. Acedido em 27-7-2021. Quanto à sessão, esta foi organizada em cooperação com a Comissão de Participantes na revolta e Beja, no dia 14 de janeiro de 2012, na Biblioteca Museu da República e Resistência, em Lisboa.

⁸⁷ Homenagem realizada por iniciativa da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, em colaboração com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e a Ordem dos Advogados na sala do senado, Assembleia da República, no dia 28 de janeiro de 2014.

anualmente, dirigida aos antifascistas que morreram no Tarrafal, na romagem anual ao Mausoléu dos Tarrafalistas no Cemitério do Alto de São João⁸⁸.

Por outro lado, podemos considerar que estas associações têm um papel de constituírem um espaço de memória – reforçada, talvez, pela ausência de uma “não-inscrição” (Gil 2007) desta no espaço público – criando-se nestas aquilo que o historiador Jay Winter, a propósito da criação de associações de antigos combatentes da 1ª Guerra Mundial em França, denomina de “famílias de recordação” (Winter 1999) partilhadas por laços fictícios de parentesco. De acordo com a análise de Winter, remetendo-se a um conjunto de associações criadas em França no pós-Guerra, estes grupos tinham uma “memória coletiva” que era sua, mas que não era, todavia, partilhada pelo Estado, ocupando, assim, um espaço “liminar” “entre a memória individual e o teatro nacional da memória coletiva coreografado pelos grandes líderes sociais e políticos” (Winter 1999, 41)⁸⁹. Ainda na esteira de Winter, algumas destas associações – cujas frentes de exigências se dividem e confluem entre a solicitação de reparos materiais ou simbólicos por parte do Estado ou a procura da constituição de uma “comunidade” (Jelin 2002, 50) – assumem também outras papéis como o de inscrever a sua memória e de legitimá-la politicamente no espaço público. Elizabeth Jelin, autora argentina que se tem debruçado sobre temas como os direitos humanos ou as memórias da repressão, refere-se aos elementos destes grupos como “empreendedores de memória”, dando como exemplo os grupos ou associações de antigos deportados ou resistentes em França ou grupos de Veteranos de Guerras (como a do Vietname ou das Malvinas) (Jelin 2002).

Em Portugal, como recorda a politóloga Filipa Raimundo, “entre as associações que ainda hoje sobrevivem, a atuação tem incidido fortemente sobre a preservação da memória do Estado Novo. Nesse sentido, as suas reivindicações prendem-se acima de tudo com questões de reconhecimento simbólico – como a colocação de placas e a construção de memoriais – e menos

⁸⁸ Trata-se de uma romagem anual ao Mausoléu para onde foram trasladados, em fevereiro de 1978, os restos mortais de 32 presos do Tarrafal. A transladação foi um desejo dos presos políticos sobreviventes ainda no Tarrafal e cumprida após o 25 de Abril de 1974. Uma reportagem da RTP, de 1990 dá conta da homenagem anual – que até hoje se repete – assinalando, no final, de que “para a União de Resistentes Antifascistas Portugueses, o importante é não esquecer este período da nossa história. Esta homenagem, no entender dos seus promotores, não pode ser só um momento cheio de significado. Deve ser também um testemunho para os mais novos”. Informação respetivamente disponível em <https://www.urap.pt/index.php/histria-mainmenu-37/tarrafal-mainmenu-47/79-tarrafal-o-campo-da-morte-lenta> e em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/homenagem-de-ex-presos-do-tarrafal-aos-companheiros-mortos/>. Acedido em 1-10-2020.

⁸⁹ Não nos remetendo nesta tese para as associações de antigos combatentes de Guerras, como a criação, no caso português, decorrente da Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), da Associação de Deficientes das Forças Armadas ou da Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra – não trataremos aqui do papel destas na solicitação de pensões dignas e assistência médica por parte do Estado, como, aliás, era o caso da associações estudadas por Jay Winter, uma vez que se tratavam de conjuntos de sobreviventes de um dos mais mortais conflitos bélicos.

com questões relacionadas com a compensação (financeira) de quem sofreu repressão ou violência política” [...] “que tem sido fundamentalmente uma bandeira dos próprios partidos políticos” (Raimundo 2018, 77). Mesmo tendo estas associações um papel de preservação da memória fora do campo dos museus ou dos memoriais, intervindo, por exemplo, nas escolas, através de partilha de testemunhos, ou lançando livros como aquele recentemente editado pela URAP, *Elas estiveram nas prisões do fascismo* (2021), as suas lutas com maior projeção pública têm versado sobre o não desaparecimento dos lugares repressivos – como o caso da delegação da polícia política da ditadura em Lisboa, a sua subdelegação no Porto, ou, posteriormente, a Fortaleza de Peniche – e pela sua subsequente musealização.

Com efeito, no caso português, as duas associações referidas surgiram – no caso da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória – ou ganharam particular visibilidade – no caso da União de Resistentes Antifascistas Portugueses – aquando das notícias do desaparecimento dos locais repressivos da ditadura. As batalhas que se travam para que a memória destes lugares não desapareça, muitas vezes numa luta em que o Estado é oponente, lembram como em 1950, Maurice Halbwachs havia já sugerido, que os espaços recebem a marca dos grupos e vice-versa, e que “cada detalhe do lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo” (Halbwachs 1990, 133). Sendo estas associações muitas vezes compostas por antigos resistentes à ditadura que fazem parte de uma geração em desaparecimento, é neste labor memorial que (recorrendo mais uma vez a Italo Calvino) os empreendedores da memória fazem das cidades invisíveis – para os outros, em particular para as novas gerações – visíveis.

Como referido anteriormente, estas “irrupções da memória” públicas no caso português têm sido no que toca à preservação dos legados materiais da ditadura tem sido, em grande parte, desencadeadas por uma ideia de “endangerment sensibility” (Vidal e Dias 2016). Similarmente, em Espanha, que partilha com Portugal a quase contemporaneidade da transição democrática, como lembrado no livro coordenado por Carmen Ortiz García – *Lugares de Represión, Paisajes de Memoria. Aspectos Materiales y Simbólicos de la Cárcel de Carabanchel* (2013) – também foi perante a notícia do derrubamento da Prisão de Carabanchel, marco da repressão franquista em Madrid, (lembremos que em circunstâncias idênticas, nasceria em Portugal, o Movimento Cívico Não Apaguem a Memória) que se criou a muita ativa associação designada “Plataforma por um Centro para la Paz y la Memoria” e se iniciariam fortes mobilizações memoriais para a sua preservação, visitas, contestações⁹⁰.

⁹⁰ No entanto, como constatado por Félix Poblacion num recente artigo da revista *El Viejo Topo* denominado “El museo de la dictadura, la resistencia y libertad que España no tiene”, verifica-se ainda

Outras ditaduras, outros espaços repressivos. Remetendo-me tangencialmente aos países do Cone Sul da América Latina nos quais “o passado continua muito presente, mesmo que não o esteja na esfera política formal” (A. B. de Brito 2004, 189): a Argentina, por exemplo, onde uma ditadura militar se instaurou entre 1966 e 1973, veria o seu então Presidente da República Carlos Menem, em 1998, assinar um decreto onde pretendia destruir a ESMA⁹¹ – anterior centro de detenção clandestina – na qual haviam estado detidos cerca de 5000 presos políticos, para ali construir um espaço verde em representação de uma “união nacional” (Villada 2018). De acordo com Valeria Posada Villada, a necessidade de reificar a memória dos abusos cometidos por parte das organizações dos Direitos Humanos argentinos tornar-se-ia “mais urgente devido às repetidas tentativas do Estado de encobrir os vestígios do crime” (Villada 2018, 21): os espaços materiais onde estes tinham decorrido. Seria interposta, por conseguinte, uma ação judicial contra esta decisão, por parte dos familiares dos desaparecidos, bem como pelo então Governador de Buenos Aires⁹². Por seu turno, no país que lhe faz fronteira, Chile, anos antes, já o antigo centro de detenção Villa Grimaldi⁹³ havia sido vendido e, em grande parte, destruído e seria sobretudo a partir da pressão exercida por associações locais, que perante a já destruição consumada, se travaria o seu desaparecimento integral (Bianchini 2015). Nunca sem as “dissonâncias” que caracterizam todo o património, Villa Grimaldi – ou o que restaria do local – acabaria por abrir como *Parque por La Paz*⁹⁴ e a antiga ESMA daria lugar ao *Espacio Memoria y Derechos Humanos*. Carabanchel em Espanha, contudo, desapareceu. Todavia, e de acordo com

em Espanha a ausência de um museu que verse sobre a ditadura, assinalado o autor, em contraponto com o caso espanhol, a criação, em Portugal do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (Población 2020).

⁹¹ A *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), um complexo de trinta e quatro prédios, no qual durante a ditadura argentina, aproximadamente 5.000 presos foram detidos, retomou nos tempos pós-ditadura, o seu uso anterior como escola naval.

⁹² De acordo com Valeria Posada Villada (2018), a ação judicial do então governador da cidade de Buenos Aires, Antonio de La Rúa, prendia-se com o facto do território onde estava a ESMA ter sido cedido, exclusivamente, pela Câmara Municipal, em 1924 para fins educacionais. Em paralelo, a ação judicial movida pelos familiares dos *desaparecidos* era de que o Estado tinha por obrigação proteger os legados materiais que constituíam uma prova nos processos judiciais contra a violação dos direitos humanos.

⁹³ A *Villa Grimaldi* era um edifício residencial num jardim, convertido pela política de Pinochet (DINA), em 1978, num centro clandestino de detenção, em 1978, denominado *Cuartel Terranova*. Por lá, durante a ditadura, passaram 4500 presos políticos, 236 dos quais classificados como “cidadãos desaparecidos”.

⁹⁴ O *Parque* terá passado por vários momentos, de acordo com Maria Chiara Bianchini (2015). No início, os acontecimentos ocorridos no *Cuartel Terranova*, sem quase referências físicas, eram apenas relatados e transmitidos por presos políticos que ali faziam visitas. Mais tarde, em 2007, uma pequena sala foi instalada onde foram expostos restos de carris que haviam sido encontrados junto de corpos que haviam sido atirados ao mar, e recuperados após o ano 2000, como prova contra os crimes cometidos pelo regime de Pinochet. A partir de 2006, em paralelo também se constituiu um arquivo oral e histórico com documentação sobre a história da repressão ditatorial e, em particular, da Villa Grimaldi. Bianchini refere o Parque, no século XXI, como um “monumento-memorial-museu” (Bianchini 2015).

Elizabeth Jelin e Victoria Langland, dada a historicidade das lutas pela memorialização das histórias “difíceis”, o que pode ser entendido como “sucesso” ou “fracasso” (debatendo, aliás, as autoras, a pertinência destes termos no que toca a estes processos) num determinado momento pode conduzir a outras ressignificações, apropriações ou usos (Jelin e Langland 2003). A análise da trajetória de Carabanchel já em democracia, brilhantemente descrita no livro organizado por Carmen Ortíz García (2013b), narrando o percurso de um edifício que desapareceu, mas que, através da contestação, das associações criadas, das visitas realizadas, não desapareceu “da sua paisagem patrimonial” (Viejo-Rose 2013, 24) enfatiza, com efeito, a importância de se analisar o chamado *memory work* (Alderman e Inwood 2013; Till 2008). Ou seja, remetendo-nos para o caso desta tese, não só “o labor envolvido na construção de paisagens da memória” atentando à “criatividade política e cultural necessária para criar espaços públicos através dos quais os cidadãos podem debater os seus entendimentos do passado” (Alderman e Inwood 2013, 195), mas também o trabalho gerundial e, muitas vezes, intangível da memória, independentemente de se construírem, de facto, espaços materiais como museus ou memoriais.

“O património que resta de Carabanchel são as pessoas”, seriam as palavras de Antonio Castillo, um dos elementos mais envolvidos no processo de preservação daquele cárcere, perante a constatação da ruína que se tornara a prisão política de alta segurança erguida por Franco (Bianchini 2015, 417). Evoco – e recorro várias vezes – esta afirmação, porque, por um lado, considero que espelha bem a conceção – defendida por um conjunto de autores (Byrne 2009; Harrison 2013; Smith 2006, 2012) de um património que excede o visível ou a materialidade. Por outro lado, porque me parece salientar uma das dimensões “etnografáveis” – a que mais me interessa – do património: a das pessoas. Ou seja, remetendo-me à minha investigação, aos elementos das associações concernentes à preservação dos lugares de memória da ditadura e antigos presos políticos (que muitas vezes combinam esses dois papéis) bem como os visitantes do – até então – único museu em Portugal que versa sobre este período, instalado num antigo cárcere.

“A materialidade”, escreveu Dacia Viejo-Rose, “é um aspeto importante do lugar, influi no nosso encontro fenomenológico com sítios particulares através da sua presença física [...] [mas] os lugares também são *loci* para experiências, acontecimentos e recordações” (Viejo-Rose 2013, 24). Com efeito, embora tenha focado este capítulo na *matéria* dos lugares de memória – que, na aceção de Nora, podem ser igualmente tão intangíveis quanto um minuto de silêncio (Nora 1989) – é sobretudo da imaterialidade que tratará a tese: dos discursos, das motivações, emoções, atendendo a que “o património não é uma coisa, sítio ou lugar” (Smith 2012) mas toda

a arquitetura intangível de significados que o constrói e que a prática da etnografia, “esse modo de ver de perto e devagar com as pessoas (Leal 2016, 145) pode complexificar.

Em suma, este capítulo procurou compreender de que maneira a memória da ditadura se inscreveu no espaço português, quer seja através da colocação de placas evocativas, da toponímia ou da criação de museus, dando conta das suas especificidades do caso português, mapeando dialogicamente, entre o passado e o presente, um conjunto de lugares repressivos, para assim poder situar os casos de estudo. A primeira secção pretendeu demonstrar, percorrendo as trajetórias diversas de um conjunto de lugares repressivos da ditadura – tal como cadeias e delegações da polícia política – como o país viveu até 2015 sem que nenhum destes espaços se tivesse musealizado, permitindo compreender a excecionalidade da abertura do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, que dará mote ao segundo capítulo. E porque, retomando as palavras de António Borges Coelho, “o tempo lança um véu de esquecimento sobre a vida dos homens e a dos espaços em que se moveram” (A. B. Coelho 2015, 9), a segunda parte do capítulo, por seu turno, deu a conhecer o papel destes lugares em ditadura, entretecendo a produção historiográfica sobre estes com as vozes de um conjunto de antigos resistentes à ditadura que os experienciaram, sobretudo, entre cárcere ou interrogatório. Finalmente, tratou-se de caracterizar, no que concerne à memorialização da ditadura, também o papel do Estado, mas sobretudo, o da sociedade civil, associações cívicas e dos “empreendedores da memória” (Jelin 2002), cujo papel seria vital para a criação do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, abrindo caminho ao próximo capítulo.

2. Aljube: de Cadeia a Museu

Jaime Salomão, sentado numa cadeira da Associação de Património e População de Alfama⁹⁵, onde nos encontrámos pela primeira vez, vive na vizinhança desde que nasceu. Com o Tejo a reluzir azul na janela desafogada, contou-me como os guardas da GNR⁹⁶ guardavam as portas do Aljube e como as crianças não podiam brincar no pátio que se encontrava atrás deste. Falou-me de uma “atmosfera pesada”, de um “peso tão triste” que era ali morar. Perguntei-lhe se já tinha visitado o Museu e disse-me que não: “ainda estou a ganhar coragem”. “Porquê?”, perguntei eu. “Custa-me⁹⁷.”

Na Rua Augusto Rosa, uma rua abaixo do nosso encontro, encontra-se, desde 2015, o Museu do Aljube. Enquanto cadeia da ditadura, constituiu um destino frequente – estima-se que mais de 30.000 homens terão passado por lá – para o envio dos presos durante a chamada instrução dos processos, a partir de 1945. Tornar-se-ia, todavia, prisão para presos sociais e políticos logo no ano de 1928, dois anos após a instauração da Ditadura Militar.

A história do Aljube como cárcere viria, contudo, ainda mais de longe. Etimologicamente, o termo “Aljube” é herdeiro do vocábulo árabe *aljabb*, que significa “cisterna”, “poço sem água”, “cova profunda” (Fr. J. de Sousa 1789). Nas palavras do arabista Frade João de Sousa, além das significações aludidas, em finais do século XVIII, em Portugal, o termo aljube referia-se à “*cadêa*

⁹⁵ A APPA – Associação de Património e População de Alfama, fundada a 1 de setembro de 1987, tem como missão, de acordo com a sua página de *Facebook*, “envolver a população de Alfama na defesa do seu património cultural, arquitectónico e arqueológico”. Desloquei-me a esta associação, uma primeira vez, pela proximidade com o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, com o objetivo de que me sinalizassem alguns antigos vizinhos do Museu ainda enquanto cadeia. Deste modo, foi-me indicado o nome de Jaime Salomão, com o qual me viria a reunir no mesmo local. Esta associação, curiosamente, ficou mediaticamente ligada à perspectiva de construção do futuro Museu Judaico, no Largo de São Miguel, em Alfama, ao interpor uma providência cautelar que impedisse as obras para a sua edificação naquele local - escolhido, simbolicamente, pela proximidade com a antiga Judiaria de Alfama - por descaracterização do bairro. Segundo o jornal *Público*, a Presidente da APPA terá explicado que os moradores “receberam com muita surpresa” a notícia desta construção, lembrando que a oposição não estava relacionada com o museu em si, propondo, para este, outra localização ou “a alteração completa do [seu] projeto arquitectónico”. Citada pelo mesmo jornal, a arquiteta Soraya Genim da organização do Fórum do Património considerava ainda que “o edifício do museu judaico de Lisboa não respeita[ria] as características arquitectónicas daquele largo em Alfama e ultrapassa[ria] as determinações do Plano Directo Municipal” (D. M. Cardoso 2017). Decorrente desta contenda, o projeto de construção acabaria por se transferido para Belém, sendo a 31 de março de 2021, assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação Hagadá para a instalação do museu, sendo o arquitecto responsável pelo mesmo Daniel Libeskind, autor de outros museus judaicos como o de Berlim e São Francisco. Informação disponível em: <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/museu-judaico-de-lisboa-sera-construido-em-belem>. Acedido em 1-10-2021.

⁹⁶ Guarda Nacional Republicana.

⁹⁷ Entrevista com Jaime Salomão, 31-03-2017, Lisboa.

dos delinquentes em *materia Ecclesiastica*” (Fr. J. de Sousa 1789, 39). O que explica que noutras cidades portuguesas como Porto e Ponta Delgada houvesse também “Aljubes”, uma vez que o termo refere genericamente prisões de foro eclesiástico. E com efeito, seria essa a função deste edifício até cessar no século XIX, como consequência da abolição do foro eclesiástico em 1833.

Durante todo o século que se lhe seguiu continuou como cadeia, abrigo, destarte, uma prisão para mulheres acusadas de delito comum. De acordo com Eliana Oliveira – autora de uma Dissertação de Mestrado em História Contemporânea sobre a Cadeia do Aljube – os registos de entrada e saída desta cadeia no fim do século XIX⁹⁸, indicam que a maioria das mulheres então encarceradas haviam sido detidas devido a “furto, ofensas à moral, desobediência, falsear declarações à autoridade, mendicidade, embriaguez, injúrias e ofensas corporais” (E. C. G. de Oliveira 2012, 41). A edição do jornal Diário de Notícias de 26 de julho de 1925 que dedicou uma reportagem à cadeia de mulheres, adverte o leitor, assinalando que

«a gente que em Lisboa se diverte ou trabalha desconhece em geral as dores, as aflições, as agonias da Lisboa subterrânea e triste [...] [e] não suspeita nem de longe, quanta amargura se oculta, quanta tragédia se desenrola à sua volta. Esta formosa capital, enquanto de quantos a visitam e se deslumbram na beleza dos seus panoramas e na maravilha dos seus monumentos, tem, como todas as grandes cidades, aspectos dolorosos que a maioria desconhece.» (*Diário de Notícias* 1925, 2)

Além destas mulheres, outros milhares de homens viriam a conhecer poucos anos mais tarde, “as agonias da Lisboa subterrânea e triste”. Com efeito, três anos depois da referida reportagem, a cadeia do Aljube destinava-se a presos políticos e sociais – tornando-se numa prisão exclusivamente para homens⁹⁹. E a partir de 1934, com a atribuição das competências em matéria prisional à PVDE, tornar-se-ia uma das cadeias privativas de Lisboa da polícia política. Mas nenhum destes homens – antigos presos desta prisão política que entrevistei – me transmitiu as eufemísticas impressões com que o jornalista do Diário de Notícias terminou, em 1925, a sua reportagem, ao dizer que “apesar de toda a tristeza que encerra, o Aljube não é tão mau como pode imaginar-se” (*Diário de Notícias* 1925, 2).

Pelo contrário, Carlos Brito, por exemplo, que viria a estar em isolamento por 5 meses – referiu-se ao Aljube, numa entrevista ao jornal *Expresso* como “a mais sinistra das prisões da

⁹⁸ Estes registos encontravam-se para consulta, segundo a autora em 2012, nos Serviços da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

⁹⁹ Na obra *Elas estiveram nas prisões do fascismo* é indicado que nesta cadeia “passaram também pelo menos duas mulheres: Ana Pomareda Batlne, natural de Barcelona, presa no Crato, depois levada para o Aljube, em seguida para Caxias e finalmente devolvida a Espanha pela fronteira de Elvas, e Maria Fernanda Cunha, natural de Fafe, presa em 9 de Junho de 1937 e solta duas semanas depois” (União de Resistentes Antifascistas 2021, 113).

ditadura” (Soares 2016a). Quando lhe perguntei porquê, quando nos encontrámos durante uma tarde quente em Alcoutim, e uma vez que viria, por exemplo, a estar preso durante seis anos na Fortaleza de Peniche, disse-me prontamente: “Por causa da tortura.” E continuou: “As celas eram, elas próprias, uma forma terrível de tortura. Diminutas, mal iluminadas, com a porta fechada, ficava-se como que sepultado [...] totalmente desocupado e desapossado de tudo, até dos cordões dos sapatos...”¹⁰⁰

Com efeito, o isolamento (e a subsequente incomunicabilidade) constituía uma das mais duras formas de tortura utilizada pela polícia política. E as pequenas celas onde se confinavam os presos, constituiriam, irremissivelmente, a marca pela qual ficaria conhecida esta prisão nomeadamente a partir da década de 1940, momento em que se especializaria como retaguarda prisional dos interrogatórios da polícia e como cadeia de isolamento rigoroso. Era ali, enclausurados naquelas que ficariam conhecidas como “gavetas” ou “curros” – numa claustrofóbica alusão à sua diminuta dimensão – que ficavam os presos, durante o período de interrogatórios que decorriam na sede da polícia política, na Rua António Maria Cardoso, não muito longe dali. De lá só saíam, muitas vezes, para ir às sessões de interrogatório, bem como (ou sobretudo) de violência, pancadaria, e torturas várias¹⁰¹. Regressando para a clausura das celas, permaneciam, nas palavras Carlos Brito, “completamente isolados do mundo para pensarem no horror de novas torturas”¹⁰², para as quais muitas vezes – e na inquietação de não saber quando – retornavam.

António Borges Coelho, estaria mais um mês do que Carlos Brito no isolamento do Aljube. Só saíria seis meses depois de entrar – o prazo legal imposto pela PIDE, mas, tantas vezes, prevaricado pela mesma – desta vez doente, para ir para Caxias que também funcionava como prisão-hospital. De acordo com o então recém-funcionário do Partido Comunista, uma das primeiras preocupações aquando preso no Aljube, consistia em “saber se a PIDE tinha apanhado alguém e se tinha conseguido decifrar papéis e através dos papéis, mais alguém podia ter sido caçado”¹⁰³. Mas a preocupação que se lhe seguia era, nas palavras do mesmo, “aguentar,

¹⁰⁰ Entrevista com Carlos Brito, 2-5-2017, Alcoutim.

¹⁰¹ De acordo com Eliana Oliveira (2012), o trajeto do Aljube para a sede da polícia política foi, ao longo do tempo, feito de formas diferentes. Segundo esta, o percurso era inicialmente feito a pé, pelo preso e pelos agentes que a escoltavam, existindo igualmente relatos de que alguns foram transportados por carros elétricos e táxis. “Mais tarde, o transporte passou a ser feito em viaturas da PSP de grande dimensão. João Paulo Freire, nas suas memórias refere que já no início dos anos 40, o meio de transporte, entre o Aljube e a Rua António Cardoso, era feito numa camioneta fechada. [...] A partir dos anos 50 e 60 a PIDE começou a utilizar pequenas carrinhas prisionais da própria polícia. A dificuldade de transporte dos presos foi um dos argumentos usados para o encerramento da cadeia” (E. C. G. de Oliveira 2012, 52).

¹⁰² Entrevista com Carlos Brito, 2-5-2017, Alcoutim.

¹⁰³ Entrevista com António Borges Coelho, 31-03-2017, Parede.

sobretudo, aquela vida horrível que era a da cela”, na qual só se podia dar “um passo à frente e voltar a dar um passo atrás”¹⁰⁴. Descreveria num poema breve, a extensão do seu “curro”: “Sala 2, cela 1/ Passos dois por um”¹⁰⁵.

Na penumbra opressiva das 13 celas – onde a tarimba onde dormiam ocupava toda a dimensão dos “curros” aquando descida – “o preso vivia”, nas palavras de Borges Coelho, da “atividade da memória”¹⁰⁶. Outros teceriam o tempo “com exercícios ginásticos” apesar da “claustrofobia” (S. Ribeiro 1983, 33) ou, viviam, tão somente, “da imaginação” (Aranha e Ademar 2014, 99).

“Pior que estas celas”, escreveu José Dias Coelho, “só o ‘segredo’” (1974, 93). Com efeito – não obstante os curros, lado a lado, no longo corredor serem efetivamente 13 – existia ainda uma outra cela disciplinar que se encontrava afastada de todas as restantes. Nesta “gaveta” interior, sobre a qual José Dias Coelho declarou ser “impossível viver” embora estivesse “constantemente habitada por presos castigados” (J. D. Coelho 1974, 93), o silêncio e a escuridão eram imperscrutáveis e o acesso às visitas familiares proibido.

O edifício do Aljube tinha ainda outras salas onde os presos eram mantidos em comum. A sala 3, por exemplo, funcionava como um verdadeiro “cais de embarque pois era aqui que se mantinham provisoriamente os presos políticos que transitavam de uma prisão para outra” (E. C. G. de Oliveira 2012, 73). António Espírito Santo, que esteve seis meses de uma primeira vez, e oito meses de uma segunda (excedendo o que estava, legalmente, previsto pela própria polícia política) contou-me que na “sala comum”, onde esteve, se sentia “toda solidariedade” e nesta, que me referiu vir a tornar-se, sob a vigilância dos carcereiros, por vezes, uma “sala de estudo”¹⁰⁷, eram, por exemplo, ensinados a ler, os presos que não o sabiam. Na sala 2A, inclusivamente chegariam a ministrar-se pequenos cursos de Economia Política ou História de Portugal (cf. AA.VV 2011, 42).

No último piso, havia ainda uma sala que ficaria conhecida como a “sala dos reposteiros”, na qual a polícia política recorreria a diversos métodos de tortura vedada com cobertores para

¹⁰⁴ Entrevista com António Borges Coelho, 31-03-2017, Parede.

¹⁰⁵ De acordo com a informação disponível em: Madeira, João. 2010. «António Borges Coelho, militante, historiador, homem de causas e utopias». Em *Procurar a Luz para Ver as Sombras - Catálogo da Exposição Bibliográfica*, 11–45. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Museu do Neo-Realismo. Remetendo-me aos versos, importa dizer que antes da construção dos “curros”, o espaço que as celas vieram ocupar era, efetivamente, uma sala coletiva denominada Sala 2. Os “curros” tinham a mesma largura (o que se traduz que, nos relatos memoriais de vários antigos presos, estes descrevam que os seus braços abertos tocavam nas paredes). Todavia, tinham alguma (mas não muita) variação no comprimento. Por exemplo, Sérgio Ribeiro refere “três pequenos passos” (S. Ribeiro 1983, 30) que separavam a grade da parede do fundo.

¹⁰⁶ Entrevista com António Borges Coelho, 31-03-2017, Parede.

¹⁰⁷ Entrevista com António Espírito Santo, 30-3-2017, Barreiro.

que os gritos das vítimas não fossem ouvidos (cf. AA.VV 2011, 33), informação corroborada pelo testemunho de vários presos políticos como Francisco Martins Rodrigues¹⁰⁸, preso naquele cárcere em 1950 e libertado em 1951, que mencionou “as sessões sádicas da tortura na ‘sala dos reposteiros’ do Aljube” (F. M. Rodrigues 1999, 30), ou ainda pelas palavras de José Magro¹⁰⁹ que aludiu a uma “pequena sala nua com as janelas entaipadas [e] a porta coberta com mantas para abafar os ruídos” (Magro 1974, 140). O ruído, contudo, ouvia-se. Mas como se ouvia igualmente da rua para dentro, por vezes, os vizinhos do Pátio do Aljube ligavam, deliberadamente o rádio – numa transmissão imaterial de solidariedade – para os presos da sala 2A, sobretudo, o poderem ouvir.

Em 1936, o mesmo piso recebeu obras [onde até então havia um “posto médico” rudimentar (cf. Caldeira *et al* 2015)] para ali instalar uma enfermaria “geralmente destinada a presos vindos de interrogatórios em condições que obrigavam ao seu internamento, antes de seguirem para o Forte de Caxias” (Caldeira *et al* 2015, 16). Preso na enfermaria, o escritor Miguel Torga escreveria os seguintes versos a 1 de fevereiro de 1940: “Clareou. Vieram pombas e sol./ E de mistura com Sonho,/pousou tudo num telhado.../ (Eu, destas grades, a ver, desconfiado.)/ Depois, /uma rapariga loira,/ (era loira)/ num mirante/ estende roupa num cordel [...] (Torga 1999, 73) ¹¹⁰”.

¹⁰⁸ Francisco Martins Rodrigues (1927-2008) foi membro do Partido Comunista Português. Na década de 60, entrou em rutura com o PCP, no seguimento da controvérsia sino-soviética, formando em 1964, com Rui d’Espiney e João Pulido Valente, a Frente de Acção Popular (FAP)/ Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). Esta constituiu a primeira organização “marxista-leninista” que “defendia abertamente a luta armada e, inclusivamente, elaborou planos de acções, apesar de não as conseguir concretizar, pois estes três dirigentes foram presos pela PIDE quando se encontravam clandestinamente em Portugal para realizarem a primeira acção armada contra a ditadura” (A. S. de M. Ferreira 2015, 55). De acordo com Ana Sofia Ferreira, “ainda que Comité Marxista-Leninista Português se tivesse formado em Abril-Maio de 64 [uns meses após a criação da Frente de Acção Popular], na prática as duas organizações não se distinguiram, coincidindo organicamente. Para além da edição do jornal *Revolução Popular* e do *Acção Popular* pela FAP, a Direcção do CMLP e o Secretariado da FAP confundem-se na sua actividade” (*idem*, 115).

¹⁰⁹ José Magro (1920-1980) passou 21 anos da sua vida em encarcerado e cerca de nove na clandestinidade. Entrou para o PCP em 1940. Foi preso pela primeira vez em 1951 e seria apenas libertado em 1957, regressando imediatamente à clandestinidade. Voltaria a ser preso em 1959, participando na fuga de Caxias no carro blindado de Salazar em 1961. É capturado novamente em 1962, condenado em 1966 a cinco anos de prisão e medidas de segurança, sendo apenas libertado a 25 de Abril de 1974 (Pimentel 2013b, 659).

¹¹⁰ Adolfo Correia da Rocha (1907-1995), conhecido pelo seu pseudónimo Miguel Torga, foi autor de vasta obra literária. Emigrou para o Brasil e, posteriormente, cursou Medicina. Estreando-se no domínio da poesia, foi, contudo, com os dezasseis volumes do seu Diário que ficaria conhecido e que começou a escrever em 1932. Crítico da situação política, foi em 1938 que começou a ter problemas com a censura. No fim do ano seguinte, foi preso em Leiria, passando dois meses nas prisões do Limoeiro e do Aljube. Do ponto de vista político, continuou a participar em iniciativas de oposição ao regime solidarizando-se com vários antifascistas como Mário Soares e apoiando as candidaturas de Norton de Matos e Humberto Delgado, enquanto, além da escrita, exercia a sua profissão de médico (Andrade 2007).

O edifício encerraria apenas em 1965, devido aos protestos nacionais e internacionais (sobretudo da Amnistia Internacional) que contestavam as condições dos detidos, à falta de segurança bem como a alegação por parte da polícia política de que este denegria a imagem do país.

Posteriormente, o edifício viria a permutar de cadeia privativa da PIDE para o Ministério da Justiça e seria de novo intervencionado no sentido de ali preparar um estabelecimento prisional que pudesse servir de prolongamento da vizinha cadeia do Limoeiro, destinada a presos comuns, que se encontrava sobrelotada (cf. Caldeira *et al* 2015). Em 1969, sofreria, assim, um conjunto de obras, que fariam irredutivelmente extinguir os “curros”, onde os presos políticos, duramente, haviam suportado o isolamento. As celas remanescentes foram renovadas e construiu-se um novo parlatório, bem como um refeitório (cf. Oliveira 2012, 49). Essa mudança – que se previa transitória até à conclusão da obra da nova Cadeia Comarcã de Lisboa – de transferência dos presos transferidos da Cadeia do Limoeiro para o Aljube, não se chegaria, todavia, a efetivar.

Posteriormente, já em democracia, o edifício viria a ter diversas ocupações dentro do âmbito do Ministério da Justiça, entre as quais a delegação regional do Instituto de Reinserção Social, e sujeitar-se-ia a intervenções que o descaracterizariam ainda mais. Em abril de 1984, seria, todavia, colocada uma lápide no exterior do edifício com a inscrição: “Aqui/ do silêncio das gavetas/ da pátria amordaçada/ dos peitos desfeitos pelas torturas da pide¹¹¹/ subiu o clamor da liberdade/ floriu Abril”. Sobre a placa, ouviríamos uma repórter de uma reportagem da TSF anos mais tarde dizer “Não foi o suficiente para constar nos guias sobre Lisboa. Aqueles que costumam andar nas mãos dos turistas”¹¹².

2.1. “As cidades fazem-se de memórias”: das contestações de 2005 à abertura da exposição “A Voz das Vítimas”

Artur Pinto, era em 1965 um jovem estudante, quando foi preso com cerca de mais 30 pessoas, que integravam com maior ou menor grau de responsabilidade a organização universitária do Partido Comunista Português ou organizações unitárias como as Juntas de Acção Patriótica. As cerca de 10 mulheres que consigo foram presas, foram para a Cadeia de Caxias e os restantes,

¹¹¹ Mantenho a letra minúscula do acrónimo, tal como se encontra na lápide.

¹¹² «“Aljube - A Voz das Vítimas”, Alice e a Matemática». 2011. *A Semana Passada*. TSF. <https://www.tsf.pt/programa/a-semana-passada/emissao/aljube---a-voz-das-vitimas-alice-e-a-matematica-1831617.html>. Acedido em 10-10-2018.

cerca de 20 homens, foram para o Aljube. Não sabe ao certo, com precisão, o seu tempo de encarceramento, mas pelas suas contas (e depois já ter falado com “um” e, “entretanto, com outros”¹¹³), concluiu que terá estado por cerca de dois meses em isolamento.

Quarenta anos mais tarde desta sua prisão – digo *esta*, porque de seguida seria encaminhado para a Prisão de Caxias – em 2005, o antigo edifício do Aljube, na Rua Augusto Rosa, ainda albergava, no âmbito do Ministério da Justiça, o Instituto de Reinserção Social. Umas ruas abaixo no Chiado, guindastes começavam a circundar o edifício da antiga delegação nacional da polícia. Uma empresa pretendia construir no edifício conhecido como “Paço do Duque” (propriedade da Fundação D. Manuel II - Casa Real Portuguesa) um condomínio privado, relatando no seu *website* a história do edifício. Mas como avança o jornal *Público*, numa notícia de 2005, a resenha contava “apenas a história do edifício até ao ano de 1640, quando os conjurados ali se reuniram e escolheram o 1º de Dezembro para a restauração da independência de Portugal” (*Público* 2005a). Mantendo o nome Paço do Duque para o condomínio de luxo sem alusão ao seu passado recente, vimos como tantas vezes, nas palavras de Paul Connerton “os nomes dos lugares são semanticamente opacos: eles cobrem o passado de um lugar, escondem metade da história” (Connerton 2009, 10).

Mas porque, nas palavras do poeta uruguaio Mario Benedetti, focando precisamente o que institucionalmente se esquece, mas intimamente se lembra, “o olvido está cheio de memória” (Benedetti 2000), seria perante a notícia da demolição da famigerada delegação nacional da polícia política e da sua transformação num condomínio privado, que um grupo de cidadãos – entre os quais Artur Pinto – se mobilizaria via internet e mensagens telefónicas para se manifestar contra o desaparecimento do local. O comunicado que acompanhava esta mobilização, por seu turno, tinha, precisamente, o sugestivo título: “Não deixamos que nos apaguem a memória”. Com efeito, para os seus promotores, “a memória dos dias negros não pod[ia] ser apagada”, defendendo estes que se constituísse, no edifício, “um museu que ao mesmo tempo possibilit[asse] a preservação da História e a sua investigação”, num país onde “não se valoriza a memória colectiva” (Narciso 2015, 9 e 10)¹¹⁴.

Assim, a 5 de outubro de 2005, juntar-se-iam numa manifestação junto do edifício cerca de quarenta pessoas, entre as quais vários historiadores e antigos presos pela polícia política do Estado Novo. Da varanda do prédio – agora transfigurado –, João Almeida, membro da ATTAC, “associação que defende uma globalização solidária” e um dos principais organizadores da

¹¹³ Entrevista com Artur Pinto, 2-3-2017, Lisboa.

¹¹⁴ Excerto do comunicado reproduzido em: Narciso, Raimundo. 2015. Movimento Cívico Não Apaguem a Memória - NAM. 2005-2015 Breve resenha histórica da sua actividade. Lisboa: Edição de Autor.

manifestação leu um apelo à “preservação da memória dos dias escuros” (*Público* 2005b, 22). Na mesma varanda, uma faixa deixava ler inscritos os nomes de torturados e assassinados pela PIDE. Noticiados pelos jornais e blogues, os manifestantes – muitos dos quais haviam experienciado diretamente aquele espaço em interrogatórios e subsequentes torturas – exigiam não só a sua conservação como a sua transformação num espaço museológico de que, volvidos mais de trinta anos desde o fim da ditadura, o país ainda padecia. O jornal *Público* de 6 de outubro de 2005 que dava conta da manifestação, assinalava que Maria Leonor Baeta Neves, que ali fora interrogada com 18 anos, decidira, 50 anos depois “voltar para se despedir do local onde teve “um medo” que nunca mais esqueceu” (*idem ibidem*).

Com efeito, a antiga sede da PIDE/DGS¹¹⁵ seria um local difícil de esquecer por muitos dos milhares de opositores que a conheceram, quando capturados ou chamados para interrogatório. Para alguns, como Joaquim Monteiro Matias – antigo advogado dos presos políticos¹¹⁶ que ali seria detido pela relação que mantinha com a organização de extrema-esquerda FAP (Frente de Acção Popular) – mesmo quarenta anos passados, “pronunciar “António Maria Cardoso” continuaria a ser uma coisa que ainda mexeria consigo.”¹¹⁷ Além da violência e das mortes que delas advieram, encobertas entre silenciamentos e eufemismos até ao fim da ditadura (e até, nalguns casos, após esta), no dia 25 de Abril de 1974, por seu turno, sentindo o inesperado cerco das forças revolucionárias e populares, os agentes da PIDE/DGS dispararam indiscriminadamente sobre a multidão. A Rua António Maria Cardoso, tornou-se, assim, o único palco público sangrento do golpe militar com quatro mortes, cujos nomes, por iniciativa de um grupo de cidadãos em 1980, ficariam, para sempre inscritos numa placa em pedra branca na parede do edifício: “Aqui, na tarde de 25 de Abril de 1974, a PIDE abriu fogo

¹¹⁵ De acordo com a historiadora Irene Flunser Pimentel, “várias fontes dão como sedes da PVDE a Rua Serpa Pinto – antiga Rua 16 de Outubro, ainda conhecida, em 1933, por “Rua da Leva da Morte” -, onde estava situada a Secção Política e Social, e a Rua António Maria Cardoso, onde estava instalada a Secção Internacional e de Estrangeiros” (Pimentel 2007a, 50).

¹¹⁶ Em entrevista a Ana Aranha, Joaquim Monteiro Matias refere que, quando capturado em 1967, havia defendido, como advogado, no Tribunal Plenário, “10 ou doze presos políticos de várias orientações – PCP, FAP e MPLA” (Aranha e Ademar 2014, 166).

¹¹⁷ Testemunho de Joaquim Monteiro Matias em Aranha e Ademar, 2014, 168.

sobre o povo de Lisboa e matou: Fernando Gesteira¹¹⁸, José Barneto, Fernando Barreiros dos Reis e José Guilherme Arruda¹¹⁹.

Mais de três décadas depois, não obstante as pressões e esforços em torno da sua preservação, acabaria por se tornar, definitivamente, poucos anos mais tarde, num complexo de apartamentos¹²⁰.

A manifestação de 5 de outubro de 2005 não seria, todavia, em vão. Com efeito, desta iniciativa, nasceu o Movimento Cívico Não Apaguem a Memória¹²¹. Manteria o estatuto jurídico

¹¹⁸ O nome correto do então jovem de 18 anos, empregado de mesa, é Fernando Carvalho Giesteira. Fábio Monteiro, no livro *Esquecidos de Abril – Os Mortos da Revolução sem Sangue* (2019) refere que a grande maioria dos artigos jornalísticos da época transfigurou o nome deste. O *Diário de Notícias* de 26 de Abril de 1974, por exemplo, dando conta da morte deste referiu-se-lhe como “Fernando Carvalho Gesteiro”. De acordo com Fábio Monteiro, “os vários lapsos no registo do nome de Fernando induziram, mais tarde, outros em erro” (Monteiro 2019, 66), o que explica que o nome da placa também ele esteja incorreto. Na perspetiva do geógrafo Derek H. Alderman, a toponímia é lugar privilegiado para constituir uma “arena memorial”, “um veículo importante para trazer o passado para o presente, ajudando a entretecer a história no tecido geográfico da vida quotidiana” (Alderman 2002, 99). Assim, a 11-5-2018, deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa, uma petição subscrita por 447 cidadãos para atribuição de topónimo, enviada pelo jornalista e autor Pedro Vieira, que seria remetida à 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto. A 30-5-2018 foram ouvidos os primeiros proponentes da petição lançada “no sentido de ser atribuído aos homens assassinados pela polícia política (PIDE), no dia 25 de Abril”, uma melhor informação toponímica, tendo por objectivo resgatar a memória de “João Arruda, Fernando Gesteiro, Fernando dos Reis e José Barnetto”, requerendo também a correção do nome de Fernando Giesteira. Entre outras recomendações, os Grupos Municipais e os deputados independentes do 7º CPCEJD solicitaram à Assembleia Municipal que recomendasse à Câmara Municipal de Lisboa que – em conjunto com o Museu do Aljube, associações ligadas ao 25 de Abril entre outras entidades – se estudasse “a viabilidade de promover um maior destaque dos movimentos de resistência e dos acontecimentos que decorreram no dia 25 de Abril, na Rua António Maria Cardoso e outros lugares chave do Movimento dos Capitães”, se promovesse “a reparação do memorial expresso na placa toponímica, corrigindo as eventuais imprecisões e dando-lhe uma maior visibilidade para quem circula naquela via”, e, por fim, que “pondera a atribuição de novas designações toponímicas, em vias da cidade, que relevem a memória dos cidadãos assassinados pela PIDE, no dia 25 de Abril”. Informação disponível em: <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1530496393Z2gAJ7vv0Lv83YG7.pdf>. Acedido em 10-10-2020. À data da revisão da tese, todavia, o nome de Fernando Giesteira inscrito na placa supracitada continua incorreto.

¹¹⁹ O jornalista Fábio Monteiro no já aludido *Esquecidos em Abril – Os mortos da revolução sem sangue* faz ainda menção à morte de António Lage “servente assalariado” da PIDE/DGS, “que, amedrontado pelos gritos da população, “tentou fugir e acabou baleado por um revolucionário; levou uma rajada de G3 nas costas” (Monteiro 2019, 21)

¹²⁰ Em 2020, deparei-me com um “excecional apartamento T3 no luxuoso condomínio do Paço do Duque no Chiado [com um] terraço com extraordinária vista panorâmica da cidade de Lisboa e o Tejo” assim descrito pelo *website* do portal imobiliário *Idealista*, que se encontrava à venda por 2.250.000 euros. Informação disponível em: <https://www.idealista.pt/imovel/28666208/>. Acedido em 31-07-2020.

¹²¹ Conforme a Carta do Movimento aprovada em 29-09-2006, reproduzida no livro *Movimento Cívico Não Apaguem a Memória - NAM. 2005-2015 Breve resenha histórica da sua actividade*, a criação do grupo foi motivada “pela exigência da salvaguarda, investigação e divulgação da memória da resistência antifascista e que considera ser responsabilidade do Estado, do conjunto dos poderes públicos e da sociedade a preservação condigna dessa memória” (Narciso 2015, 23).

de movimento até 2008, ano a partir do qual, com a eleição dos seus corpos sociais¹²², se tornaria a Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, com atividade desenvolvida predominantemente na região de Lisboa, embora com um núcleo ativo no Porto (ver Capítulo 3).

Uma das primeiras iniciativas do Movimento foi a de apresentar à Assembleia da República uma petição¹²³ – que ali deu entrada em julho de 2006 – que reclamava a criação de “um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e da resistência à ditadura [e] que aproveite os espaços emblemáticos dessa realidade”¹²⁴, condenando ainda a transformação da delegação nacional da polícia política num condomínio privado. Artur Pinto, que se encontra desde a génese, como membro muito ativo da agora Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória afirmou-me que, para si:

«se havia um local de memória que tinha que ser preservado, era, por um lado, a sede da PIDE e [por outro] a cadeia do Aljube. E porquê? A sede da PIDE porque era a sede da PIDE, como é evidente. O Aljube porque foi a cadeia por onde passaram todos os presos, ou seja, mesmo que o preso não fosse para julgamento, ou a sua investigação não prosseguisse, ele ficava preso no Aljube.»¹²⁵

Assim, de acordo com Artur Pinto, tornado “empreendedor de memória” na feliz expressão de Elizabeth Jelin (2002) tendo-se perdido já a possibilidade de se fazer um espaço museológico na antiga sede da polícia política (que era, ao contrário do Aljube, um espaço privativo que havia sido, durante a ocupação deste pela PIDE/DGS, alugado), o lugar a atentar, seria, efetivamente, esta cadeia política. Tal incumbência tornar-se-ia, nas palavras deste, “a segunda fase do combate do Movimento”¹²⁶. Ainda nas palavras do mesmo:

¹²² A 17-05-2008, a Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, elegeu Raimundo Narciso para Presidente da Direção e Lúcia Ezaguy para Vice-Presidente, ambos fazendo parte dos órgãos sociais de uma lista única que se candidatou para o mandato entre 2008 e 2010. Raimundo Narciso, o qual tive o privilégio de entrevistar em janeiro 2017 ainda na qualidade de Presidente da Direção, manteve esse cargo nos biénios de 2010-2012 e 2014-2016 (ano em que, oficialmente, terminou o seu mandato, encontrando-nos para entrevista, num momento de transição enquanto a Associação aguardava eleições para novo mandato). No biénio 2012-2014 seria Helena Pato a tornar-se Presidente da Direção. Maria Gabriela Soares Vieira da Silva, por seu turno ocuparia esse cargo entre 2017 e 2019, sendo substituída por Fernando Mariano Cardeira para o biénio 2020-2022.

¹²³ Petição 151/X/1, Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, Assembleia da República (admitida em 6-9-2006) – Reclamam a criação de um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura, condenam a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e apelam a todos os cidadãos e organizações para preservarem, de modo duradouro, a memória colectiva dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal.

¹²⁴ Idem ibidem.

¹²⁵ Entrevista com Artur Pinto, 2-3-2017, Lisboa.

¹²⁶ Idem.

«Antes disso, ainda em 2006, basicamente fui eu que tive a iniciativa de convocar uma manifestação de antigos presos políticos e familiares junto às instalações da cadeia do Aljube [...]. Fizemos aí a manifestação, teve cobertura nomeadamente da parte dos órgãos da comunicação social. Foi uma manifestação, digamos, com relevo, e que foi talvez a manifestação que deu um pontapé maior no Movimento, no sentido do seu reconhecimento público.»¹²⁷

Nesta manifestação decorrida junto dos então serviços de Reinserção Social, no primeiro dia do mês de julho de 2006 – ano em que o Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, vila-natal de Salazar propôs a criação de um Museu do Estado Novo¹²⁸ – terão estado

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Esta referência foi feita pelo próprio Artur Pinto no texto que leu na manifestação. Todavia, como recorda Filipa Raimundo, esta proposta (entre vários nomes como “Centro Documental Museu e Parque Temático do Estado Novo” e “Casa-Museu Salazar”) já vinha de longe desde a década de 1990 (Raimundo 2018). Em 2006, o recém-eleito Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, voltou a retomar a ideia de criar o museu em torno do ditador. Na sequência dessa vontade, a URAP entregou uma petição com 16.000 assinaturas, à Assembleia da República, onde repudiava a concretização dessa iniciativa. Em 2018, o Diário de Notícias, anunciou, em entrevista ao então Presidente da Câmara Municipal Leonel Gouveia que a criação de um “Centro Interpretativo do Estado Novo” localizado na Escola Cantina Salazar teria uma primeira fase de abertura em 2019, encontrando-se em marcha o projeto da criação de um “Museu do Estado Novo” (DN/Lusa 2018). Em 2019 – depois de se ter instalado a polémica sobre esta notícia – o *Diário de Notícias* adiantou que o futuro “Centro de Interpretação do Estado Novo” estaria integrado numa “Rede de Centros de Interpretação e Memória Política da I República e do Estado Novo” composta pelo “Centro de Interpretação da Primeira República/Casa-Museu António José de Almeida (Vale de Vinha, Penacova), Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal), Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo (Guardão, Tondela) e o Centro de Interpretação da Primeira República/Afonso Costa (Seia)”, num projeto que agregaria cinco câmaras municipais, a ADICES (Associação de Desenvolvimento Local) sob a coordenação científica e tecnológica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Miguel Marujo/ Lusa 2019). Apesar de um dos coordenadores científicos do projeto, João Paulo Avelãs Nunes, ter afirmado que quem viesse a visitar o futuro “Centro de Interpretação do Estado Novo numa perspetiva de apologia” do regime se sentiria “mais do que desiludido, incomodado” e garantido que este nunca se tornaria “um mausoléu” (Miguel Marujo/ Lusa 2019), a perspetiva da sua concretização foi fortemente criticada, nomeadamente, mas não só, por antigos antifascistas. Nesse sentido, a 28 de fevereiro de 2020 foi entregue uma petição da qual a URAP foi 1º peticionante, a Petição 81/XIV/1.ª, Comissão de Cultura e Comunicação, Assembleia da República (admitida em 5-26-2020) – Repúdio e exigência de que se trave e abandone a anunciada criação do “Museu Salazar”, com esse ou outro nome, em Santa Comba Dão. Esta teve cerca de 11 mil assinaturas para impedir a sua criação. Marília Villaverde Cabral, então coordenadora da URAP, afirmaria à Lusa que um museu desta natureza construído em Santa Comba Dão poderia tornar-se num “local de roagem dos saudosistas do passado, um lugar de culto” (Lusa 2020a, Lusa 2020b) que constituía, aliás, a grande preocupação expressada pelos peticionários. A 16 de junho de 2020, a petição foi discutida na Comissão Parlamentar de Cultura na qual foram ouvidos alguns dos subscritores, e foi tema em debate plenário a 4 de dezembro de 2020. Em fevereiro de 2021, a URAP, na sua página *online*, assinalou que o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX havia saído do projeto, invocando “a desistência de duas autarquias e diferendos com outras”. Foi assinalado também que o Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia havia apresentado um comunicado em que afirmava pretender, com outro parceiro científico, continuar o projeto do Centro de Interpretação do Estado Novo. Informação disponível em: <http://www.urap.pt/index.php/especial/contra-o-museu-salazar/1058-a>

presentes, de acordo com o livro que narra a história do NAM, “mais de uma centena de ex-presos políticos, familiares e amigos” (Narciso 2015, 12). Desta concentração resultou, ainda, um abaixo-assinado com a assinatura de 56 ex-presos políticos, que viria a acompanhar a petição que o NAM entregaria à Assembleia da República. Neste documento – cujos signatários eram antigos presos políticos não só desta como de outras cadeias políticas – exigia-se “a recuperação do edifício do Aljube como local de memória e resistência ao fascismo”, assinalando-se que “o regime democrático para o qual estes resistentes contribuíram significativamente se mantém estranhamente desatento a este passado”¹²⁹.

De acordo com Artur Pinto, aproveitando “o facto de haver uma conjuntura política favorável”, na qual o Governo era do Partido Socialista, bem como também o era a Câmara Municipal de Lisboa¹³⁰, “o Movimento a partir daí começou a tomar iniciativas, fundamentalmente, dirigidas para o Aljube”. Para tal, terá igualmente contribuído (embora este interlocutor me tenha assinalado que, “nalguns casos é pior porque as pessoas não gostam de recordar o seu passado...”¹³¹) a disponibilidade do então Ministro da Justiça Alberto Costa, que ali estivera encarcerado também em tempos de ditadura, e que disponibilizou para transferir os serviços do seu Ministério e ceder o edifício à Câmara Municipal de Lisboa.

Com efeito, o NAM assinalaria o seu segundo aniversário requerendo um conjunto de audiências, no sentido de impulsionar este projeto, ao então Presidente da Assembleia da República Jaime Gama, ao então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, bem como ao já referido Ministro Alberto Costa, decorrendo a primeira destas audiências a 4 de outubro de 2007. Esta audiência destinava-se, na generalidade, também a conhecer o ponto de situação relativo à Resolução parlamentar que vincule o Estado Português ao “Dever de Memória” (Narciso 2015, 54), na sequência da petição referida anteriormente, e a pedir a urgência possível na sua aprovação. Relativamente à proposta de criação de um museu no Aljube, houve recetividade às propostas do NAM por parte de todas as entidades e, nesta

luta-contra-o-museu-salazar-vai-continuar. Acedido em 15-6-2021. Até janeiro de 2022, não houve iniciativas parlamentares (como, por exemplo, a criação de um projeto de lei) relacionadas com a petição. Mais informação em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=13448>. Acedido em 15-6-2021.

¹²⁹ Excertos do abaixo-assinado de 1 de julho de 2006 cujo texto integral está reproduzido no livro *Movimento Cívico Não Apaguem a Memória - NAM. 2005-2015 Breve resenha histórica da sua actividade* de Raimundo Narciso, p. 12-13.

¹³⁰ Artur Pinto referia-se ao então recém-eleito Presidente da Câmara António Costa (que se manteve no poder entre 1 de agosto de 2007 a 6 de abril de 2015) e aos XVII e XVIII Governos Constitucionais (nos quais José Sócrates foi Primeiro-Ministro entre 12-03-2005 a 26-10-2009, e, dessa mesma data, pela segunda vez, até 20-06-2011).

¹³¹ Entrevista com Artur Pinto, 2-3-2017, Lisboa.

audiência, o Presidente da CML disponibilizou-se para a remodelação do edifício e para assumir a tutela do futuro museu, bem como Alberto Costa firmaria a cedência do edifício (*idem*, 57).

Finalmente, da já referida petição do NAM, resultaria a aprovação – a 6 de junho de 2008 – da Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008¹³². Neste âmbito, a Assembleia da República recomenda ao Governo que possibilite a criação de condições efetivas, inclusivamente financeiras, para a concretização de um conjunto de projetos das autarquias e da sociedade civil. Numerados de um a nove, o primeiro ponto solicita o apoio para a “a criação de um museu da liberdade e da resistência, cuja sede deve criar-se no centro histórico de Lisboa (antiga cadeia do Aljube)”. Requerendo que este funcione como “pólo aglutinador” de uma rede museológica a constituir-se em edifícios relevantes da ditadura, e que apoie, igualmente o núcleo museológico da Fortaleza de Peniche, este futuro museu deverá constituir-se “como importante centro dinamizador, em articulação com escolas e com universidades e outras instituições e organizações que já hoje desenvolvem relevante e valiosa actividade na recolha de documentação e outro material com valor museológico, da investigação e da divulgação da memória da resistência à ditadura”¹³³. Não obstante a vitória da Resolução 24/2008, procedeu-se à ideia de constituir um antecedente expositivo que permitisse garantir que o futuro Museu ali se viesse a instalar. Nas palavras de Artur Pinto:

«Só que, de algum modo, fiz pressão no sentido de que era preciso ter uma atitude qualquer para ocuparmos fisicamente o edifício, antes que eventualmente com a mudança de Governo, tudo aquilo [...] não fosse para a frente. Teríamos que fazer alguma coisa para ocupar fisicamente as instalações. E para impedir que aquilo pudesse, de algum modo, retroceder o processo. E foi assim que o movimento tomou a iniciativa em conjunto com a Fundação Mário Soares e com o Instituto de História [Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa] [...] de fazer a exposição “A Voz das Vítimas”»¹³⁴.

Assim, na sequência desse ensejo, o NAM assinaria, a 25 de abril de 2009, um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, para a realização – em pareceria com as entidades acima referidas – da exposição que viria a funcionar como um ensaio para o futuro museu, tendo inauguração prevista para 25 de abril de 2010 e encerramento a 25 de abril de 2011. Para a concretização da exposição, foram necessários um conjunto de apoios, tendo sido decisivo o da Câmara Municipal de Lisboa, do então Secretário de Estado da Cultura, da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (CNCCR) – a quem o NAM apresentou um

¹³² Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008 (DR 122, Série I, 26-6-2008) – Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia.

¹³³ Excerto da supracitada Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008.

¹³⁴ Entrevista com Artur Pinto, 2-3-2017, Lisboa.

projeto, tendo esta comissão contribuído com 50% do orçamento previsto – e de um outro conjunto de entidades, junto das quais o NAM solicitou uma contribuição financeira¹³⁵. A Fundação Mário Soares (FMS) constituiu-se como a principal responsável pelos meios logísticos e organizativos no levantamento da exposição. Na parte conceptual, em que o NAM e a FMS participaram, teve especial relevo o papel do já referido Instituto de História Contemporânea (IHC) então dirigido por Fernando Rosas – que além de historiador, ali também estivera encarcerado em ditadura, assim como o seu irmão e o seu avô¹³⁶ – e a participação da historiadora Irene Pimentel (Narciso 2015, 102).

2.1.1. Exposição “A Voz das Vítimas”

A exposição “A Voz das Vítimas” viria a inaugurar, finalmente, na amena quinta-feira de 14 de abril de 2011. Para Artur Pinto, esta tinha por um lado a finalidade de “mostrar às pessoas o que tinha sido a repressão”, “e em relação ao movimento [tinha também o desígnio da] ocupação física do espaço que, entretanto, tinha sido desocupado pelo Centro de Reinserção Social do Ministério da Justiça.”. “A partir daí”, disse-me, “as coisas ficaram seguras e avançou-se para a constituição do Museu¹³⁷”. Na inauguração, o Presidente da entretanto tornada Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, Raimundo Narciso¹³⁸, diria que a

¹³⁵ De acordo com o livro das atividades do NAM, da autoria do então Presidente da Direção Raimundo Narciso, a Câmara Municipal de Lisboa responsabilizou-se pelas obras de adaptação do edifício, incluindo reparação e instalação de infraestruturas. Além da referida importante contribuição da CNCCR de 130.000€, o NAM procurou apoio junto de instituições e empresas privadas. Nesse sentido, adquiriu 12.000€ da Fundação Gulbenkian, 5.000€ do empresário Neto Valente, 2.500€ da ZON, 20.000€ da empresa Mota Engil, canalizados através da CML, para obras de adaptação do edifício, e outros valores particulares não quantificados na sequência da mobilização de membros de órgãos sociais do NAM entre os seus amigos. Para além disso, conseguiu-se parecerias da RTP-Rádio Televisão de Portugal e da Direcção-Geral de Arquivos para os conteúdos da exposição.

¹³⁶ Com efeito, o historiador Fernando Rosas tem – além daquele que desempenhou após a Revolução de Abril, por exemplo, enquanto fundador do Bloco de Esquerda em 1999 – um papel político durante a ditadura que importa assinalar. Aderiu ao PCP em 1961, sendo preso em 1965 no âmbito do desmantelamento do sector estudantil do mesmo partido, tendo estado encarcerado no Aljube, mas também em Caxias. Posteriormente, como já assinalado acima, foi um dos fundadores do MRPP, a 18 de setembro de 1970, na sequência do qual foi preso em 1971 e libertado apenas mais de um ano depois. Foi impedido de regressar à função pública, entrando na clandestinidade em 1973, condição na qual se manteria até ao 25 de Abril de 1974 (Cardina 2018, 252).

¹³⁷ Entrevista com Artur Pinto, 2-3-2017, Lisboa.

¹³⁸ Raimundo Narciso (1938), resistente antifascista esteve na clandestinidade entre 1964 até 25 de Abril de 1974. Fez parte da criação e direcção da ARA – Acção Revolucionária Armada, organização de luta armada criada pelo PCP ativa entre 1970 e 1973. Foi membro do Comité Central do Partido Comunista de 1972 a 1988, partido do qual se afastou. Em 1992 cofundou o movimento político “Plataforma de Esquerda”, sendo, posteriormente, deputado independente nas listas do PS, partido ao qual aderiu em

participação do NAM na exposição, “decorre do objecto que para o movimento foi criado: a salvaguarda, investigação da memória da resistência à ditadura e da liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974”, salientando que “é nosso dever dar testemunho às novas gerações do que fizemos de melhor ou dos erros cometidos, assim como da determinação e por vezes do heroísmo, de que fomos capazes para os vencer”¹³⁹.

A exposição, dividida em três pisos, nasceu, nas palavras de Raimundo Narciso, “da ideia de fazer justiça às vítimas da repressão, mostrando, de modo necessariamente breve, como esta se organizou e quais foram as condições em que milhares de homens e mulheres, sofreram, nas masmorras daquele regime, na tortura, e algumas vezes, morrendo pelos seus ideais” (Narciso 2015, 57). Para a concretização da “Voz das Vítimas” ter-se-á aproveitado uma parcela do piso térreo, o 1º andar foi recuperado sem alterações significativas da organização do espaço tal como se encontrava em 2009 e, finalmente, e procedeu-se a uma intervenção parcial no 2º piso, de modo a que aí pudessem ser recriados um conjunto das pequenas celas do Aljube, os chamados “curros” ou “gavetas” (cf. AA.VV 2011, 17).

No piso térreo tratou-se de se reconstituir o parlatório da cadeia, outrora ali situado: o único local onde os presos podiam receber visitas dos seus familiares, não obstante as duas redes que, a toda a altura da sala, os separavam. Nesse piso tratou-se, igualmente, de narrar a história patrimonial do edifício, expondo, por um lado, as peças e vestígios arqueológicos que resultaram das escavações realizadas entre 2004 e 2005¹⁴⁰ – donde ressalta o conjunto de objetos talhados em osso que terão sido produzidos pelos presos do Aljube, enquanto prisão eclesiástica (cf. Amaro 2011, 21) – e, por outro, situando as funções do Aljube enquanto cadeia da ditadura. Subindo-se ao primeiro piso, encontrava-se uma descrição da estrutura e organização da polícia política, dando conta dos principais instrumentos de repressão, da utilização sistemática da tortura e do papel dos tribunais políticos. Caminhando-se, como que a inaugurar a sala que se seguia, uma fotografia, com dois metros de altura, de António Oliveira Salazar, fitava, do outro lado do corredor, a fotografia de Amável Vitorino: sapateiro alentejano preso em 1940 por tecer comentários desagradáveis à situação política do país e aos seus dirigentes, vindo a ser preso,

1998. Foi eleito presidente da direção do Movimento Cívico Não Apaguem a Memória para os mandatos de 2008-2020, 2010-2012 e 2014-2016 (Narciso 2000, 2015).

¹³⁹ Intervenção de Raimundo Narciso na inauguração da exposição “A Voz das Vítimas” em 14 de abril de 2011. Disponível em <https://maismemoria.org/mm/2011/04/18/a-exposicao-a-voz-das-vitimas-no-aljube/>. Acedido em 10-5-2019.

¹⁴⁰ As escavações arqueológicas realizadas, mais especificamente, entre outubro de 2004 e maio de 2005, sob a direção do arqueólogo Clementino Amaro inseriram-se no “projeto de arquitectura de *remodelação do piso térreo e cave* para a construção de um auditório e melhoria das acessibilidades aos serviços à altura aí instalados (Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça)” (Amaro 2011, 21).

novamente, em 1952, e, mesmo, que apenas “para averiguações”, seria somente libertado quatro meses depois. A fotografia, por sua vez, consistia numa composição gráfica feita com centenas de pequeníssimas fotografias com rostos de antigos presos políticos. Era ao contornar-se esta última imagem – Amável Vitorino como guardião – que se encontrava a sala dedicada às “48 vítimas” do regime ditatorial. 48 rostos – o mesmo número de anos que durou a ditadura – e uma nota biográfica focada no “percurso prisional”: “o que se sofreu de prisão, de anos de prisão, de perseguição, de deportação para as colónias” (Caldeira 2011). O último piso da exposição, por seu turno, continha um corredor dedicado às fugas, bem como aos casamentos realizados na prisão, tendo posteriormente, por fim, como referido acima, a reconstituição de seis dos 14 curros existentes, aos quais voltarei mais à frente pois, em larga medida, tratam-se dos mesmos que hoje estão patentes no Museu do Aljube.

O catálogo da exposição tem escrito nas suas páginas introdutórias que “os conteúdos da exposição – escritos e audiovisuais – resultam das mais recentes investigações históricas realizadas sobre o tema, sem olvidar a relevância dos testemunhos dos que, durante 48 anos, sofreram a repressão” (AA.VV 2011, 17). Ressalvando que outras pessoas e factos terão ficado por referir – por uma questão de espaço, tempo e meios disponíveis – pode ainda ler-se que os organizadores da exposição procuraram “traçar o percurso plural da resistência ao fascismo, seguros de que surgirão outros contributos para o que se entende ser o dever cívico de prestar homenagem às vítimas e à sua resistência” (*idem ibidem*). Outros contributos viriam, efetivamente, a surgir, amiúde, aquando da instalação definitiva, no edifício, do Museu do Aljube. “A Voz das Vítimas”, enquanto exposição que anteciparia o muito aguardado museu, viria a encerrar apenas em dezembro – ao contrário da previsão que pressupunha o encerramento dois meses antes.

António Costa, então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na inauguração da exposição, deixou algumas palavras junto daquela que viria a ser a entrada do futuro Museu: “As cidades fazem-se de memórias. E o espaço público das cidades concede-nos este privilégio de num mesmo local, nós nos podermos cruzar com diferentes tempos das cidades: o tempo de hoje, onde aqui estamos, o tempo de há muito onde este teatro romano foi um teatro a funcionar [...], mais abaixo onde o Santo António nasceu e cresceu, e aqui nesta cadeia onde sucessivas gerações enfrentaram a violência da repressão policial”¹⁴¹.

¹⁴¹ Excerto de discurso de António Costa disponibilizado num vídeo denominado “Antiga Cadeia do Aljube inaugura exposição ‘Voz das Vítimas’ do canal *Vimeo* da Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: <https://vimeo.com/22602258>. Acedido em 10-10-2018.

2.2.Primeiros passos e abertura do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (2012-2015)

O Museu viria a abrir apenas quatro anos depois da exposição “A Voz das Vítimas”, pelo que nos anos que antecederam a abertura houve muito trabalho a fazer. Francisco Motta Veiga, então Diretor Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, entidade incumbida de coordenar o projeto, elaboraria o programa museológico do Museu em 2012¹⁴², no qual traçaria as linhas gerais da constituição do mesmo. De acordo com Veiga, o programa resultou de várias reflexões e contribuições, nomeadamente da parte dos já referidos Fernando Rosas e António Borges Coelho e de Cláudio Torres¹⁴³ –, bem como da informação sistematizada no memorando “Museu do Aljube – Resistência e Liberdade – Resumo da Proposta de Concepção” da autoria de Alfredo Caldeira¹⁴⁴, que serve de base ao programa.

Neste documento – que é prévio à escolha de um comissão instaladora do Museu e do seu diretor – é definido que o museu será integrado na Rede de Museus Municipais e ficará futuramente sob a tutela da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural – empresa municipal que gere os museus que outrora estiveram sob a alçada da Câmara Municipal de Lisboa¹⁴⁵, ficando as obras a cargo da Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana.

¹⁴² O programa museológico do Museu do Aljube assinado por Francisco Motta Veiga (2012) foi consultado nos anexos da Dissertação de Mestrado em Museologia de Ana Rita Nunes Lopes Martins denominada *A musealização das heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade* de 2015, onde este se encontra integralmente disponível.

¹⁴³ Cláudio Torres (1939), arqueólogo e resistente antifascista, esteve preso, por ser membro do Partido Comunista, na cadeia da PIDE/DGS do Porto aos 21 anos, onde esteve 19 dias sob tortura da estátua. Fugindo de Portugal para não fazer a Guerra Colonial, esteve no exílio em Rabat e Bucareste, encontrando-se em Paris quando se deu o 25 de Abril (Leiderfarb 2017).

¹⁴⁴ Alfredo Caldeira (1945), jurista e administrador do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares e Maria Barroso teve forte atividade política antes do 25 de Abril, nomeadamente nas associações de estudantes, tendo estado preso nos “curros” do Aljube, em 1965, durante cerca de três meses no Aljube “por alegadas atividades subversivas”. Entre outras atividades desempenhadas como o desenvolvimento do portal casacomum.org afeto à Fundação Mário Soares e Maria Barroso, tem tido em democracia, um importante papel de recuperação e divulgação da memória histórica, nomeadamente da Colónia Penal do Tarrafal e da Fortaleza de Peniche. Informação disponível no documento onde constam as biografias dos conferencistas da Conferência Internacional “Ditadura e democracia – Transições e políticas da memória no Espaço Ibero-Americano” (2017) organizada pelo Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, na qual Alfredo Caldeira apresentou uma comunicação denominada “A Memória em Liberdade”.

¹⁴⁵ A empresa EGEAC existe desde 1995. Desenvolve a promoção, preservação e programação de um conjunto de atividades culturais em Lisboa através da sua atividade de rua (é responsável pelas emblemáticas Festas de Lisboa, por exemplo) ou pela gestão de espaços culturais diversos como museus, galerias e monumentos.

Ainda de acordo com o programa museológico, o Museu do Aljube nasce com uma missão muito clara: “ser um espaço de memória e de divulgação sobre a luta pela liberdade e resistência à ditadura. E simultaneamente projectar a valorização dessa memória nos valores de cidadania de hoje e nas reflexões da construção política e social do futuro”, preenchendo, “uma lacuna no tecido museológico português” (F. M. Veiga 2012, 5). Determinando-se que o museu não assentará em “obras” ou numa “coleção” é definido que é “na história e nas histórias da Resistência o seu “acervo” fundamental”, sendo para isso “prioritário o trabalho de identificação, recolha e sistematização de conteúdos, nomeadamente de testemunhos vídeo e áudio de uma geração que fez a Resistência e cujas memórias temos o privilégio de poder registar”, atentando-se, igualmente, aos “testemunhos já recolhidos pelas estações de televisão e rádio, em publicações memorialísticas e em trabalhos académicos” (F. M. Veiga 2012, 5). Sobre a escolha do nome do museu, é considerado, no programa museológico, que o nome “Aljube tem uma notoriedade enorme, estando já no ouvido da generalidade das pessoas” (*idem*, 30), facto que como, simbolicamente, assinaei no início do primeiro capítulo da tese, não parece ainda acontecer. Afinal, nas palavras de Pierre Nora, “a memória é cega para todos exceto para o grupo que esta une” (Nora 1989, 9). Ainda assim, ainda de acordo com o programa, evitando algum equívoco que possa remeter o nome à dimensão eclesiástica que o nome “Aljube” comporta, é sugerido que venha a ser acrescentada a expressão “Resistência e Liberdade” para clarificar o conteúdo. No entanto, talvez porque não tenha sido suficientemente claro – a que período ou a que regime se remetia esta resistência – uma bandeira, já aludida no capítulo anterior, passaria a assinalar para quem passa, na Rua Augusto Rosa, que ali no n.º 42, “passaram milhares de presos políticos entre 1928 e 1965”.

Após a redação deste documento, foi definido pela Câmara Municipal de Lisboa que a obra ficaria a cargo dos arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira. Ademais, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, então ainda António Costa, por Despacho de 15 de abril de 2013, designaria também uma comissão instaladora, da qual fazia parte, na qualidade de coordenador, Francisco Motta Veiga¹⁴⁶ (Diretor Municipal da Cultura), Alfredo Caldeira, Domingos Abrantes e Fernando Rosas; Inês Quintanilha (com percurso profissional na área da museologia e das ciências da documentação), Henrique Cayatte (*designer* português que havia já sido o responsável pelo desenho museológico da exposição “A Voz das Vítimas”) e, por fim, o diretor do Museu ainda por nomear, que viria a ser o historiador Luís Farinha até 2020, ano em que seria substituído por Rita Rato. De acordo com o referido Despacho, em traços gerais, esta

¹⁴⁶ Acabaria por ser, todavia, Manuel Veiga, que viria a assumir as funções de Diretor Municipal de Cultura do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, ainda no ano de 2013.

equipa constituída seria responsável por definir “os conteúdos programáticos, científicos e museográficos do museu, nomeadamente no que toca à definição do discurso expositivo inicial da exposição permanente e um calendário detalhado de toda a fase de instalação, bem como as linhas mestras do trabalho a desenvolver nos anos de arranque e afirmação do Museu”¹⁴⁷ Cabia ainda à comissão instaladora, segundo o referido Despacho, acompanhar a requalificação do edifício, apoiando a equipa de arquitetura, entretanto definida, na definição final dos diversos espaços e valências do equipamento.

Ainda antes da abertura do Museu, em 23 de maio de 2014, por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa¹⁴⁸, definir-se-ia também o conselho consultivo do Museu, incumbido de “aconselhar a Direção do Museu sobre a programação ou iniciativas a desenvolver no âmbito das suas atividades” e “apreciar o programa de atividades e o orçamento anual e emitir recomendações” (M. Veiga et al. 2015, 1).

Este, de acordo com o Catálogo do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade (2015) acabaria por ser composto, além dos elementos da comissão instaladora, por: António Borges Coelho (Presidente), António Reis, Artur Pinto, Frei Bento Domingues, Carlos Matos Gomes, Casimiro Levy Baptista, Cláudio Torres, Daniel Cabrita, Diana Andringa, Francisco Fanhais, Irene Pimentel, Isabel do Carmo, Jacinto Godinho, José Augusto Rocha, José Manuel Tengarrinha, José Medeiros Ferreira, José Pacheco Pereira, Manuel Macaísta Malheiros, Manuel Pedroso Marques, Mário Brochado Coelho, Raimundo Narciso e Ruben de Carvalho. Note-se que este conselho consultivo é composto por personalidades distintas, maioritariamente de figuras que se opuseram à ditadura, pertencendo outrora a diferentes oposições ao regime – sendo não só composto por antigos presos políticos, como por pessoas que estiveram em situação de clandestinidade ou ainda um advogado dos presos políticos como o caso de José Augusto Rocha¹⁴⁹. Além das personalidades individuais, viriam ainda a constar do conselho consultivo representantes das seguintes organizações de memória portuguesas: Associação 25 de Abril, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Fundação Mário Soares, NAM, URAP e UMAR – União de Mulheres Alternativas e Resposta. Além da presença do Memorial da Resistência de São Paulo (Brasil), outras associações e arquivos que fazem parte do conselho consultivo parecem enfatizar uma vontade do Museu em convocar, e dar lugar a outras memórias sobre a experiência do colonialismo e das guerras coloniais como o AHSTP –

¹⁴⁷ Despacho n.º 27/P/2013 da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa – Constituição da Comissão Instaladora do Museu do Aljube.

¹⁴⁸ Despacho n.º 78/P/2014 da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa – Designação do coordenador da Comissão Instaladora e constituição do Conselho Consultivo do Museu do Aljube.

¹⁴⁹ Alguns dos elementos do então Conselho Consultivo já não se encontram vivos (José Augusto Rocha, José Manuel Tengarrinha, José Medeiros Ferreira e Ruben de Carvalho).

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, AMRT – Arquivo & Museu da Resistência Timorense (Timor-Leste) e ADT – Associação Tchiweka de Documentação (Angola), CESAB – Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança (Moçambique), Fundação Amílcar Cabral (Cabo-Verde), INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau)¹⁵⁰.

Por fim, o Museu abriu, finalmente, as suas portas a 25 de abril de 2015. Na sua alocução, Luís Farinha, Diretor do Museu do Aljube desde a sua abertura até 2020, anunciou que este inédito Museu a versar sobre a ditadura, a resistência e a liberdade, se destinava a "acolher todos, porque a memória é plural" e um "instrumento político de construção do futuro"¹⁵¹.

2.3. Caracterização do Museu

“Da rua”, escreveu António Borges Coelho, “vinha o ruído metálico dos elétricos, até ao último” (A. B. Coelho 2015, 8). Quando subo ao piso do centro de documentação – e muitas vezes escrevi este capítulo na imersão desse lugar, o imenso Tejo lá fora – ainda os oiço. E penso nos pombos que alguns, com sorte, viriam quando a pequena abertura da porta da sua *gaveta* estava aberta. Do cântico da Páscoa que vinha da Sé, que não saiu da memória de Borges Coelho, relatando-me hoje, com humor, como se sentiu “verdadeiramente a subir ao céu dentro da cela”¹⁵².

Ao contornarmos a subida da Sé de Lisboa, agora atulhada de turistas, *tuk-tuk* e elétricos invariavelmente lotados, aproximamo-nos da Rua Augusto Rosa. Onde outrora era a entrada dos presos, encontra-se uma porta gradeada separada por um vidro. Em cima desta há uma indicação, igualmente traduzida para a língua inglesa: “Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Por aqui passaram milhares de presos políticos entre 1928 e 1965”, mas a entrada – ao contrário da exposição anterior “A Voz das Vítimas” – só se faz ao contornar a esquina do edifício, onde Jaime Salomão me contou estar a guarita da Guarda Nacional Republicana.

O Museu está aberto diariamente das 10h00 às 18h00, encerrando à segunda-feira. O preço de um bilhete é de 3€, regendo-se os descontos e a gratuitidade dos dias pelo aplicado nos outros museus da EGEAC, com a feliz exceção do dia 25 de Abril, cuja atividade, nesse dia, detalharemos à frente. Aquele que se consagraria como o primeiro museu dedicado à ditadura,

¹⁵⁰ Esta estrutura foi renovada em 2021 de acordo com o Despacho n.º 72/P/2021 da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa – Designação dos membros para o Conselho Consultivo do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.

¹⁵¹ Informação disponível em <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/inaugurado-museu-do-aljube-resistencia-e-liberdade>. Acedido em 1-7-2021.

¹⁵² Entrevista com António Borges Coelho, 31-03-2017, Parede.

resistência e liberdade, aberto quarenta e um anos depois da proclamação da democracia, tem uma exposição permanente, um espaço para exposições temporárias, bem como um centro de documentação e um auditório, além de “uma vida muito intensa”¹⁵³, como mo descreveria Carlos Brito. A sua exposição permanente – sobre a qual nos debruçaremos de seguida – trata, sobretudo, da História de um Portugal contemporâneo, subjugado à ditadura entre 1926 e 1974, intercalando diferentes tópicos como as várias formas de tortura e resistência, as etapas do processo judicial dos presos políticos depois da detenção ou o colonialismo e a luta anti-colonial.

2.1.1. A Exposição permanente

A exposição permanente – cuja reforma seria, durante o tempo em que realizei a investigação, concluída em 2017¹⁵⁴ – está instalada em quatro pisos e um outro (térreo) destina-se, por seu turno, às exposições temporárias. O último piso – outrora amansardado – acolhe agora o Auditório e acolheu uma cafetaria do lado que dá para a Rua Augusto Rosa, uma vez que aos arquitetos responsáveis pareceu-lhes determinante “fazer coincidir a magnífica vista sobre a Sé, as suas coberturas, a Lisboa baixa e o Tejo, com um piso não expositivo onde o olhar contemplativo não se tornasse inoportuno e, pelo contrário, contribuísse para o culminar de uma viagem pretendida emocionante” (Dias e Vieira 2017, 90). Desde 2021, todavia, substituindo a cafetaria, abriu no quarto piso um novo espaço de exposições temporárias¹⁵⁵.

Saliente-se que, entre os pisos da exposição da permanente, há um piso subterrâneo, que se encontra fora do âmbito da presente investigação. Trata-se, pois, de um piso dedicado à história patrimonial do Aljube, expondo os vestígios arqueológicos ali encontrados durante as já referidas escavações realizadas entre 2004 e 2005. Devo ressaltar, todavia, que os arquitetos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira quiseram deixar nesse mesmo piso, uma parede posta a descoberto pelas campanhas arqueológicas ali decorridas, dando a ver, nas suas palavras, o “complexo puzzle histórico” (Dias e Vieira 2017, 90) das muitas vidas do edifício. Os objetos presentes nesse piso, por sua vez, permitem reconstituir a história do edifício desde a ocupação

¹⁵³ Entrevista com Carlos Brito, 2-5-2017, Alcoutim.

¹⁵⁴ A descrição da exposição permanente é de 2019.

¹⁵⁵ De acordo com a página oficial do Museu do Aljube, o novo espaço de exposições temporárias abriu em abril de 2021, inaugurando com uma exposição denominada “8998, Pomar” que resultou de uma colaboração entre o Museu do Aljube e o Atelier-Museu Júlio Pomar e que pretendeu homenagear o artista que foi, durante a ditadura, perseguido pela PIDE, tendo estado encarcerado em Caxias em 1947 por participação em ações de resistência ao regime de Salazar. Informação disponível em: www.museudoaljube.pt/expo/8998-pomar/. Acedido em 27-7-2021.

romana, mas é a contemporaneidade – a temporalidade que, mormente, nos interessará – cuja narrativa é contada a partir do piso térreo.

Com efeito, é no piso zero – não obstante tratar-se daquele onde se encontram as exposições temporárias – onde as visitas orientadas que acompanhei maioritariamente se iniciaram. Com efeito, este permite começar a contar – como aliás foi recorrentemente feito nas visitas que presenciei – a história do próprio edifício, uma vez que lá se situava o parlatório da cadeia, ainda simbolicamente representado por uma brecha na parede que separa essa sala da agora receção. Devido ao facto deste piso ter sido maioritariamente usado no início das visitas que acompanhei para outro fim que não o de apresentar as exposições temporárias, não caberá aqui a análise das mesmas.

No entanto, devo dizer que entre a abertura do Museu e o fim do trabalho de terreno levado a cabo no mesmo¹⁵⁶, estiveram neste piso um conjunto de exposições que foram parte integrante da programação regular do museu, intercalando-se, muitas vezes com conversas ou entrevistas paralelas a decorrer no auditório.¹⁵⁷ Em grande parte, estas têm salientado o carácter plural das oposições que o museu pretende evocar. Nesse sentido, sobretudo num primeiro momento, tiveram lugar exposições temáticas como aquela dedicada ao direito à manifestação (“Manifestação – Um direito”, que inaugurou o museu em 2015), ao trabalho fotográfico de Sérgio Valente sobre o período revolucionário e pós-revolucionário (“Sérgio Valente: Um Fotógrafo na Revolução”, 2016) ou à imprensa clandestina (“Imprensa Clandestina e do período do exílio no período 1926-1974”, 2016). Na mesma linha, realizaram-se exposições de homenagem a figuras de resistência como “José Dias Coelho – Artista militante revolucionário” (2018); “Alípio de Freitas – Muitas vidas só” (2018) ou “Meus caros amigos - Augusto Boal - Cartas do Exílio” (2017). Noutra vertente, as exposições têm também procurado estabelecer uma dialogia entre o passado e o presente, como foi o caso da instalação de Tatiana Macedo em que esta intercalou um imaginário contemporâneo baseado em imagens de protestos na Avenida da Liberdade contra as medidas de austeridade em 2013 com o imaginário do museu, apresentando excertos que recolheu “de testemunhos orais e escritos, de várias

¹⁵⁶ Destaco as exposições que decorreram entre abril de 2015 (data de abertura do Museu) e julho de 2018 (data da última visita orientada que integrei, encerrando a observação-participante no âmbito das visitas orientadas). No entanto, após as exposições descritas, estas foram as que se seguiram até julho de 2021, data da revisão final desta tese: “Tarrafal Nunca mais!” (2018/2019) Portuguese “The portuguese prison photo project” (2019); “Jaime Cortesão - Cidadão Patriota Resistente” (2019-2020); “Emídio Guerreiro 120 anos do nascimento. Vimaranes, cidadão universal” (2020), “Os olhos da memória de Armindo Cardoso” (2020), “Mulheres e Resistência – Novas cartas portuguesas e outras lutas” (2021) e, por fim, “Ato (des)colonial” (2022).

¹⁵⁷ Outras exposições com uma escala menor, decorreram ainda no auditório do Museu, por vezes paralelamente a uma atividade decorrida no mesmo (e.g. “Manuel Brito – Campanha de Dinamização do MFA” em 2019 ou “Maio de 68 – 50 anos depois (2018).

peessoas que lutaram na resistência, que passaram pela cadeia do Aljube, que conseguiram fugir e relatam a sua fuga, frustrada ou bem-sucedida, ou de inserções em diários, como no caso do Miguel Torga, nas datas de 25 de Abril de 1974, e dias posteriores" (DN/Lusa 2017).

Neste espaço, as paredes por opção dos arquitetos responsáveis, denunciam “o amontoado confuso que as ergue (vergas sobre os vãos, remendos de tijolo, aparelho dos envasamentos, conglomerados de pedra miúda, restos de tinta)” que servem de base para as “irrepreensivelmente bem estucadas abóbadas” (Dias e Vieira 2017, 90). Com efeito, Manuel Graça Dias e Egas José Vieira pretenderam, com o que de original puderam manter (lembrando o quão descaracterizado estava o edifício), mostrar na materialidade da arquitetura remanescente “um passado complexo, sobreposto, misturado” (Dias e Vieira 2017, 90) e que ao subir-se as escadas do edifício, pudesse o visitante arquitetar igualmente uma “‘ascensão’ de significados” (*idem ibidem*), mantendo as características físicas do espaço, adaptando o espaço a um objetivo museológico.

Antes de subir esta primeira escadaria – e sabendo que este pavimento era o do parlatório – evoco sempre a memória de Fernando Rosas, que aos nove ou dez anos, veria o avô “subir as escadas da cadeia com a sua comprida gabardine cinzenta, um pouco alquebrado já pela doença que o viria a vitimar com a bengala e os embrulhos que recebera na visita mal equilibrados nas mãos” e da perplexidade daquele “homem bom e terno, lutador valente” ali encarcerado, sem saber que “daí a uns 10 anos” (Rosas 2011, 11) subiria ele, o irmão e dezenas de companheiros aquelas escadas.

Na parede da subida agora imaculadamente branca, há versos inscritos. “Acordai/ Acordai/ Homens que dormis/ A embalar a dor/ Dos silêncios vis”, que José Gomes Ferreira escrevera em 1945. Em frente, debaixo de uma janela gradeada, uma contextualização breve da utilização do edifício entre 1928 e 1965 que, remetendo-se aos homens que ali estiveram enquanto cárcere, termina assinalando que “este Museu honra a sua memória e o seu sacrifício”. Na parede que se segue, outros versos inscritos, desta vez, de Natália Correia: “Dão-nos um bolo que é a história/ da nossa história sem enredo/ e não nos soa na memória/ outra palavra que o medo¹⁵⁸”.

*

¹⁵⁸ Este poema denominado “Queixa das Almas Censuradas” escrito por Natália Correia, em 1957, ficaria célebre ao ser letra da canção homónima de José Mário Branco (1971-2019), músico que, por sua vez, esteve também encarcerado no Aljube.

A sala onde, chegando-se ao primeiro piso, se inicia a visita à exposição permanente encontra-se, contrastando com as paredes que aqui nos trouxeram, pintada de preto: chão, teto e paredes. De um lado, ocupando toda a parede horizontalmente, encontra-se projetado um documentário denominado “Memória do Passado Presente”¹⁵⁹. Este, que recorre sobretudo a imagens de arquivo, retrata a ascensão dos fascismos de Mussolini, em Itália – figura que curiosamente, encontraremos novamente na sala seguinte, numa fotografia na qual Salazar tem o seu retrato na secretária – de Franco, em Espanha e o nazismo de Hitler, na Alemanha. Recuando até à década de 1930 onde estes regimes ascendem, o filme – cuja duração não excede os dez minutos – contextualiza, assim, a criação do Estado Novo de António Oliveira Salazar em 1933, com a criação da já referida polícia política (PVDE).

Do outro lado, reluzem com letras brancas um conjunto de quadros negros contendo dados estatísticos – do Instituto Nacional de Estatística – concernentes à sociedade portuguesa no que se refere a habitação (total de alojamentos familiares bem como o número de equipamentos, água canalizada, esgoto e eletricidade por habitação), PIB *per capita*, emigração, escolaridade (número de alunos matriculados em todos os graus de ensino), saúde (número de médico por habitante), taxa de mortalidade infantil e de analfabetismo, iniciando-se estes dados na década de 1920 e avançando várias décadas até ao ano de 2011.

Uma próxima sala, contígua a esta, lembra uma caixa tipográfica, tendo aliás, no centro um conjunto dos chamados “tipos” de metal, outrora utilizados nas prensas mecânicas para impressão de textos. Reproduções de imprensa, fotografias e textos breves preenchem as paredes em sentido cronológico, de 1890 a 1976. Trata-se de uma contextualização social, económica e cultural do país: do 5 de Outubro de 1910 à mobilização dos portugueses para a 1ª Guerra, da instauração da ditadura militar à falta de géneros e ao racionamento durante os anos da 2ª Guerra; da “A Idade do Ouro” da economia na década seguinte à Guerra Colonial; ao fim da Guerra à Revolução dos Cravos; ao fenómeno do “retorno” dos colonos que se encontravam em África¹⁶⁰, passando pelo “Verão Quente” de 1975 à Constituição de 1976 e à entrada de Portugal no Conselho da Europa nesse mesmo ano.

¹⁵⁹ Realizado e editado por David Serras Pereira e com argumento de Alfredo Caldeira, 2015.

¹⁶⁰ Embora o Museu do Aljube não se debruce, além de uma breve alusão nesta sala, sobre o fenómeno do “retorno” que constitui, nas palavras de Elsa Peralta, “uma fratura identitária que persiste até hoje” (Peralta 2017a, 35) – no qual se estima que “como resultado da descolonização” “entre 500.000 e 800.000 colonos portugueses tenham abandonado a sua residência em África” (*idem*, 34) – saliente-se, todavia, a exposição *Retornar – Traços de Memória* produzida pela EGEAC, que decorreu entre 2015 e 2016, na Galeria Avenida da Índia em Lisboa. Esta exposição, com curadoria e coordenação científica de Elsa Peralta, fez parte da programação cultural da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-se desdobrado em várias iniciativas na cidade e pretendeu reconstituir este fenómeno “a partir de memórias privadas de pessoas anónimas” e “pelos olhares de diversos académicos e artistas que se têm vindo a debruçar sobre o tema” (Cardoso 2017, 26).



Figura 1. Exposição Permanente – Piso 1 (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade
Fotografia da autora (2019)

No centro da sala, alguns exemplos de imprensa, entre notícias e poemas, revelam o “lápiz azul” da censura, o que não se viu e que foi visado por essa comissão: exemplos distintos, desde uma indicação a que sejam eliminadas todas as referências ao “Diário de Miguel Torga” à supressão da pergunta “Porquê?” numa notícia de um jornal, de 1945, intitulada “Não há bacalhau. Porquê?”.



Figura 2. O “lápiz-azul da censura” (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.
Fotografia da autora (2019)

Ao contornarmos a sala para o corredor adjacente, uma fotografia surpreendente e em grande escala encontra-se na parede: centenas de jovens da Mocidade Portuguesa, ostentando a designada “saudação romana” – gesto adotado oficialmente por esta organização integrante da Mocidade, e que “reforçou a sua conotação com as congéneres alemã e italiana, ao exhibir, na realidade, a saudação fascista” (Queiroz 2008, 55) – no Coliseu dos Recreios em 1939, nas comemorações do aniversário da Restauração.

Atravessa-se, posteriormente, um corredor onde, na voz de Salazar, ecoa o célebre discurso proferido em 1936, em Braga, pelo 10º aniversário da designada Revolução Nacional que pôs termo à 1ª República: “Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a Pátria e a sua História. Não discutimos a Autoridade e o seu prestígio. Não discutimos a Família e a sua moral, não discutimos a glória do trabalho e o seu dever” (*oiço a visita escolar que já mais perto de mim, onde alguns alunos do grupo se apercebem, com surpresa, da parca idade que alguns dos resistentes à ditadura quando foram mortos na sequência da tortura ou más condições prisionais*). As palavras repetidas de Salazar acompanham o percurso e são repetidas, escritas na parede esquerda, e na parede direita. Ao fundo, uma fotografia iluminada onde uma mulher e uma criança, no contexto de uma greve de 1943 em Lisboa, aparecem em tamanho real (num plano de trás, uma outra mulher operária aparece descalça), afugentadas pela Guarda Nacional Republicana.

Não sendo um museu com foco em “peças” (F. M. Veiga 2012, 5), como previsto no seu programa museológico, é ao contornarmos esta fotografia (e este reiterado contornar de esquinas traduz o sinuoso e estreito percurso do museu), que nos deparamos com os primeiros objetos da exposição permanente. Trata-se de uma prensa bem como materiais de tipografia, com que se imprimiam os vários jornais de diferentes oposições que, clandestinamente, trespassaram a censura.



Figura 3. Prensa e materiais de tipografia (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2019)

Encontraremos, ao longo da parede seguinte, as capas de um conjunto alargado desta imprensa (mais uma vez numa reprodução) de várias oposições. Efetivamente, deparamo-nos com publicações como o jornal *Avante!*, afeto ao Partido Comunista, que, com pequenos períodos de interrupção, manteria a sua publicação regular durante mais de quatro décadas, entre 1931 e 1974 (Cordeiro 2014, 7), ou, no âmbito da imprensa dos católicos progressistas, os *Cadernos GEDOC* (uma publicação clandestina do Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações e Experiências editada entre 1969-1970) ou o *BAC – Boletim Anticolonial*, ambas edições do sector dos católicos progressistas (Cordeiro 2014, 46). Saliento a imprensa dos designados “católicos progressistas”, pois este foi um importante meio de reforçar a sua luta contra a Guerra Colonial. Com efeito, o *Boletim Anti-Colonial*, por exemplo, criado na sequência e com os mesmos fins da publicação clandestina *Direito à Informação* (1963-1969) distribuída com a colaboração do padre Adriano Botelho, pároco entretanto exilado pelo Cardeal Cerejeira (cf. Aranha e Ademar 2014, 248), conheceu nove números entre 1972 e 1973. No editorial do seu primeiro número, proclamava-se que “a luta contra a política colonial do governo português torna-se cada vez mais urgente”, porque os povos africanos tinham direito à liberdade, que a guerra colonial era um crime contra o povo português e não se via solução militar para o conflito” (A. S. de M. Ferreira 2015, 272)¹⁶¹.

¹⁶¹ O BAC era guardado num dos compartimentos com entrada exterior da casa onde vivia Luiza Sarsfield Cabral, membro ativo do sector dos depois designados “católicos progressistas”, que aproveitara esta parte da sua casa, por sugestão de Nuno Teotónio Pereira, para ali ser constituído um arquivo de documentação anticolonial. O BAC era produzido num outro lugar, encaminhado para o referido arquivo e, posteriormente, distribuído. Em testemunho partilhado no Museu do Aljube, no âmbito do

Na parede oposta, por seu turno, encontra-se um pequeno nicho onde num pequeno ecrã se podem ver e ouvir um conjunto de testemunhos de ex-presos políticos sobre a atividade clandestina¹⁶². Todavia, as suas vozes – essenciais – são difíceis de ouvir¹⁶³. Perdem-se numa dissonância de sons, devido à secção que se lhe segue. Com efeito, ainda na senda da clandestinidade, atravessamos uma reprodução de um rádio da época. Como que em oposição, ouvem-se seis excertos noticiosos: três notas oficiosas e três fragmentos de três emissoras clandestinas: Rádio Voz da Liberdade, Rádio Portugal Livre e *Radio España Independiente*¹⁶⁴. Ainda com este som de fundo – e junto deste rádio, muitas vezes, ouvi os visitantes comentarem as formas engenhosas como ouviam, furtivamente, as emissoras clandestinas durante a ditadura (“A minha mãe lembra-se perfeitamente do meu avô ouvir as emissões da Rádio Moscovo” dir-me-ia mais tarde uma visitante) – a visita prossegue.

Lembrando que durante a ditadura toda a atividade política era isenta de liberdade de reunião e associação, como aliás se encontra descrito na legenda bilingue, deparamo-nos com a reconstituição daquilo que era uma reunião clandestina. Antes desta – já lá regressaremos – encontra-se numa vitrina do lado direito, um conjunto de objetos que não estava ali aquando da abertura do Museu. Trata-se de uma doação particular em abril de 2016, por Fernando Pereira Marques¹⁶⁵, de uma coleção de carimbos e selos brancos utilizados para falsificação de

ciclo “Vidas Prisionáveis” (a 2-12-2015), Luiza Sarsfield Cabral revelou que, por uma questão de segurança, dificultando, também, em caso de prisão, a denúncia de outras pessoas, nem a própria sabia quem era o grupo que o produzia e distribuía. O arquivo acabou por ser descoberto, e Luiza Sarsfield Cabral foi detida em 1973, presa em Caxias e sujeita a tortura. Na entrevista que deu a Ana Aranha no Museu do Aljube, relatou que a polícia política chegou a administrar-lhe *Valium* – fármaco para induzir a sonolência – para ser, posteriormente, levada para a tortura do sono.

¹⁶² Testemunhos de Faustina Barradas, Margarida Tengarrinha, Aínda Magro, Carlos Brito, Conceição Matos, Guy Lourenço e Carlos Antunes. Arquivo da Rádio e Televisão de Portugal – RTP.

¹⁶³ A título de exemplo, a exposição permanente do *Centre D’Histoire de La Résistance et de la Déportation* de Lyon, tem um conjunto alargado de testemunhos que acompanham e dão forma à narrativa expositiva, tendo para o visitante auscultadores individuais que isolam esse do restante som. Amy Sodaro afirma que é uma característica dos “museus memoriais” – sobre os quais me deterei ainda neste capítulo – utilizarem um conjunto de elementos interativos (dando, precisamente, entre outros, o exemplo dos auscultadores), pretendendo criar, assim, uma “experiência mais individualizada e subjetiva para os seus visitantes” (Sodaro 2018, 24).

¹⁶⁴ Tal como indica o texto que, na parede negra, acompanha esta secção expositiva, a Rádio Voz da Liberdade era a emissora da Frente Patriótica da Libertação Nacional e a Rádio Portugal Livre, por seu turno, era a emissora do Partido Comunista Português, sendo emissões radiofónicas emitidas a partir do estrangeiro (a primeira da Argélia e a segunda de Bucareste). A *Radio España Independiente* (conhecida popularmente como *Pirenaica*), por seu turno, que também era ouvida em Portugal, era uma emissora clandestina propriedade do Partido Comunista Espanhol emitida primeiro a partir de Moscovo e depois de Bucareste, que funcionou como importante polo de resistência ao franquismo.

¹⁶⁵ Fernando Pereira Marques (1948) militou na LUAR, tendo participado na tentativa da tomada da cidade da Covilhã, iniciativa revolucionária chefiada por Hermínio da Palma Inácia, na sequência da qual viria a ser preso pela PIDE. Foi também diretor do Jornal da LUAR, *Fronteira*. Em democracia, e no âmbito da atividade política, desempenhou vários cargos entre os quais deputado à Assembleia da República, dirigente nacional do Partido Socialista, Presidente da Subcomissão Parlamentar de Cultura, e membro

documentos pela LUAR (Liga de União e Acção Revolucionária). Ao lado encontram-se as reproduções de documentos (um passaporte e um bilhete de identidade) então preenchidos e carimbados com determinada informação falsa por parte da referida organização política.

Retomando a reconstituição de uma reunião clandestina, como que numa cena de teatro suspensa – onde ao fundo há latas de tinta, livros numa estante, papéis – um vulto tridimensional branco de um homem tem as mãos num copiógrafo, homens discutem numa mesa, uma mulher espreita por uma janela, através de uma cortina. Uma outra mulher, por seu turno, redige numa máquina de escrever, um dos poucos objetos originais, pois trata-se de uma máquina personalizada com o fim de ser usada, especificamente, sem ruído, na clandestinidade.

Percorrendo o último corredor que constitui o denso primeiro piso da exposição permanente, é explorado – com um texto – sobretudo do lado direito, o papel dos Tribunais Políticos (do Tribunal Especial Militar aos Tribunais Plenários e da sua implementação das designadas “medidas de segurança”) e do lado esquerdo, o papel das polícias políticas da ditadura.

Não obstante o texto longo com que se inicia esse conteúdo, encontramos posteriormente alguns vestígios encontrados pelo fotógrafo Paulo Seabra aquando, em democracia, no ano 2000, entrou na antiga sede da polícia política em Lisboa – uma legenda identifica a proveniência dessas evidências – tal como uma lâmpada com a sigla inscrita “P.I.D.E” ou pequenos envelopes, com a mesma sigla, contendo os negativos das fotografias dos detidos. A seguir, preenchendo as paredes, do lado direito encontramos réplicas de processos jurídicos como que arrumados em estantes, e do lado esquerdo, na sequência do segmento dedicado ao papel das polícias políticas, encontra-se uma reconstituição – devidamente assinalada como tal – dos armários de arrumação das fichas individuais dos detidos simbolicamente etiquetadas com nomes de organizações, associações ou partidos políticos (como, entre outros, o Partido Comunista Português, Brigadas Revolucionárias, UPA – União das Populações de Angola, MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado).

Por fim – e assim finda o primeiro piso – um texto com o irónico título “Brandos Costumes”, um desígnio sobre o país apregoado pelo regime ditatorial – contrasta com uma desconcertante fotografia do dirigente comunista Militão Ribeiro, tirada logo após a sua morte. Preso pela polícia política por várias vezes (tendo estado durante cerca de dez anos preso, seis dos quais no Tarrafal) terá morrido, depois de uma greve de fome, em 1950, na Cadeia Penitenciária de Lisboa, por falta de assistência médica.

da delegação portuguesa na União da Europa Ocidental e na Assembleia do Conselho da Europa (J. P. Pereira 2016; F. P. Marques 2016).

Sobe-se. Novos versos escritos sobre a parede branca acompanham a escadaria. À esquerda, “Mesmo na noite mais triste/ em tempo de servidão/ há sempre alguém que resiste/ há sempre alguém que diz não”, de Manuel Alegre (1965) e à direita “Tejo que levas as águas/ Correndo de par em par/ Leva as mágoas para o mar” de Manuel da Fonseca (1972). No centro trechos de um texto que Mário de Carvalho escreveu, em 2014, sobre o medo que “impregnava todo o relacionamento social”: “medo de ser preso, medo de perder o emprego, medo da perseguição e do isolamento [...]”. Retomando o diário de campo, onde no fim de uma visita, uma visitante disse que gostaria de ter percebido como “era a vida de um cidadão não politizado da altura [da ditadura]”¹⁶⁶, será talvez dos poucos instantes do museu – para além dos números da primeira sala e de algumas notícias de jornal avulsas da segunda – em que acedemos (embora pelas palavras de um então oposicionista) a uma descrição que podia ser também a de um qualquer um desses “cidadãos não politizados”. Ainda nas palavras de Mário de Carvalho: “o medo engendrava mais medo. Era um sufoco, irrespirável. Para a maioria.”

*

O segundo piso é, sobretudo, dedicado ao circuito prisional. As duas primeiras salas contíguas entre si serão porventura – desprovidas de objetos ou vídeos – as mais densas no que toca à mancha de texto. A primeira elenca algumas das razões contra as quais se combatia, como a Guerra Colonial que eclodira em 1961 – e à qual se entrará em mais detalhe no piso de cima – ou a repressão policial, a favor da restituição de liberdades dos trabalhadores, ou das eleições livres. Enfatizando-se, não obstante, as proibições, a censura e a polícia política, e para contrastar, a importância da criação do MUD – Movimento de Unidade Democrática ou a candidatura presencial de Humberto Delgado e Arlindo Vicente, que desistiu da *mesma* a favor do “general sem medo”. Saliento a importância da candidatura de Humberto Delgado para derrubar a União Nacional, pois esta constituiu um momento essencial no campo da oposição que se uniu para o apoiar. O dia das eleições a 8 de junho de 1958, contudo, foi marcado pela célebre fraude eleitoral com inenarráveis manobras a favor de Américo Tomás¹⁶⁷, não deixando a sua candidatura de provocar “um efeito telúrico sobre o regime” (J. Madeira 2007a, 396), reflexo de um descontentamento generalizado ganhou visibilidade e teve indeléveis

¹⁶⁶ Anotação do Diário de Campo de dia 10/12/2016.

¹⁶⁷ Entre as artimanhas da fraude eleitoral, contam-se milhares de votos roubados a Humberto Delgado, a inexistência de fiscalização ou a falsificação de boletins de voto por cada eleitor que não tivesse votado (A. S. Ferreira 2006, 206). O resultado oficial consistiu em que dentro de 1413514 eleitores, teriam votado apenas 999 872, dos quais apenas 234026 teriam votado em Humberto Delgado, dando a vitória a Américo Tomás (J. Madeira 2007a, 412).

consequências, tendo surgido, na sequência desta, “as primeiras discussões acerca da inevitabilidade recorrer à violência armada para derrubar a ditadura” (A. S. de M. Ferreira 2015, 15), irrompendo também novas correntes políticas e organizações de luta armada como LUAR, a Frente de Acção Popular ou as Brigadas (*idem* 2006, 208).

Continuando para a segunda sala – em longos textos que ocupam a parede em português e inglês – esta é dedicada a quem combateu e a quem, muitas vezes e de forma desigual como vimos no capítulo anterior, sofreu às mãos da polícia política, distinguindo, por exemplo, o caso das mulheres, dos estudantes, dos operários ou dos trabalhadores de serviços. No caso das mulheres, é denunciada a opressão e exploração da mulher, salientando-se um conjunto de nomes daquelas que, em ditadura, se revelaram contra o estatuto da condição feminina e da mulher trabalhadora como Virgínia Moura ou, noutro campo, as três autoras – Maria Lamas, Maria Teresa Horta e Isabel Barreno – da publicação *As Novas Cartas Portuguesas*. O campo dos intelectuais, por seu turno, denuncia por um lado, a purga política de alguns importantes académicos, que lesou figuras como Bento de Jesus Caraça ou Vitorino Magalhães Godinho, e, por outro, dá conta de um campo de criação cultural e artística que se posicionou contra o regime, com a criação de revistas como a *Seara Nova* ou *Vértice*, ou de canções de denúncia como as cantadas por Zeca Afonso. A secção dedicada aos estudantes, por sua vez, versa sobre a sua mobilização, as greves estudantis, enfatizando sobretudo a chamada Crise Académica de 1962, na qual o movimento estudantil se posicionou ativamente contra o regime ditatorial.

Uma vez que não só de uma oposição em contexto urbano se fez aquela que se opôs à ditadura, uma outra secção dá conta da resistência do campesinato pobre e médio dos anos 30 e 40 do Centro e do Norte do país, e da resistência mais politizada dos assalariados do Alentejo e baixo ribatejo que, corajosamente, conquistariam, em 1962, as 8 horas de trabalho. É também relembrada a luta dos trabalhadores fabris enquanto resistência social e política ao regime, e por fim, uma outra secção destaca o papel dos trabalhadores dos serviços – como trabalhadores bancários e de seguros, caixeiros ou empregados de escritório – e o seu papel nas eleições para os Sindicatos Nacionais, na negociação de contratos coletivos e na organização de greves e de manifestações, enfrentando a violência policial. No campo dos militares é salientado as derrotas dos movimentos revolucionários contra a Ditadura Militar e a subsequente purga política, prisão e deportações, bem como as reformas militares levadas a cabo por Salazar e pelo General Santos Costa, poucos anos após a Revolta dos Marinheiros da Armada de 1936, que não impediriam o abalo anticolonialista nos quartéis que despertaria, em 1973, “a organização e intervenção política e militar” e levaria ao fim da guerra colonial. Uma secção distinta, por fim, salienta, por um lado, não só aqueles que foram deportados para os Açores, Madeiras e colónias, como dá, sobretudo, conta do extenso universo do exílio político, nomeadamente daqueles que

recusaram a guerra colonial e que se instalaram em países como a Argélia ou França, onde não deixaram de se organizar ações de luta contra o regime.

Estes são textos relativamente longos, cuja informação detalhada poderá não ser muito inteligível para quem a lê. Em contraponto, junto de cada secção, uma fotografia impressa em grande escala – por exemplo, uma imagem da Crise Académica de 1962 com um Plenário em frente à Faculdade de Letras, ou a de uma manifestação de estudantes contra o regime salazarista durante o final da Taça de Portugal, no Estádio Nacional em 1969 – trazem uma sensação de familiaridade e de síntese decisivamente mais acessível que os textos que as acompanham.

É ao avançarmos para o corredor que verdadeiramente iniciamos o percurso prisional. De facto, depois de uma parede que, através de texto, dá conta do procedimento carcerário desde a detenção ao cumprimento de pena, encontramos um surpreendente pequeno nicho dedicado ao processo da identificação a que os presos eram sujeitos por parte da polícia política, aquando capturados. Este será – depois do discreto vídeo do andar de baixo – o primeiro momento em que nos cruzamos com os rostos de um conjunto alargado de antigos presos políticos (estas *headshots*, fotografias tipo passe, neste caso tiradas aquando da prisão, são aliás um formato comum exposto neste tipo de museus). As fotografias de cada um, 16 presos políticos – homens e mulheres (portanto detidos noutras prisões) devidamente identificados – aparecem intermitentemente iluminadas como se de um *flash* fotográfico se tratasse. Ao lado destas, um texto contextualiza o modo onde e como os interrogatórios decorriam e como confluíam com as várias formas de tortura.

Lembrando que percorremos um circuito prisional, atravessamos um corredor cujo lado esquerdo não é, desta vez, uma parede, mas um gradeamento que nos permite, por momentos – pela primeira vez deste que iniciámos a exposição – aceder à luz da rua, ao azul do céu e do Tejo. Será, talvez, a materialização da ideia dos arquitetos quando procuraram que “uma leitura ‘labiríntica’ do espaço” não só surpreendesse como sugerisse “vários trechos não imediatamente “oferecidos”, antes “escondidos”: por trás, ao lado, em frente dos vários planos que são as paredes existentes ou as novas, driblada a mais óbvia colocação dos vãos que as atravessam” (Dias e Vieira 2017, 90). Assim, chegamos, finalmente, a uma secção dedicada a descrições de interrogatórios e tortura, onde estas aparecem – na forma de citação na primeira pessoa a partir de entrevistas – inscritas na parede [“Era como se uma pessoa quando fosse para a PIDE para ser interrogada, era como se fosse para a morte” ou “Espancamentos, socos,

pontapés, puxões de orelhas, de nariz, cabelos, empurrões contra a parede, sovas de cavalo-marinho, que é uma tira comprida... e a tortura do sono”¹⁶⁸].

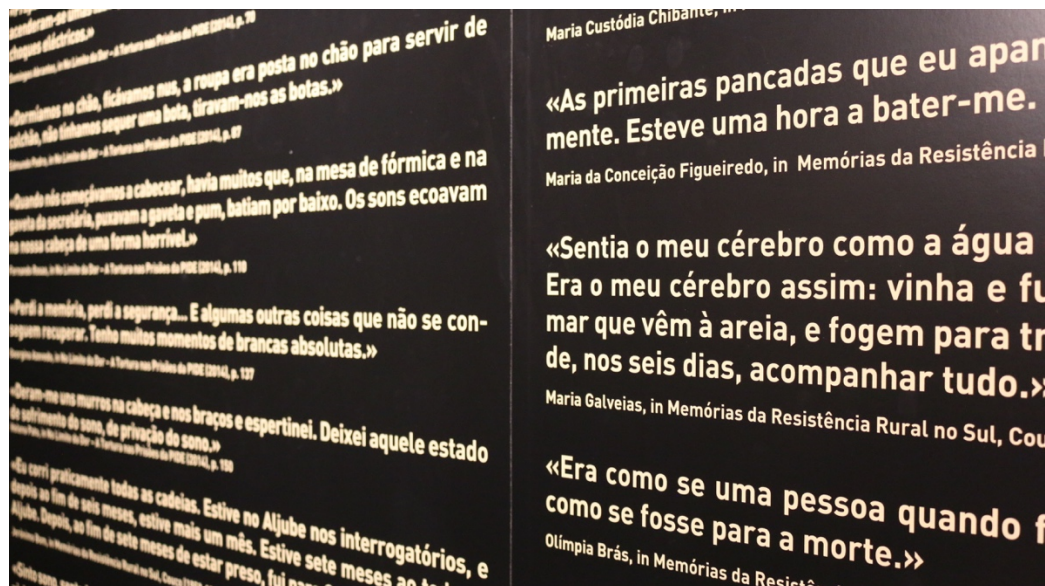


Figura 4. Testemunhos (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.
Fotografia da autora (2022).

Do lado oposto, uma figura estilizada na parede tem junto a si as consequências físicas e psicológicas da tortura a médio e a longo prazo da tortura às mãos das várias polícias políticas. Junto das referidas descrições – pujantes e amiúde momento de pausa nas visitas – um grande ecrã tem um filme em *loop* e uns bancos almofadados onde se pode, finalmente, parar. Trata-se do filme “Quem é Ricardo?”, um filme de ficção realizado por José Barahona com argumento de Mário de Carvalho. Apesar de ser uma ficção, este filme trata da experiência do escritor Mário de Carvalho – cujo pai esteve encarcerado no próprio Aljube – aquando de um interrogatório pela polícia política. Perante a pergunta insistente da polícia, “Quem é Ricardo?”, nome falso, evidentemente – soube-o depois numa visita de Mário Carvalho ao Museu¹⁶⁹ – era ele.

Neste local, foi comum presenciar nas visitas orientadas, um momento de pausa e partilha, nomeadamente por parte da então coordenadora do Serviço Educativo, de um conjunto de

¹⁶⁸ Na parede do museu, os testemunhos são devidamente assinados, bem como é assinalada a referência ao livro da qual estes foram retirados. No caso dos acima referidos corresponde, respetivamente, a Olímpia Brás e a José Pedro Soares e são, nesta ordem, retirados de *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958-1962)* de Paula Godinho, e de *No Limite da Dor – A Tortura nas Prisões da PIDE* de Ana Aranha e Carlos Ademar.

¹⁶⁹ A história seria contada pelo próprio Mário de Carvalho, no dia 13-02-2019, num ciclo de “Vidas na Resistência”.

testemunhos de tortura para além dos que estão na parede. Um dos visitantes, numa das visitas que presenciei, referindo-se aos elementos da PIDE/DGS, perguntou, exasperado: “E a eles, quem os espancou?”¹⁷⁰

Antecipo este momento etnográfico para uma reflexão. O museu optou por, através da colocação desta figura, dar conta das sequelas que sucederam aos presos políticos através do estudo realizado pelo psiquiatra Afonso de Albuquerque. A observação deste visitante evidencia, no entanto, um aspeto que o Museu optou por não tratar: a criminalização dos agentes da polícia política após o 25 de Abril de 1974, daqueles que perseguiram, humilharam e torturaram barbaramente quem se opôs ao regime ditatorial. Para muitos, é uma discussão que ainda não está fechada, tal como sugere este comentário surgido, espontaneamente, numa das visitas. Tal é comprovado também no inquérito, citado por Filipa Raimundo (2018)¹⁷¹, no qual perante a questão de como é que a “democracia lidou com os responsáveis pela repressão cometida durante a ditadura”, 95% dos inquiridos – antigos opositores e resistentes do Estado Novo¹⁷² – consideraram que “não foi feita justiça”. De acordo com o mesmo estudo, a percentagem, embora menor, continuou a ser maioritária (65%) entre a população, perante a mesma questão.

“Persiste assim”, usando as palavras de Irene Flunser Pimentel, “a ideia de que em Portugal não se assistiu a um processo de justiça relativa às antigas elites e instrumentos repressivos do regime ditatorial” (Pimentel 2017, 516). No entanto, os elementos da PIDE/DGS foram julgados, embora com penas leves. De acordo com a historiadora, apenas alguns elementos desta polícia “mais conhecidos como torcionários e os envolvidos em crimes de sangue” (*idem*, 542) tiveram como condenação uma pena de prisão maior. O resultado terá sido, assim, um processo de justiça “incompleto e até subvertido por sentenças benévolas, atenuantes e perdões” (*idem ibidem*), numa incompletude inquietante de “um processo de Justiça marcado pelas circunstâncias políticas vividas em Portugal” (Pimentel 2017, 516) que não encontra – também porque a narrativa da exposição permanente termina em 1974 – espaço na parede do museu.

Além deste, há ainda outros aspetos não representados na exposição permanente. Ainda na sequência desta secção do museu que contém os testemunhos da tortura, se é certo que hoje acedemos a um conjunto de relatos pessoais, também há quem nunca tenha falado sobre a sua experiência. E ainda, como refere Miguel Cardina, “ao lado do silêncio das vítimas que são

¹⁷⁰ Diário de campo de 17-03-2017.

¹⁷¹ Inquérito realizado pelo ICS-IUL no âmbito do Observatório da Qualidade da Democracia.

¹⁷² De acordo com Filipa Raimundo, tratou-se de uma “amostra não representativa de indivíduos que por motivos ideológicos, sofreram uma ou mais consequências, entre as que se seguem: tempo de prisão, detenção, exílio, clandestinidade, afastamento da função pública, expulsão do sistema de ensino, ser desertor ou refractário” (Raimundo 2018, 51).

incapazes de nomear o horror vivido nas salas de tortura, há também o silêncio daqueles que não se conseguiram manter em silêncio” (Cardina 2012, 212). Efetivamente, o tema do porte a adotar¹⁷³ perante a polícia política parece constituir ainda um tema extremamente delicado, em particular para quem, sob tortura, “falou”, contando com eventuais consequências como a possibilidade de exclusão por parte dos companheiros de luta, ou expulsão das organizações que militavam, ou ainda, por vezes, uma dose de sofrimento individual. Não tendo lugar nas paredes do museu, era, por vezes, relatado – sem quaisquer prejuízos morais – na visita orientada que se houve quem resistiu à tortura, não denunciando nomes, localizações, camaradas, nem confirmando informações da polícia, outros, por vários motivos, não o fizeram. Estes dois exemplos que refletem a dinâmica entre o que não está exposto e o que se vai partilhado nas visitas corroboram, assim, a ideia de que os dissensos se remetiam não para a narrativa do museu – que representa um ponto de vista coletivo – mas para a oralidade da visita.

O percurso segue. Avançamos para uma secção mais textual novamente, em que na parede que se contorna se encontra um mapa, bem como a indicação e descrição das várias prisões e campos de concentração (em Portugal, mas também Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Angola, Timor-Leste e Moçambique). Ao continuarmos o percurso, estamos agora do outro lado das grades que há pouco referimos, onde há uma janela para a imensidão do Tejo, cujo gradeamento – agora, a sério – faz uma sombra quadricular sobre o chão. Lembro os versos do sueco Tomas Tranströmer – que pude conhecer através da dissertação de Eliana Oliveira de 2012 – quando na década de 1960 passou naquela rua [“No bairro de Alfama os elétricos amarelos cantavam nas calçadas íngremes. [...] “Mas aqui!”, disse o condutor e riu à socapa como se cortado ao meio / “aqui estão políticos”. / Vi a fachada, a fachada, a fachada / e lá no cimo um homem à janela / tinha um óculo e olhava para o mar / Roupa branca no azul”¹⁷⁴]. Em frente, sobre uma superfície de PVC, numa parede vermelha, reproduções de capas jornais concebidos, clandestinamente, dentro das prisões – Caxias, Aljube, Peniche, mas não só – minuciosamente escritos desenhados e paginados¹⁷⁵.

¹⁷³ Ver: Cardina, Miguel 2012. “Política, Punição e Silenciamento. As oposições de inspiração maoísta em Portugal diante da repressão (1964-1974)”. *História Revista* 16 (2): 207–26.

¹⁷⁴ Este poema denominado “Lisboa” pode ser encontrado na antologia *21 Poetas Suecos*, coordenada por Ana Hatherly e Vasco Graça Moura, sendo traduzido por este último. De acordo com Eliana Oliveira, na sua Dissertação de Mestrado *Aljube: Uma Cadeia Política* (2012), este poema encontrava-se no website da Exposição “A Voz das Vítimas” de 2011.

¹⁷⁵ Nas palavras de José Manuel Lopes Cordeiro, “um aspecto singular da imprensa clandestina publicada em Portugal durante o fascismo prende-se com o número surpreendente de jornais manuscritos clandestinos que foram elaborados e editados em diversas prisões do regime” (Cordeiro 2014, 26) pelos presos libertários (4 títulos) e comunistas (22 títulos), entre 1932 e 1953. Embora se calcule que se tenham editado mais, são conhecidos 26 títulos que se traduzem em cerca de 200 números e mais de um milhar de páginas de texto, e não se conhecendo na sua maioria os seus autores (*idem ibidem*).



Figura 5. Reprodução de jornais produzidos nas cadeias da ditadura (detalhe).
Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2019)

Aqui há silêncio, mas este interregno dura pouco. Mais uns passos e somos abruptamente interrompidos por um som de um telefone que toca de cada vez que alguém passa naquele corredor. Trata-se uma secretária colocada num canto e de um telefone que simula a chamada que o carcereiro outrora recebia quando os presos eram chamados à sede da António Maria Cardoso, para mais um interrogatório. “Prepare-se para ir à polícia” eram as palavras soturnas que se seguiam a este telefonema, dirigidas àqueles que ali se encontravam presos [aquela que era, nas palavras de Sérgio Ribeiro, “a frase temida, ou a frase esperada, adiada, a frase para que cade um de nós se devia preparar, para que cada um de nós era preparado” (1983, 39)]. Com efeito, é antes de finalizarmos o segundo piso que encontramos a reconstituição das celas ou dos “célebres curros de má memória”, como se lhe referiu a eles, em 1974, Mário Soares. São quatro pequenas celas com tamanho aproximado do original, reconstituídas a partir de testemunhos de um conjunto de antigos presos como Artur Pinto (“isso aí foi um bocado duro”, disse-me, “ter que estar a fazer um esforço para me lembrar: *o cinzento não era bem isto, era*

Exceções detetadas por este historiador são, por exemplo, *Thalman* elaborado pelo dirigente do PCP Augusto Caldeira ou, no caso da imprensa clandestina, o *Brado Libertário* pelos anarquistas presos na Ilha Terceira (*idem ibidem*).

mais escuro...e a porta, e as grades...”¹⁷⁶), para a exposição que antecedeu esta, “A Voz das Vítimas”¹⁷⁷.

Na primeira cela, encontra-se um vulto branco (formalmente similar ao que descrevi acima), junto da pequena abertura da porta que o separa do visitante. Na segunda cela, ao fundo, um vídeo mostra-nos testemunhos de antigos presos sobre o isolamento¹⁷⁸. No terceiro curro, por seu turno, ouvem-se os toques na parede com que, não obstante a mais cerrada incomunicabilidade, os presos conseguiam comunicar entre si. E, por fim, no quarto curro, sem ninguém, apenas uma tarimba com um cobertor desbotado ocupa quase todo o espaço. As paredes escuras, bem como as portas, têm falhas de tinta, apresentam-se como que gastas e a iluminação destes exíguos espaços é – ao contrário do destaque, a meu ver, parco que se dá aos objetos no museu – exímia.



Figura 6. Reprodução dos “curros” (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.
Fotografia da autora (2019)

Subindo as escadas, encontram-se novos versos: “Leis em favor do rei se estabelecem/ as em favor do povo só perecem” (Luís de Camões, 1572) e do outro lado “Tempo de incerteza/ Tempo de medo e de traição/ Tempo de injustiça e de vileza/ Tempo de negação” (Sophia de Mello Breyner Andresen, 1962). Ao centro, as palavras do já referido psiquiatra Afonso de Albuquerque: “No nosso país, a tortura sistematicamente praticada pela PIDE, em 48 anos de tortura salazarenta, deixou marcas de sofrimento, psicológico e humano que nunca foram

¹⁷⁶ Entrevista com Artur Pinto, 2-3-2017, Lisboa.

¹⁷⁷ Sendo que são, desta vez feita, quatro ao contrário das seis celas anteriormente reconstituídas na exposição “A Voz das Vítimas”.

¹⁷⁸ Testemunhos de Álvaro Cunhal, Gualter Basílio, Manuel Serra e Carlos Brito. Arquivo Rádio e Televisão de Portugal – RTP.

devidamente avaliadas, tratadas e compensadas”. Lembro a exibição do documentário “O dia em que a tortura acabou”¹⁷⁹ de 1974, projetado na noite de 24 de abril de 2019, onde muitos dos intervenientes, então jovens – entre os quais o próprio psiquiatra Afonso de Albuquerque – estavam, agora, no auditório (“já falei muitas vezes, mas não há palavras que traduzam”, diria Conceição Matos, antiga prisioneira política então violentamente torturada¹⁸⁰). Um deles, reconhecendo-se e irrompendo da plateia (e lembrando as “marcas” cujas palavras de Afonso de Albuquerque inscrevem na parede) diria, sobre as suas sequelas: “A tortura não acabou. Os torturadores pararam de torturar, mas a tortura continua.”¹⁸¹

*

“Ainda tenho nos ouvidos o som do “gradão” do Aljube a fechar” escreveu num jornal recente Mário de Carvalho, a propósito das visitas que fazia ao pai (L. M. Carneiro 2019, 42). Talvez não fosse esta a porta de grades a que se referia o escritor. O que é certo é que foi intenção dos arquitetos responsáveis pela revitalização do espaço “respeitar e dar a ver os sinais que contavam o passado do edifício” (Dias e Vieira 2017, 90) e a pesada porta de grades com que se inicia o último piso é original do espaço enquanto cárcere (informação assinalada regularmente nas visitas a que assisti).

¹⁷⁹ Relativamente ao documentário, de acordo com a informação disponibilizada no *website* do museu, “‘O Dia em que a Tortura acabou’ foi filmado em 1974, nos dias que se seguiram ao 25 de Abril. Uma equipa da *Granada Television International*, que percorria o mundo, da Ásia à América Latina, descortinando sinais de repressão e tortura de opositores políticos, foi surpreendida pela Revolução dos Cravos. Foi em Lisboa, nos primeiros dias de maio, que se recolheram testemunhos de Fernando Vicente ou Conceição Matos”. Informação disponível em: <http://www.museudoaljube.pt/2019/04/24/documentario-dia-em-que-a-tortura-acabou/>. Acedido em 1-10-2020.

¹⁸⁰ Diário de Campo de 24 de Abril de 2019.

¹⁸¹ Tratou-se de uma frase proferida por Álvaro Pato, registada no diário de Campo de 24 de Abril de 2019.



Figura 7. Porta de grades – Piso 3. Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.
Fotografia da autora (2022)

Este piso tem um percurso mais curto que os restantes, uma vez que ali se encontra também o centro de documentação. Um primeiro corredor constitui-se como uma secção dedicada ao papel dos movimentos de libertação nas antigas colónias, não deixando de se aludir à presença da PIDE/DGS¹⁸² que nestas se instalara em 1954 (e à sua articulação com as tropas coloniais) e cujo exercício de violência contra “os combatentes e os suspeitos de os apoiarem não conhece[u] limites, fosse nos teatros de guerra ou nas prisões, fosse contra guerrilheiros capturados ou contra militantes das redes clandestinas urbanas dos movimentos de libertação, fosse contra sacerdotes católicos ou pastores protestantes apoiantes da luta independentista” (Caldeira *et al* 2015, 106). Neste último piso, evidencia-se também a luta anticolonial em Portugal protagonizada tanto por alunos africanos, por exemplo, no âmbito da ação política da Casa dos Estudantes do Império, como pelas oposições, sobretudo, a partir de texto, fotografias e infografia sobre PVC. Como assinalado no Museu, apesar de duas importantes iniciativas pioneiras (o protesto por parte do Movimento Nacional Democrático (MND) e do MUD Juvenil contra o envio de tropas para a Índia em 1954; bem como a resolução tomada no V Congresso do PCP em 1957 de defesa do direito de autodeterminação e independência das antigas colónias) terá sido, sobretudo, na viragem para a década de 1970, que o colonialismo se tornou uma questão mais central na luta contra o regime – a par da emergência dos movimentos de

¹⁸² Sobre este tópico consultar Mateus, Dalila Cabrita. 2004. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961 1974*. Lisboa: Terramar.

libertação das antigas colónias – com as “organizações da esquerda radical”, nomeadamente o MRPP, e com “a intensificação da resistência dos católicos progressistas e o início das ações armadas” sobretudo com a Liga de Acção Revolucionária e as Brigadas Revolucionárias¹⁸³ (Caldeira *et al* 2015, 105).

Com um destaque, dado por fim, à mobilização de soldados para a Guerra Colonial – cerca de um milhão recrutados na chamada metrópole e 450.000 recrutados localmente – guerra que sem a qual, tendo terminado em 1974, nas palavras de Miguel Cardina, “não se pode pensar a ruptura democrática”¹⁸⁴ – percebemos assim que o fim da exposição (agora mais declaradamente organizada de forma cronológica) está próximo. Ao contornarmos essa secção deparamo-nos, por fim, com uma parede com a já referida composição gráfica (da autoria de Paulo Adringa) em que várias pequenas fotografias de identificação prisional compõem, na sua totalidade, o rosto de Amável Vitorino¹⁸⁵. Agora, não fita, como na exposição anterior, António de Oliveira Salazar.

¹⁸³ Dentro das organizações de esquerda radical, o MRPP foi, no entender de Miguel Cardina, o grupo que alcançou mais visibilidade na mobilização anticolonial, lembrando como o primeiro número do seu jornal *Orgão Popular* de 1971 era encabeçado pela proclamação “Viva a Grande, Gloriosa e Justa Luta Revolucionária de Libertação Nacional dos Povos Oprimidos das Colónias” (Cardina 2010, 223). Com menos visibilidade, um dos fundadores de um outro grupo maoísta do Porto, O Grito do Povo, mais tarde OCMPL, Pedro Baptista relata que “para lá das diversas denominações políticas e ideológicas” “adotando uma denominação claramente moral” também os membros do seu grupo se mobilizaram contra a guerra, pintando “em grandes letras nas paredes ou em milhares de panfletos *“Abaixo a guerra colonial assassina!”*” (Baptista 2014, 278). Nas palavras de Miguel Cardina, “O posicionamento perante a Guerra Colonial – desertar ou manter-se no exército – terá sido, muitas vezes, crucial quanto à escolha do campo político” (Cardina 2010, 221). Como explicado também por Ana Sofia Ferreira, se para o PCP “era necessário criar organização comunista nos quartéis, fazer propaganda junto dos soldados contra a guerra, contra a violência dos exercícios militares e as injustiças vindas dos oficiais e a repressão, ou contra a intromissão das potências estrangeira que instalavam bases em território nacional”, os grupos “marxistas-leninistas”, por seu turno, “apoiavam a ida à tropa para aprender a manejar armas e fazer agitação anticolonial no seio das Forças Armadas, e desertar depois” (A. S. de M. Ferreira 2015, 214). Como já referido, algumas franjas católicas, por seu turno, tiveram grande importância na contestação contra o colonialismo e a Guerra Colonial, sendo que uma parte se radicalizou, apoiando as ações dos grupos de luta armada. Com efeito, “é essa radicalização”, nas palavras de Ana Sofia Ferreira, “que justifica que uma parte se aproxime de sectores da esquerda radical”, prestando, por exemplo “apoio logístico às Brigadas Revolucionárias, ajudando no transporte de pessoas, armas e dinheiro, oferecendo esconderijo em casas particulares e mesmo em igrejas e conventos” (*idem ibidem*, 271) ou fornecendo apoio à Liga de Acção Revolucionária, como relatado (num entrevista cedida a Ana Aranha, no âmbito do ciclo “Vidas Prisionáveis” no Museu do Aljube, a 15-01-2020) pelo então Padre Francisco Fanhais, que indo para França em 1971, passou a integrar a LUAR, organização de luta armada para quem “a luta anticolonial e a luta antifascista eram indissociáveis” (*idem ibidem*, 315).

¹⁸⁴ “Não se pode pensar a rutura democrática em Portugal sem pensar a guerra colonial” trata-se de um excerto da entrevista que o investigador Miguel Cardina concedeu a Laura Casielles (Casielles 2019).

¹⁸⁵ Como referido, esta composição gráfica estava originalmente patente na exposição “A Voz das Vítimas”.

À frente desta, encontra-se, por seu turno, uma parede preta com a identificação daqueles que, de acordo com a legenda, “ficaram pelo caminho”, ou seja, de um conjunto alargado de pessoas – homens e mulheres, inscritos por ordem alfabética – que morreram às mãos das várias polícias políticas. A parede deixa espaço para mais nomes virem a ocupá-la (cada pessoa tem o nome inscrito numa placa amovível) e uma legenda explica-o: “Não são conhecidas, com todo o rigor, todas as mortes ocorridas durante a Ditadura Militar em função das práticas de violência e de tortura praticada pelos órgãos repressivos do Estado sobre os presos sociais e os presos políticos. Basta que se pense na dimensão do império português e na experiência de dezenas de locais de aprisionamento políticos aí existentes para podermos avaliar a realidade. Esta é uma parede simbólica [...]”. Com a inscrição dos nomes, diz-nos Daniel J. Sherman, “encontramo-nos num território familiar modernista, com uma linhagem desde o *Vietnam Veterans Memorial* de Maya Lin, aos monumentos da Primeira Guerra [...]” (Sherman 2006, 125). A lista ordenada dos nomes, intencionalmente ou não, reproduz uma ideia de “unidade” – mesmo, neste caso, tratando-se de indivíduos provenientes origens e contextos distintos, e, possivelmente, oposições distintas e contrapostas entre si – ocultando “incertezas, desordem, classificações arbitrárias, e, frequentemente, conflito” (Sherman 2006, 127). A familiaridade e a simplicidade do alfabeto, além de ser uma escolha mais desprovida de dissensos – a disposição dos nomes poderia sempre ser outra¹⁸⁶, por exemplo, por data, por estatuto social, por família política – tem de acordo com este autor, também uma função “tranquilizante”: mesmo quando nada resta das pessoas “o seu nome correspondente tem um lugar seguro e reconhecido numa lista alfabética e pode ser sempre encontrado ali” (Sherman 2006, 126).

Por fim chegamos àquela que, muitas vezes ouvi descrita, pela então Coordenadora do Serviço Educativo, como “a sala mais bonita do museu”. Trata-se de uma sala com paredes brancas, que trata exclusivamente da cronologia do dia 25 de Abril de 1974. O Museu termina, assim, o seu percurso em 1974, deixando os dissensos do período que se lhe seguiu – para além da referência que lhe é feita no primeiro piso – do Processo Revolucionário em Curso por contar.

¹⁸⁶ Os nomes dos veteranos das forças armadas mortos na Guerra do Vietname que inscrevem o *Vietnam Veterans Memorial* – remetendo-me a um caso emblemático – por seu turno, encontram-se ordenados por ordem cronológica da sua morte. As hipóteses, como vimos acima, seriam várias. No caso deste memorial, o desejo dos veteranos sobreviventes, por exemplo, era o de que os nomes fossem ordenados alfabeticamente, pois sentiam que essa organização facilitaria o ato de encontrar os seus camaradas (embora “o largo número de “Smiths” acabasse por demonstrar que talvez não fosse necessariamente assim) (Laqueur 2015, 427). No entanto, nas palavras de Thomas W. Laqueur, “Maya Lin, contra uma oposição considerável, insistiu numa narrativa” (*idem*, 426). Sobre a sua escolha, a autora do *Vietnam Veterans Memorial*, artista e arquiteta Maya Lin, afirmaria que sempre quisera que a ordem dos nomes fosse cronológica, de modo que “aqueles que serviram [o país] e voltaram da guerra pudessem encontrar o seu lugar no memorial” [...] “Uma progressão no tempo é memorializada. O *design* não é apenas uma lista dos mortos” (Lin 2000).

Quem entra neste último espaço, depara-se com surpresa, com a parede que se opõe à entrada: toda a parede é ocupada por cravos vermelhos de papel, e em baixo, os versos de Sophia de Mello Breyner Andresen encerram o conjunto: “Esta é a Madrugada que eu esperava/ O dia inicial inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio/ E livres habitamos a substância do tempo¹⁸⁷”.



Figura 8. Exposição permanente – Piso 3 (detalhe). Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Fotografia da autora (2022)

2.1.2. Além da exposição permanente: centro de documentação e atividades dentro de portas

O museu desenvolve um vasto conjunto de atividades dentro de portas, em muitas das quais pude estar presente, sobretudo, entre 2016 e 2018, período no qual decorreu a pesquisa que realizei no Museu. O ciclo designado de “Vidas Prisionáveis” ou “Vidas na Resistência” nos quais estive presente decorreu, habitualmente, uma tarde por mês, entre os meses de outubro

¹⁸⁷ Poema “25 de Abril”, em Sophia de Mello Breyner Andresen. 2015. *O Nome das Coisas*. Lisboa: Assírio e Alvim.

a maio, sendo direcionado para um público escolar, particularmente para alunos do ensino secundário, profissional e superior. Durante a pesquisa no Museu, este ciclo contou com a presença da jornalista Ana Aranha – coautora do livro de entrevistas *No Limite da Dor – As Torturas na Prisão da Pide* – que foi responsável por conduzir uma entrevista a convidados de várias famílias políticas da resistência antifascista como Camilo Mortágua e Fernando Pereira Marques (2016), Diana Andringa (2017) ou Alberto Costa (2018). Posteriormente, tratando-se de uma sessão aberta, os alunos presentes no auditório – e a restante audiência – tiveram a oportunidade de colocar questões ao(s) entrevistado(s), sendo esta atividade, na maioria das vezes, antecedida por uma visita orientada à exposição permanente.

Num segundo ciclo denominado “Uma tarde no Aljube”¹⁸⁸ foram debatidos um conjunto de temas específicos, propostos pelo Museu ou em parceria com outras entidades. Durante o trabalho etnográfico desenvolvido no museu, decorreram sessões como “Debater o Intangível no Museu” em 2017, ou “Luta Armada” com Raimundo Narciso e Ramiro Morgado, no mesmo ano. Um terceiro ciclo, desta feita designado por “Intelectuais e Artistas da Resistência”¹⁸⁹, por seu turno, permitiu serem homenageados – tratando-se, maioritariamente, de consagrações póstumas – sobretudo escritores ou poetas, envolvidos de alguma forma na oposição à ditadura, como foi o caso de Adriano Correia de Oliveira (2016) ou Urbano Tavares Rodrigues (2018). Por fim, no âmbito de um quarto e último ciclo denominado “Livros no Aljube”¹⁹⁰, pude presenciar o lançamento de um conjunto de livros no auditório: quer memorialísticos (como *Cadeia do Forte de Peniche* de Carlos Brito, em 2017), jornalísticos (como o já referido *No Limite da Dor*, em 2017) ou resultantes de investigações académicas (como *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*, coordenado por Elsa Peralta, Bruno Góis e Joana Oliveira, no mesmo ano). Decorreram ainda, com um carácter esporádico, sessões de cinema no auditório ou peças de teatro como “Histórias do Pátio do Aljube” da encenadora Joana Craveiro, a partir da proposta

¹⁸⁸ De acordo com a informação disponibilizada no *website* do museu, a última sessão deste ciclo registada no seu arquivo de atividades, denominou-se “Fazer e difundir História da ditadura no Brasil de hoje” e ocorreu 18 de fevereiro de 2020. Informação disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/2020/02/18/uma-tarde-no-aljube-fazer-e-difundir-historia-da-ditadura-no-brasil-de-hoje/>. Acedido em 1-2-2022.

¹⁸⁹ De acordo com a informação disponibilizada no *website* do museu, a última sessão deste ciclo registada no seu arquivo de atividades foi a homenagem ao escritor Bernardo Santareno entre 18 de junho e 20 de setembro de 2020. Informação disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/evento/bernardo-santareno-portugues-escriptor-resistente-100-anos/>. Acedido em 1-2-2022.

¹⁹⁰ De acordo com a informação disponibilizada no *website* do museu, a última sessão deste ciclo registada no seu arquivo de atividades foi a apresentação do livro *O Alentejo e a Luta Clandestina*. António Gervásio – Um *militante comunista* de Luís Godinho, e ocorreu a 16 de fevereiro de 2020. Informação disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/2020/02/20/livros-no-aljube-o-alentejo-e-a-luta-clandestina-antonio-gervasio-um-militante-comunista/>. Acedido em 1-2-2022.

que, em 2018, lhe foi feita para refletir sobre a relação dos vizinhos do pátio traseiro com a proximidade da prisão.

Por fim, fora do âmbito destes ciclos, o Museu acolheu, ainda durante o trabalho etnográfico que realizei no mesmo, um conjunto de conferências ou colóquios, que de algum modo se enquadraram no âmbito dos seus conteúdos, como foi o caso dos encontros internacionais *Colonial Incarceration in the 20th Century* (2016) ou “Esquerdas Radicais Ibéricas, processo revolucionário e transição democrática. Perspetivas comparadas” (2017), numa parceria entre o Museu do Aljube, o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, *Universidad de Cádiz* e *Asociación de História Atual de Cadiz*.

Um museu é – desejavelmente – um espaço vivo, sempre em transformação. Após a pesquisa que realizei no Museu, outros encontros de âmbito académico sucederam, entre os quais o Seminário Internacional “Percurso cruzados das esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia” (IHC – Museu do Aljube) em 2019, ou o Colóquio Internacional “Prisões e regime prisional em Portugal e na Europa” no mesmo ano. Posteriormente, com limitações devido à pandemia da COVID-19, o Museu adaptou-se à via digital, tendo, por exemplo, através do seu canal de *YouTube* partilhado o filme “O dia em que a Tortura acabou” (1974), ou, através da sua página de *Facebook*, transmitido uma sessão das “Vidas Prisionáveis” com António Vilarigues, desta feita, gravada à distância com os alunos de uma escola secundária. Continuou também com novas ou renovadas atividades dentro de portas, que sucederam após o meu trabalho de terreno, e já sob a nova direção. Entre outras, o Museu criou, por exemplo, uma nova atividade entre maio e novembro de 2021, denominada “Com Garras e Dentes – Fábulas de Animais Livres e Resistentes” dedicada especificamente aos mais novos, acolhendo programação “do teatro à dança, da música à ilustração, numa reflexão performativa sobre a liberdade e os direitos humanos”¹⁹¹, reflexo de uma vontade que o Museu tem em chegar ainda mais ao público com idade escolar, para além da forte articulação entre o serviço educativo, as escolas e a exposição permanente. Ou o ciclo de conversas “Cidadania, porque sim”, ao longo do primeiro semestre de 2021 – integrando diferentes sessões como “Igualdade, mulheres e género” ou “Igualdade, anti-racismo e não discriminação” – que traduz o “desejo da actual directora de abrir a programação” “às causas que mobilizam as novas gerações: da igualdade de género à defesa do ambiente e ao combate ao racismo e a todas as formas de discriminação”¹⁹² (Queirós e Belanciano, 2021).

¹⁹¹ De acordo com <https://www.museudoaljube.pt/evento/com-garras-e-dentes-fabulas-de-animais-livres-e-resistentes/>. Acedido em 20-7-2021.

O centro de documentação tem várias valências. Por um lado, tendo uma biblioteca especializada, é fornecido apoio personalizado a investigadores ou estudantes. Sumariamente, desenvolve ainda digitalização e catalogação, inventariação e organização de espólios, e recolhe, mediante agendamento, testemunhos orais. Saliente-se as recolhas de testemunhos orais gravados em vídeo decorridas no dia 25 de Abril, feriado que celebra a Revolução e no qual o Museu abre, aberto ao público e com um conjunto de atividades. Com efeito, nesse dia, desde 2016 (ano em que ocorreu igualmente no dia 24 de abril) a 2019, decorreu o evento designado “Dias da Memória”, promovido em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Neste dia, a equipa do Museu bem como um conjunto de investigadores do IHC, acolheram documentação ou objetos como caixas de fósforos, cartas escritas na prisão ou documentos ligados à atividade estudantil – entre doações, digitalizações ou fotografias – mas, sobretudo, testemunhos orais relacionados com a oposição à ditadura, do período em que estiveram presos ou de algum contacto com a realidade da prisão política, com o objetivo de enriquecer o arquivo do Centro de Documentação, encontrando-se estes disponíveis para consulta pública. As referidas entrevistas com resistentes antifascistas, por seu turno, encontram-se disponíveis para consulta integral no Centro de Documentação, tendo começado, mais recentemente, a partir do início de 2021, a ser disponibilizadas através da plataforma *YouTube*, permitindo chegar a um público mais vasto, e para além das paredes que encerram o Museu.

2.4. (Re)visitar o passado: subjetividades e experiências da visita

Tal como referido no subcapítulo que versa sobre a abordagem metodológica, durante a pesquisa doutoral, participei em cerca de trinta visitas orientadas¹⁹³ e entrevistei,

¹⁹³ Utilizo neste capítulo a designação “visita orientada”, uma vez que é aquela utilizada pelo próprio Museu do Aljube. Sobre as designações, Sandra Silva (autora de uma Dissertação de Mestrado precisamente denominada “Visita guiada: uma estratégia da educação museal” de 2011), afirma que, em Portugal, esta atividade conhece no presente, nomes diferentes. Nas suas palavras: “visita guiada era há pelo menos 10 anos um termo comum no vocabulário museológico, no entanto a reformulação do conceito *educar* e do conceito de *público* fez com que alguns museus tivessem substituído aquela designação por visita acompanhada ou visita orientada numa tentativa de se distanciarem do registo cicerónico que caracterizava as sessões ou de se distinguirem da acção protagonizada pelos guias de turismo. Actualmente esta mudança não é consensual [...]” (S. P. de J. da Silva 2011, 2). Tal como a autora, reconheço a importância da discussão de um vocabulário técnico para enriquecer a museologia, mas concordo igualmente com a mesma quando esta afirma que em termos semânticos não existe efetivamente diferença entre visita orientada e visita guiada, prosseguindo e priorizando, assim, a reflexão sobre o que acontece e decorre desta.

posteriormente, um conjunto de diferentes visitantes. As visitas que integrei viriam a ser conduzidas por pessoas diferentes: predominantemente pela então responsável do Serviço Educativo, mas também pelo Diretor do Museu e outros funcionários do mesmo, bem como – em dois casos distintos – por dois antigos presos políticos daquele espaço enquanto cadeia, Domingos Abrantes e Adelino Silva. Embora esta última não seja uma solução ainda com grande recorrência neste museu, saliente-se que é usada, comumente, num conjunto de museus que foram outrora prisões políticas. Note-se o caso paradigmático de Robben Island, na África do Sul, onde esteve preso Nelson Mandela, por exemplo, ou o caso da já referida Villa Grimaldi, cuja condução de visitas por parte de Pedro Matta, conhecido ativista chileno e antigo preso daquele centro de detenção, seria brilhantemente descrito num artigo de Diana Taylor de 2009, ao qual regressarei no Capítulo 3.

Embora tenha integrado, por exemplo, algumas visitas orientadas para alunos do ensino secundário e básico, ou outras destinadas a diversos grupos organizados juntei-me, sobretudo, a visitas por inscrição individual realizadas ao sábado, onde o grupo – no qual, embora alguns elementos se conhecessem, eram principalmente, desconhecidos entre si¹⁹⁴ – tinha, invariavelmente, uma composição mais heterogénea. Na feliz expressão de Sophia Christidou e Dimitra Diamantopoulou, a participação e a observação das visitas permite aceder à “dança de agencialidade dos visitantes” (2016). Se para as autoras, “os visitantes demonstram [esta] agencialidade através da orquestração de todos os modos que empregam no engajamento que têm com a exposição e com o espaço social desta (olhar, apontar, movimentos corporais, fala e assim por diante)” (Christidou e Diamantopoulou 2016, 15), esta dança não é apenas física – e num espaço físico sinuoso, por vezes difícil de acompanhar – é, sobretudo, simbólica, feita de negociações, compromissos, memórias, encontros.

A opção metodológica da entrevista num outro momento e num outro lugar – já devidamente justificada no capítulo introdutório – viria a possibilitar conversas longas ou reflexões partilhadas que não teriam surgido, seguramente, numa abordagem realizada logo após a visita. Assim, mais do que nos limitarmos a conversar sobre a experiência da visita,

¹⁹⁴ O recurso às gravações nas quais são observadas as interações entre visitantes dentro de exposições, utilizado na pesquisa de Christidou e Diamantopoulou, permitiu-lhes compreender, tal como na pesquisa de Dirk vom Lehn *et al* (2001) referida por Richard Sandell (2007), que “a presença tanto de acompanhantes quanto de estranhos exerce uma influência significativa sobre as maneiras pelas quais outros indivíduos se aproximam e experienciam determinadas exposições” (Sandell 2007, 121), moldando-se pelo “contexto social e pela copresença de outros visitantes” (Christidou e Diamantopoulou 2016, 13). Para Richard Sandell, por seu turno, os museus “são locais-chave de ratificação e observação das performances pelos visitantes; performances que apresentam regularmente negociações de diferenças culturais” (Sandell 2007, 121).

discorreremos sobre temas mais alargados, desde as suas motivações pessoais em visitar o museu à sua posição sobre as seleções formais e narrativas neste concretizadas. Uma das primeiras perguntas com que se iniciava a nossa conversa, incidia – uma vez que o Aljube foi, efetivamente, a primeira cadeia da ditadura a ser tornada em Museu, passados 41 anos após a queda do regime – nas percepções sobre o destino que se deve atribuir a estes lugares e sobre a responsabilidade nesses processos de construção de património dos passados difíceis. Nesse sentido, embora muitos considerassem, perentoriamente, que demorou “tempo demais” até à criação de um primeiro museu que versasse sobre a ditadura, parecia maioritária, todavia, a percepção de que estes são processos necessariamente longos, uma vez que “tem que se deixar um período de nojo ou de luto [...] para sedimentar todas as experiências”¹⁹⁵. Tal como no excerto transcrito, nas palavras de um visitante:

“Também não tenho a noção [...] de qual é o tempo necessário de luto, por assim dizer, até poder ser falado. E é agora que está a começar a acontecer. Da maneira como eu o perceciono, [é] desde há uma década para cá que começam a aparecer, inclusive, novelas sobre a Guerra, filmes, começam a aparecer publicações e começa-se a falar mais sobre este período [da ditadura]...”¹⁹⁶

Esta noção de um tempo necessário seria retomada por vários entrevistados [“Nos primeiros tempos estava tudo demasiado fresco para se estar a fazer História”¹⁹⁷ ou “Eu acho que [estes] eventos exigem algum período de maturação”¹⁹⁸, “Acho que se deve muito à memória dos acontecimentos estar ainda muito viva”¹⁹⁹], refletindo a ideia de um “esquecimento prescritivo” (Connerton 2008, 61) – eventualmente reflexo do “discurso da *reconciliação* com o passado”, referido por Manuel Loff, no capítulo anterior “como passo prévio a uma *pacificação* da sociedade portuguesa, descrita como necessária” (Loff 2015, 87) – estabelecido pelo Estado como necessário para a estabilização social.

No entanto, outros seriam mais críticos: “Não sei se não houve uma tendência de esquecimento. [...] Dá-me ideia de que durante algum tempo as pessoas não quiseram pensar no que tinha havido de repressão, de tortura, de violência...”²⁰⁰ ou “houve muita gente que

¹⁹⁵ Entrevista com visitante AM, 63 anos, 31-12-2018.

¹⁹⁶ Entrevista com visitante CM, 47 anos, 13-01-2017.

¹⁹⁷ Entrevista com visitante LF, 56 anos, 15-01-2017.

¹⁹⁸ Entrevista com visitante EG, 40 anos, 8-3-2017.

¹⁹⁹ Entrevista com visitante SS, 43 anos, 16-02-2017.

²⁰⁰ Entrevista com visitante MLP, 82 anos, 19-06-2017.

apagou esse passado”²⁰¹. Um jovem visitante dir-me-ia, ainda, perentoriamente, perante o período de 41 anos sem a instituição de “lugares de memória” (Nora 1989): “Acho incompreensível a todos os níveis. Incompreensível do ponto de vista histórico porque acho que há distância mais do que suficiente para se fazer uma análise desse período. E, mesmo no plano político, é injustificável.”²⁰²

Este interregno – entre o fim da ditadura e a abertura do primeiro museu de reflexão sobre esta, aberto numa antiga cadeia política – “naturalmente reflete a relação complicada que nós temos com o nosso passado e com essa parte do passado em particular”, assinalou-me outro visitante. “O que é paradoxal”, refletiu ainda o mesmo entrevistado, “nós lidamos com a nossa História de uma maneira muito mitificada. [...] Criamos um passado remoto mitificado, quer relativamente à fundação do país, quer relativamente às “Descobertas”... E depois a História mais recente tendemos a atirá-la para debaixo do tapete”²⁰³.

Esta referência às “Descobertas” e à ideia de um “passado remoto mitificado”²⁰⁴ – proferida por este visitante, cerca de dois anos antes de se noticiar a potencial abertura de um “Museu das Descobertas”²⁰⁵ – enfatiza a ideia de um “discurso patrimonial autorizado” (Smith 2006) que privilegia as grandes narrativas nacionais, no qual o império colonial se mantém “indisputável fonte de orgulho colectivo, concebendo a identidade nacional à luz de um quadro idílico de trocas interculturais e de diálogos civilizacionais estabelecidos por via das extensões imperiais da nação” (Peralta 2011, 21). Com efeito, a ideia propagada pelo Estado Novo, e continuada em Democracia, em que o império ou as “descobertas” são “o principal tropo de articulação da narrativa identitária portuguesa” (Peralta e Oliveira 2016, 186) suprimia o

²⁰¹ Entrevista com visitante PV, 40 anos, 17-12-2016.

²⁰² Entrevista com visitante DM, 24 anos, 15-04-2017.

²⁰³ Entrevista com visitante RS, 44 anos, 19-12-2016.

²⁰⁴ Entrevista com visitante RS, 44 anos, 19-12-2016.

²⁰⁵ Incluído no programa eleitoral de Fernando Medina, que se tornou Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 2017, estava o projeto de construção de “Museu da Descoberta”. A possibilidade de construção de um museu desta natureza levou a uma inúmera onda de críticas em 2018, questionando o conteúdo do museu e – lembrando que a semântica não é inócua – condenando o nome atribuído a este, bem como a utilização de outras possíveis designações como “Museu dos Descobrimentos”, “Descobertas” ou “da Interculturalidade de Origem Portuguesa”. O debate – para além da sua mediatização através de artigos de opinião na imprensa com perspetivas divergentes, foi ainda incrementado por uma carta aberta subscrita por mais de uma centena de subscritores vindos sobretudo da academia [“Porque é que um museu dedicado à 'Expansão' portuguesa e aos processos que desencadeou não pode nem deve chamar-se 'Museu das Descobertas'?”] e por um manifesto subscrito por cem afrodescendentes no jornal *Público* [“Não a um museu contra nós!”] (Margato 2018; Martins e Paixão 2018; *Público* 2018) além de iniciativas abertas como as que assisti [“Museu das Descobertas: sim, não, talvez?” (organizado pelo ICOM, Museu do Oriente, 2018) e “Que história(s) contamos no espaço público?” (organizado pela DJASS – Associação de Afrodescendentes, Museu do Aljube, 2018)]. A 14 de junho de 2020, em entrevista ao *Diário de Notícias*, Fernando Medina afirmou, sobre o “Museu da Descoberta” que pretendia que houvesse, durante o seu mandato, “passos muitos significativos para a sua concretização” (*Diário de Notícias* 2020).

reconhecimento dos legados do colonialismo, da escravatura²⁰⁶, das guerras coloniais, mas também, neste caso, da ditadura – da tortura, da repressão, da supressão de liberdades – se inscrevessem. Como reflete Miguel Cardina, numa recente entrevista concedida a Helena Pereira no jornal *Público*: “Portugal não tem um museu sobre o colonialismo, que poderia ser um espaço de reflexão sobre estes passados difíceis” (H. Pereira 2021). Ainda nas palavras do investigador, se, concretamente sobre a guerra, o país “está hoje povoado de monumentos aos “heróis e combatentes do Ultramar”, contudo, “não existe um monumento às vítimas que a guerra fez. Às vítimas civis e militares, de ambos os lados. Nem temos marcas de reconhecimento de quem recusou fazer a guerra ou daqueles cujo combate anticolonial é parte da nossa história democrática” (*idem ibidem*). A abertura do Museu do Aljube, focado no percurso social e político de um país subjugado à ditadura, pode, assim, refletir “uma nova honestidade” (Kirshenblatt-Gimblett 2000, 9) nos termos de Kirshenblatt-Gimblett, para, de forma mais “reflexiva e autocrítica” (Kirshenblatt-Gimblett 2000, 9), interpretar este passado.

2.4.1. Entre experienciar e conhecer: estratégias expositivas

Tal como demonstrado no subcapítulo 2.3., a exposição permanente contém poucos artefactos, sendo, com algumas exceções, construída à base de reproduções, ou de um texto impresso, ora sobre PVC, ora sobre – e geralmente, nesse caso, formalmente mais claro – sobre as paredes. De acordo com o já referido programa museológico elaborado em 2012, o museu não pretendia vir a expôr “obras e colecções para a partir delas trabalhar a colecção com os seus públicos” (F.M. Veiga 2012, 5), constituindo, ao invés, a “história” e “histórias da Resistência”, “o seu “acervo” fundamental” (F.M. Veiga 2012, 5). Apesar desta intenção deliberada, quando questionados sobre o espaço expositivo, tendencialmente os visitantes entrevistados não deixariam de lamentar a falta de objetos, tal como expressado nos trechos citados:

²⁰⁶ Na entrevista acima referida, Fernando Medina assinala ainda que a par do “Museu da Descoberta”, Lisboa terá um memorial à escravatura (*Diário de Notícias* 2020). Com efeito, esse foi um dos projetos vencedores (que partir de uma proposta da DJASS – Associação de Afrodescendentes) do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa (edição de 2017/2018). Nesse sentido, decorreu, posteriormente, um concurso com três propostas convidadas, tendo vencido aquela da autoria do artista angolano Kiluanji Kia Henda. Esta é uma instalação denominada “Plantação- Prosperidade e Pesadelo” que virá a ser instalada no Campo das Cebolas, em Lisboa, composta por uma plantação de 450 canas-de-açúcar construídas em alumínio preto. Na memória descritiva do projeto, citada pelo jornal *Público*, consta que “A obra pretende tratar a memória da escravidão enquanto presença de uma ausência, pois não acreditamos ser possível representar de forma directa e realista tamanho trauma transnacional” (Salema 2020).

“[Gostei] do conjunto todo, foi ótimo. [...] Mas não tem coisas que possamos ver. Objetos é o que falta”²⁰⁷:

“Havia uma opção que, em termos museológicos, eu não sendo especialista nem pouco mais ou menos, acho que tira um bocadinho de valor ao que está ali. É que relativamente aos documentos, não há documentos mesmo, há reproduções o que tira muita força ao que está ali exposto [...]”²⁰⁸

Similarmente, na análise das visitas à Casa da Anne Frank em Amsterdão, realizada por Richard Sandell, o autor concluiu que as respostas dos visitantes “sugeriam que o encontro com os objetos – com a “coisa real” – potenciava a capacidade dos museus para oferecer experiências particularmente atraentes e intensas do ponto de vista emocional” (Sandell 2007, 117).

Paul Williams, autor de *Memorial Museums – The Global Rush to Commemorate Atrocities*, analisa nesta obra um conjunto de recentes museus que têm em comum a representação ou comemoração de um evento histórico associado a um sofrimento coletivo. Versando sobre diferentes episódios como o acidente nuclear de Chernobyl (como o Museu Nacional de Chernobyl em Kiev, Ucrânia) ou o comércio transatlântico de escravos (como a *Maison des Esclaves* na ilha de Goreée, Senegal), utiliza, para nomear estes museus, o conceito de “museu memorial” (Williams 2007). Segundo Amy Sodaro, autora de *Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence*, este arquétipo de “museu memorial” distingue-se pela sua dimensão “experiencial”, utilizando, para tal, um conjunto de “dispositivos multimédia e interativos para atrair o visitante para a história que estão a contar, fazendo-o desempenhar um papel ativo e identificar-se com as personagens dessa mesma história” (Sodaro 2018, 24). Sob esse ângulo, o Museu do Aljube não se encontra exatamente neste paradigma dos “museus memoriais” (Williams 2007, Sodaro 2018), pois este trata-se de uma musealização do sítio não voltada para uma dimensão “experiencial”. No entanto, as reflexões de Paul Williams sobre este paradigma – e atente-se, que, nas palavras do autor, “de entre os espaços institucionais convertidos em museus memoriais, o mais comum é a antiga prisão” (Williams 2007, 88) – são muito profícuas para pensar não só o que pode constituir um museu contemporâneo que reflete sobre o seu passado histórico, como para compreender as expectativas dos visitantes que visitaram o Museu do Aljube.

²⁰⁷ Entrevista com visitante EN, 75 anos, 21-03-2018.

²⁰⁸ Entrevista com visitante RS, 44 anos, 19-12-2016.

Nestes museus, existe um recurso frequente da exposição de objetos, não só pelas qualidades formais que podem oferecer à exposição, acrescentando-lhe materialidade – e a imaterialidade das histórias que os circundam – mas “também porque em muitos casos estes existem como prova tangível face ao debate, ou até mesmo da negação, relativa ao que aconteceu” (Williams 2007, 25). Todavia, de acordo com Paul Williams, por vezes há uma dificuldade elementar relativamente à exposição de objetos em museus que lidam com histórias “difíceis”: “a violência orquestrada pretende destruir e fá-lo muitas vezes eficientemente” (Williams 2007, 25). “Mais do que isso”, avança o autor, “a violência clandestina de muita violência política significa que os perpetradores pretendiam propositadamente destruir a evidência da sua destruição” (*idem ibidem*), desígnio, de alguma forma, aludido por Artur Pinto, quando conversámos, a propósito de uma certa irrepresentabilidade, por exemplo, da tortura do “sono” ou da “estátua”, uma vez que atuação da própria polícia política partilhava de uma “característica da ditadura: uma certa invisibilidade, não dar nas vistas...”²⁰⁹.

É importante dizer – porque as respostas dos visitantes pareciam refletir, por vezes, as “expectativas normativas” estabelecidas pelo “imperativo da memória” (Levy e Sznajder 2006, 132) do Holocausto – que viria a ser, estabelecido na década de 1990, um paradigma de objetos das vítimas do Holocausto, fortemente ilustrado por *Auschwitz II – Birkenau Memorial Museum*, conhecido pela exposição de objetos do campo de concentração: nomeadamente aqueles das quais as vítimas foram desapossadas como óculos ou escovas de cabelo, brinquedos ou cartas.

Esta ideia da exposição de objetos como “homologia de corpos ausentes” (Williams 2007, 29) seria igualmente retomada no *United States Holocaust Memorial Museum*, tido como o paradigma do museu “experencial” (Sodaro 2018), onde, perante um conjunto de sapatos amontoados²¹⁰, uma legenda na parede lhes concede uma voz humana, que se inicia com “Nós somos os sapatos, somos as últimas testemunhas²¹¹”.

Perante um conjunto de objetos que nos são transversalmente familiares – tão triviais quanto pares de sapatos – estes versos traduzem, por um lado, a ideia de aceder à experiência do outro, que pode ser enfatizada pela expressão idiomática “colocar-nos nos sapatos dos

²⁰⁹ Entrevista com Artur Pinto, 2-3-2017, Lisboa.

²¹⁰ Nas palavras da directora do *Holocaust Memorial Museum*, Sara J. Bloomfield, citada por Silke Arnold-de Simine, “Os milhões de visitantes dizem-nos, esmagadoramente, que a exposição dos sapatos das vítimas foram a parte mais inesquecível da experiência do Museu” (*in* Simine 2013, 78).

²¹¹ Trata-se de um curto poema da autoria do poeta iídiche Moses Schulstein que versa, originalmente, assim: We are the shoes. We are the last witnesses/ We are shoes from grandchildren and grandfathers/ From Prague, Paris and Amsterdam/ And because we are only made of fabric and leather/ And not of blood and flesh/ Each one of us avoided the Hellfire [Nós somos os sapatos, somos as últimas testemunhas / Nós somos os sapatos dos netos e avós/ De Praga, Paris e Amsterdão/ E porque somos apenas feitos de tecido e couro/ E não de sangue e carne/ Cada um de nós evitou o fogo do inferno].

outros”²¹² (William 2007, 29). Por outro lado, como afirma Paul Williams, a “ideia de que um objeto ‘testemunhou’ uma atrocidade é uma estratégia retórica que visa humanizar algo que existiu durante determinado período histórico: o próprio objeto ganha uma ‘vida’ [...] na medida em que são o mais próximo quanto chegamos a uma pessoa: pertences e imagens são, muitas vezes, tudo o que resta” (*idem* 31).

*

De acordo com Silke Arnold-de Simine, estes museus de memória, sobretudo aqueles que não estão localizados nos próprios locais onde decorreram determinadas tragédias, massacres, ou crimes públicos “defendem frequentemente que precisam de objetos autênticos, não apenas para transmitir o inexprimível, mas também como evidência para os crimes e horrores” (Simine 2013, 78) sobre os quais versam. O facto do Museu do Aljube, por seu turno, estar instalado no edifício outrora uma prisão política, seria destacado, tal como apontam os trechos de entrevistas dos visitantes:

“O facto de o edifício ter sido um espaço onde muitas coisas aconteceram, onde muitas pessoas foram torturadas, onde muitas pessoas estiveram encarceradas... [...] traz uma componente emocional muito grande ao museu”²¹³

«O espaço é icónico. Tem impacto. Isto é uma analogia: é o impacto que se tem a entrar no Coliseu de Roma. Tem um impacto tremendo. Quem lá entre e não tenha o *background* de saber o que lá se passou, [sente que] como diria o meu filho: “é um monte de pedras que ali está”. Quem tem esse conhecimento, esse *background* histórico, tem um impacto fortíssimo, obviamente. (...) Também no Aljube, a pessoa leva a mesma ideia, [neste caso] a de um espaço violento, supressão da liberdade, de tortura psicológica... »²¹⁴

“Nós estamos [ao subir as escadas do museu] a fazer o mesmo percurso que os presos faziam. [...] Respondendo objetivamente à sua questão, a mim o que mais me marcou foi [pensar]: *estão aqui as escadas com aquela escala, então está aqui um exercício: isto era o percurso que faziam os presos [e] isto é o percurso que eu estou a fazer.*”²¹⁵

²¹² No original “put ourselves in their shoes”.

²¹³ Entrevista com visitante SS, 43 anos, 16-02-2017.

²¹⁴ Entrevista com visitante JB, 60 anos, 04-01-2017.

²¹⁵ Entrevista com visitante JR, 57 anos, 19-12-2016.

“Já que foi aqui, agora ficamos com isto aberto para os outros acreditarem. [...] É um edifício emblemático [...]”²¹⁶

Esta ideia da materialidade como prova “para os outros acreditarem”, como me referiria esta visitante, também do ponto de vista de quem experienciou este lugar na sua primeira vida, pode dar densidade aos acontecimentos, tal como me expressou o antigo preso político António Espírito Santo, quando me disse que “hoje se falarmos com muitos jovens, não acreditam em muita coisa que se lhes diz e que foi verdade”²¹⁷.

Mesmo reconhecendo que, como me diria uma visitante “o espaço tem uma memória”, todavia, muitos dos entrevistados mostrar-se-iam surpreendidos (embora, evidentemente, esclarecidos pela visita orientada) por não terem encontrado a cadeia tal como se encontrava em ditadura (desconhecendo, possivelmente, a sua utilização no âmbito do Ministério da Justiça), fazendo aliás, muitas vezes, o contraponto com a visita ao antigo presídio de Peniche²¹⁸ [“quando nós entramos num sítio como Peniche, o espaço está muito degradado e... nós entramos lá e olhamos para um espaço [em] que... sentimos mais na pele”²¹⁹ ou “Quando nós visitamos, por exemplo, o Forte de Peniche, temos uma ideia mais aproximada do que foi o Forte de Peniche antes do 25 de Abril”²²⁰]. Com efeito, quando falámos das expectativas face ao que encontrariam, as respostas traduziram essa percepção:

“Não estava à espera que [o edifício] estivesse tão transformado. Estava à espera de encontrar não uma reprodução dos calabouços, mas as coisas cruas, como eram dantes.”²²¹

“O que eu esperava coincidia muito com o que encontrei. Só senti falta de [...] alguma autenticidade. Ou seja, o museu pareceu-me todo muito asséptico [...] [Poder-se-ia] reconstruir ou mostrar mais coisas reais ou da altura. [...] Eu percebo a preocupação de “informar” e não “chocar”. Mas senti falta de ver coisas da altura. [...]”²²²

²¹⁶ Entrevista com visitante AP, 43 anos, 09-06-2017.

²¹⁷ Entrevista com António Espírito Santo, 30-3-2017, Barreiro.

²¹⁸ Estas referências à Fortaleza de Peniche foram proferidas previamente ao encerramento desta em novembro de 2017, para realização de obras e posterior constituição do futuro Museu Nacional Resistência e Liberdade.

²¹⁹ Entrevista com visitante GS, 24 anos, 17-02-2017.

²²⁰ Entrevista com visitante MP, 68 anos, 06-04-2017.

²²¹ Entrevista com visitante LS, 48 anos, 05-04-2017.

²²² Entrevista com visitante VR, 36 anos, 17-03-2017.

“[Pensava] que ia realmente a espaços prisionais: solitárias, celas [e] que estivessem preservadas na construção original...”²²³

De acordo com Williams, “a autenticidade percebida de um local histórico é significativamente reforçada quando este tem uma prova tangível do evento *neste lugar*” (Williams 2007, 81). A ideia de que encontraria “um ambiente sombrio, grave”²²⁴, como me referiu um dos entrevistados, reflete também as expectativas de uma experiência mais sensorial ou “experencial” (Landsberg 2004, Sodaro 2018), uma vez que muitos dos visitantes, se encontravam previamente familiarizados com museus recentes como a Casa do Terror, em Budapeste ou a antiga sede da KGB em Vilnius, mencionadas em dois momentos distintos. Quando questionados sobre que museus semelhantes ao Museu do Aljube conheceriam, seriam, contudo, notoriamente, recorrentes as referências ao Holocausto, como se pode ver pelos excertos aludidos:

“Em comparação só me lembro, uma vez... [...] em Amsterdão de ver um museu holandês relacionado com a repressão Nazi. E fui ver um museu dedicado à Anne Frank”²²⁵.

“[...] Só mesmo Auschwitz [...]”²²⁶

“Não se pode dizer que seja a mesma coisa, mas o Museu do Holocausto nos Estados Unidos.”²²⁷

“Posso fazer uma articulação com Auschwitz”²²⁸

Por um lado, perante estes trechos podemos constatar que, tal como sugere Michael Rothberg, “a narrativa arquetípica de sofrimento do Holocausto [...] tornou-se, no seu extremo, uma fonte de analogia para outras histórias” (Rothberg 2000, 267). Por outro, retomando as referências aos museus contemporâneos onde se procura uma experiência imersiva e voltando às referências proferidas por alguns visitantes da expectativa de “um ambiente” ou de “poder sentir uma atmosfera”²²⁹, Paul Williams considera que a visita a museus com estas tipologias se

²²³ Entrevista com visitante JMP, 21 anos, 04-05-2017.

²²⁴ Entrevista com visitante JB, 60 anos, 04-01-2017.

²²⁵ Entrevista com visitante MLP, 82 anos, 19-06-2017.

²²⁶ Entrevista com visitante AP, 43 anos, 09-06-2017.

²²⁷ Entrevista com visitante JMP, 21 anos, 04-05-2017.

²²⁸ Entrevista com visitante LF, 56 anos, 15-01-2017.

²²⁹ Entrevista com visitante CM, 47 anos, 13-01-2017.

pode assemelhar à ida a uma igreja. De acordo com o autor, “podemos especular que as pessoas não comparecem tanto para aprender informações (como detalhes das escrituras), mas porque desejam estar em um ambiente total que ensaia e afirma a sensação de estar no lugar [no original *being in place*]” (Williams 2007, 98).

Embora fosse frequente a percepção de que o museu, por oposição à criação de “uma atmosfera” tinha “palavras por todo o lado”²³⁰, um jovem visitante assinalou-me que embora a responsável pela visita tivesse referido “que era um museu mais documental e que não tinha tantas coisas” (tendo ficado com a impressão de que tal teria sido “enquadrado como algo negativo pela própria guia”), ele considerava “positivo. [...]”²³¹. E avançou:

«[O Museu do Aljube] tem um equilíbrio adequado entre essas duas dimensões do sentir e do conhecer. Porque eu, quando fui a Auschwitz, fiquei duplamente incomodado por uma dimensão excessiva do *sentir*. Porque sentia toda a gente à minha volta, se calhar demasiado emocionada e pouco consciente. Portanto, era uma emoção um bocado vazia, do meu ponto de vista. E isso é uma abordagem que eu não gosto. [...] Pessoas que só vão a sítios para ver e nem leem, só querem sentir sem saber... Eu acho que é uma experiência legítima, mas criticável.»²³²

Esta observação expressada por este visitante remete para a reflexão de Silke Arnold-de Simine a propósito da já referida exposição de sapatos no *USA Holocaust Memorial Museum*. De acordo com a autora, estes tornaram-se como objetos icónicos cujo veemente simbolismo tendo vindo a ser adotado, posteriormente, por vários memoriais, tal como aquele, em Budapeste, denominado *Cipők a Duna Parton* (“Sapatos no Danúbio”)²³³. Todavia, para esta autora, utilizar esta estratégia expositiva repetidamente pode desinvestir os eventos da sua especificidade histórica. Nas palavras dela, tal utilização pode constituir:

«um atalho conveniente, mas problemático quando se lida com histórias difíceis ou violentas. Sem exigir um conhecimento profundo sobre as atrocidades cometidas e o seu contexto político, cultural, étnico ou económico, os visitantes podem perceber que aquilo com que se estão a confrontar são eventos emocionalmente poderosos e eticamente profundos» (Simine 2013, 82).

²³⁰ Entrevista com visitante CM, 47 anos, 13-01-2017.

²³¹ Entrevista com visitante DM, 24 anos, 15-04-2017.

²³² Entrevista com visitante DM, 24 anos, 15-04-2017.

²³³ Trata-se de um memorial, erguido em 2005, composto por um conjunto de sapatos de ferro, como que acabados de tirar junto ao Rio Danúbio. É uma homenagem à memória das vítimas mortas a tiro para o Danúbio por milicianos da Cruz de Ferro [partido húngaro que defendia as mesmas ideias do partido nazi na Alemanha] em 1944-1945.

Por outro lado, ainda no âmbito do comentário feito por este visitante, Simine, remetendo-se aos casos de estudo sobre os quais reflecte – *IWM North - Imperial War Museum*²³⁴ e ao *MHM - Militärhistorisches Museum*²³⁵ – aponta que “um dos grandes objectivos destes museus é o de transmitir como se deve ter *sentido* [ênfase meu] quem foi apanhado nesta Guerra, e não o porquê de esta ter sido travada” (Simine 2013, 85).

Com efeito, será que experienciar é a melhor forma de conhecer? De acordo com Simine e Amy Coplan citada pela primeira, “é apenas ao preservar-se um sentido de alteridade que nos podemos relacionar com o outro como um outro e ao mesmo tempo” (Simine 2013, 46) “compartilhar a experiência do outro de uma forma que colmate, mas não elimine a lacuna entre nossas experiências” (Coplan 2011, 16 *apud* Simine 2013, 46).

Retomando as entrevistas dos visitantes, foi interessante compreender, por exemplo, nas palavras deste jovem visitante – e saliente-se que esta foi uma reflexão dos próprios pois não constava no meu guião – que mesmo considerando que caso se tivesse “deparado com um espaço mais realista, mais próximo das condições duras que os presos políticos sofreram, obviamente teríamos um sentimento mais próximo [...] do que seria estar confinado a um espaço tão reduzido e a sofrer as provações de que muitos passaram naquela antiga cadeia”, admitia que: “Claro que isto é impossível. Por melhor que tivessem reconstruído o espaço, só vivendo a verdadeira experiência é que poderíamos ter noção do que é que teria sido passar por uma situação daquelas. [...]”²³⁶

Outros visitantes transmitir-me-iam semelhantes impressões: “Os museus fazem-nos sair de casa. Ver onde era. Quantas escadas tinha que subir o preso. Eu imagino assim. [...] Personalizo. Mesmo assim, nunca lá vou chegar”²³⁷ ou “Claro que nunca vamos sentir na pele o que é que essas pessoas sentiam ao estar lá [...]”²³⁸.

²³⁴ Museu da Guerra Imperial em Manchester.

²³⁵ Museu de História Militar de Dresden.

²³⁶ Entrevista com visitante JMP, 21 anos, 04-05-2017.

²³⁷ Entrevista com visitante AP, 43 anos, 09-06-2017.

²³⁸ Entrevista com visitante GS, 24 anos, 17-02-2017.

2.4.2. Dos testemunhos e das histórias no percurso da exposição

Não só as entrevistas inseridas no referido ciclo “Vidas Prisionáveis” ou “Vidas na Resistência”, mas também os testemunhos recolhidos pelo Museu – e disponíveis para consulta pública no Centro de Documentação e, mais recentemente, na plataforma *YouTube* – como as próprias histórias recolhidas durante as visitas, possibilitam que os responsáveis pelas visitas compartilhem, posteriormente, nas visitas subsequentes que orientam, um conjunto de testemunhos de antigos presos políticos do local. Para muitos visitantes, são precisamente esses testemunhos orais o que mais recordam das visitas orientadas. Com efeito, como que a reforçar o inolvidável noema de Roland Barthes (1980) – *ça a été* [isto foi], na perspetiva de um visitante, por exemplo, aceder aos relatos pessoais de tortura praticada aos presos políticos – inscrita nas paredes, oralizada pela guia da visita orientada – constituiu a maneira de saber que: “[...] *Isto aconteceu, aconteceu cá e aconteceu connosco* [...] Sabia que tinha havido torturas, claro, mas naquele grau não [sabia]”²³⁹

Neste museu que é predominantemente um museu sem coleção, as conversas nas visitas, acabariam, entre as palavras dos guias e as dos visitantes, por ter um forte lado testemunhal, individual e subjetivo, que contrabalançava com as paredes de texto, cerrado, contextual como um livro de História enquanto – como propõe Pierre Nora – “operação intelectual que laiciza e universaliza o passado” (M. J. L. Antunes 2014, 17). Nas palavras do historiador italiano Alessandro Portelli: “muito mais do que documentos escritos, que frequentemente carregam a aura impessoal das instituições pelas quais são emitidos – embora, é claro, sejam compostos por indivíduos, dos quais muitas vezes sabemos pouco ou nada – as fontes orais envolvem todo o relato na sua própria subjetividade (Portelli 1998, 72). Uma das visitantes, da segunda geração da ditadura, consubstanciou a sua visita ao museu, sobretudo, na parte intangível da oralidade que a compôs:

“Eu acho que o mais importante para mim acabou por ser o que ela [a guia] foi dizendo e o que isso me fez pensar [...] Em relação àquilo que eu tivesse visto lá, não me lembro de nada em particular. Ou seja, o que me marcou foi ela falar, por exemplo, da experiência de alguns presos”²⁴⁰

Outros traduzir-me-iam as mesmas impressões:

²³⁹ Entrevista com visitante EG, 40 anos, 8-3-2017.

²⁴⁰ Entrevista com visitante RR, 44 anos, 13-02-2017.

“[...] O particularmente interessante foi a visita guiada e aquilo que foi transmitido durante a visita guiada. Principalmente o testemunho. O testemunho acho que foi fundamental. Foi o que me mais me marcou na visita”²⁴¹

“[O que achei mais significativo da visita foi] quando visitámos as solitárias e aquela história que ela [a responsável pela visita orientada] tinha contado de um dos presos, o Edmundo Pedro, que tinha estado preso num dos curros e que para passar o tempo simulava que uma das pernas era uma equipa de futebol [e a outra, a equipa oposta]”²⁴²

Esta observação da visitante que não se lembrava de “particularmente nada” do museu, mas recordava as histórias contadas, evoca-me a inquietação de Elaine Heumann Gurian: “Se a essência do museu não é encontrada nos objetos, então onde?” Efetivamente, talvez seja “simultaneamente a fisicalidade do lugar, bem como as memórias e histórias – através dos objetos e da história que os ressignifica ou através de uma história isenta de objetos – que lá são contadas que são importantes” (Gurian 2001, 26).

Adelino Silva, ali preso entre janeiro de 1963 e março de 1964, disse-me que sempre que visita o Museu (e já lá foi várias vezes) se sente “emocionado”. E acrescenta: “E quando faço visitas [orientadas], ainda fico mais. Porque estou a partilhar com pessoas, ao vivo, sentimentos que são meus. De quem passou o que está ali gravado. E para mim, nunca deixei de me emocionar e de ficar chocado com o facto de tanta gente ter passado por ali”²⁴³.

“Vamos só escrever? Já me disseram várias vezes para escrever. Eu prefiro ir. E se não tiver tempo para escrever, já há tanta coisa escrita que eu não estou preocupado com isso. Para mim, é mais importante ir e testemunhar: *foi aqui que aconteceu isto. Foi aqui que se deram acontecimentos graves para milhares de pessoas que por aqui passaram.*”²⁴⁴

Como Primo Levi que se tornaria escritor para testemunhar, outros tornam-se mediadores destas visitas para testemunhar, nas palavras de Didi-Huberman, “apesar de tudo” – um “tudo” que remete para “o poder das condições históricas para as quais ainda não conseguimos arranjar

²⁴¹ Entrevista com visitante SS, 43 anos, 16-02-2017.

²⁴² Entrevista com visitante JMP, 21 anos, 04-05-2017.

²⁴³ Entrevista com Adelino Silva, 15-07-2018, Lisboa.

²⁴⁴ Entrevista com Adelino Silva, 15-07-2018, Lisboa.

resposta” (Didi-Huberman 2012, 227) e um “apesar” que “resiste a esse poder unicamente pela potência heurística do singular” (*idem ibidem*)²⁴⁵.

“Com o testemunho dele a percorrer as salas, foi muito forte. Houve uma altura em que fiquei mesmo emocionada. Acho que ele estava a contar uma história da mulher”, relatar-me-ia a visitante integrante da visita com Adelino Silva. “Provavelmente”, continuou, “com alguém que não esteve lá preso, será muito mais factual ou até te poderá dar outros indicadores históricos, mas a experiência com a pessoa que esteve lá é pessoal [...] Sabes que é a experiência de alguém individual. [...] Pode ser mais enviesada a versão delas, como é óbvio²⁴⁶”. Ainda nas palavras da mesma visitante:

«[...] Eu, pessoalmente, dou muito mais importância à parte do testemunho. Quer dizer, a História é sempre contada por alguém e mesmo ninguém é assim tão objetivo... Há sempre versões diferentes e tu escolhes um bocadinho aquilo que queres ouvir. E para mim é mais interessante ter acesso a essa informação através de alguém que viveu, que passou realmente por isso. [...] Foi ele que teve as consequências de um regime opressivo e sofreu isso na pele, essas pessoas também fazem parte da História, merecem ter a sua voz e contar a sua versão da História. Acho que estes museus são importantes por causa disso também. Mais do que contar a História em factos e datas.»²⁴⁷

Assistir aos testemunhos “permite observar as experiências a entrar no discurso: aquele momento em que a memória é transformada em linguagem, muitas vezes pela primeira vez, em que o silêncio existe com a mesma presença das palavras; um silêncio que não pode existir nas palavras escritas” (Young 1988, 161). Valorizando o papel do museu como lugar do testemunho [“Aquele museu acho que deveria ser o caminho, aliás como eles, pelos vistos já estão a querer trilhar, [d]o museu do testemunho²⁴⁸” ou “é bastante importante ouvir essas pessoas falar com as suas próprias vozes e as suas próprias palavras [pois] conseguem aproximar-nos um pouco do que seria aquela realidade²⁴⁹”], os visitantes deram a entender a importância de narrativas pessoais que, na sua subjetividade reconhecida por esta última visitante, não transportam em si “necessariamente uma autoridade factual” como sugere James E. Young, mas “autenticidade ontológica” (Young 1988, 22).

Olhando para trás, nas entrevistas, a visita frequentemente aparece como uma forma de preencher uma ausência: encontrar o que nunca foi materialmente inscrito no espaço público,

²⁴⁵ Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo

²⁴⁶ Entrevista com visitante DR, 38 anos, 1-8-2018.

²⁴⁷ *Idem*.

²⁴⁸ Entrevista com visitante RS, 44 anos, 19-12-2016.

²⁴⁹ Entrevista com visitante JMP, 21 anos, 04-05-2017.

até bem recentemente. A visita preenche o silêncio sobre a ditadura – um fenómeno que o filósofo português José Gil (2007) designou como “não inscrição” daquele período no espaço público do Portugal contemporâneo. Mas se alguns visitantes não se encontravam familiarizados com a história do nosso passado recente, nas visitas orientadas, encontrei visitantes que, por outro lado, procuravam as histórias de seus avós ou pais, ou até mesmo regressavam ao local onde costumavam vir para visitar os seus familiares enquanto haviam estado presos. Na primeira visita que realizei, retomando o meu diário de campo, recordo que “uma das pessoas que faz mais perguntas, aperceber-me-ei no fim que teve o seu avô no Aljube”²⁵⁰. Na última visita, por seu turno, um homem tentava perceber, dentro do edifício, a localização de uma sala onde o pai estivera encarcerado, e na visita anterior, uma mulher (enquanto esperava pela chegada da guia à visita) explicava, na receção, que queria encontrar a janela específica onde o marido, enquanto preso, costumava, brevemente, olhar para ela do lado de fora. No meu diário de campo anotei o seu pedido: “Eu queria ver como é que o meu marido me via lá em baixo”²⁵¹.

Como sugere Gaynord Bagnall, visitar estes locais e dar sentido ao passado “permite que os visitantes se conectem a memórias e biografias pessoais e culturais, pratiquem e realizem uma forma de reminiscência” (Bagnall 2003, 88). De facto, alguns dos visitantes não estão apenas a visitar o passado, mas a revisitá-lo, relacionando-se com o museu, desta feita, a um nível muito pessoal. Dir-me-ia uma visitante:

«Ao entrar ali e ao ver aquilo que era uma coisa que não me era desconhecida, e ouvir a senhora falar de várias situações de várias pessoas que estiveram presas políticas [...] Naquele momento estava sentada e ela [a guia] estava a explicar o conhecimento que tinha da tortura do sono... E eu, naquele momento, comecei-me a ver a mim, com dezanove anos na António Maria Cardoso [antiga sede da polícia política], a ser torturada na tortura do sono...[...] Foi um reviver.»²⁵²

Recordo-me perfeitamente desse momento, quando interpondo de forma inesperada as palavras da guia, nos narrou a sua própria experiência de tortura, enquanto todos a escutavam. A visita não se torna, assim, apenas um espaço de recordação, mas também um lugar que possibilita o espaço de partilha de histórias e memórias, uma vez que “a experiência multissensorial dos museus, a par da natureza social da visita, coloca muitos visitantes numa situação onde lembrar é natural, espontâneo” (Kavanagh 2000, 4). Um jovem visitante até me

²⁵⁰ Diário de campo de 10 de dezembro de 2016.

²⁵¹ Diário de campo de dia de 7 de julho de 2018.

²⁵² Entrevista com visitante MN, 65 anos, 15-06-2017.

disse que sentiu “mais emoção pelas pessoas que estiveram presentes na visita. Aquelas pessoas que estavam a falar... Não foi tanto pelo que eu estava a ver no circuito. [...]”²⁵³. Outro dir-me-ia: “Eu acho que [ir] em grupo é interessante porque ouvimos os comentários das pessoas. Pessoas de diferentes gerações”²⁵⁴. De facto, observar, repetidamente, uma visita orientada reforça a ideia de que “galerias de museus [podem ser vistas] como palcos onde os visitantes “se exibem”, como atores a atuar num palco para seu público” (Christidou e Diamantopoulou 2016, 15). Os visitantes criam significado a partir de seus próprios contextos sociais, tornando-se os museus também palimpsestos onde as suas “memórias pessoais e familiares podem ser usadas para reescrever os textos” (Bagnall 2003, 91) que inscrevem o património.

Mas este é também um espaço – e se no auditório é recorrente, o percurso da exposição permanente também o permite – onde as pessoas se posicionam e discutem sobre os usos do passado no presente. Um dos jovens entrevistados, por sua vez, recordou-me como na visita que integrou, se sentiu “chocado ao perceber que nunca tinha havido compensação material do Estado aos presos políticos”, para a qual não conseguiu “mesmo encontrar justificação.”²⁵⁵ Como que um momento de debate de mecanismos de justiça de transição – e quantas vezes se ouviria, repetidamente, falar nos efeitos da tortura a longo prazo – este museu não se trata apenas de um lugar para recordar, visitar ou revisitar. Este também é um lugar que pode funcionar como uma “ágora”, como sugerido pela antropóloga Montserrat Iniesta (2009) no sentido grego de um “lugar aberto de assembleia”, lugar de participação pública, ponto de encontro de diferentes cidadãos.

2.5. Um museu como um “fórum para as comunidades de memória”

“Gradualmente, os museus têm vindo a transformar-se em fóruns para as comunidades de memória” (Simine 2013, 12), não apenas para os antigos presos políticos – ou, mais genericamente, para aqueles que resistiram contra a ditadura entre a clandestinidade, o exílio, ou as mais frugais formas de solidariedade – mas igualmente para quem o visita que encontra ali um espaço de partilha de memórias pessoais e familiares, os seus descontentamentos, as suas perceções do passado e a forma como este é usado no presente, numa troca dialética de

²⁵³ Entrevista com visitante JMP, 21 anos, 04-05-2017.

²⁵⁴ Entrevista com visitante GS, 24 anos, 17-02-2017.

²⁵⁵ Entrevista com visitante DM, 24 anos, 15-04-2017.

experiências entre “o que os visitantes trazem para a exposição e... o que as exposições trazem aos visitantes” (Kratz 2002, 94).

Os museus devem, a meu ver, ser mais do que a materialidade das suas coleções. Nas palavras de um visitante:

“Só sou favorável aos museus desde que o museu tenha uma atividade que vá para além do arquivo do passado. Se um museu só arquivar o passado, não vejo com muito interesse. [...] Um museu sem vida é um museu morto.”²⁵⁶

Efetivamente, vários antigos presos políticos, quando inquiridos sobre o espaço expositivo, destacaram, precisamente “uma atividade muito interessante”²⁵⁷ ou considerando-o como “um museu [...] que tem uma vida muito intensa”²⁵⁸, colmatando aquilo que Simine considera que está frequentemente em falta nos museus: “experiências verdadeiramente sociais que tenham a capacidade de se abrir às comunidades e alterar subjetividades” (Simine 2013, 203).

Em termos formais, o que se destaca na exposição permanente é o texto que narra a história social e política de um país subjugado à ditadura. Um texto que, por vezes, se me afigura demasiado extenso – para um museu que não é, afinal, um catálogo ou um livro – percorre a exposição permanente, não deixando o percurso de ser pontuado com outras estratégias expositivas de encenação e reconstituição, como a referida casa clandestina e os designados “curros” ou “gavetas”. A escolha da reconstituição dos “curros” – muitas vezes aludido pelos visitantes que entrevistei – poder-se-á dever ao facto de ser o espaço mais marcante da primeira vida do mesmo – do espaço enquanto cadeia política – que reflete, replicando-se a sua dimensão, a opressiva exiguidade dos espaços. E porque foram destruídos após 1965 para que deles não houvesse vestígios, reconstituí-los funciona, assim, como uma subversão ao que se quis que desaparecesse. Como se dar-lhes forma – tangibilidade – com o recurso aos testemunhos dos presos que contribuíram para a sua reconstituição fosse uma forma de dar visibilidade à repressão.

O Museu do Aljube não é marcado pela dimensão “experiencial” (Landsberg 2004), performativa ou mesmo teatral, que caracteriza muitos dos recentes “museus memoriais”, sobretudo, de acordo com a tipologia de Amy Sodaro. Se essa opção museológica – e a sua subsequente “genrificação” (Williams 2007) – pode constituir um meio para compreensão ou reconhecimento do que aconteceu, todavia, incorre no risco de, ao invés, produzir uma atração

²⁵⁶ Entrevista com visitante ON, 69 anos, 15-06-2017.

²⁵⁷ Entrevista com Alfredo Matos, 7-4-2017, Barreiro.

²⁵⁸ Entrevista com Carlos Brito, 2-5-2017, Alcoutim.

cinematográfica (Williams 2007, 99). É uma estratégia que, de acordo com Simine, pode fazer com que

«em vez de se compreender e lutar pelas causas que levaram à violência e repressão, convida a um reviver da dor; em vez de uma solidariedade coletiva, se promova a compaixão individual e em vez de se encontrar modos de se mitigar o sofrimento dos outros, os indivíduos se preocupem em primeiro lugar e principalmente com a angústia que os próprios experienciam no processo» (Simine 2013, 92).

Perante esta ideia, a autora não critica uma ideia de procura de empatia nestes espaços, afirmando que com esta afirmação não quer dizer que um foco no “sofrimento do indivíduo, leve necessariamente a uma despolitização e descontextualização da violência e sofrimento” (*idem ibidem*). Mas que, e essa é a minha interpretação do que pretende o Museu do Aljube, a empatia se pode construir através da escuta, da ação, do testemunho, entendido como “um conceito ético” (Simon 2005, 53). De acordo com Colins Davis, “o ato de testemunhar o trauma do outro é precisamente não o partilhar. A responsabilidade da testemunha não é tornar-se vítima, não compartilhar a dor da vítima; é antes, diria eu, observar a dor do outro como algo desconhecido, insondável, como uma injustiça que deve ser combatida” (Davis 2011, 30).

Independentemente das categorizações formais com que possamos classificar estes museus, todos eles têm intrínseca a ética do *never again* (nunca mais). Nas palavras de Amy Sodaro, “a afirmação de Santayana de que ‘aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo’ é uma das justificações dominantes que sustentam o frenesim memorial. [...] Parece haver uma forte ética demanda para lembrar, baseada, em parte, na crença de que a memória pode evitar e prevenir violência no futuro” (Sodaro 2018, 173). No entanto, como a própria autora afirma, não obstante esta proliferação de museus focados na ética do “nunca mais”, “a violência, o genocídio e as atrocidades são cometidos, muitas vezes com o conhecimento da comunidade internacional” (*idem*, 184). Não obstante as limitações formais da exposição permanente, algumas das quais apontadas pelos visitantes, o Museu do Aljube cumpre-se a ser – tal como um conjunto de museus dedicados a olhar para estes passados difíceis – um espaço público “no qual o passado é confrontado, discutido e debatido pelos seus muitos intervenientes” (Sodaro 2018, 5), desempenhando-se, sobretudo, nos encontros semanais ou mensais, um “ritual da cidadania” (*idem*, 23). O Museu do Aljube pode tornar-se, efetivamente, num lugar possível de inscrição e proferição do testemunho para quem experienciou a ditadura – entre a prisão, a clandestinidade, o exílio – constituindo esse testemunho “não a verdade da autenticidade do passado, mas a verdade da experiência humana” (Peralta 2017a, 38). Onde não só se elabora o passado, feito de memórias plurais,

como construção, “filtradas por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação” (Traverso 2012, 23), como se discute o passado (“a tortura não acabou”), bem como se discute, a partir da articulação do passado, os presentes em que vivemos, tal como foi a iniciativa de um estudante aquando de um ciclo de “Vidas Prisionáveis” com Francisco Louçã, de discutir as posições políticas do Bolsonaro, dos surgimentos das ditaduras e dos riscos dos “discursos de ódio”, do poder do voto e da “capacidade de luta democrática”²⁵⁹.

*

Em junho de 2019, reencontrei Jaime Salomão, vizinho do Aljube, com o qual iniciei este capítulo. A transcrição da sua entrevista deixara-me algumas dúvidas por esclarecer, hesitações, pontos em branco. Liguei-lhe. A mesma janela para o Tejo que nos recebeu da primeira vez receber-nos-ia desta também. No meio da conversa, provavelmente, esquecendo-se daquela que havíamos tido em 2017, perguntou-me se eu já teria visitado o museu por dentro. “Então, claro que sim”, disse-lhe eu. “Mas sei muito bem”, avancei, com um sorriso, “quem é que há dois anos nunca lá tinha ido”. Uma pausa breve. “Se calhar eu. Se calhar eu”. Mas afirmou-me com os olhos brilhantes: “Agora já fui umas três ou quatro vezes”²⁶⁰.

No fim do nosso segundo encontro, antes de nos separarmos, enquanto descíamos, lado a lado, a Rua Augusto Rosa, e os vários elétricos 28 passavam por nós – os turistas, as características campainhas insistentes – Jaime Salomão ia-me apontando que lugares restavam do tempo em que o Aljube era Cadeia [“Nada, nada disto existia” ou “Esta casa aqui, parece-me, já existia como leitaria”]. Descemos mais um pouco. Junto da entrada do Museu, um conjunto de grupos escolares ocupa o passeio a aguardar pela visita orientada das 15h30 (“parecem um batalhão!”, comentou). Cá fora, explica-me onde ficava a guarita da Guarda Nacional Republicana. A professora deixa-o passar. Já não está a falar só para mim. Alguns alunos ouvem-no e, com curiosidade, seguem-no com o olhar. O lugar onde a carrinha celular parava. A antiga

²⁵⁹ Trata-se de um excerto de uma conversa de Francisco Louçã para um estudante da Escola Secundária Luísa de Gusmão após a entrevista prestada a Ana Aranha no âmbito do ciclo “Vidas na Resistência” de 10-10-2018. Quanto ao seu percurso biográfico – embora seja particularmente conhecido em democracia como um dos fundadores do Bloco de Esquerda – de acordo com o que relatou no âmbito dessa entrevista, Francisco Louçã (1956) é detentor de uma história política que iniciou muito cedo, em ditadura, ao integrar a LCI – Liga Comunista Internacionalista, precursora do partido trotskista PSR – Partido Socialista Revolucionário. Com uma grande preocupação pela Guerra Colonial, e apesar de muito jovem, foi preso aos 16 anos, ao ser um dos elementos presentes na já referida Vigília da Capela do Rato em 1972, na véspera do Dia Mundial da Paz.

²⁶⁰ Conversa informal com Jaime Salomão, 19-06-2019, Lisboa.

Fábrica de malas Teodoro dos Santos que ali fazia paredes meias. Os degraus para o Pátio do Aljube. Quando os subimos, um vizinho interpela-nos do topo das janelas. Ainda é do tempo da Fábrica. Comento para o vizinho que deve ser mais agradável morar ali agora do que então. Não me ouve porque um elétrico toca a sua campainha terminantemente na Rua Augusto Rosa. Mas, recordando-me como tudo é “composto de mudança”²⁶¹, Jaime responde-me por ele, antes de nos despedirmos: “Oh! Agora até apetece!”.

Este capítulo deu conta do processo de transformação da Cadeia do Aljube em Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. Analisou-se, por um lado, a narrativa apresentada na sua exposição permanente, e por outro, mobilizando a etnografia, as vozes dos “empreendedores de memória” (Jelin 2002), daqueles que conheceram o espaço enquanto cárcere e daqueles que o visitam, mapeou-se as subjetividades que instigam a visita e o que significa um museu como este, decorridos mais de 40 anos desde o fim da ditadura em Portugal. Se este capítulo deu conta de um processo de musealização associado à primeira vida do espaço enquanto prisão política, o próximo versará sobre “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) da antiga cadeia e delegação política do Porto, onde está instalado um Museu Militar. Nesse sentido, analisar-se-á o modo como este edifício nunca deixou, ao longo dos anos, reiteradamente de ser rememorado e apropriado simbolicamente, dando também conta do projeto paralelo, que dentro do edifício, desde 2016, se encontra em curso, de evocação da memória dos presos políticos e sua primeira vida enquanto cárcere.

²⁶¹ Soneto de Luís Vaz de Camões “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” que seria musicado por José Mário Branco, músico e lutador antifascista, que viria a estar também encarcerado nos “curros” da Cadeia do Aljube.

3. Entre um património oficial e um “património não oficial”: o caso da antiga cadeia e delegação da PVDE/PIDE/DGS do Porto

“Naquele sinistro casarão...” são as palavras com que Raúl Castro²⁶², no prefácio do livro *O Último Dia da PIDE – 26 de Abril no Porto* (1974), inicia a descrição do que se passava dentro do número 329 da Rua do Heroísmo. O edifício, localizado paredes meias com o Cemitério do Prado do Repouso, entre a década de 1930 e Abril de 1974, tratava-se da delegação e cadeia política da PVDE, PIDE e, posteriormente, da sua sucessora DGS, no Porto.

Sendo uma construção oitocentista, antes da ocupação por parte da polícia política de então, o edifício apalaçado tivera outras utilizações. Com efeito, a casa que ainda hoje se mantém intacta, trata-se de uma edificação originalmente destinada a habitação familiar – de três pisos, sendo o terceiro recuado – sobre a qual nos chegaram algumas informações que permitem construir uma breve, ainda que intermitente, genealogia do local até à sua ocupação pela polícia política.

Segundo Jorge Ricardo Pinto, autor de uma monografia dedicada à história da Junta de Freguesia do Bonfim e ao seu património edificado (2011), é sabido que, no ano de 1895, o nome da proprietária desta residência era “Dona Maria Coimbra”. Quase quarenta anos decorridos, em 1932, o imóvel seria arrendado, pela sua herdeira, Isménia Coimbra, a uma comunidade religiosa feminina denominada “As filhas de Maria Imaculada” que ali se acomodaria até 1936. Ainda de acordo com Pinto (2011), seria apenas em 1945 que o Estado alugaria a propriedade para ali instalar a sua polícia política, vindo a comprá-la, definitivamente, no ano de 1948. A instalação no edifício terá sido, contudo, anterior. Não apenas pelos testemunhos que recolhi no campo memorialístico e jornalístico – que assim o indiciam – como pelos próprios vestígios inscritos na pedra. Com efeito, na parede de uma das construções remanescentes que se encontram no pátio exterior nas traseiras do edifício principal, ainda se lê, em grande escala, embora esbatida, a sigla PVDE. Lembremos que em 1945 a polícia política já havia sido renomeada como Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), correspondendo esta sigla à sua antecessora, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Por outro lado, relatos como o narrado por Papiniano Carlos a partir do testemunho do preso político José Perafita – encarcerado na Rua do Heroísmo, numa cela cujas “grades davam para o Prado do Repouso” (Carlos 1998, 27) no ano de 1937 – sublinham que a polícia política ali se terá instalado ainda no decorrer da década de 1930.

²⁶² Raúl Castro (1921-2004) nascido no Porto, onde foi preso na década de 1940, notabilizou-se pela sua luta antifascista como advogado defensor de presos políticos.

Um artigo, de 26 de maio de 1974 do extinto periódico *Diário de Lisboa*, que cita o testemunho de uma vizinha da frente do casarão, avança com uma data mais precisa: 1936. A moradora de 70 anos prefere não ser identificada. Quer apenas partilhar o testemunho “de um tempo” que nomeia como “muito triste” (Gomes 1974, 15). De acordo com o seu relato, quando se mudou para a Rua do Heroísmo, em 1932, as vizinhas da frente eram ainda, nas suas palavras, as “freiras”. Seria em 1936 que, segundo esta, o edifício passaria a albergar a polícia política. “Decorrido pouco tempo desde a sua chegada [da instalação da PVDE no casarão]”, testemunha a moradora, “não podia dormir de noite” (*idem ibidem*). E esclarece:

«Nem quero que me lembre. Foram noites horríveis. Ouvíamos bater, com o quê, não sabíamos. Dava a ideia de serem chicotadas, com gritos de pessoas e gemidos das pessoas espancadas durante horas [...] sempre por volta da uma e meia, duas horas da manhã, e assim pela madrugada adiante. [...] Era assim quase todos os dias» (*idem ibidem*).

*

Na edificação imponente de linhas simétricas e rigor clássico, terá estado, por conseguinte, instalada a polícia política do Estado Novo nas suas três designações: PVDE, PIDE e DGS. Constituía-se como a grande subdiretoria depois da de Lisboa, na Rua António Maria Cardoso. Contudo, contrariamente ao que acontecia na capital, a delegação do Porto tinha para além das salas de interrogatório, também uma cadeia privativa para encarceramentos durante a chamada “instrução do processo”.²⁶³

Este imóvel – outrora habitacional – tinha dois pisos que eram aqueles onde, originariamente, “se concentravam as salas e salões destinados a espaços de sociabilidade”, enquanto os “espaços destinados à vida privada” eram “remetidos ao terceiro piso acessível por escadarias secundárias”²⁶⁴. Acompanhando estas duas escalas – uma pública e uma que não se vê – no tempo da sua ocupação pela polícia política, o edifício continha duas funções e, portanto,

²⁶³ Saliente-se que, não obstante esta cadeia estar destinada à prisão preventiva que antecedia o julgamento, um dos interlocutores desta investigação descreveu-me ter estado preso na delegação do Porto, por duas vezes, durante o período do cumprimento de pena. Na primeira vez, em 1961 estive quase um ano, devido a uma situação particular em que um grupo de cerca de quarenta homens que cumpriam pena na Prisão de Caxias foram enviados para o Porto, como forma de castigo decorrente de uma greve de fome.

²⁶⁴ “Museu Militar do Porto”, Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico - Direcção Geral do Património Cultural. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5456. Acedido em 1-6-2020.

duas entradas. Com efeito, refletindo sobre a sua prisão, Pedro Baptista²⁶⁵ fundador de *O Grito do Povo*, organização maoísta, preso em 1973 escreveu que “[deu] entrada no edifício da Rua do Heroísmo, 329, *endereço com que a PIDE nunca conviveu bem* [itálico meu] e preferiu optar, pela outra porta, localizada no Largo Soares dos Reis” (Baptista 2014, 353). Com efeito, era nesse largo que se situava a entrada oficial daquela delegação: aquela por onde entravam e eram atendidos aqueles que iam tratar de passaportes, designadamente indivíduos estrangeiros (cf. Castro 1974), uma vez que a PIDE tinha também “a função de fiscalizar e vigiar as fronteiras, gerir a entrada, permanência e saída de estrangeiros, bem como lidar com emigração e imigração clandestinas” (Pimentel 2007a, 102). Contornando a esquina deste Largo, encontrava-se a aresta que Raúl Castro designou como “a face real” (Castro 1974, 9) deste local: aquela onde se situava a entrada dos presos políticos.

No que toca à divisão destes espaços, remetendo-me ao sociólogo Erving Goffman e à análise do comportamento humano a partir de um conjunto de metáforas teatrais, este refere que “as traseiras ou bastidores se encontram por definição e de um modo geral fora do alcance dos membros da audiência [...] [sendo] na região da fachada que prevemos o predomínio de uma atmosfera protocolar” (Goffman 1993, 154)²⁶⁶. Ainda que Goffman afirme que “os indivíduos podem transformar em bastidores toda e qualquer região” (*idem*, 159), para o sociólogo, todavia, a fachada e os bastidores constituem regiões delimitadas. A primeira, “onde se desenrola ou desenrolará um desempenho” e a última “onde se desenrolam ações ligadas ao desempenho, mas que não são consistentes com a aparência visada por este último” (*idem*, 161). Aqui de uma forma literal, tínhamos também uma região de “bastidores” em que tudo era permitido, ao passo que o comportamento da região da fachada – “para inglês ver”, nas palavras de Raúl Castro (Castro 1974, 9) – contrastava com os comportamentos e gestos praticados do outro lado, inacessível e invisível, do edifício.

Com efeito, do outro lado, encontrávamos um imponente portão de ferro “com uma pequena porta de entrada, a dois palmos do chão, que só se abria para deixar entrar os presos ou os seus familiares que os iam visitar” (Castro 1974, 9). Na entrada do portão – semelhante

²⁶⁵ Pedro Baptista (1948-1920) natural do Porto fundador da organização *O Grito do Povo*, publicou o jornal fundador homónimo, em dezembro de 1971, “numa casa em Barroelas, no Alto Minho” pelo próprio, enquanto “estudante de filosofia nas horas vagas da revolução, pelo Penafort Campos, empregado de balcão, que não esteve presente fisicamente mas com quem tudo foi acordado antes e depois das decisões, pelo Francisco Morais, tipografo, e pelo Rui Loza, estudante de arquitetura” (Baptista 2014, 318). Em Paris, dirige a fusão entre o *Grito do Povo* e os núcleos *O Comunista*, dando origem em 1973 à OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa. Foi detido ao regressar de França, preso e torturado. Posteriormente, foi entregue ao exército e deportado para Angola, tendo regressado a Portugal após o 25 de Abril de 1974 (Pimentel 2013b, 634).

²⁶⁶ Tradução de Miguel Serras Pereira.

ao que vemos na Rua do Heroísmo, ao lado daquele que hoje é o Centro Comercial Stop – havia, contou-me Jorge Carvalho, antigo preso político daquele espaço a quem voltarei mais tarde, “uma espécie de gaveta onde estava um guarda prisional e [na qual] as pessoas quando eram presas deixavam tudo [...] [como] relógios e carteira”²⁶⁷. Por seu turno, o portão estabelecia contacto com o átrio de acesso a um edifício que servia exclusivamente de prisão. Tratava-se de uma labiríntica edificação no meio do pátio com dois pisos com vários quartos e umas águas-furtadas. A mesma construção que a já citada moradora, relatando a sua experiência de vizinhança no Heroísmo durante a década de 1930, se referiu quando contou ter deixado de ouvir os gritos que a mantinham acordada: “ficámos convencidos que os PIDES depois passaram a bater lá na casa das traseiras”. E como que a reforçar ao jornalista que nunca ali deixou de haver tortura, acrescentou: “Porque os presos sempre disseram que lhes batiam lá dentro” (Gomes 1974, 15).

A “casa das traseiras” – que hoje, como veremos, já não existe. Ao entrar no portão, acedia-se, igualmente, a um lanço de escadas lateral de acesso ao edifício, onde funcionavam todos os departamentos da polícia política, desde as salas de escuta telefónicas e gravações, gabinetes dos chefes, inspetores e diretor, subindo-se para os gabinetes onde, no último andar, os presos eram interrogados e torturados (cf. Castro 1974, 9).

Ao longo da pesquisa acedi, através das entrevistas que realizei, a relatos de sessões de pancadaria vários, bem como de torturas diversas com maior e menor grau de sofisticação praticados pela polícia política. Devido aos maus-tratos ali praticados chegaria, de acordo com Raúl Castro (1974, 13), a morrer um preso político ali preso no final da década de 1940²⁶⁸. E em 1957, seriam encontrados, com quinze dias de diferença, outros dois homens enforcados nas suas celas: um “suicídio” suspeito, que originou por parte do próprio governo um inquérito sobre as condições da cadeia²⁶⁹.

²⁶⁷ Entrevista com Jorge Carvalho, 28-11-2016, Porto.

²⁶⁸ De acordo com Raúl Castro, tratava-se de Gervásio da Costa, operário têxtil de Fafe, que em consequência das torturas praticadas, tuberculizou na Delegação do Porto, tendo vindo a morrer dias depois (Castro 1974, 13). Segundo informação prestada no *website* do Museu do Aljube, e com base em algumas das informações que constam na sua ficha individual do registo geral dos presos, por seu turno, Gervásio da Costa, foi preso em 1948, deu entrada no Hospital de Santo António no Porto a 21 de março de 1949, tendo alta cinco dias depois. Com tuberculose, teve liberdade condicional em 6 de Abril, tendo dado entrada num sanatório em Lisboa, onde morreu em 1951 devido à tuberculose e à tortura a que foi sujeito. Informação disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/doc/gervasio-da-costa/>. Acedido em 20-06-2021.

²⁶⁹ De acordo com a investigação feita pela historiadora Irene Flunser Pimentel, com base no Arquivo do Tribunal da Boa Hora, bem como no Arquivo de coordenação e extinção da PIDE/DGS e da LP, tratava-se de Joaquim Lemos Oliveira, barbeiro de Fafe, e Manuel da Silva Júnior, trabalhador de Viana do Castelo. Diversos presos políticos detidos naquela delegação enviariam ao Presidente da República uma petição de inquérito para esclarecimento das circunstâncias destas mortes, e pouco tempo depois 72 advogados de Lisboa e do Porto enviariam uma exposição ao governo com o mesmo intuito. Seria

Pelo Heroísmo terão passado milhares de homens e mulheres²⁷⁰. Jorge Carvalho foi um deles. Este homem, natural de Matosinhos – que ficaria, para sempre, conhecido como “Pisco” – não se esqueceu da tortura do “sono” e da “estátua” que sofreu nas salas do último piso, nem dos gritos ecoados pelos outros presos torturados durante a noite. Não se esqueceu, tampouco, da escadaria que conduzia os presos a um conjunto de celas subterrâneas. Aquela que nenhum dos que as subiram e desceram parecem ter esquecido. Pedro Baptista, por exemplo, afirmou que ao subi-la nunca antes se deparara “com um cansaço e uma fraqueza tão grandes, certamente resultante da confluência da carência de sono com a de alimentos [...] além de mais de duas centenas de horas em pé sem descanso” (Baptista 2014, 357). Quando me encontrei com “Pisco”, pela primeira vez no café portuense “Belami”, mais de quarenta anos depois de a subir pela primeira vez, assegurou-me que essas escadas, “salvo erro”, tinham “quarenta e dois degraus”²⁷¹. Em 1971, era um jovem de apenas 24 anos que militava no Partido Comunista, quando, numa manifestação no 1º de Maio desse mesmo ano²⁷², foi detido pela primeira vez, pela então já Direcção-Geral de Segurança. Preso nas celas do edifício do Heroísmo (onde se encontrava confinado, quando não estava sob tortura às mãos da polícia no último piso) entretinha-se, através de uma rede muito fina, a ver passar o “vermelho, o azul...”²⁷³. Pois pelo entrelaçado dos pequeníssimos postigos – que no exterior davam para o nível do chão – conhecia as pessoas pelas cores com que se vestiam. Ultrapassando a legalidade volátil do

designado para proceder ao inquérito, o juiz António Alexandre Soares Tomé, a quem o preso político Mário Araújo testemunharia (corroborado por outros dois detidos) que ouvira dois agentes dizerem de Joaquim Lemos de Oliveira, depois deste estar sete dias em interrogatórios: “o bandido, tanta porrada tem apanhado está sempre a morrer e nunca mais morre”. No processo do inquérito constavam fotografias dos dois presos mortos, que sem qualquer contacto, ter-se-iam estranhamente suicidado de forma quase idêntica, facto também confirmado pelos relatórios do Instituto de Medicina Legal do Porto. Anos mais tarde, o advogado Fernando Abranches Ferrão tentaria reativar o caso, sem sucesso. (Pimentel 2007a, 393, 394 e 395; 2007d, 281, 282).

²⁷⁰ A Petição 503/XII/4ª de 2014 da qual a União de Resistentes Antifascistas é 1º peticionante – sobre a qual me vou debruçar ainda neste capítulo – assinalou o número de 7600 cidadãos portugueses interrogados e torturados no edifício. De acordo com o relatado na obra recentemente editada pela URAP *Elas estiveram nas prisões do fascismo*, numa secção dedicada a esta prisão, “estima-se que no Porto milhares de cidadãos, mulheres e homens, mais de 10.000 sofreram detenções arbitrárias, foram interrogados e submetidos a torturas físicas e psicológicas, como a tortura do sono e da estátua” (União de Resistentes Antifascistas Portugueses 2021, 131).

²⁷¹ Entrevista com Jorge Carvalho, 28-11-2016, Porto.

²⁷² De acordo com *Cronologias do Portugal Contemporâneo (1970-1979)*, o 1º de Maio de 1971 ficaria assinalado com manifestações várias, no Barreiro, Vila Franca de Xira e Porto, sendo que nesta cidade – na qual se encontrava Jorge Carvalho – registaram-se vários feridos e dezenas de detenções (P. S. e Sousa, Ramalho, e Gameiro 2016b).

²⁷³ Entrevista com Jorge Carvalho, 28-11-2016, Porto.

período máximo estipulado para a prisão preventiva (ver Capítulo 1), ficaria mais de um ano encarcerado.

Voltou a ser preso uma última vez, em inícios de abril de 1974, sem saber que seria o mês que nos traria a liberdade. Após ter ousado resistir a entrar no carro da polícia política (a cujos elementos chamou repetidamente de “assassinos!”), levou de um dos seus agentes um murro tamanho que o fazia abrir os olhos já no Heroísmo. Acordou junto de um médico que lhe pareceu, usando as suas palavras, “mais carnicheiro do que médico”²⁷⁴. Sobre os últimos tempos em que esteve preso, diria num testemunho em suporte vídeo do jornal *Público*, que “foram os mais difíceis” (Pinto, Roberto e Pinto 2018). “Ainda me emociona um bocado” (*idem ibidem*), acrescentou. Dias e dias de tortura da estátua: a que mais lhe doeu. Mas estes dias durariam, felizmente, pouco.

A 25 de Abril de 1974, Jorge Carvalho estava encarcerado, desta vez numa cela do edifício das traseiras que já não existe. Contou-me que fechado no seu cárcere – dentro do qual, desde a noite anterior, sentira no ar, um inequívoco “cheiro a queimado”²⁷⁵ – começaria a ouvir “muito movimento no ar, PIDES a correr, a falarem alto...”²⁷⁶ e, no decorrer da longa noite de 25 para 26 de Abril, palavras de ordem no exterior como “morte à PIDE e a quem a apoiar!”²⁷⁷. As pernas tremiam-lhe de emoção (Pinto, Roberto e Pinto 2018). Usando as palavras de um dos muitos que se encontravam lá fora, Paulo Esperança – então um jovem ativista estudantil – era uma “constelação maior de gente” que gritava, finalmente, “o seu ódio ao fascismo, à polícia política e exigindo a libertação imediata dos presos” (Esperança 2017, 112). Só a 26 de abril, perante mais de um milhar de pessoas que se concentrava no Largo Soares dos Reis, é que começaria a ser levada a cabo a detenção dos agentes da DGS²⁷⁸ e seriam libertados os nove presos políticos²⁷⁹ – entre os quais Jorge Carvalho – que se encontravam encarcerados na Rua do Heroísmo.

²⁷⁴ Entrevista com Jorge Carvalho, 28-11-2016, Porto.

²⁷⁵ Este “cheiro a queimado” dever-se-ia, provavelmente, à série de documentos diversos potencialmente incriminatórios, queimados nessa noite pela polícia política, tal como se pode verificar nas incríveis fotografias de António Amorim, presentes no livro *O Último Dia da PIDE – 26 de Abril no Porto* (1974), tiradas a 26 de abril de 1974, que dão conta dos papéis consumidos pelo fogo na delegação da polícia política. Não obstante – e tal também é possível ver-se noutras fotografias de Amorim – ali mesmo, foram encontrados por um grupo de ex-presos políticos 53067 processos individuais dentro de um ficheiro de 80 gavetas, além de uma aparelhagem de escuta telefónica e gravação (Pimentel 2017, 191)

²⁷⁶ Entrevista com Jorge Carvalho, 28-11-2016, Porto.

²⁷⁷ *Idem*.

²⁷⁸ A historiadora Irene Flunser Pimentel afirma, todavia, que depois de detidos, “os elementos da DGS em serviço no Porto foram levados em viaturas militares para fora da cidade, e libertados na estrada entre Famalicão e Braga” (Pimentel 2007a, 518).

²⁷⁹ De acordo com a jornalista Joana Pereira Bastos, autora do livro *Os Últimos presos do Estado Novo: tortura e desespero nas vésperas do 25 de Abril* (2013), além de Pisco (António Jorge Macedo de Carvalho), os restantes oito libertados das instalações da DGS do Porto foram António Augusto Moreira

No periódico *Diário de Lisboa*, agora livre, numa tiragem ainda com “cheirinho de alecrim”²⁸⁰, é dado conta de um panorama “até há pouco totalmente desconhecido” que os portuenses começaram a viver logo nesse mesmo dia, depois do “fim de uma noite de meio século” (*Diário de Lisboa* 1974, 12). “Curiosamente”, avança o relato, “muitos dos passos que os portuenses deram” (*idem ibidem*) nesse dia e noite, foram precisamente na direção do Largo Soares dos Reis, circundando a antiga delegação e prisão. Tal como notam Luísa Tiago de Oliveira e Isabel Gorjão Santos, num artigo sobre a ocupação da delegação da PIDE/DGS, em Lisboa, a 25 de Abril de 1974, em contextos de rebelião contra os aparelhos repressivos, a ocupação destes espaços – que materializam o “carácter repressor e arbitrário do poder” – adquire um grande valor simbólico (Oliveira e Santos 2009, 125).

Com efeito, retomando a referida notícia do *Diário de Lisboa*, a delegação e cadeia da polícia política do Porto, constituía “o símbolo de um pesadelo”, uma “casa onde muitos portuenses gritaram de dor noites a fio [...]” e que era, finalmente, “agora olhada sem medo”, depois de décadas em que aqueles que ali viviam “não usavam sequer pisar os passeios” (*Diário de Lisboa* 1974, 12). Atestando essa realidade, nesta mesma notícia, o repórter dá a palavra a um entre os mais de mil portuenses que no dia 26 de abril ali se encontravam junto do edifício: “É a primeira vez”, diz o entrevistado, “que calco este passeio e passo aqui todos os dias” (*idem ibidem*). Assim, a iniciar um extraordinário mundo novo cheio de primeiras vezes, e com os presos, finalmente, em liberdade, chegaria também ao Porto o primeiro “dia inicial inteiro e limpo”²⁸¹.

*

dos Santos, António Pereira Soares, Arnaldo Ferraz Rosa, Ernâni Manuel Sousa Macedo, Fonseca Vieira, José Manuel Ramos Penafort Campos, Manuel Duarte Sousa Pacheco, Mário Costa Nogueira. A título de curiosidade, Jorge Carvalho, “Pisco”, já foi algumas vezes, pela comunicação social, apontado como o último preso político a ser libertado no Porto. Recusando qualquer protagonismo, Jorge Carvalho esclareceu-me, no segundo encontro que tivemos em 2018, esse seu ‘estatuto’. Embora libertado enquanto preso político, no meio da confusão das primeiras horas, manteve-se preso por delito comum. Tal deveu-se ao momento em que, na sua detenção pela DGS resistira a entrar para o carro da polícia política, um “*Toyotta* amarelo” e com pontapés, lhes esmagara e danificara a porta. Depois de libertado das instalações da DGS, ainda foi sob escolta militar, acompanhado pelo seu advogado Arnaldo Mesquita, para o Quartel-General (enquanto eram aguardadas ordens para determinar se continuaria preso por delito comum, para ser, posteriormente, julgado), de onde só seria libertado ao fim da tarde.

²⁸⁰ “Cheirinho de alecrim” é uma alusão à música “Tanto Mar”, de Chico Buarque de 1975, inspirada na Revolução de Abril, censurada pelo regime ditatorial brasileiro, na qual o músico pede que lhe mandem, para o Brasil, “urgentemente/ algum cheirinho do alecrim”.

²⁸¹ Como já referido anteriormente, o verso “O dia inicial inteiro e limpo” pertence ao poema “25 de Abril” de Sophia de Mello Breyner Andresen, publicado pela primeira vez em 1977, na obra *O Nome das Coisas*.

Já em democracia, três anos mais tarde, o Conselho da Revolução²⁸² definiu, em 1977²⁸³, “considerando como imperativo nacional” proteger e difundir os valores histórico-militares como “fontes relevantes de enriquecimento cultural e moral da comunidade nacional”²⁸⁴, objetivos para a criação de um Museu Militar na cidade do Porto. Havia, já na cidade de Lisboa, um Museu Militar, e era há muito imaginado para a cidade invicta²⁸⁵. Assim, pretendendo, entre outras funções a de recolher, inventariar, classificar e conservar objetos relevantes que testemunhem “a história militar do País na parte que respeita às instituições e forças militares terrestres e, em particular, ao Exército”²⁸⁶, e depois da tentativa gorada da implementação deste museu no Castelo de S. João da Foz, ter-se-á decidido, então, instalar o Museu Militar no atual nº 329 da Rua do Heroísmo, que havia ficado sob a tutela do Ministério do Exército. Nesse

²⁸² O Conselho da Revolução foi um órgão de soberania instituído pela Lei n.º 5/75, de 14 de março de 1975, sucedendo à Junta de Salvação Nacional e ao Conselho de Estado. Citando a plataforma Casa Comum, portal associado à Fundação Mário Soares, o Conselho da Revolução era “composto pelo Presidente da República, o chefe e o vice-chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, os Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas, o comandante adjunto do COPCON [Comando Operacional do Continente], pelos membros da Comissão Coordenadora do programa do MFA, por todos os membros da extinta Junta de Salvação Nacional, outros militares e ainda pelo Primeiro Ministro caso este fosse também militar”. Além de deter poderes constituintes, o Conselho da Revolução tinha ainda a competência de vigiar o cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas e das leis constitucionais. Posteriormente, passou a ter apenas funções de conselho do Presidente da República, além de assegurar o devido funcionamento das instituições democráticas e “do espírito da revolução do 25 de Abril”, sendo extinto em 1982, no decorrer da primeira revisão constitucional. Informação disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3538. Acedido em 1-10-2020.

²⁸³ A missão de concretização do Museu Militar foi estabelecida pelo Decreto-lei n.º 242/77 de 8 de junho (DR 133/1977, Série I, 8-6-1977) – Cria, com data de 1 de Abril de 1977, o Museu Militar do Porto.

²⁸⁴ Citação do supracitado Decreto-lei n.º 242/77.

²⁸⁵ A história da constituição do Museu Militar é longa. Em 1920, é realizada uma exposição no Teatro de São João para assinalar, no Porto, o centenário da Revolução Liberal de 1820. O conteúdo desta tratava-se do espólio do pintor português Joaquim Vitorino Ribeiro (1849-1928), que detinha um conjunto de peças e documentos de natureza militar, testemunho da primeira metade do século, marcada pelas invasões francesas, e, depois, pelas lutas liberais entre D. Miguel e D. Pedro. Esta exposição constituiu uma das génese do Museu, uma vez que motivou a Câmara Municipal do Porto, logo depois, a deliberar a constituição de um museu histórico-militar, com base na coleção do pintor. Só na década de 1950, todavia, é que o Comando da 1ª Região Militar, com sede no Porto, congregou várias instituições civis e militares com o objetivo de inventariar espécimes que constituíssem o recheio de um museu histórico-militar, a implantar no Castelo de S. João da Foz. Uma vez que o Castelo exigia obras de adaptação e recuperação – que por razões de ordem financeira não se chegariam a realizar – as peças reunidas para o espólio deste futuro museu ficaram, em suspenso, nas instalações do Quartel-General da 1ª Região Militar. Em 1965, o Tenente Gonçalo Meirelles, que fora responsável pelo enriquecimento patrimonial e conservação das peças – desde bocas de fogo de artilharia do século XVI e XVII até armas gentílicas africanas e orientais – deixa o serviço, e o conteúdo do museu continuou a aguardar o seu destino até à década de 1970, embora ainda tenha sido inaugurada uma exposição permanente, a título precário, no Quartel de Santo Ovídio, apenas visitada por militares. Em 1974, quando se deu a Revolução de Abril, o Castelo de S. João da Foz continuava ao abandono e a exigir uma grande intervenção, pelo que o edifício da antiga delegação da polícia política, então devoluto, revelou-se como uma possibilidade viável para a instalação do Museu Militar do Porto (P. de Brito, Matos, e Anjos 1999).

²⁸⁶ Citação do supracitado Decreto-lei n.º 242/77.

mesmo ano, a responsabilidade das obras de adaptação para a sua instalação seria entregue ao arquiteto e artista plástico, Fernando Lanhas²⁸⁷.

Para a reconversão da casa senhorial em Museu Militar, procederam-se a um conjunto de alterações como a substituição de peças degradadas, a retirada de escadas e paredes que não faziam parte do traçado original, bem como a reabilitação e restauro dos espaços. Segundo Elda Moreira, autora de uma Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura que versa sobre a obra arquitetónica de Lanhas, o edifício principal, todavia, embora passível de ser reabilitado não reunia as condições essenciais para albergar um museu com a envergadura do Museu Militar. Assim, o arquiteto determinou que este se destinaria apenas aos serviços de documentação e investigação, exceto o terceiro piso que se designaria a salas de exposições²⁸⁸, projetando um edifício de raiz contíguo a este. Para tal, teria que ser destruído o edifício traseiro construído para residência da sobrinha de Maria Coimbra, uma vez que se encontrava muito degradado, de acordo com o processo de constituição do museu, consultado por Elda Moreira, para a supracitada dissertação.

O novo edifício – que nunca chegou a bom porto – teria entrada pela lateral do terreno, onde outrora se encontrava a entrada oficial da delegação da polícia política, e onde se localiza também uma capela setecentista adossada à fachada, com a inscrição: “Esta capela mandou fazer o Capitão Mathias Alves Ribeiro, Anno 1724”. No Largo Soares dos Reis, poder-se-ia criar, deste modo, um amplo espaço de entrada para o museu, onde se organizariam as visitas e onde seria possível, de acordo com Elda Moreira, que o mesmo fosse utilizado para expor algumas peças de artilharia pesada (E. T. R. M. Moreira 2015, 71). Todavia, como referido, este projeto nunca chegou a termo. Uma vez que se tratava de uma empreitada demorada, para o museu não ficar inativo até à conclusão de todo o projeto, em 1978 decidiu-se adaptar, ainda que provisoriamente, o edifício principal, de modo a conseguir reunir-se o acervo do museu e ser aberto ao público (*idem*, 76). Enquanto não se procedia à construção do outro edifício, o Museu Militar acabou por abrir as suas portas na Rua do Heroísmo.

²⁸⁷ Fernando Lanhas (1923-2012) formou-se em Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1947. Além do seu trabalho como arquiteto, ocupou-se profissionalmente de outras áreas: pintura, arqueologia, museologia e astronomia. Sendo particularmente reconhecido como artista plástico, sobretudo enquanto pioneiro da Arte Abstrata em Portugal, a produção bibliográfica sobre a sua produção arquitetónica é bastante parca. É de notar, como exceção, a já referida Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, da autoria de Elda Moreira denominada *A Arquitetura de Fernando Lanhas* (2015).

²⁸⁸ Embora o arquiteto Fernando Lanhas tenha determinado que o edifício se devia restaurar à forma original, de acordo com o processo de constituição do Museu consultado por Elda Moreira, o arquiteto pretendia que pelo menos uma das celas fosse mantida (E. T. R. M. Moreira 2015, 69).

A inauguração oficial, com a presença do então Presidente da República General Ramalho Eanes, entre outras entidades civis e militares, decorreu a 21 de março de 1980. Com um acervo de uniformes, armamento ligeiro, equipamentos, e artilharia pesada, destacando-se, entre outras miniaturas militares, a sua coleção de cerca de 16.000 soldados miniaturais²⁸⁹ provenientes de diversas fábricas europeias, o Museu Militar do Porto²⁹⁰ instalou-se no edifício da Rua do Heroísmo até aos dias de hoje. A década de 1980, no início da qual se constituiu o museu, fez parte de um período – segundo a análise de Manuel Loff referida no Capítulo 1 sobre os anos compreendidos entre 1975 e 1992 – “de clara desvalorização política, social e ética das opções e da acção políticas daqueles que se haviam oposto e resistido à ditadura” e da subsequente “desvalorização e silenciamento da sua memória” (Loff 2015, 62). À data da abertura do Museu Militar, o *Jornal de Notícias* anunciou a inauguração do mesmo, referindo-se a este como “um museu instalado no local onde muitos gostariam de ver um museu antifascista”²⁹¹. Alguns desses “muitos”, conhecê-los-ia 36 anos mais tarde, ao iniciar a minha etnografia.

3.1. Apropriações em democracia

Que impacto teve a transformação do edifício onde se encontrava a subdelegação da PVDE/PIDE/DGS do em Museu Militar do Porto na memória das pessoas, no significado que lhe davam? Estará a memorialização de um local – isto é, uma memorialização vinculada à sua

²⁸⁹ Uma vez que analisar a coleção do Museu Militar não faz parte dos objetivos da presente tese, para se conhecer detalhadamente o acervo do Museu Militar do Porto, sugere-se a leitura de *Museus Militares em Rede: Um Modelo de Gestão em Rede* (2012) de Francisco Amado Rodrigues e Mariana Jacob Teixeira que analisaram extensivamente o acervo do referido museu.

²⁹⁰ O Museu é, à data, tutelado pelo Estado-Maior do Exército através da Direcção de História e Cultura Militar (DHCM), e integra a Rede Portuguesa de Museus desde 2014. Saliente-se que além do edifício principal; da edificação remanescente (que funciona como conjunto de oficinas/reservas) e da capela adossada, foram, posteriormente à abertura, edificadas estruturas que fazem parte do Museu Militar do Porto. A saber: cafetaria anexa (construída na década de 1990); dois anexos à construção remanescente (construídos na década de 1980); e, por fim, o Pavilhão de Armas (construído em 1993). Informação disponível no Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação do Museu Militar do Porto (Divisão de Museus e Credenciação. Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da Direcção-Geral do Património Cultural, 2013). Documento anexo à Petição 503/XII/4ª, Comissão da Defesa Nacional, Assembleia da República (admitida em 12-5-2015) – Solicitam a intervenção da Assembleia da República para a concretização do "Tributo aos mártires do século XX" no local onde funcionou a sede da PIDE, no Porto. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12629>. Acedido em 1-6-2020.

²⁹¹ *Jornal de Notícias*. 1980. «Museu Militar da Cidade Vai Ser Inaugurado Hoje», 21 de março de 1980, 9.

primeira vida enquanto cadeia e delegação da polícia política – objetivamente ligada à capacidade de este ser recordado enquanto tal? E quando isso não acontece?

De facto, o edifício do Heroísmo não se tornou num museu que evocasse a sua “primeira vida” enquanto prisão. Tampouco, até ao ano de 2004 – como veremos – haveria uma qualquer inscrição material que o indicasse, não deixando por isso de ser lembrado ou simbolicamente apropriado, tomando a aceção de Maurice Halbwachs de que o “espaço é uma realidade que [per]dura” (Halbwachs 1990, 143).

Com efeito, é junto a este que se iniciam, hoje em dia na cidade do Porto, as celebrações da Revolução do 25 de Abril de 1974 (dia celebratório no qual, de acordo com Jorge Carvalho, o Museu Militar durante o seu funcionamento viria, paradoxalmente, durante anos, a manter-se fechado, deixando a rememoração do lado de fora). Enquanto em Lisboa, desde o início da década de 1980, as comemorações do 25 Abril passavam pelo cortejo cívico entre o Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Rossio (Ramalho 2015, 46), a opção demarcadamente simbólica a Norte, do local para ponto de encontro dos cortejos celebratórios – que partem em direção à Praça da Liberdade – não é de todo recente.

Pode atestar-se, no *Jornal de Notícias* do mês de Abril do ano de 1978, uma primeira referência a um conjunto de práticas junto do edifício no dia instaurado feriado nacional em 1975²⁹². Efetivamente, além da referência a uma prova desportiva, a “Corrida da Liberdade” – que como realçado com o uso de itálico pelo autor da notícia, partiu “*significativamente* junto da antiga sede” (*Diário de Notícias* 1978a, 4) –, é relatado que, “paralelamente às comemorações oficiais [...] um numeroso grupo de antifascistas integrou um cortejo que se dirigiu junto das instalações da ex-PIDE/DGS” (*Diário de Notícias* 1978b, 9).

O jornal *O Comércio do Porto*, em 1981, noticia, por seu turno, uma concentração de “centenas de pessoas” que assinalaram, junto do edifício “os anos de resistência antifascista”, tendo sido “guardado um minuto de silêncio em memória dos resistentes falecidos” (1981, 8). No ano de 1984, por sua vez, é descrito que, num encontro promovido pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses, centenas de pessoas “ouviram o prof[essor] Rui Luís Gomes”²⁹³

²⁹² Anteriormente, todavia, de acordo com o noticiado pela imprensa de então, a comemoração da efeméride passou por outros locais, nem por isso menos simbólicos. Tal como observado por Filipe Ramalho na sua Dissertação de Mestrado intitulada *Comemorações do 25 de Abril: Política e Memória (1975-1986)*, no ano de 1975, no Porto, a população concentrou-se na Praça Humberto Delgado para depois se deslocar para a frente ao Quartel-General da Região Militar do Porto, local que fora centro do comando das operações a Norte no 25 de Abril de 1974 (Ramalho 2015, 39).

²⁹³ A historiadora Susana Martins, na sua tese de doutoramento, refere o percurso biográfico do Professor Rui Luís Gomes, nome assinalado amiúde nas notícias da década de 1980, que davam conta das celebrações do 25 de Abril do Porto. De acordo com Martins na década de 1940, o matemático assumiu uma ação cívica e política particularmente notória, enquanto dirigente do MUD (Movimento de Unidade Democrática) e do MUNAF (Movimento da Unidade Nacional Antifascista), e como apoiante

“lamentar o facto de o edifício ter sido transformado em Museu Militar” (*Diário de Notícias* 1984, 4), tendo Virgínia Moura depositado uma coroa de flores na porta do museu.

Assim, o Largo Soares dos Reis – do lado daquela que fora outrora a entrada oficial da delegação – tornar-se-ia um invariável ponto de encontro para a evocação dos presos políticos (embora muitos dos portuenses se desloquem diretamente para a Praça da Liberdade e Praça do General Humberto Delgado²⁹⁴), partindo-se depois para o célebre desfile do 25 de Abril. Durante a pesquisa etnográfica, tive oportunidade de presenciar em dois anos distintos, as celebrações da Revolução no Porto.



Figura 9. Busto de Virgínia Moura (Largo Soares dos Reis, Porto).
Fotografia da autora (25 de abril de 2018)



Figura 10. “Memorial a Hermínio da Palma Inácio” (Largo Soares dos Reis, Porto).

da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República. Foi, neste período, preso várias vezes, e foi também vítima da depuração política da universidade levada a cabo pelo Estado Novo, com a sua demissão da cátedra em 1948. Pressionado sistematicamente pelo regime, foi forçado ao exílio em 1958. Regressou a Portugal, reintegrado como Professor Catedrático da Faculdade de Ciências do Porto, após o 25 de Abril de 1974 (S. M. S. Martins 2013, 87).

²⁹⁴ Se a Praça da Liberdade assim se designa desde a implementação da República, a Praça do General Humberto Delgado (anterior Praça do Município) só assim foi renomeada, depois do 25 de Abril de 1974.

Em abril de 1978, Mário Brochado Coelho, figura que se notabilizou como advogado dos presos políticos, sinalizaria na sua alocução, a cerca de uma centena de metros do edifício do Heroísmo, “que o povo português não está esquecido do que esta casa representou [nem] [...] o que esta casa ainda hoje representa” (*O Primeiro de Janeiro* 1978, 9). Em 2017, quando pela primeira, o meu dia 25 de Abril foi vivido longe do desfile da Avenida da Liberdade, em Lisboa, para ser passado no Porto, pude testemunhar os discursos ali declamados por associados da URAP, antigos presos políticos, mas também familiares, que precedem o desfile. Na alocução de homenagem aos presos políticos junto do edifício, talvez porque o “povo português” já estivesse esquecido do que a casa representa, o âmagio parecia ser a visibilidade pública e o significado desta no presente. Com efeito, quase quarenta anos depois, junto do “sinistro casarão”, invocar-se-ia, na evocação aos presos políticos promovida pela URAP, a necessidade de “dar a conhecer às gerações após Abril” a ditadura, “os relatos de pobreza, de fome, de doença, do analfabetismo, das prisões e da tortura”, sendo para tal “necessário criar lugares de memória”²⁹⁵. Em 2018, por seu turno, em substituição de um avô que ali havia estado preso, foi, desta vez, dada a palavra, precisamente, a um elemento da geração “após Abril”. Daniel Vieira, na qualidade de “herdeiro simbólico” (M. C. Ribeiro 2017, 200) da memória do seu avô, evocaria a primeira vida do edifício enquanto cadeia política: “[...] Há sessenta anos, depois de cerca de quarenta anos a viver na clandestinidade, o meu avô foi aqui entregue nesta delegação. Foi condenado a três anos e passou seis nas prisões fascistas...”²⁹⁶. Este *aqui*, referido por este neto, que é um *aqui* extemporâneo porque o *aqui* que existe na visibilidade do presente é apenas um Museu Militar, lembra como Maurice Halbwachs havia sugerido na sua obra fundadora de 1950, que os espaços recebem a marca dos grupos e vice-versa, e que “cada detalhe do lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo” (Halbwachs 1990, 133). E, por vezes, como aliás veremos, da geração que lhe herda o testemunho.

Em ambos os anos em que estive presente, após as alocuções – entre reencontros, vozes entrepostas, cartazes – e à semelhança do que descrevi acima na notícia de 1984 que relata o gesto de Virgínia Moura, umas coroas de cravos vermelhos são colocadas na porta lateral. Aquela que outrora dava entrada à delegação e hoje sem utilização pública. Em meia-lua, um conjunto de homens e mulheres, comocionados, braços entrelaçados, cantam, *a cappella*, “Grândola, Vila Morena”, voltados para uma porta que só quem sabe, lhe entende o significado.

²⁹⁵ Palavras proferidas por Cristina Nogueira registadas no Diário de Campo de 25-4-2017.

²⁹⁶ Palavras proferidas por Daniel Vieira registadas no Diário de Campo de 25-4-2018.

Como foi, assertivamente, apontado por Pierre Nora, a memória, por vezes, parece ser “cega para todos exceto para o grupo que este une” (Nora 1989, 9). Estes atos de ressignificação simbólica dos locais, mesmo quando estão oficialmente debaixo da invisibilidade das suas camadas recentes – que, deliberadamente ou não, eclipsam as anteriores – parecem corroborar as palavras de Edward Casey quando este afirma que “places not only are, they happen” (Casey 1996, 27): os lugares não *são* apenas, eles *acontecem*. O Largo Soares dos Reis é assim, provisoriamente, destituído do seu significado no presente. Graças ao desfile, às palavras de protesto, ao *aqui* ininteligível, à fisicalidade dos corpos, este edifício – na sua “tensão fluida entre materialidade e simbolismo” (Endres e Senda-Cook 2011, 262) – é ressimbolizado, neste dia, numa “fissura” do seu “significado dominante” (*idem*, 259).



Figura 11. Coroa de cravos sobre a porta lateral do atual Museu Militar do Porto
Fotografia da autora (25 de abril 2018)

Além do mais, remetendo-me à ideia acima referida de uma memória circunscrita ao grupo que a veicula, bem como à aceção de que “todo o património é intangível” (Smith 2006, 3) e dessa intangibilidade se refletir, por exemplo, na linguagem que envolve qualquer objeto tangível (Harrison 2010), é interessante perceber a obstinação das palavras – e da memória – relativamente ao entendimento pessoal destes locais no presente. Ao ouvir, por exemplo, uma das minhas interlocutoras (que por três vezes esteve encarcerada no Heroísmo) referir-se à então entrada oficial da PIDE/DGS, hoje uma entrada lateral, como “a porta principal, digamos assim, do edifício”²⁹⁷. Palavras que parecem reverberar a ideia de Denis Byrne, a partir de Michel de Certeau de que:

«o modo como as pessoas atribuem significado a coisas e paisagens, pessoalmente, localmente, intimamente, anima-as de formas que são suscetíveis de ser invisíveis para quem está de fora” (Byrne 2009, 235) [numa intangibilidade localizada] “abaixo dos limiares em que a visibilidade começa» (Certeau 1984, 93 *apud* Byrne 2009, 235)²⁹⁸.

Outras vezes, as palavras traduzem também uma configuração consciente de resistência – “resistência simbólica” nos termos de Derek H. Alderman (2008) – ao permitir que quem as diz se abstenha de nomear o local com o seu nome presente. “É assim que a gente diz, não é do Museu Militar, é do edifício *da ex-PIDE*”²⁹⁹, afirmar-me-ia, num outro momento, a mesma interlocutora.

Com efeito, “se os nomes dos locais podem ser entendidos como “monumentos simbólicos que em muito influenciam a memória pública” (Grounds 2001, 289), renomeá-los – oralmente, intimamente, dentro de um grupo mnemónico – pode ser entendido como uma forma de os desafiar e de afrontar o “discurso patrimonial autorizado” (Smith 2006), trazendo novos significados para a paisagem patrimonial. Como sugerido por Laurajane Smith, e pensando no facto do edifício onde se encontrava a cadeia e subdelegação da polícia política se ter tornado um museu sem referências significativas à sua “primeira vida”, todo o património pode ‘deserdar’ alguém, tendo “um poder especial para legitimar – ou não – um sentido de lugar” (Smith 2006, 81) de cada um. Basta, aliás, que pensemos que a palavra “património” também é utilizada como sinónimo de um conjunto de bens que herdamos. Assim, palavras, obstinadas, como aquelas acima referidas, legitimam e dão lugar a um outro lugar que, longe das grandes narrativas nacionais, se constrói da matéria das experiências e subjetividades do passado.

²⁹⁷ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

²⁹⁸ Apesar de ter acesso à fonte original citada, *The Practice of Everyday Life*, obra de 1984 de Michel de Certeau (que é aliás aludida no Capítulo 4), mantive a utilização do *apud*, pois a citação insere-se, neste caso, na conceptualização de Denis Byrne.

²⁹⁹ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

Embora a literatura crítica que versa a relação entre toponímia e poder examine particularmente aquela que é inscrita – ou escrita – na pedra³⁰⁰, é certo que “nas conversas quotidianas, os nomes de lugares têm uma profundidade semântica que se estende além da preocupação com a simples referência à localização” (Entrikin 1991, 55). Tal como atesta o geógrafo Derek H. Alderman: “o ato de nomear não é sempre controlado pelas elites e pelos grupos dominantes [...]” (Alderman 2008, 197), e nesta performance da fala, os espaços ganham ressignificações, são contestados e apropriados. Um edifício, como lembra Stewart Brand, tem, na língua inglesa, um duplo sentido. Pois ele não é só o resultado (*a building*) mas a ação que o constrói, uma vez que *building* é também a forma gerundial do verbo construir. Subjetivamente, como um palimpsesto, “*a building is always building and rebuilding*” (Brand 1994, 2). Assim, também este edifício – dentro da intangibilidade do discurso que rodeia o património – não deixa, obstinadamente, por este grupo, de ser referido com o “edifício da ex-PIDE”, rememorado e projetado com um outro futuro, lembrando que, nas palavras de Andreas Huyssen, “um imaginário urbano no seu alcance temporal pode muito bem colocar coisas diferentes num só lugar: memórias do que existia antes, alternativas imaginativas ao que existe” (Huyssen 2003, 7).

*

Tal como referido no Capítulo 1, corroborado por muitos com dos interlocutores com quem falei ao longo desta investigação, as maiores mobilizações individuais ou coletivas para a preservação dos lugares da ditadura, parecem reforçar-se perante a possibilidade da perda de um lugar simbólico, por meio da sua destruição ou da sua privatização, sendo a “aversão à perda”, usando a expressão de Cornelius Holtorf (Holtorf 2015), muitas vezes, “entendida como um fator motivador crítico na prática do património” (DeSilvey e Harrison 2019, 1). No caso do edifício da Rua do Heroísmo, seria, como veremos, de seguida, em parte, o caso de Maria José Ribeiro.

³⁰⁰ Não obstante essa informação, talvez seja interessante lembrar que muitas vezes a oralidade sobrevive, resiste ou suplanta a inscrição na pedra. A título de exemplo, um pouco antes de iniciar esta pesquisa, na cidade de Munique realizei uma visita guiada em torno da presença de Adolf Hitler nessa mesma cidade. De acordo com o narrado pelo guia que me acompanhou, na década de 1930, os transeuntes, quando passavam em frente ao monumento nazi designado como Feldherrnhalle, eram obrigados a fazer a saudação nazi. Como forma de resistência, algumas pessoas contornavam o monumento, indo ao invés por uma viela lateral. Esta, apesar de se chamar oficialmente Viscardigasse, ficou até aos dias de hoje, popularmente conhecida como Drueckebergasse, ou seja, “A viela dos desertores”.

Nascida em 1936, Maria José levaria a sua juventude marcada, continuamente, pela luta pela democracia, e, por conseguinte, pela experiência do encarceramento que ali, no Heroísmo, conheceria por três vezes. A história de resistência à ditadura, como linhagem herdada, já vinha do percurso do pai. Tinha ela apenas 10 meses. Ele, Joaquim Ribeiro, quase 26 anos. Na sequência da participação na Revolta dos Marinheiros, seria condenado a 16 anos de degredo, em cadeia de internamento na Colónia Penal do Tarrafal. Deixaria a mulher, de 18 anos, sozinha, com uma bebé nos braços que só viria a conhecer o pai com quase 17 anos, quando este foi finalmente colocado em liberdade. Essa bebé pequenina tratava-se de Maria José.

A experiência da dolorosa e prolongada ausência do pai não a demoveu de se envolver politicamente contra a ditadura, poucos anos após o regresso deste. Pelo contrário. Com efeito, em 1958, integrou a comissão de jovens de apoio à candidatura do General Humberto Delgado e, no ano seguinte, ficaria encarcerada às mãos da polícia política, por nove meses. Após ter sido libertada, passou a trabalhar, politicamente, junto do movimento das mulheres. Em 1962, seria detida mais uma vez, no Dia Internacional da Mulher. Foi levada com o seu pai para o edifício do Heroísmo, na sequência de uma manifestação, na Praça da Liberdade, na qual se apelava ao fim da Guerra Colonial que começara no ano anterior, à libertação dos presos políticos e à emancipação de Mulher. Em 1964, por precaução das comemorações da Revolta de 31 de Janeiro³⁰¹, ficaria detida por cerca de 15 dias. Ainda em ditadura, aderiu à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, e, posteriormente, em democracia, ao núcleo do Porto da União de Resistentes Antifascistas Portugueses.

A URAP trata-se de uma associação herdeira da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos. Esta última constituía-se como uma associação de suporte legal, criada em 1969, suprapartidária, composta por muitos elementos independentes de partidos políticos – como nove padres católicos e um pastor protestante – e por outros elementos ligados às diferentes

³⁰¹ A Revolta de 31 de Janeiro de 1891, ocorrida no Porto, foi o primeiro movimento revolucionário que teve por objetivo a implantação da república em Portugal. Havendo uma “memória republicana bastante enraizada no espírito dos portuenses” (Ramalho 2015, 50) – que advinha, em parte da Revolta do 31 de Janeiro – comemorar esta data em ditadura constituía uma afronta ao regime do Estado Novo, que “na construção da sua legitimidade política não deixou de se apresentar também como o oposto da I República” (Samara 2016, 47). Saliente-se que a rua que foi palco desta revolta tinha o nome “Rua de Santo António” até 27 de Outubro de 1910. Com efeito, nos primeiros dias da I República, por requerimento de um conjunto de munícipes, de personalidades e da própria Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, passou-se a denominar “Rua de 31 de Janeiro”. Assim esteve até 1940, ano em que, por decisão da Comissão de Toponímia (Ofício 8310/40), retomou o nome de Santo António, dando a Câmara o seu expresso acordo a 21 de março de 1942. Foi só depois da Revolução dos Cravos que a rua retomou o nome de “31 de Janeiro”, numa deliberação de 27 de Outubro de 1974 (Suplemento ao *Boletim* n.º 2054) aprovada a 30 de janeiro de 1975 (CMP, *Comissão Municipal de Toponímia*, Pareceres da Comissão Homologados pela Presidência da Câmara e Outros Documentos 1974, 1979, Substituição de Nomes de Ruas da Cidade, Pasta 5). A alteração manteve-se até aos dias de hoje (M. do C. Ferreira 2016, 2:1050)

formações partidárias que constituíam a oposição ao regime (N. T. Pereira 1995, 19) figurando também conhecidas personalidades intelectuais para que a repressão sobre esta fosse reduzida (o que não impediria, contudo, a prisão de alguns dos seus elementos). Através da sua rede nacional e internacional, teve um papel fundamental no apoio aos presos políticos, nos últimos anos do regime, agindo por um lado, junto das suas famílias com dinheiro, roupas, assistência médica jurídica, moral e social – criando, por exemplo, uma colónia de férias para os filhos dos que estavam encarcerados – e atuando, por outro lado, junto a entidades oficiais, com abaixo-assinados ou requerimentos pela melhoria das condições de vida dos presos (Bernardes 1991, 123)³⁰². Alicerçada pelos mesmos fundadores da CMNSPP³⁰³, a URAP seria criada em 1976, tendo ao logo do regime democrático pautado a sua ação “na defesa dos ideais de Abril e da democracia”³⁰⁴ e – tal como a etnografia veio a atestar – na atividade da luta pela memória. Usando as palavras de Maria José Ribeiro, a propósito da criação da URAP em 1976: “Veio o 25 de Abril... e todas aquelas memórias existentes: como é que a gente as vai passar?”³⁰⁵

Muitas vezes – e a etnografia permitiu-me confirmá-lo – aqueles que, em ditadura, lutaram, ativamente, contra o regime são os mesmos que, em democracia, lutam para que essa memória não sucumba. O seu grande trilha memorial iniciar-se-ia, com mais força, a partir de um duplo embate. A primeira vez que regressou ao interior no edifício da Rua do Heroísmo, na década de 1990, seria por motivos distintos, como relatado pela própria:

«[...] No sindicato [de seguros, onde trabalhava à data] fizemos uma ação de solidariedade com colegas da Guiné. E fizemos atividades com crianças. Vieram 15 crianças entre os 6 e os 14 anos: filhos de colegas de lá com duas monitoras. Depois nós fizemos um programinha para os alojar [...] E íamos a museus, pedíamos à Câmara e a todos os sítios e davam-nos acesso gratuito.... Fizemos uma coisa muito interessante. E uma delas foi ir ver o Museu Militar que tinha os soldadinhos [...]»³⁰⁶

Segundo o que me contou, seria aí, no contexto de uma visita que não previa este desfecho – e que acontecera, nas suas palavras “por acaso” – que se apercebeu que a edificação localizada nas traseiras do pátio onde se encontrava a maior parte das celas tinha sido demolida aquando da requalificação dos edifícios para a instalação do Museu Militar [“quando pus os pés dentro e

³⁰² A 15 de fevereiro de 2020, tive oportunidade de estar presente na Sessão Comemorativa dos 50 anos da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, que decorreu no Auditório Camões em Lisboa.

³⁰³ De acordo com os estatutos da URAP de 1976, os fundadores foram Levi Casimiro Baptista, Rui Luís Gomes, Paulo Quintela, Ramon Machado de La Féria, Fernando António Piteira dos Santos, José Maria do Rosário Costa, Duarte Justiniano da Rocha Vidal, Alcina de Sousa Bastos, Cecília Simões Areosa Feio, Vasco Júlio Belmarço da Costa Santos e João Faria Borda.

³⁰⁴ Citado de <http://www.urap.pt/index.php/urap/quem-somos-mainmenu-30>. Acedido em 1-10-2020.

³⁰⁵ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

³⁰⁶ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

não vi o edifício onde estive presa...”³⁰⁷]. Ademais, começou a “ver o museu e não [via] nenhuma referência nem à prisão nem ao 25 de Abril...”³⁰⁸. Não havia ainda, de igual modo, no exterior do edifício uma alusão que indicasse o seu anterior funcionamento enquanto prisão da ditadura.

Na sequência desse acontecimento, dessa “avalanche”³⁰⁹ ou “choque”³¹⁰ inicial como me disse, viria a integrar um grupo de diversas pessoas, que através de várias diligências como petições e intervenções públicas, requereu ao Governo Civil a colocação de uma lápide no edifício. Essa placa que se encontra na parede exterior e lateral do imóvel tem a inscrição “Homenagem do Povo do Porto – Aos Democratas e Antifascistas que neste edifício foram humilhados e torturados pela PIDE/DGS.”



Figura 12. Placa no exterior do edifício do atual Museu Militar do Porto.
Fotografia da autora (2016)

Viria a ser descerrada pela celebração do trigésimo aniversário da revolução do 25 de Abril, no ano de 2004, pelo governador civil Manuel Moreira, o presidente do núcleo da Associação

³⁰⁷ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

³⁰⁸ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

³⁰⁹ Diário de Campo de 27-5-2017.

³¹⁰ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

25 de Abril, tenente-coronel Ribeiro da Silva, e o antigo preso político, advogado dos presos políticos, e então deputado Raúl Castro. É certo que a colocação de uma “placa” constitui, nas palavras de Elizabeth Jelin, uma das “maneiras como os atores oficiais e não oficiais tratam de dar materialidade às memórias” (Jelin 2002, 54). Mas tal não é, muitas vezes, suficiente.

Ainda marcada com o desaparecimento do edifício que traduzia uma parte material muito significativa do lugar no seu todo, corria o ano de 2006, quando começou a ser noticiada a possível transferência do espólio do Museu Militar para os claustros do Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia, propriedade do Ministério da Defesa. De acordo com o General Valença Pinto em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, a transferência do espólio seria iniciada no mês de julho desse mesmo ano – 2006 – prevendo-se que o processo demorasse entre um e dois meses (Teixeira 2006).

Perante essa possibilidade, decorreram de imediato um conjunto de mobilizações, das quais os já referidos Maria José Ribeiro e Jorge Carvalho fizeram parte, para tentar evitar a mudança e contribuir para que o Museu ali se mantivesse. Embora este não fosse um museu que evocasse a sua “primeira vida” enquanto cadeia e delegação da polícia política – dizendo-me Jorge Carvalho que “não aceitava” que ali estivesse apenas assinalado “Museu Militar” sem abaixo dizer “antiga prisão política”³¹¹ – o facto de estar constituído um museu público naquele edifício simbólico da ditadura servia como garantia da sua preservação. Na perspetiva de salvaguarda do edifício, um ano depois, seria aprovado pela Assembleia Municipal do Porto, inclusivamente, uma Recomendação ao Executivo Municipal, apresentada por José Machado Castro, elemento do grupo do NAM do Porto e representante do grupo municipal do Bloco de Esquerda, para a “abertura do procedimento de classificação de interesse público do imóvel da rua do Heroísmo nº 345 onde está instalado o Museu Militar do Porto e onde funcionou a delegação do Porto da PIDE/DGS” (Narciso 2015, 53 e 54).

A possibilidade de venda daquele lugar fá-lo-ia, possivelmente, desaparecer. Afinal, tinha decorrido apenas um ano desde que a sede nacional da polícia política em Lisboa fora notícia pela sua futura requalificação e se haviam iniciado as manifestações e movimentações em torno da sua preservação (ver Capítulo 2). Mais uma vez, à semelhança do que acontecera no ano anterior, em Lisboa, uma “endangerment sensibility” (Vidal e Dias 2016), a sensibilidade face à possibilidade da perda ou extinção definitiva, neste caso, de um lugar – para alguns – de

³¹¹ Entrevista com Jorge Carvalho, 28-11-2016, Porto. Na mesma entrevista, Jorge Carvalho contou-me, como, já em democracia, levaria, por vezes, os filhos pequenos a visitar o espaço exterior da antiga cadeia política, mesmo na ilegibilidade do presente, para “saberem que existiu e o que o pai passou”.

memória, conduziu a uma série de movimentações à volta do edifício e da sua preservação. Nas palavras de Jorge Carvalho:

«Eu acho que quando deu a maior força, e isso recordo-me, foi quando começaram a falar que o Museu ia acabar. Que o Museu ia ser transferido para a Serra do Pilar. Fizemos uma manifestação lá à porta e fomos lá para o Quartel-General, reivindicando que o Museu não saísse de lá. Porque nós já sabíamos... Se o Museu sai, aquilo acabou. Ou vendiam aquilo ou passavam aquilo para pousada³¹². [...]»³¹³

Também Maria José Ribeiro expressou a mesma preocupação:

«E a determinada altura comentaram que iam vender o espaço e que iam colocar o espólio na Serra do Pilar. [...] A gente começou logo a imaginar o que é que vai acontecer: isto vai desaparecer e, então, a memória desaparece! [...]»

No âmbito da URAP, e na sequência da possibilidade da perda do edifício – que não se chegou a concretizar ao contrário do que se passara na delegação nacional – começou a ser delineada a exequibilidade de colocar sinalética dentro do edifício que indicasse as funções deste enquanto delegação e cadeia da polícia política. Num momento inicial, tratava-se apenas de Maria José Ribeiro acompanhada de um pequeno grupo de duas ou três pessoas associadas da URAP: "íamos aos sábados de manhã [para o Museu Militar], parecia que íamos à missa³¹⁴". A referência "à missa" parece acentuar a regularidade destes encontros informados por algo a que nos podemos referir como um *sentido de dever*, entendimento que, na verdade, eu viria a sentir ao longo dos anos da pesquisa.

Num requerimento apresentado em 2008 ao Chefe de Estado Maior do Exército, os sete subscritores em representação da URAP³¹⁵ – nos quais se encontrava Maria José – salientavam

³¹² Atendendo a que esta conversa decorreu em novembro de 2016, supõe-se que a referência à "pousada" advinha do anúncio, dois meses antes, de que a Fortaleza de Peniche seria incluída no Programa Revive, no âmbito do qual dezenas de monumentos históricos degradados seriam reabilitados e explorados por entidades privadas, por períodos entre 30 e 50 anos, devendo vir ali a construir-se uma unidade hoteleira. Em novembro de 2018, tal como referido no primeiro capítulo da tese, o Governo removeu o Forte de Peniche do programa Revive para ali se constituir o Museu Nacional da Resistência e Liberdade. Esse assombro não seria novo, uma vez que já em 2008 tinha sido anunciado pelos meios de comunicação de que a ENATUR e a Câmara Municipal de Peniche tinham retomado um contrato existente desde 2003 com vista à instalação de uma pousada na fortaleza (Andrade 2008, 12).

³¹³ Entrevista com Jorge Carvalho, 28-11-2016, Porto.

³¹⁴ Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

³¹⁵ De acordo com o requerimento citado no Projeto de Resolução nº 1015/XII/3ª, sobre o qual me irei debruçar posteriormente, os subscritores eram, além de Maria José Ribeiro – "profissional de seguros e ex presa política", "Arnaldo Mesquita - advogado e ex preso político; César Príncipe - escritor e

considerar ser “compatível manter a presente orgânica e o seu espólio, salvaguardando os vestígios históricos, cumprindo-se “uma obrigação moral” e enriquecendo-se “a vivência do espaço, que passaria a oferecer duas leituras museológicas”³¹⁶, ou seja, mantendo-se o Museu Militar, uma outra parte do edifício evocaria a memória dos antigos presos políticos e da parte do edifício que albergou as celas e salas de interrogatório. Numa das reuniões deste grupo, juntar-se-ia Silvestre Lacerda que introduziu o arquiteto e investigador Mário Mesquita a Maria José e aos restantes elementos. Este constituir-se-ia como uma peça chave, pois incentivou e, conjuntamente com este grupo, estruturou, no ano seguinte, um guião de execução da criação de um projeto expositivo que, não colidindo com o Museu Militar e o seu funcionamento, evocasse a memória e o percurso percorrido dos presos políticos dentro daquele espaço, como as antigas salas de interrogatório, corredores, celas e escadas.

No guião de execução do projeto realizado por Mário Mesquita em 2009, pode ler-se que para a concretização do mesmo – cuja designação dada neste documento é “Do Heroísmo à Firmeza – Percursos na Memória da casa da PIDE no Porto (1934-1974)”³¹⁷ – estariam duas atitudes em permanente diálogo. Sem colidir com o Museu Militar, e usando, sobretudo, a parte não nobre da casa, portanto aquela que correspondia à zona de serviço. Assim, pode ler-se que as duas dimensões do projeto seriam, por um lado:

«aquela que nos permite reconstruir, caminhando, o percurso do preso político desde a sua entrada às sessões de interrogatório e à prisão, olhando, sentido e tomando consciência da materialidade e imaterialidade do espaço, traduzida no claro/escuro, na luz e sombra, nas paredes nas escadas, nos tectos mais altos e baixos nos espaços de circulação mais largos e mais estreitos, na compartimentação mais ampla ou claustrofóbica, consoante o fim a que se destinava no âmbito da função da delegação e prisão política [...]»³¹⁸

A outra, por seu turno, viria da

jornalista; Guimarães Dias - juiz conselheiro jubilado; Óscar Lopes - professor Catedrático e ex preso político; Papiniano Carlos- escritor e ex preso político e Viale Moutinho - escritor e jornalista”.

³¹⁶ Requerimento citado no Projeto de Resolução n.º 1015/XII/3ª apresentado pelo Partido Comunista Português (entrada na AR a 17-4-2014) – Recomenda ao Governo que, mantendo o Museu Militar do Porto, identifique os percursos e salas usadas pela PIDE e promova a justa homenagem a quem passou pelo edifício do heroísmo e aí resistiu ao fascismo.

³¹⁷ Depois do documento supracitado da autoria de Mário Mesquita, a segunda parte do nome associado ao projeto tem sido publicada com ténues diferenças. No protocolo de colaboração entre a URAP e o Exército Português anunciado na introdução, é omissa. Noutros momentos, por exemplo, surge como “Percurso” [no singular] na Memória Casa da PIDE no Porto (1934-1974)” (no Projeto de Resolução n.º 1015/XII/3ª); ou “Percursos na Memória da Casa da PIDE no Porto (1936-1974)” (na Resolução da Assembleia da República n.º 153/2019), tendo eu optado, doravante, por referir o projeto apenas como “Do Heroísmo à Firmeza”.

³¹⁸ Mesquita, Mário João. 2009. «Do Heroísmo à Firmeza – Percursos na Memória da casa da PIDE no Porto (1934-1974)».

«força das imagens e de outro tipo de documentos visuais, vídeo ou fotográficos, ou ainda escritos, nos permita a percepção de determinados momentos da história da instituição e das pessoas que por ela passaram, abordando questões do quotidiano dos presos políticos e dos que com eles privaram.»³¹⁹

Contudo, entre avanços e recuos, sobretudo devido a várias mudanças na estrutura castrense e na direção do Museu Militar, a decisão sobre o projeto seria sucessivamente adiada³²⁰, e a sua concretização viria a ser, burocraticamente, demorada. Um ano depois da notícia que potenciaria o desaparecimento do edifício – ou seja, ainda antes da apresentação do guião de execução do projeto – uma vez que era importante continuar a ter uma relação de proximidade com o edifício e com a estrutura militar, o espaço foi sendo apropriado no seu lado exterior e interior, sobretudo com iniciativas ali organizadas, especialmente, pelas já referidas associações cívicas pela preservação da memória. Com efeito, de acordo com Maria José Ribeiro, entre 2007 e 2015 – ano em que se viria a firmar a assinatura do protocolo do projeto – não só se realizaram reuniões como as que descrevi em cima, como se começaram a organizar visitas, exposições de livros, bem como sessões cinematográficas que evocassem a vivência dos presos políticos como a exibição do filme “48” da realizadora Susana Sousa Dias, numa experiência que viria a ser repetida no ano de 2018. Tal como me disse Maria José, esta “era a forma de [poder] estar no espaço”, mantendo-se um relacionamento com o local e com os elementos do Museu Militar do Porto.

Se algumas das iniciativas que ali tiveram lugar foram organizadas pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses, também o núcleo do Porto do então Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, depois tornado associação, da qual Jorge Carvalho é membro, organizou, desde 2006, vários eventos no n.º 329 da Rua do Heroísmo: exposições (como a exposição fotográfica “Tarrafal, lugar de memória” de Orlando Falcão em 2008) conferências (como aquela, após a inauguração da exposição, proferida por Manuel Loff sobre a colónia penal) e visitas com a presença de antigos presos políticos. Com efeito, logo uma semana depois da notícia da transferência do museu para a Serra do Pilar, o jornal *Público* daria conta, precisamente – com o sugestivo título “As escadas eram o aquecimento para a tortura que vinha a seguir” – do

³¹⁹ *Idem ibidem*.

³²⁰ Conforme Projeto de Resolução n.º 1015/XII/3ª apresentado pelo Partido Comunista Português (entrada na AR a 17-4-2014) – Recomenda ao Governo que, mantendo o Museu Militar do Porto, identifique os percursos e salas usadas pela PIDE e promova a justa homenagem a quem passou pelo edifício do heroísmo e aí resistiu ao fascismo.

encontro ali decorrido promovido pelo “Movimento Não Apaguem a Memória” que juntou “contra o esquecimento, vários resistentes ao salazarismo”, defensores da “criação de um museu dedicado à resistência” (Faria 2006, 63) no edifício.

Em 2007, por exemplo, de acordo com o livro de atividades da agora Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, terão participado numa visita à antiga delegação e cadeia da polícia política, quarenta e sete pessoas e terão prestado testemunho Maria José Ribeiro, José Machado de Castro e Jorge Carvalho (cf. Narciso 2015).

Segundo Maria José, que dinamizou muitas visitas dentro do casarão, estas permitiam quebrar o silêncio em que muitos dos que as integram estavam envolvidas, dando-lhes a oportunidade de falar e rememorar:

«As emoções que há... Eu que acompanhei várias visitas de pessoas muito variadas, testemunho isso [essas emoções]. E o que é que fazia [nas visitas]? Era contar a história. Ia subindo: *“aqui era assim, acontecia assim, havia uma história assim...”* Não era a minha, era a história de muita gente. Depois havia pessoas [que exclamavam]: *“Ai, eu conheci!” “Ai, o meu avô!” “O meu tio..!” “A minha avô conta que vinha aqui visitar o filho...”* »³²¹

Para Diana Taylor – para quem “a memória é, ao mesmo tempo, uma ferramenta e um projeto político”³²² (Taylor 2009, 8) – regressar a estes locais é um “caminho de memória” (*idem ibidem*) em que o corpo se vai lembrando do ocorrido. “Além disso”, avança a autora, “a caminhada, assim como a marcha, também torna visíveis os locais de memória que mantém outra topografia de lugar e de prática, não de terror, mas de resistência – a vontade não apenas de viver, mas também de manter viva a memória” (Taylor 2009, 9). Mesmo reconhecendo que, naturalmente, “há pessoas que não são capazes [de fazer visitas]” e que “as pessoas não são iguais”, para Maria José “é importante passar [o] testemunho”. Mesmo que nem sempre lhe seja fácil: “Há alturas que é como se não acontecesse nada. E há outras que dói. Porque alguém que fez uma pergunta que foi mesmo certa, e a pessoa tem que voltar a mexer naquilo que estava lá [dentro]”³²³.

Nestas visitas, que ocorreram e ocorrem ocasionalmente, o percurso percorrido é o percurso dos presos: há um portão por onde se entra, uma porta lateral que se transpõe, percorre-se o corredor junto das antigas celas térreas (meia cave para quem está na Rua do Heroísmo) – hoje quartos ou áreas administrativas militares – e sobe-se pelas escadas até às

³²¹ Entrevista com Maria José Ribeiro, 29-11-2016, Porto.

³²² Tradução de Giselle Ruiz.

³²³ Conversa informal com Maria José Ribeiro, 29-06-2019, Porto.

antigas salas de interrogatório. Estas escadas hoje são escadas de serviço que levam diretamente ao último piso. Este último piso era separado do outro por uma claraboia fosca que invisibilizava e silenciava o lado de lá, a quem fosse, por exemplo, tratar de um passaporte: “Algumas saberiam [o que, naquela parte da casa, ocorria], mas nem sabem bem onde é isto. E se olhassem para as escadas com passadeiras... Nem acreditavam [...] e aquilo tapava. Tudo se passava ali por dentro.”³²⁴ Durante cerca de quarenta anos, não havia contacto direto entre o piso das salas de interrogatório e a parte do edifício onde se tratava das saídas e entradas do país, emigrações, vistos. E se a claraboia tapava, invisibilizando o que dentro da casa se passava para a generalidade de quem entrava na entrada oficial, outros não esqueceriam.

Mariana Jacob Teixeira³²⁵, que entrevistei numa tarde chuvosa de novembro de 2017, trabalhou, entre 2006 e 2011, no Museu Militar do Porto na categoria de sargento. Vi-a pela primeira vez num dia em que, num dos encontros nos quais estive presente, ela veio dar conta do desenvolvimento do projeto “Do Heroísmo à Firmeza”. Ao contrário de outros presentes, todavia, o projeto não lhe era, de todo, novo. Com efeito, em 2007 seria designada pelo diretor do Museu Militar para se articular com Maria José Ribeiro, nomeadamente na mediação das visitas que se começaram a realizar. A propósito do que se sabia ou não se sabia do edifício, falámos sobre a vizinhança. E Mariana recordou-me de quando foi entregue, por parte do Museu, “um convite porta a porta” para uma visita no “Dia Internacional dos Museus e à Noite Europeia dos Museus”³²⁶, aparecendo, da vizinhança, apenas “um avô e a neta”. Nas palavras de Mariana:

«Naquela zona, a memória ainda é muito próxima do que foi o edifício, inclusive, chegámos a conversar com pessoas que nem gostavam de passar naquele passeio. Já não sabem bem porquê. [...] É um edifício que para elas... lhes traz essa memória, e nem se sentem convidados a entrar [...] Eu sentia muito que a nível da comunidade envolvente, a memória do edifício relativamente à polícia [política] ainda era muito recente.»³²⁷

³²⁴ Entrevista com Maria José Ribeiro, 29-11-2016, Porto. Raúl Castro refere, no prefácio de *O Último Dia da PIDE – 26 de Abril no Porto* que a entrada do Largo de Soares dos Reis, “com escadas de passadeira e contínuos fardados, era a entrada para *inglês ver*” (1974, 9).

³²⁵ Mariana Jacob Teixeira, que conheci aquando de uma das reuniões do projeto na qual estive presente para conhecer o desenvolvimento do mesmo e rever os seus intervenientes, é também a coautora do referido livro *Museus Militares em Rede: Um Modelo de Gestão em Rede* (2012).

³²⁶ Similarmente, a 18 de novembro de 2017, Dia Internacional dos Museus, também eu frequentei uma visita organizada pelo Museu Militar do Porto e conduzida por uma técnica do mesmo, denominada “Mistérios de uma Casa da Rua do Heroísmo”. O objetivo da visita temática – realizada anualmente nesta ocasião a par de outras atividades distintas do Museu – é o de dar a conhecer, precisamente, o lado invisível do edifício e a sua história.

³²⁷ Entrevista com Mariana Jacob Teixeira, 24-11-2016, Porto.

Nas palavras da historiadora Maria Tumarkin (também citada em Byrne 2009), para algumas pessoas – sobretudo aquelas traumatizadas – “o passado entra como um intruso, não como um convidado bem-vindo” (Tumarkin 2005, 12). Ou, como escreveu António Lobo Antunes, para alguns, “o inferno consiste em lembrarmo-nos a eternidade inteira” (A. L. Antunes 2003, 32). Outros, por seu turno, mesmo tendo vivido um passado incomensuravelmente duro, e porque deste houve frutos e flores de Abril, estão, como advoga Denis Byrne, comprometidas em assegurar que o passado não só entra adentro das suas vidas como “que este ocupe um lugar permanente na paisagem da vida quotidiana” (Byrne 2009, 240).

Hoje, para quem passa na Rua do Heroísmo – mesmo cruzando-se com os rostos de Hermínio da Palma Inácio³²⁸ e Virgínia Moura³²⁹ (ver Capítulo 1) no Largo Soares dos Reis – mas não conhece a história do edifício, este é apenas o Museu Militar. Tutelado por um organismo estatal como o Ministério da Defesa Nacional/Estado Maior do Exército, pode ser considerado nos termos de Rodney Harrison, como um “património oficial” (2013).

No entanto, como afirmado pelo mesmo autor, determinados “objetos, lugares e práticas podem, por vezes, ter simultaneamente o estatuto de património oficial e não oficial” (Harrison 2013, 15). Efetivamente, caminhando entre aquilo que se vê e o que não se vê, a relação com este local também parece enfatizar a ideia de “contra-património” (Byrne 2009), ou “património não oficial” (Harrison 2010, 2013), como formas de valorização ou comemoração em torno de uma prática ou lugar na margem de um “discurso patrimonial autorizado” (Smith 2006). Neste

³²⁸ “Memorial a Hermínio da Palma Inácio” trata-se de um monumento da autoria do escultor Joaquim Álvares de Sousa (n. 1972), edificado, por subscrição pública, no Largo Soares dos Reis, quatro anos depois da morte do fundador da LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária. Com a previsão inicial de se inaugurar, marcando o 44º aniversário da data da evasão de Palma Inácio da cadeia do Porto (8 de maio), acabaria, todavia, por ser erguido a 11 de maio de 2013.

De acordo com a informação disponibilizada na página de *Facebook* “Memorial Palma Inácio”, a comissão operacional promotora do “Memorial a Hermínio da Palma Inácio” foi composta por Armando Coelho, Camilo Mortágua, Maria Elisabete Neves e Mario Rietsch. Informação disponível em <https://www.facebook.com/memorial.palmainacio>. Acedido em 1-6-2020. Amândio Silva, que, em ditadura, colaborou com Hermínio da Palma Inácio no desvio do avião da TAP que, sobrevoando Lisboa, lançou milhares de panfletos antifascistas, afirmou à revista *Visão* que o memorial era reflexo de um desejo de “recordar e perpetuar a sua ânsia e permanente vontade de liberdade” (*Visão* 2013, 11).

³²⁹ O busto de Virgínia Moura, da autoria do escultor Manuel Dias, foi inaugurado a 17 de dezembro de 1999, também no Largo Soares dos Reis, assinalando os 50 anos sobre a sua primeira prisão, numa iniciativa promovida por um grupo de 20 mulheres. A inauguração havia sido pensada para o primeiro aniversário do falecimento, e sucessivamente adiada, num impasse que, segundo noticiado pelo periódico *O Comércio do Porto*, “resultou inicialmente da demora na aprovação pela Câmara do Porto do local onde será colocado o monumento [...] e nos escassos fundos angariados pelo grupo [que] conseguiu juntar cerca de 300 contos (1.500 euros) [...] [tendo] a Câmara do Porto disponibilizou-se para custear o restante, cerca de 1.900 contos (9,500 euros)” (*O Comércio do Porto* 1999, 2017). De acordo com o *Jornal Avante!*, a cerimónia inaugural terminou com uma romagem à campa da antifascista, falecida no ano anterior, na qual se realizou um minuto de silêncio, entoou-se o hino nacional, e as palavras de ordem “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!” (*Avante!* 1999, 9).

caso também, na periferia do visível, não se deixam de se construir um conjunto de relações com o edifício, materializadas em comemorações e outras formas de recordação – como as celebrações do 25 de Abril junto à antiga entrada do edifício ou as visitas que ali decorreram evocando o seu passado enquanto cárcere político – que ocorrem, todavia, nos “bastidores” da memória oficial (Byrne 2009).

Com efeito – entre a visibilidade e a invisibilidade – os desaparecimentos, as requalificações ou as “não-inscrições” (Gil 2007) não inibem necessariamente as memórias e a significação privada, muitas vezes ininteligíveis, que se podem atribuir aos lugares. Nem impossibilitam, e talvez impulsionem como veremos no próximo subcapítulo, as vontades coletivas – como aquela de que faz parte Maria José Ribeiro – de os levar dos bastidores para o discurso e o espaço públicos.

3.2. Projeto “Do Heroísmo à Firmeza”

Em abril de 2015, depois de vários anos a batalhar pela inscrição das memórias dos homens e mulheres que passaram por aquela delegação e cadeia da polícia política, e após vários avanços e recuos no que toca à concretização do seu projeto, o núcleo do Porto da URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses endereçou, à Assembleia da República, uma petição³³⁰ assinada por mais de 4000 subscritores. O objetivo da mesma era a da inclusão, na antiga casa da polícia política e atual Museu Militar, do já referido projeto museológico denominado “Do Heroísmo à Firmeza” – dotando, assim, “a cidade e o Norte de um memorial que levante do esquecimento milhares de vítimas do fascismo”³³¹. O projeto elaborado por Mário Mesquita em 2009 já tinha sido apresentado aos Grupos Parlamentares em fevereiro de 2014, encontrava-se “em poder da hierarquia militar há vários anos”, pelo que a URAP, depois de sucessivos avanços

³³⁰ Petição 503/XII/4ª, Comissão da Defesa Nacional, Assembleia da República (admitida em 12-5-2015) – Solicitam a intervenção da Assembleia da República para a concretização do “Tributo aos mártires do século XX” no local onde funcionou a sede da PIDE, no Porto.

Não deixo de constatar que o termo “mártires”, cujo sentido interpreto como “vítimas do regime”, utilizada nesta petição parece não ser uma expressão muito consensual. Com efeito, no âmbito do inquérito que versou sobre a “Memória da Oposição e Resistência ao Estado Novo” conduzido pelo ICS-IUL, a politóloga Filipa Raimundo relatou que “os participantes foram confrontados com a seguinte questão: devemos designar a categoria de indivíduos que se opuseram ao regime anterior e que, por esse motivo, sofreram repressão e violência política como ‘vítimas’? O tema gerou discussão entre os participantes, mas sobressaiu uma visão, também reflectida nos dados recolhidos pelo inquérito: quem fez parte da oposição ao Estado Novo prefere ser visto como *resistente*” (Raimundo 2018, 94).

³³¹ *Idem ibidem*.

e recuos, aguardava ainda um “desfecho definitivo”³³² quanto à exequibilidade do mesmo. Há que dizer que entre os documentos enviados pelos peticionários consta o Relatório de Avaliação de Candidatura à Credenciação do Museu Militar do Porto³³³, onde é, precisamente, sugerida, a “eventual inclusão da temática da resistência à ditadura do Estado Novo no circuito expositivo” e que, na perspetiva de que o Museu Militar do Porto se mantenha no edifício da Rua do Heroísmo possam ser “de algum modo, sinalizados” “os espaços mais significativos relacionados com a atuação da PVDE, PIDE/DGS”, “aludindo-se a esta memória de um modo consciente e crítico”³³⁴.

A petição deu entrada na Assembleia da República no dia 22 de Abril, sendo, a 6 de maio do mesmo ano, distribuída à Comissão de Defesa Nacional para apreciação, decorrendo uma audição parlamentar com os peticionários a 27 de maio de 2015³³⁵. Na sequência dessa mesma audição, foi decidido, pelos deputados presentes, agendar uma visita ao local para perceber melhor as implicações do projeto e a sua interação com o Museu Militar³³⁶. Por fim, a petição viria a ser discutida em Plenário, a 2 julho de 2015, bem como seriam discutidos os dois Projetos de Resolução da autoria do Partido Comunista Português³³⁷ (datado de abril de 2014, na

³³² *Idem ibidem*.

³³³ Como referido em nota anterior, o Museu Militar do Porto integra a Rede Portuguesa de Museus. De acordo com a Direção-Geral do Património Cultural, este “sistema organizado de museus baseado na adesão voluntária” “visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus” e é composto por 156 museus, assumindo-se como “inquestionável símbolo de qualidade, de profissionalismo e de rigor na prática museológica”. Informação disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>. Acedido em 1-11-2020.

³³⁴ Informação disponível no Relatório de Avaliação de Candidatura à Credenciação do Museu Militar do Porto (Divisão de Museus e Credenciação. Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da Direção-Geral do Património Cultural, 2013), p. 26. Documento anexo à Petição 503/XII/4ª, Comissão da Defesa Nacional, Assembleia da República (admitida em 12-5-2015) – Solicitam a intervenção da Assembleia da República para a concretização do “Tributo aos mártires do século XX” no local onde funcionou a sede da PIDE, no Porto. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12629>. Acedido em 1-6-2020.

³³⁵ Informação disponível no Relatório Final da Petição nº 503/XII/4ª da Comissão de Defesa Nacional. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d304e455469394562324e31625756756447397a5547563061574e68627938334e7a686d4e6d466b4d7930324e546b784c5451324e4751744f4746684d53316c595751794e7a4e6a4e7a526b5a6d51756347526d&fich=778f6ad3-6591-464d-8aa1-ead273c74dfd.pdf&Inline=true>. Acedido em 1-6-2020.

³³⁶ *Idem ibidem*.

³³⁷ Projeto de Resolução n.º 1015/XII/3ª apresentado pelo Partido Comunista Português (entrada na AR a 17-4-2014) – Recomenda ao Governo que, mantendo o Museu Militar do Porto, identifique os percursos e salas usadas pela PIDE e promova a justa homenagem a quem passou pelo edifício do heroísmo e aí resistiu ao fascismo.

sequência da apresentação do projeto aos Grupos Parlamentares) e do Bloco de Esquerda³³⁸ (elaborado em junho de 2015), que viriam a ser votados e aprovados no dia seguinte, ambos no sentido de que se promovesse “a justa homenagem a quem passou pelo edifício do Heroísmo e aí resistiu ao fascismo”³³⁹.

Fruto da sua aprovação, no primeiro dia de setembro de 2015, a URAP assinou, finalmente, um protocolo de colaboração com o Exército Português, em representação do Museu Militar, numa cerimónia presidida pelo então Ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, com o objetivo da “implementação de uma parte do projeto “Do Heroísmo à Firmeza” da autoria do arquiteto e investigador Mário Mesquita”³⁴⁰.

A partir da assinatura desse protocolo, definiu-se que a URAP trabalharia em estreita colaboração com a direção do Museu Militar do Porto na execução do projeto que o arquiteto Mário Mesquita tinha já elaborado no ano de 2009. Como referido, o projeto não colidiria com o funcionamento do Museu Militar nem com as exposições lá patentes. Deste modo, o Museu Militar funciona – e continuará a funcionar – nos espaços do edifício, onde durante a ditadura funcionava a delegação que se dedicava aos passaportes, permanência e saída de estrangeiros do país, e a outras tarefas burocrático-administrativas (a “oficial”). Este projeto expositivo, por seu turno, ocupar-se-ia da parte do edifício que não está aberta ao público, pretendendo-se musealizar ou sinalizar o que resta dos espaços que foram outrora usados para os presos políticos, evocando, assim, o percurso efetuado por estes dentro do edifício da Rua do Heroísmo. Ou seja, a intervenção dar-se-ia nas antigas salas de interrogatório (compartimentos que funcionavam como “reservas, arrecadações de livros para venda e vestiários para sargentos oficiais”³⁴¹), as escadas (atualmente escadas de serviço para os militares), corredores e os espaços carcerários remanescentes (que terão apenas sinalética pois são ainda parte da área administrativa do exército).

³³⁸ Projeto de Resolução n.º 1561/XII/4ª apresentada pelo Bloco de Esquerda (entrada na AR a 26-6-2015) – Recomenda ao Governo a inclusão da memória da perseguição política no Museu Militar do Porto.

³³⁹ Projeto de Resolução n.º 1015/XII/3ª apresentado pelo Partido Comunista Português (entrada na AR a 17-4-2014) – Recomenda ao Governo que, mantendo o Museu Militar do Porto, identifique os percursos e salas usadas pela PIDE e promova a justa homenagem a quem passou pelo edifício do heroísmo e aí resistiu ao fascismo.

³⁴⁰ Protocolo de colaboração entre Exército Português e União de Resistentes Antifascistas Portugueses. 2015.

³⁴¹ Informação disponível no Relatório de Apreciação de Candidatura à Credenciação do Museu Militar do Porto (Divisão de Museus e Credenciação. Departamento de Museus, Conservação e Credenciação da Direção-Geral do Património Cultural, 2013), documento anexo à Petição Petição 503/XII/4ª, Comissão da Defesa Nacional, Assembleia da República (admitida em 12-5-2015) – Solicitam a intervenção da Assembleia da República para a concretização do “Tributo aos mártires do século XX” no local onde funcionou a sede da PIDE, no Porto. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12629>. Acedido em 1-6-2020.

Com efeito, de acordo com o que está redigido no protocolo,

«A partir da entrada principal do Museu Militar do Porto, o visitante, integrado no normal percurso do museu, é conduzido, mediante sinalética adequada e não comprometedora do discurso expositivo actual, para o núcleo expositivo intitulado “Do Heroísmo à Firmeza”, cujo eixo e fio condutor se funda na escada de serviço do edifício que articula a cave com as águas-furtadas (último piso). [...]

A percepção das instalações situadas abaixo do nível de entrada no percurso será apenas induzida pelo sentido da visão, permanecendo, portanto fisicamente inacessível ao público. Este núcleo essencial do discurso expositivo ficará completo com a utilização parcial do piso das águas-furtadas (último piso), nomeadamente do seu espaço de galeria adjacente ao saguão interior do edifício [...].

O núcleo complementar do projeto tem lugar com carácter sazonal, indexado às visitas guiadas às instalações da ex-PVDE/PIDE/DGS e divide-se em dois sub-núcleos: cave do edifício principal e edifício (anexos) junto ao extremo sul do terreno. A intervenção nestas áreas far-se-á apenas com a colocação de informação e sinalética adequada.»³⁴²

Para tal, o Exército Português comprometer-se-ia a ceder a utilização dos espaços dos dois núcleos desde que essa utilização não colidisse com outras atividades relevantes para o mesmo. A URAP, seria, por sua vez, a associação que deteria a responsabilidade institucional do projeto, numa tradução da existência de uma crescente diluição entre amadores e profissionais no âmbito de um espaço museológico. A esta caberia, por seu turno, a tarefa de assumir os custos da implantação e manutenção do mesmo³⁴³ bem como tratar das fontes documentais: como normas de serviços, fotografias ou fichas do registo geral dos presos (constituindo a Direcção-Geral de Arquivos - Torre do Tombo uma parceria essencial), jornais da época, e a recolha de testemunhos dos presos, gravados em som ou vídeo.

3.2.1. Etnografia de um projeto em construção

O projeto teve, simbolicamente, a colocação da sua “primeira pedra” – uma peça de madeira de tola da autoria do arquiteto Mário Mesquita ali presente – a 30 de abril de 2016 no Museu Militar do Porto. A cerimónia terá contado com a presença de várias pessoas, entre as

³⁴² Protocolo de colaboração entre Exército Português e União de Resistentes Antifascistas Portugueses. 2015.

³⁴³ De acordo com a entrevista cedida pelo arquiteto Mário Mesquita a Sónia Duarte, na Revista *Diagonal*, além dos contributos pessoais, destaca-se o apoio financeiro dado pelas Fundações Engenheiro António de Almeida, Calouste Gulbenkian e Oriente (Duarte 2018).

quais o Coronel Carlos Andrade, da direção do Museu Militar do Porto em representação do Exército Português, Silvestre Lacerda, Diretor-geral da Torre do Tombo, bem como “ex-presos políticos e familiares; dirigentes associativos, sindicalistas, deputados e estudantes”³⁴⁴.

No mês seguinte – maio de 2016 – estabeleci contacto com Maria José Ribeiro, pela primeira vez, num daqueles primeiros encontros inesperadamente morosos e profícuos em que lamentei não ter levado um gravador, embora talvez tenha sido essa ausência que proporcionou a fluidez do encontro. Foi a partir desse momento – e encontrar-nos-íamos amiúde ao longo dos anos da redação da tese – e através dela, que tive oportunidade de assistir, desde julho desse mesmo ano aos passos iniciais do projeto após a formalização da “primeira pedra”. Como referido na introdução, ao contrário da pesquisa etnográfica realizada no Museu do Aljube, na qual debrucei o meu olhar sobre um espaço museológico já constituído, com uma narrativa em exposição e aberto a um público que a visita e interpreta, deparar-me-ia, no Porto, com um espaço que seria reativado através de narrativas, visitas e partilha de testemunhos.

Com efeito, para a construção do mesmo, desde junho de 2016³⁴⁵ e, sobretudo, até julho de 2017, decorreram encontros ou “sessões” – assim denominadas pelos próprios intervenientes – com uma periodicidade de cerca de três em três semanas ou mais espaçadas, de acordo com a disponibilidades dos demais, junto do saguão, no último piso do edifício. As sessões foram conduzidas pela URAP, particularmente por Maria José Ribeiro e pelo arquiteto Mário Mesquita que, embora não fazendo parte desta associação, é, como referido, o autor do guião de execução do projeto. Estas decorriam no último andar do edifício: outrora espaço de interrogatório e de tortura, junto do saguão interior acima referido. E junto das pequeníssimas salas onde, disse-me António Graça, então jovem estudante de Medicina quando ali preso em 1966³⁴⁶, “a única coisa que tinha[m] era uma mesa, uma cadeira onde o [agente da] PIDE se sentava”³⁴⁷.

³⁴⁴ Informação disponível em: <http://www.urap.pt/index.php/actividade-mainmenu-29/notcias-mainmenu-35/651-colocada-a-primeira-pedra-do-projeto-do-heroismo-a-firmeza>. Acedido em 1-7-2017.

³⁴⁵ A minha presença iniciou-se na segunda sessão (a 9 de julho de 2016), uma vez que na primeira, me encontrava a participar no Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, em Coimbra.

³⁴⁶ Segundo António Graça, a propósito da sua detenção, a PIDE apanhou um papel seu “com vários apontamentos que designadamente falavam na preparação do 1º de Maio, entrevistas para a Rádio Portugal Livre, colheita de fundos, etc [...] resultado de uma reunião recente da célula do PCP em que estava integrado”. No entanto, tal como me contou com humor, a PIDE também apreendeu o seu material policopiado de Patologia Geral – cuja frequência iria ter no dia seguinte, na Faculdade de Medicina – pois “pensaram que se tratava de material ‘subversivo’”. Entrevista com António Graça, 12-07-2017, Porto.

³⁴⁷ Entrevista com António Graça, 12-07-2017.

Sempre à mesma hora, pelas três da tarde, o grupo ia chegando e sentava-se em círculo, quarenta e dois anos depois do fecho definitivo da delegação da polícia política. O espaço estava vazio de objetos, havendo apenas as cadeiras e as pessoas que davam corpo ao projeto. A maioria das sessões nas quais estive presente – e enfatizo o termo “sessões” pois era aquele utilizado pelos meus interlocutores – era composta por cerca de doze, treze pessoas, embora em determinadas ocasiões – como a conclusão inaugural das duas primeiras fases do projeto³⁴⁸ ou uma sessão dedicada ao 25 de Abril, à libertação dos presos no Porto a 26 de Abril, e às memórias desses eventos³⁴⁹ – tenha ultrapassado as duas dezenas. Associados da URAP, antigos presos políticos daquele espaço, mas também familiares dos mesmos, onde, sentados, lado a lado, viam ali, tantas vezes, a oportunidade de partilhar o seu testemunho, estruturando e dando significado à sua experiência.

Pude, de uma forma extraordinária, escutar histórias diversas. Algumas contadas por vozes que falavam de uma maneira tão rúptil como se as palavras, também elas, se pudessem quebrar³⁵⁰, como anotei no diário de 30 de julho de 2016. Outras, talvez porque “o riso subverte o medo” (R. A. Pereira 2016, 107), narradas com humor. Por vezes, as dimensões daquilo que era contado eram tão íntimas que as linhas escritas ficavam embargadas, e o meu caderno de campo fechado. Escutava apenas, e escrevia, muitas vezes, entre os solavancos da viagem de autocarro a caminho de casa. Histórias de perseguição, de medo e de um país cinzento. E outras, de solidariedade e engenho, que traduziam os anseios por um outro futuro.

A repetição na vinda permitia a quem ia e retornava, ganhar confiança no projeto (e em quem o conduz) para partilhar os seus documentos, as suas fotografias, as suas palavras por vezes verbalizadas pela primeira vez. Tenho anotada, aliás, no diário de campo, a frase que alguém disse na primeira sessão em que estive presente: “até hoje não tinha refletido sobre esses assuntos”. Assim, estes encontros serviam como forma de familiarização com os outros e com este espaço enquanto lugar de convivência das diferentes memórias.

*

“Só vim cá falar hoje”, registei eu as palavras de uma das presentes a 29 de abril de 2017, “porque o meu pai já cá não está para falar”. Uma interveniente sentada numa cadeira do outro lado do saguão, era filha de um homem que ali estivera encarcerado: “Íamos o tempo todo para

³⁴⁸ 3 de março de 2017 (reabilitação dos espaços e colocação de sinalética) e 28 de abril de 2018 (colocação de equipamento digital e analógico).

³⁴⁹ 29 de abril de 2017.

³⁵⁰ Excerto do Diário de Campo de 30-7-2017.

a rua porque nosso pai nos via”. Continuava: a “grande memória” da casa, porém, seria aquando da sua libertação, e sairia, para fora do Heroísmo, “às cavalitas dele”.³⁵¹ Ouvi-a com atenção, recordando as palavras de Maria José quando, uns meses antes, comentara comigo que “não se fala[va] muito [...] no reflexo das prisões em relação [...] às crianças que crescem”³⁵². O que é certo é que, por vezes, seriam “as crianças” feitas homens e mulheres, que estariam em substituição de pais que já não ali podiam estar ali a articular o seu testemunho naquele casarão que tantos conheceram bem. Um filho, nomeadamente os que pertencem às segundas gerações que sucedem a uma ditadura ou uma guerra, não tendo “a titularidade da experiência” nem a autoria “do testemunho”, não deixa de ser, no entanto, como afirma Margarida Calafate Ribeiro, “o herdeiro simbólico de uma memória sobre a qual elabora[m] uma narrativa” (M. C. Ribeiro 2017, 200). A 30 de julho de 2016, por exemplo, registei a presença de dois irmãos – com que me cruzaria, mais uma ou outra vez – e que liam, alternando entre si, um artigo de um jornal escrito pelo pai, testemunho de descrições da tortura, sentados um ao lado do outro. Atentei à maneira como terão guardado – com aquilo que me pareceu minúcia, cuidado, organização – os documentos do seu pai. A presença destes irmãos, na ausência dos seus progenitores, permitia aceder, ainda nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro, a “um testemunho possível, um testemunho mediado, um “testemunho adotivo”, na aceção de alguns teóricos” construído, muitas vezes, mas não só, “a partir de fragmentos de narrativas familiares, compostas por conversas, fotografias, livros, cartas e outros objetos de domínio privado [...]” (M. C. Ribeiro 2017, 200).

Além destes arquivos do domínio privado (recordo a correspondência que o pai de Maria José enviara do Campo do Tarrafal e que ela ali, 70 anos mais tarde, delicadamente, mostraria ao grupo) foram realizadas outras leituras de vários tipos. Que, por seu turno, pretendiam dar azo à fluência das palavras, e permitiam imaginar o passado deste lugar para aqueles que, como eu, não conheceram a primeira vida da casa do Heroísmo. Por exemplo, a leitura realizada pelo arquiteto Mário Mesquita, de excertos do livro *O Falso Testemunho*³⁵³ (2016) em que o autor, Nuno Teixeira Neves, relata a sua experiência pessoal nos calabouços daquele mesmo edifício. Ou a leitura de artigos de jornal, como aquele redigido pelo advogado dos presos políticos, Raúl Castro, sobre o último interrogatório da PIDE/DGS no Porto³⁵⁴. Ou ainda passagens de livros,

³⁵¹ Diário de campo de 29-4-2017. No caso de pessoas presentes com as quais não tive oportunidade de entrevistar ou identificar, optei por não indicar dados pessoais sobre si ou sobre os seus familiares.

³⁵² Entrevista com Maria José Ribeiro, 17-11-2016, Porto.

³⁵³ Diário de Campo de 9-7-2016.

³⁵⁴ Diário de Campo de 30-7-2016.

escritos meses após a queda da ditadura – entre o jornalístico e o memorialístico – como *PIDE - A História da Repressão* (1974).

Alguns elementos preferiam estar presentes apenas a escutar. Num silêncio que, por um lado, parecia refletir uma “timidez e desvalorização pessoal” (T. M. Silva 2012, 83) recorrentes em alguns encontros iniciais com os interlocutores nas etnografias, traduzidas em expressões como “a minha experiência foi uma experiência muito pequenina em relação à experiência de muitos camaradas”³⁵⁵. Por outro lado, parecia haver, por vezes, também a dificuldade em transpor, para a fala, a experiência vivida. Na falta de palavras, recorro, por exemplo, quando uma das presentes, numa das sessões, ao relatar a sua história usaria três adjetivos: “indescritível”, “inexplicável”, “incrível”. Muitos outros, porém, falariam abertamente, reconhecendo a importância do testemunho para si e para os demais (“acho que os nossos testemunhos são importantes para nós e para quem nos ouve”³⁵⁶).

Não se tratando de um projeto de um museu – estando o mesmo incorporado num espaço que é efetivamente um museu, e coabitando nos seus *bastidores* – é interessante pensar que, como sugerido por Silke Arnold-de Simine, os espaços museológicos estão a ser transformados gradualmente em “fóruns para as comunidades da memória”, nos quais “é atribuído significado às histórias de vida individuais para além daquilo que é puramente privado [...]” (Simine 2013, 12).

Embora esta seja a iniciativa de uma associação, foi referido por Maria José não querer “que seja o projeto da URAP, mas o projeto de toda a gente que queira colocar[-se] nele”³⁵⁷. E por isso, também eu apareci acompanhada de alguém que lá estivera encarcerada e que regressou mais uma vez: Elvira Correia. Conheci-a através da coordenadora do Serviço Educativo do Museu do Aljube, depois de esta ter visitado o museu, assegurando-me que seria uma pessoa que eu gostaria de conhecer no âmbito desta pesquisa. Não se enganou. Então com 72 anos, Elvira

³⁵⁵ Por outro lado, os testemunhos prestados – percepção que tive também nalgumas das minhas entrevistas – parecem indicar também o que Cristina Nogueira descreveu sentir sobre os testemunhos recolhidos na sua tese de doutoramento sobre a clandestinidade comunista: “uma desvalorização individual e uma valorização da identidade colectiva”, reflexo de “uma vida fortemente imbricada no colectivo, no grupo, e cuja identidade individual adquire sentido através das interacções sociais que se estabeleceram” (Nogueira 2009, 445). Em muitas das entrevistas cedidas a Ana Aranha no Museu do Aljube – a oposicionistas de diferentes famílias políticas – esse tipo de afirmações mantinha-se. Corroborando este tipo de formulações por parte dos seus entrevistados, e perante uma certa desvalorização semelhante por parte de José Mário Branco, Ana Aranha dir-lhe-ia (a 15-5-2019) que “a maior parte dos antigos presos políticos [entrevistados], mesmo aqueles que sofreram torturas físicas e psicológicas de uma gravidade extrema tendem a ter essa atitude de achar que houve sempre alguém que sofreu mais do que o próprio”.

³⁵⁶ Entrevista com António Graça, 12-07-2017, Porto.

³⁵⁷ Diário de Campo de 29-04-2017.

Correia viera a Portugal fazer uma viagem “pessoal” (termo seu) ao passado: procurou ir à Torre do Tombo, visitou lugares da – sua – memória, pesquisou companheiros e camaradas.

Em Lisboa, contou-me da sua ligação à extrema-esquerda, dos meses da sua prisão no Heroísmo, na década de 1960 com um bebé a crescer-lhe no ventre, dos holofotes nos olhos com que a polícia política a torturava, da ida a salto para França com o seu filho de quinze dias. Só regressaria no 25 de Abril para se deparar com uma cidade totalmente nova na qual “estava tudo na rua” ³⁵⁸.

Elvira – que, quando pequena, morara nas proximidades do Heroísmo – seria convidada por mim a conhecer o projeto “Do Heroísmo à Firmeza”. Voltaria, depois, uma e outra vez ao edifício, onde contaria uma última vez a sua história, antes de voltar para a sua casa em Poitiers, a 1250 quilómetros de distância. Mesmo tremendo. Mesmo confidenciando-me, numa das vezes, que “talvez” fosse “emoção a mais”³⁵⁹. Não obstante não se conhecerem, estas pessoas pareciam constituir aquilo a que Jay Winter (1999) denomina de “famílias de recordação” (*families of remembrance*), unidas por laços fictícios de parentesco, intangíveis de memórias – mesmo que outras – partilhadas. Em territórios difíceis e sensíveis, este modo progressivo de construir este projeto não deixou de se me afigurar como tendo uma dimensão etnográfica: esse “modo de observar de perto e devagar com as pessoas” (Leal 2016, 145) e para elas.

*

“Começa-se a sentir”³⁶⁰, foram as palavras de Maria José, acompanhadas de um sorriso, aquando da sua primeira visita às antigas salas de interrogatório, pintadas, agora vazias. A sua militância memorial (um “valor maior”³⁶¹, como me disse) e a sua alegria na requalificação e ressignificação deste espaço, ressoavam-me a noção de Erica Lehrer e Monica Milton de pensar a prática curatorial a partir da sua origem etimológica. Ou seja, não nos focando, apenas na perspetiva de “curadoria” como a seleção, administração ou organização do que se expõe, mas como um ato de *cuidar* [no original *care-taking*], “uma espécie de obrigação íntima, intersubjetiva e inter-relacional” (Lehrer e Milton 2011, 4).

Sendo este um processo gradual, era, muitas vezes, a cada regresso, possível constatar pequenas alterações no espaço físico durante o processo de requalificação para a constituição do projeto. Com efeito, a primeira fase do “projeto” – e reitero também esta palavra pois é o

³⁵⁸ Entrevista com Elvira Correia, 20-4-2017, Lisboa.

³⁵⁹ Diário de Campo de 29-04-2017.

³⁶⁰ Diário de Campo de 30-7-2016.

³⁶¹ Diário de Campo de 30-5-2017.

termo utilizado pelos meus interlocutores – consistiu nas reparações e limpeza dos espaços e superfícies e posterior pintura dos mesmos, permitindo a colocação de sinalética e a identificação do percurso efetuado pelos presos. Por exemplo, a escadaria foi recuperada e pintada. As antigas salas de interrogatório (que estariam a servir, sobretudo, de arrecadação), agora vazias, foram também intervencionadas e pintadas de preto e, à semelhança de outras divisões, identificadas com sinalética (por exemplo com a indicação do gabinete do diretor, chefes e inspetores). Num outro momento, foi colocada uma ampla grade de madeira no saguão do último piso, lugar onde outrora se encontrava a claraboia e que simbolicamente separa agora os espaços, como outrora separou.



Figura 13. Projeto “Do Heroísmo à Firmeza” (detalhe). Fotografia da autora (2018)

Assim, quem visite a instituição militar, olhando para cima, pode questionar o que está para além desta e propor-se a visitar o – outro lado do – espaço. Uma vez que, como já foi referido anteriormente, a divisão dos dois espaços dentro mantém-se, e o itinerário percorrido por um visitante que vai ao Museu Militar não é o mesmo do que aquele que virá no futuro a visitar esta parte do edifício.

À medida que o projeto avançava – a passos lentos – realizaram-se também algumas visitas, em que o número de pessoas era largamente maior, e nas quais o projeto era apresentado a alguns elementos novos ou associados da URAP, salientando-se, precisamente, as reabilitações que o espaço ia recebendo, e partilhando-se um conjunto de testemunhos. A 4 de março de 2017, como visita oficial da conclusão da reabilitação dos espaços que ligavam os calabouços e salas de identificação às salas de interrogatório, estiveram cerca de 80 pessoas. Far-se-ia uma primeira visita ao circuito, com a narração, por parte de um conjunto de ex-presos políticos, de histórias associadas ao espaço, parando-se em diversas partes do mesmo: três testemunhos distintos, um no início das escadas, outro nas celas e outro junto do saguão.

O percurso percorrido era o percorrido pelos presos políticos do espaço enquanto cárcere. Quem lá esteve, na sua “primeira vida”, assumia o papel de guia de um espaço apenas reconhecível para quem o experienciou: como Maria José Ribeiro (“Eu olho e vejo aquela porta da frente: *é uma sala de interrogatórios*. Foi a sala onde eu fui interrogada. E muitas outras pessoas”)³⁶² ou Jorge Carvalho: (“Já agora, convidava-vos que, quando fossem a subir essas escadas [...] [a lembrarem-se que] os presos quando subiam essas escadas, sabíamos para o que iam, mas não sabíamos como vínhamos. (...)”³⁶³. Falavam dos “espancamentos”, das “torturas do sono e da estátua” e do “sofrimento da retaguarda das famílias³⁶⁴”. Relembravam para os demais o seu itinerário dentro do edifício, apontando para o que ainda remanesce [“...Depois, subi diretamente para a sala de tortura, que eu acho que era *aquela* sala, aquela sala que está ali. Que era uma sala que tinha uma mesa onde se sentava um PIDE [...] [que] limpava a arma, por exemplo, desfazia a arma toda em cima da mesa, limpava a arma, ia fazendo ameaças...”³⁶⁵].

Assumindo um papel de guias, de dinamizadores destes encontros, encorajando as partilhas, contestando e apropriando-se destes locais, estes antigos presos políticos que se mobilizam para a preservação dos locais onde estiveram, no passado, entre interrogatórios e prisão, pareciam assumir “uma segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998), na qual se constituem como “empreendedores de memória” (Jelin 2002). Não obstante o conceito de

³⁶² Entrevista com Maria José Ribeiro, 29-11-2016, Porto.

³⁶³ Diário de Campo de 4-3-2017.

³⁶⁴ Diário de Campo de 4-3-2017.

³⁶⁵ Diário de Campo de 4-3-2017.

“segunda vida” ser utilizado no contexto do património, talvez a segunda vida no caso destas pessoas – que, como no património, nunca perde a relação com a primeira – possa, efetivamente, ser a transvaloração de um passado obsoleto, como sugeria Kirshenblatt-Gimblett. E, porventura, a “exibição de si próprios” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) seja, simbolicamente, o novo papel que assumem, quer a reivindicar e a requalificar um local de memória, quer a testemunhar o seu passado.

Mas não só de visitas e encontros se fez esta “obra” que se quis e quer “dinâmica”³⁶⁶. Com efeito, com a perspetiva de se ir “introduzindo novas coisas, para ir trazendo novos públicos”³⁶⁷, a partir de 10 de novembro de 2018, iniciou-se, com uma periodicidade quinzenal e depois semanal, um ciclo de cinema. Os filmes, selecionados criteriosamente, representavam um Portugal subjugado a uma ditadura feroz, com torturas e prisões políticas, a Guerra Colonial, um país de analfabetismo e fome.

O primeiro filme, “Sinais de Fogo”, a partir do homónimo livro de Jorge de Sena não terá sido escolhido por acaso pelo curador deste ciclo, o já referido arquiteto Mário Mesquita. Com efeito, a ação passa-se em 1936, tendo como pano de fundo a Guerra Civil de Espanha, ano provável da instalação da polícia política no edifício da Rua do Heroísmo. Não deixa de ser interessante a escolha de filmes – ficcionais ou documentais – que versam, precisamente, sobre um país escondido, quando o cinema funcionou com veículo do discurso oficial e propagandístico durante o Estado Novo, representando, paradoxalmente, um país harmonioso, em paz. E se o cinema até 1974 foi sempre, tal como outras atividades culturais, sujeito à ferocidade da censura³⁶⁸, muitos dos filmes que assistimos neste ciclo, haviam sido, precisamente, proibidos e amputados, integral ou parcialmente, pela tesoura da censura. Outros filmes a que assistimos no ciclo, por seu turno, seriam já reflexo de uma releitura das imagens da ditadura, feitos em democracia, alguns realizados imediatamente a seguir à Revolução dos Cravos, e outros ao mesmo tempo que a Revolução decorria (Guerra 2015, 94).

³⁶⁶ Palavras de Mário Mesquita na entrevista cedida a Sónia Duarte, na Revista *Diagonal* (Duarte 2018, 17).

³⁶⁷ Conversa informal com Maria José Ribeiro, 29-06-2019, Porto.

³⁶⁸ De acordo com José de Matos-Cruz, “a censura tutelar do Estado Novo manifestou-se em 1927, com o Decreto nº 13 564, que determinava ser “rigorosamente interdita a exibição de fitas perniciosas para a educação do povo, de incitamento ao crime, atentórias da moral e do regime político e social vigorantes”. [...] Em 1929, o Decreto nº 17 046 fazia transitar os respetivos Serviços da Instrução Pública para o Ministério do Interior criando a Inspeção-Geral dos Espectáculos; seria publicado um Regulamento Geral dos Espectáculos, cujas “normas de censura” abrangiam as “fitas cinematográficas”. [...] Em 1945, o Decreto-Lei nº 34 560 estabelecia a constituição da Comissão de Censura. Em 1948, o Decreto-Lei nº 2027 impunha uma licença de exibição a “qualquer filme destinado à exploração comercial”, o qual seria antecedido de um visto de censura” (Matos-Cruz 2001, 365), procedimento que se manteve até 1974.

Outros ainda, por seu turno, seriam posteriores, já realizados na década de 1990 e 2000 como as “Cartas de Guerra”³⁶⁹ ou o documentário “Outro País”³⁷⁰.

Maioritariamente, e não obstante o ciclo estar anunciado na Agenda de Cinema Independente do Porto³⁷¹, as sessões de cinema não tinham um grande número de espectadores. Se algumas sessões decorreram nas muito pequenas anteriores salas de interrogatório, maioritariamente, sentávamo-nos para os ver nas escadas de serviço do museu – feito tímido auditório – outrora percurso dos presos. Sendo que, por vezes, conhecia todos os presentes, havendo, em cada degrau, quase um lugar cativo. Os filmes projetados muitas vezes diretamente na própria parede – como se as projeções tivessem, na sua imaterialidade, a capacidade de subverter o significado da materialidade – lembravam-me como “os lugares, embora aparentemente permanentes por causa das suas estruturas físicas [...] são, na verdade, bastante fluidos porque são constantemente reiterados [...] ou reinterpretados” (Endres e Senda-Cook 2011, 263). E ao ver aquela sobreposição de tempos e vontades, recordava-me, por vezes, do debate em Bolzano, acerca de um baixo-relevo – inscrito num edifício da época do fascismo italiano – no qual estava inscrita a figura de Benito Mussolini e o slogan “Credere, Obbedire, Combattere” (Acreditar, Obedecer, Combater). E do debate que se abriu, no ano de 2017, à comunidade de artistas, historiadores e outros envolvidos na esfera cultural, solicitando ideias de como desafiar e descontextualizar o friso. A solução escolhida foi uma inscrição em iluminação LED com a inscrição de Hannah Arendt “ninguém tem o direito de obedecer” (Invernizzi-Accetti 2017). Refiro este exemplo, pois embora não se trate de uma intervenção de um artista, aqui também o espaço original se mantinha, mas era ressimbolizado com uma projeção que assentava sobre a matéria. Se “o passado é um país estrangeiro” como afirmou David Lowenthal (1985), a possibilidade de manter as duas leituras, mas desafiando a primeira, permitia demonstrar que o passado é escrito e interpretado à luz do presente e da representação que queremos para ele. E que podemos desconstruí-lo e reconstruí-lo.

Ali, nas escadas, sentia que a espessura humana também o fazia. Transcrevendo as palavras que escrevi no diário de campo a 27 de julho de 2019 após a sessão: “os corpos, como se, de um

³⁶⁹ Filme de 2016 realizado por Ivo Ferreira. O filme tem como base obra *D’este viver aqui neste papel descripto: Cartas da guerra* de António Lobo Antunes: a correspondência enviada por este diariamente, durante 18 meses, de Angola à sua companheira na ‘metrópole’, durante a Guerra Colonial Portuguesa.

³⁷⁰ Documentário de 2000 realizado por Sérgio Tréfaut. Neste, o realizador compila os vários registos fílmicos e fotográficos sobre a liberdade e o processo revolucionário, registados por alguns dos mais importantes fotógrafos e cineastas da década de 1970 – como Robert Kramer, Sebastião Salgado ou Santiago Alvarez – aquando da estadia destes em Portugal após a Revolução de Abril, contrastando essas imagens com algumas entrevistas contemporâneas cedidas pelos mesmos.

³⁷¹ Agenda de cinema independente então distribuída em papel e disponível através do *website* <http://agendadocinema.cm-porto.pt/>.

happening se tratasse, ocupam o espaço, ressignificam o espaço durante estas duas horas, dão-lhe sentido, dão-lhe forma, transformam-no”³⁷². Com efeito, sentados atabalhoadamente, nos degraus disponíveis, tal como na descrição da visita do activista chileno Pedro Matta, cujo corpo, ao visitar Villa Grimaldi, “se conecta[va] com aquilo que Pinochet queria que desaparecesse” (Taylor 2009, 6), ali também o corpo de tantos se conectava com aquilo – e com aqueles – que a polícia política quis que ficasse invisível nos bastidores daquele palacete do século XIX. Mas que não ficou. Não ficaram.

Ademais, como sugere Alison Landsberg, ali se traduzia o potencial verdadeiramente afiliativo do cinema ao poder estruturar “comunidades imaginadas” às quais oferecia um “arquivo partilhado de experiência” (Landsberg 2004, 8 e 14). Com efeito, retomando as palavras de Margarida Calafate Ribeiro, o “campo das artes, do cinema, das expressões visuais e da literatura, no estabelecimento de modos de representação [...] criam espaços de articulação de memória de serem suscetíveis de serem partilhados, confrontados e enriquecidos” (M. C. Ribeiro 2017, 205). Este ciclo também possibilitava os diálogos, que, no fim do filme, se encetavam a propósito das memórias que os filmes despoletam [“Eu pensava que já estava curada de tudo, mas...”³⁷³], sendo o debate e a partilha de memórias sempre encorajado. Ali, nas escadas de serviço do Museu, o termo “bastidores” elegantemente empregue por Denis Byrne para se referir às formas de recordação que existem fora da visibilidade da memória oficial, tomava ainda um sentido mais literal. *Bastidores* enquanto “conjunto de coisas íntimas, ocultas ou secretas” e enquanto “espaço à volta do palco que não é visto pelo público”³⁷⁴. Quando às 17 horas, as portas do Museu Militar encerravam, os bastidores também. O projetor desligava-se, as palavras e as cadeiras arrumavam-se. E encerrava também este projeto que, sem objetos, só está aberto nestes dias, nesta brecha de tempo, e que só funciona com a presença física de quem ali vem ocupar, dar voz, dar visibilidade, inteligibilidade³⁷⁵.

*

³⁷² Diário de campo de 27-07-2019.

³⁷³ Diário de campo de 25-05-2019.

³⁷⁴ Conforme definição no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/bastidor>. Acedido em em 19-09-2018.

³⁷⁵ A minha última ida ao Porto seria a 23 de novembro de 2019, coincidindo com o fim do financiamento da Bolsa da Fundação Para a Ciência e Tecnologia.

A 24 de abril de 2019, coincidindo com a abertura da primeira fase do Museu Nacional da Resistência e Liberdade, em Peniche, o Bloco de Esquerda³⁷⁶ apresentou um Projeto de Resolução que visava a “criação da rede nacional dos Museus de Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto”³⁷⁷. Ainda no mesmo mês, o Partido Comunista Português apresentou um outro Projeto de Resolução “de valorização e o apoio à implementação do projeto museológico ‘Do Heroísmo à Firmeza’, assinalando a possibilidade de se construir um “Museu da Resistência Antifascista no Porto” mediante a “deslocalização do Museu Militar”³⁷⁸, prevista também pelo projeto de resolução anterior.

O projeto de resolução da autoria do Partido Comunista Português deu um maior enfoque à valorização e apoio ao projeto em curso “Do Heroísmo à Firmeza”, tornando claro o percurso percorrido para o implementar, não deixando de lado a possibilidade de o Museu Militar ser deslocalizado para criar-se no edifício, um Museu de Resistência, assinalado, declaradamente, como Museu de Resistência *Antifascista*. O projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda, por seu turno, retomava a já referida Resolução 24/2008³⁷⁹, considerando que, na sequência da criação do Museu do Aljube e do Museu Nacional da Resistência e Liberdade, em Peniche, estar-se-ia mais perto de “ligar a ação destes espaços museológicos para uma articulação em rede que garanta a divulgação da memória histórica”, para a qual se poderia juntar um Museu da Resistência e Liberdade instalado no edifício do Heroísmo, colmatando, assim, a ausência de um museu que versasse sobre as lutas a norte do país. Posteriormente, uma carta aberta promovida pelo deputado do Bloco de Esquerda José Monteiro e pelo antigo deputado municipal José Machado Castro, e assinada por cerca de 50 pessoas, entre os quais historiadores e antigos presos políticos, seria também divulgada, reforçando a importância de salvaguardar “a memória colectiva da luta contra o fascismo na cidade do Porto e em toda a

³⁷⁶ Com o objetivo de apoiar o projeto de resolução do Bloco de Esquerda, o deputado Luís Monteiro e José Machado Castro realizaram uma curta-metragem documental denominada “Museu da Vergonha”. Esta conta com testemunhos e/ou declarações de Manuel Loff (historiador), Sérgio Valente (fotógrafo e antigo preso político), Elísio Teixeira (economista e (membro da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória), Raúl Simões Pinto (Autor de “As tascas do Porto: histórias e memórias servidas à mesa da cidade”), José Machado Castro (antigo preso político) Jorge Carvalho (antigo preso político) e Alice Semedo (museóloga e professora universitária). O título da curta-metragem deve-se à sugestão de um leitor apresentada no Jornal “República” no dia 27 de abril de 1974 “Porque não transformar a ex-sede da PIDE-DGS em Museu da Vergonha?”, citado por Luís Monteiro.

³⁷⁷ Projeto de Resolução n.º 2134/XIII (4.ª) apresentado pelo Bloco de Esquerda (entrada na AR a 24-4-2019) – Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto.

³⁷⁸ Projeto de Resolução n.º 2137/XIII/4.ª apresentado pelo Partido Comunista Português (entrada na AR a 30-4-2019) – Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o “Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto”.

³⁷⁹ Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008 (DR 122, Série I, 26-6-2008) – Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia.

região norte do país” e da criação, no edifício, de um Museu da Resistência (Coentrão 2019). Uns dias antes, a Assembleia Municipal do Porto, aprovou ainda uma proposta de recomendação da CDU (Coligação Democrática Unitária) no mesmo sentido, manifestando ainda o apoio à implementação do projeto museológico em curso “Do Heroísmo à Firmeza”³⁸⁰.

Na sequência da aprovação dos dois projetos de resolução referidos, foi aprovada a resolução final³⁸¹, na qual a Assembleia da República recomendou ao Governo a criação de “um novo Museu no Porto, de memória da resistência ao fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação do Porto da ex-PIDE/DGS” (encontrando-se um edifício apropriado para instalar o Museu Militar); bem como a “valorização e o apoio à implementação do projeto museológico “Do Heroísmo à Firmeza”. Deverá, ainda, haver o envolvimento de organizações como a União de Resistentes Antifascistas Portuguesas ou a Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória, e por fim, a criação de uma “Rede Nacional de Museus da Resistência, permitindo a articulação entre o Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, de Lisboa, o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, de Peniche, e o futuro Museu da Resistência e Liberdade, do Porto”³⁸².

Assim, com a aprovação da supracitada Resolução da Assembleia da República n.º 153/2019, o futuro do edifício permanece em aberto, podendo vir a tornar-se, finalmente – como se já se noticiava em 1980 – um “museu antifascista” que “muitos gostariam” (*Jornal de Notícias* 1980, 9) de ali ver criado desde a instalação do Museu Militar. E as visitas, as celebrações ou o projeto que viviam nas margens do Museu Militar poderão, quem sabe, ganhar um novo estatuto, lembrando que, como afirmado por Rodney Harrison, “nalguns casos, aquilo que era previamente ‘não oficial’ torna-se património ‘oficial’ à medida que a relação do Estado com esse património muda, ou à medida em que determinados objetos, lugares e/ou práticas são reconhecidas como património pelo Estado” (Harrison 2013, 13).

O projeto “Do Heroísmo à Firmeza”³⁸³, que se tem vindo a construir, é, nas palavras do arquiteto Mário Mesquita, um “roteiro, um quadro impressionante dos espaços e da consciência da

³⁸⁰ *Idem ibidem*. Um documento no qual consta a supracitada proposta de recomendação, bem como a deliberação tomada em reunião da Assembleia Municipal do Porto encontra-se disponível no *website* da Câmara Municipal do Porto em: https://www.cm-porto.pt/assets/misc/documentos/Assembleia%20Municipal/2019/recomenda%C3%A7%C3%B5es/12.06.2019/08_CDU_Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Museu%20Resistencia%20e%20Liberdade%20no%20Porto.pdf. Acedido em 1-10-2020.

³⁸¹ Resolução da Assembleia da República n.º 153/2019 (DR 160, Série I, 22-8-2022) – Recomenda ao Governo que crie um museu de memória da resistência ao fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação da ex-PIDE/DGS, no Porto, enquadrando-o numa Rede Nacional de Museus da Resistência.

³⁸² *Idem*.

³⁸³ Posteriormente ao fim do meu trabalho de terreno, o projeto continuou com atividades. Em 2020, por exemplo, no contexto da pandemia da COVID-19 com o encerramento temporário de um conjunto de

sua vivência, possibilitando a ‘arqueologia’ informacional de outro modo perdida”³⁸⁴. O futuro deste lugar, desta “unidade de informação e interpretação do património”³⁸⁵ – como referido pelo autor do projeto de execução – está em construção, embora olhá-lo como um processo contínuo pareceu dar-lhe significado.

A contínua elaboração deste projeto expositivo, bem como as entrevistas que fui realizando com alguns dos envolvidos neste processo – não só aqueles que mais declaradamente se tornaram “empreendedores de memória” (Jelin 2002), mas também antigos presos políticos que ali foram partilhar e ouvir o seu testemunho – permitiu-me um outro olhar sobre o qual pretendi refletir nestas últimas páginas. Por um lado, um olhar retrospectivo sobre a relação com o espaço permitiu-me compreender que, mesmo depois deste lugar ter assumido uma “segunda vida” desvinculada das suas “primeiras vidas”, “a [sua] chama da evocação” – usando as palavras da já referida petição de 2015 – “continuou a ser mantida por alguns movimentos, integrando personalidades de distintos quadrantes, para além de ex-presos e seus familiares”³⁸⁶. E que os processos de apropriação deste edifício por parte destes grupos, sobretudo a partir da década de 1980 corresponderam a um “correlacionar de várias coisas, de tentativas de vários tipos”³⁸⁷ com o objetivo de tornar visível para todos aquilo que parecia apenas existir dentro dos *bastidores* das suas memórias privadas.

instituições culturais como o caso dos museus, o ciclo de cinema teve continuidade via *zoom*, um programa online que permitiu que quem quisesse, pudesse, assistir a partir das suas casas e em simultâneo aos filmes do ciclo – como a “Linha Vermelha” de José Filipe Costa (2011) ou “Poeticamente Exausto, Verticalmente Só” de Luísa Marinho (2007) – e, no fim, debater com os restantes elementos do grupo, tendo tido oportunidade de integrar algumas dessas sessões. Por seu turno, na continuidade das atividades presenciais, em 2021, por exemplo, de acordo com o relatado pelo Boletim da URAP de 8 de julho, deu-se a 3 e 4 de junho, uma visita com dezenas de membros desta associação ao Porto, na qual entre a visita a vários “locais icónicos da resistência antifascista da cidade”, houve também uma visita guiada ao projeto “Do Heroísmo à Firmeza”. Informação disponível em: «Visita ao Porto dias 3 e 4 de junho». 2021. *Boletim da URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses*, 4, n. 165: 3. <http://urap.pt/attachments/article/1134/URAP165.pdf>. Acedido em 20-7-2021.

³⁸⁴ Palavras de Mário Mesquita na entrevista cedida a Sónia Duarte, na Revista *Diagonal* (Duarte 2018, 16).

³⁸⁵ Apesar da especificidade desta terminologia, em que a “unidade” remete para uma secção de uma estrutura maior – recordando que este projeto se desenvolve numa parte do Museu Militar – o seu desígnio parece assemelhar-se à de um “centro interpretativo” ou “de interpretação”. Numa recente publicação denominada *Centros Interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos*, o museólogo Manuel Morais Sarmiento Pizarro considera que, embora não haja uma definição inequívoca para “centro interpretativo” ou “de interpretação”, estas instituições, frequentemente *site-specific*, não tendo, ao contrário de um museu tradicional, o objetivo de “coleccionar, preservar e estudar objetos originais”, são, antes, destinadas à “comunicação da importância e significado do património com objetivo de educar e consciencializar os visitantes” (Pizarro 2019, 15).

³⁸⁶ Petição 503/XII/4ª, Comissão da Defesa Nacional, Assembleia da República (admitida em 12-5-2015) – Solicitam a intervenção da Assembleia da República para a concretização do “Tributo aos mártires do século XX” no local onde funcionou a sede da PIDE, no Porto.

³⁸⁷ Entrevista com Maria José Ribeiro, 29-11-2016.

Além do mais, concordando com Laurajane Smith, que o património mais do que um lugar, é o que nele acontece (Smith 2006, 44) a participação nos encontros para efeitos de concretização deste projeto – há tanto tempo imaginado, mas em contínua construção – possibilitou-me, num piso ainda vazio de objetos ou documentos, assistir ao que não é material: às memórias, aos relatos, às discussões e ao significado que estes interlocutores imprimem neste empreendimento memorial.

Para James E. Young, na sua fundamental obra *The Texture of Memory*, “é precisamente a aparência ‘acabada’ dos monumentos que repele a nossa atenção para estes, como se estes convertessem a ‘maleabilidade’ da nossa memória em pedra” (Young 1993, 13). A observação-participante no Porto, pelo contrário, permitiu-me “numa obra que se quer dinâmica”³⁸⁸, como já referido, perspetivar o património como “um verbo”, “relacionado com a ação humana e a agencialidade e um instrumento de poder cultural”, como assinalado por David C. Harvey (Harvey 2001, 327). Mas um verbo no gerúndio que se vai, subjetivamente, ativando e construindo. E se entendermos o património como este arquitetar contínuo de “valores e significados, incluindo elementos como a emoção, memória, conhecimento cultural e experiências” (Smith 2006, 56), podemos considerar que este lugar – como outros – quando apropriado, rememorado, contestado, ressignificado, “is never finished, always becoming” (Cresswell 2004, 35).

Deste modo, este capítulo pretendeu mapear não só as subjetividades nas formas de relação com este edifício, como evidenciar um projeto que, composto pelo devir contínuo da intangibilidade das memórias e das narrativas de quem experienciou este lugar, permitiu (re)perspetivar o meu olhar sobre património, atendendo à sua e – para além da sua – materialidade, abrindo, deste modo, caminho para a reflexão do próximo capítulo.

³⁸⁸ Palavras de Mário Mesquita na entrevista cedida a Sónia Duarte, na Revista *Diagonal* (Duarte 2018, 17).

4. Dos locais não patrimonializados: a antiga sede da polícia política em Lisboa

“Os lugares são histórias fragmentárias e voltadas para dentro, passados que os outros não podem ler, tempos acumulados que se podem desdobrar [...]”
(De Certeau 1984, 108).

Este capítulo, como epílogo que encerrará a relação com os espaços, voltará a olhar para a “segunda vida” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) da delegação da PIDE/DGS em Lisboa, agora requalificada como um complexo de apartamentos. No segundo capítulo, suspendi, deliberadamente, na escrita, a relação dos movimentos cívicos com este edifício em 2005, uma vez que se pretendia ali evidenciar, sobretudo, que a reivindicação de que foi alvo se constituiu como inequívoca herdeira da construção do Museu do Aljube. Por isso faz sentido voltar onde se começou.

Assim, abordar-se-á um conjunto de episódios que refletem diferentes formas de apropriação e relação com este local, como roteiros ou performances teatrais, tentando problematizar se “um vazio, uma ausência, pode constituir um lugar de significado cultural” (Feversham e Schmidt 2007, 204). Embora, aparentemente – ao longo da tese – se apresente uma quase “gradação patrimonial”, iniciando-se esta na caracterização e análise de um “património oficial” na aceção de Rodney Harrison (2013) – o Museu do Aljube –, passando por um local que se poderá constituir num limbo entre um “património oficial” e um “património não oficial” – o projeto “Do Heroísmo à Firmeza” inserido no Museu Militar do Porto – até um local virtual e outro reconvertido urbanisticamente sem uma significativa alusão ao seu passado “difícil” (Macdonald 2009) pretende-se também olhar criticamente para estas conceções e olhar, horizontalmente, para o património – à luz conceptual de autores vindos, sobretudo, do campo dos *Critical Heritage Studies* como Laurajane Smith (2006) ou Denis Byrne (2009) – como um processo subjetivo através do qual arquitetamos significados e emoções. Pretende pensar-se, convocando múltiplas vozes e contextualizando os debates do presente em alternativas possíveis de olhar estes lugares, tentando compreender o seu lugar pessoal e social, para além da sua materialidade.

4.1. A memória do outro lado: rememoração, usos e outras apropriações do local

“TRRRRR”, “TUMP TUMPTUMP TUMP”.

São algumas das onomatopeias com que o autor italiano Giorgio Fratini inicia a sua banda-desenhada “As paredes têm ouvidos – *Sonno Elefante*”³⁸⁹. As letras vermelhas sobre fundo preto, que quase impercetíveis habitam a capa, como prólogo, elucidam-nos: “Era uma vez uma Rua. Era uma vez um edifício. Era uma vez uma ditadura”. Fratini, jovem arquiteto que depois de estudar em Portugal, mantinha ainda uma relação com o país, fazia, assim, referência ao desaparecimento em curso do edifício da António Maria Cardoso, com que se deparara, com surpresa, em 2006. Os primeiros idiofones, por seu turno, aludiam ao som das obras de reestruturação do edifício. Ao fundo, guindastes, cimento, trabalhadores da construção civil. Um casal – que suponho ficcional embora verossímil – sobe a rua e discute, ao longo das primeiras páginas, a possibilidade de adquirir um daqueles apartamentos. Entusiasmada, e com uma expressão etérea, a mulher comenta que no *site* da empresa responsável por aquela venda está narrada toda a história do edifício desde 1640. A restauração da independência. Histórias de banquetes sumptuosos, descrições de estuques e tectos com frescos. O homem ouve-a em silêncio: “É que estava a pensar...”, diz ele, “Não era aqui que ficava a antiga sede da polícia política?” “E então, querido?”, responde com indiferença, “Um dia uma coisa, no dia a seguir outra”³⁹⁰.

“Um dia uma coisa, no dia a seguir outra”. Fomos compreendendo, através de alguns exemplos partilhados ao longo da tese, que os percursos dos lugares repressivos podem ser muito distintos. Se uns se tornam museus ou centros de documentação, outros são vetados a um “esquecimento pragmático” (Harrison 2013). Outros ainda, nas palavras de Dacia Viejo-Rose são “abandonados a uma negligência deliberada e a um deterioramento progressivo; mas a sua ruína física não reflete um deteriorar paralelo da sua relevância e vitalidade como lugares de memória, de consciência e de história [...]” (Viejo-Rose 2013, 25). “Um dia uma coisa, a seguir outra”. Mas a materialidade nova que lhe dá lugar não lhe encerra, necessariamente, como veremos, a teia de possibilidades de significados que o entretece.

Em abril de 2007 – um ano depois do episódio narrado por Fratini – a melodia de fundo de quem passava naquela rua do Chiado seria, provavelmente, a mesma, uma vez que a obra de reconversão do edifício continuava em marcha. A 25 de Abril, feriado, Dia da Liberdade, talvez

³⁸⁹ Fratini, Giorgio. 2008. *As paredes têm ouvidos - Sonno Elefante*. Porto: Campo das Letras.

³⁹⁰ Tradução de Selenia da Cruz Testolina.

as obras tenham cessado. Na sequência do desfile de celebração do 25 de Abril desse ano, um grupo de ativistas do Movimento Cívico Não Apaguem a Memória desfilaria precisamente até à antiga sede da PIDE/DGS. Perante uma multidão de pessoas, ouviram-se, entre outros, os testemunhos de Fernando Vicente, antigo preso político envolvido nas lutas do movimento estudantil e um dos fundadores do NAM³⁹¹ – que homenageou os mortos do 25 de Abril, que ali mesmo há 33 anos, se encontravam a “render o seu protesto pela tenebrosa PIDE”, lembrando o antifascista com um altifalante aos demais que era ali, na Rua António Maria Cardoso, que estava estabelecido o “coração da repressão no Portugal do fascismo”, o centro “da organização da repressão e da violência nas ruas e nas prisões”, “do medo e da censura”³⁹².

Numa das fotografias que resgata a memória desse dia e que consta no livro de atividades do movimento, vê-se o edifício em obras, indistinto, entre andaimes, guindastes. Numa rede que divide a construção da rua – e que, protegendo-a das poeiras e do cimento, não a protegia, afinal, da obstinação da memória – uma fotografia mostra Edmundo Pedro³⁹³ (que me contou ser levado do Aljube até àquela delegação de madrugada, para ele e outros presos serem “apanhados mais estremunhados”³⁹⁴) – a colocar um cravo sobre esta. Num gesto espontâneo, outros cravos vermelhos seriam colocados a entrelaçar a rede³⁹⁵, numa forte imagem que traduzia as temporalidades do edifício e a tenacidade do que recordamos, tantas vezes mais forte do que, publicamente, se reconhece. Olhar esta fotografia, atentando a estes gestos num edifício que se perdera – enquanto possibilidade de memorialização – traz-me, de volta, as palavras de Carmen Ortíz García quando esta descreve a visita a Carabanchel, antiga prisão franquista de alta segurança, em dezembro de 2006 (ver Capítulo 1). Para a autora, apesar do complexo penitenciário constituir “uma fria, enorme e imponente ruína”, não era, todavia, “um cadáver” (García 2013a, 13). À luz da pesquisa que realizei, esta distinção pareceu-me refletir uma conceptualização do património se entendermos como Laurajane Smith que “todo o

³⁹¹ Informação biográfica disponível em <https://www.museudoaljube.pt/evento/fernando-vicente/>. Acedido em 25-04-2020.

³⁹² Excerto do discurso de Fernando Vicente entre os 4m44s e os 8m40m do vídeo “Desfile para a António Maria Cardoso – 25/04/2007 - Parte I” publicado no canal *YouTube* do PCTP MRPP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3RsJXmGZsvE>. Acedido em 26-04-2020.

³⁹³ Edmundo Pedro (1918-2018) foi um resistente antifascista, preso, pela primeira vez aos 15 anos. Integrou a direção da Juventude Comunista, sendo em 1936 deportado para o Tarrafal, de onde só seria libertado 10 anos depois. Incompatibilizado com o PCP, participou ativamente na campanha presencial do general Humberto Delgado em 1958, e, posteriormente, na Revolta da Beja. Decorrente do seu envolvimento nesta, voltaria a ser preso e a cumprir mais quatro anos de prisão. Em 1973, aderiu ao Partido Socialista. (Aranha e Ademar 2014, 82). Foi, em democracia, sócio honorário do “Não Apaguem a Memória”.

³⁹⁴ Entrevista com Edmundo Pedro, 22-02-2017, Lisboa.

³⁹⁵ Informação disponível numa publicação da autoria de Paula Cabeçadas em: <http://naoapaguemamemoria2.blogspot.com/2007/04/25-de-abril-de-2007-desfile-para-antnio.html>. Acedido em 26-04-2020.

património é intangível” (Smith 2006) e que a vida (“não era um cadáver”) – a agencialidade, as vontades, os significados – tem a capacidade de ressignificar os lugares (mesmo que em “ruína”) para além da objetividade do que é concreto, palpável e visível.

Assim, na continuidade das atividades do movimento, e na invisibilidade do presente, no dia 5 de outubro de 2008, por exemplo, celebrando-se o 3.º aniversário do NAM, um conjunto de finalistas da Faculdade de Belas-Artes ficaria responsável por pintar uma grande tela – de dimensão de 13m x 3m – com o apoio do Professor e artista plástico Lima de Carvalho, com motivos alusivos à repressão, clandestinidade, prisão, tortura. Um dos propósitos da tela – que, num paradoxo, fitava quase de frente o edifício agora já imaculadamente reconvertido e pintado – era o de sensibilizar a opinião pública para um dos objetivos da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória: o de vir a criar-se, no muro ali situado, um memorial às vítimas da PIDE/DGS, desejo que, de acordo com uma notícia do jornal *Público* de 2006 (Botelho 2006, 13), já, pelo menos, desde esse ano, existia por parte do movimento. Juntaram-se, assim, à iniciativa cerca de uma centena e meia de apoiantes do movimento e vários antigos presos políticos que ali inscreveram, no painel, o testemunho da sua prisão (Narciso 2015, 67 e 68). Apesar do objetivo delineado, estes ativistas acabariam por receber a informação, através de diligências com a Câmara Municipal de Lisboa, de que o proprietário do palácio e jardins que o muro delimitava não autorizava o aproveitamento do mesmo para esse fim (Narciso 2015, 68), tendo impossibilitado a sua concretização naquele lugar. Não deixa de ser interessante, todavia, olhando para a data do mural – e a 5 de outubro de 2006, o movimento já comemorara o seu primeiro aniversário manifestando-se junto do edifício – fazer, mais uma vez, um paralelo com as ações dos “empreendedores de memória” (Jelin 2002) em torno de Carabanchel, que começariam a partir de 2009 a comemorar a data da demolição da prisão (curiosamente também em outubro) “cada ano com uma ação pública, simbólica e reivindicativa no próprio terreno” (García 2013c, 67) lembrando como escreveu Milan Kundera, que tantas vezes, “a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento” (Kundera 1994, 11).

Outros acontecimentos dariam lugar a novas mobilizações por parte destes militantes memoriais. Com efeito, durante a obra de requalificação do edifício, a placa que homenageava Fernando C. Giesteira, José J. Barneto, Fernando Barreiros dos Reis e José Guilherme R. Arruda, seria retirada. Ao longo do mês de dezembro de 2009, através de protestos, da mobilização através das redes sociais, de contactos efetuados com o construtor do edifício e do apoio da Câmara Municipal de Lisboa, tornar-se-ia possível, pela ação destes ativistas, repor no novo edifício já tornado condomínio, a placa que existia desde 1980 (Narciso 2015, 89). Talvez porque a inscrição de uma polícia política que ali matou não se coadunasse com o condomínio habitacional de luxo [“uma gente de negócios endinheirados quis trazer para o imaginário

lisboeta uma história de sonhos, apagando uma história nacional de pesadelos”³⁹⁶ como viria a dizer mais tarde Helena Pato, que assumiria entre 2012 e 2014, a direção do NAM] a placa seria reposta junto ao chão, escondida pelos carros estacionados na rua. E porque, usando as palavras da antropóloga Paula Godinho para descrever este mesmo episódio, a “memória estrebuchou” (Godinho 2011, 34), novas diligências fá-la-iam ganhar um lugar visível.³⁹⁷

Para garantir que uma nova inscrição ficasse demarcadamente inscrita, um ano mais tarde, num evento organizado pelo NAM e integrado nas comemorações do 36.º aniversário do 25 de Abril da Câmara Municipal de Lisboa, seria disposta uma placa vertical vinda do chão, colocada a uns milímetros da parede do edifício³⁹⁸:

³⁹⁶ Intervenção de Helena Pato compilada por Raimundo Narciso (2015, 96).

³⁹⁷ A placa voltaria a ser retirada em 2014. Apesar de ter sido, em 2014, noticiada como tendo sido roubada, de acordo com a entrevista a Helena Pato, teria sido retirada e não recolocada aquando das obras na fachada. Depois de reclamação, de acordo com a entrevistada, a “Câmara [Municipal de Lisboa] foi lá e impôs que repusessem”, mas, uma vez, que a placa original tinha sido vandalizada com tinta, a CML dispôs-se a colocar uma nova, réplica da anterior. Entrevista com Helena Pato, 24-01-2017, Lisboa.

³⁹⁸ A placa tem a seguinte inscrição: “Sede da antiga polícia política do Estado Novo, sucessivamente Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE, 1933 – 1945), Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE, 1945-1969) e Direcção-Geral de Segurança (DGS, 1969-1974). Nestes edifícios, n.ºs 2 a 26, estiveram presos e foram interrogados e torturados milhares de homens e mulheres, tendo muitos deles falecido em consequência dos maus-tratos sofridos. Cercados pela população, no dia 25 de Abril de 1974, os agentes da PIDE/DGS dispararam causando as suas últimas vítimas mortais e ferindo dezenas de outras pessoas.”



Figura 14. Placa vertical da antiga delegação da PIDE/DGS colocada em 2010.
Fotografia da autora (2022)

Após o descerramento da placa – que fixou uma memória que parecia teimar, publicamente, em descraçar-se do local – além do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, usaram da palavra Raimundo Narciso – então presidente da direção do NAM – bem como José Manuel Tengarrinha³⁹⁹, Edmundo Pedro e Helena Pato⁴⁰⁰ na qualidade de

³⁹⁹ José Manuel Tengarrinha (1932-2018) teve a sua vida marcada pelo seu combate pela liberdade e contra a ditadura e que o levou a passar pelas prisões fascistas, nomeadamente o Forte de Caxias. Paralelamente à sua luta contra o Estado Novo, dedicou-se à investigação científica. De acordo com Vitorino Soromenho-Marques, do ponto de vista político, José Manuel Tengarrinha passou pelo MUD Juvenil, pelo PCP e pela CDE, intervindo nas campanhas eleitorais entre 1958 e 1974, integrando as listas da Oposição Democrática, destacando-se no Congresso da Oposição Democrática que decorreu em Aveiro, em 1973. A seguir ao 25 de Abril de 1974 tornou-se docente da FLUL – um passo importante a anteceder uma longa carreira académica com grande internacionalização – ao mesmo tempo que era o rosto mais visível da CDE que transformou em partido, o MDP/CDE, tendo sido deputado constituinte (Soromenho-Marques 2018).

⁴⁰⁰ Nascida em 1939 em Mamarrosa (Aveiro), Helena Pato opôs-se, firmemente, ao longo da ditadura, ao regime sustentado por Salazar e Caetano. Depois de ter iniciado a sua atividade política no MUD

antigos presos políticos e lutadores antifascista (Narciso 2015, 94). Lembrando que perante acontecimentos significativos, “o que antes era um mero ‘espaço’ físico ou geográfico transforma-se num ‘lugar’ com significados particulares, carregados de sentidos e sentimentos para os sujeitos que o viveram” (Jelin e Langland 2003, 3), Helena que conhecera bem aquele edifício, diria, na sua intervenção pública que, ali, “não se esgotam as más memórias”. Testemunhando que ao passar “junto ao Teatro São Carlos” ainda recordava “a força que [lhe] chegava de longe nas vozes do coro em ensaio, enquanto [...] procurava não adormecer na frente da agente policial”. [...], relatou ainda: “Olho este portão e quase tremo. Não se me apagam as emoções e os medos com que o atravessava, sentada por trás da grade de uma carrinha, vinda do Forte ou já de regresso a Caxias, entalada entre duas agentes da polícia [...]»⁴⁰¹.

O corajoso testemunho público ali partilhado por Helena, denunciando o significado do edifício onde estivera detida, sob a tortura do sono – tal como outros prestados naquele lugar pelos vários “empreendedores de memória” desde 5 de outubro de 2005 – enfatiza como a contestação em torno daquele lugar abriu espaço também para trazer à superfície as “memórias subterrâneas”, usando os termos do sociólogo e historiador Michael Pollak (1989) para definir as que se opõem à memória oficial: aquelas que, mesmo que nunca esquecidas intimamente pelos sujeitos, “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” e “prosseguem o seu trabalho de subversão” (Pollak 1989, 4)⁴⁰². Deste modo, tal como na reflexão de Carmen Ortíz García relativamente às ruínas de Carabanchel antes do seu desaparecimento total, também este edifício da Rua António Maria Cardoso revestir-se-ia de uma capacidade de funcionar “como um local de “convocação” (Jelin e Langland, 2003), no qual os antigos presos [e, no caso em apreço, outros que se opuseram à ditadura, mesmo não tendo passado pela experiência da prisão] rememoravam, reconheciam e reforçavam a sua identidade de grupo e identidade política” (García 2013c, 60).

Assim, “depois do 25 de Abril de 1974”, nas palavras da historiadora Maria Alice Samara, a delegação da PIDE/DGS seria transformada, em democracia, “num espaço de combate” (Samara

Juvenil, no final da década de 1960 foi dirigente da Comissão Democrática Eleitoral, bem como uma das fundadoras do Movimento Democrático das Mulheres. Foi militante do Partido Comunista durante 29 anos. Detida em 1967, conheceu de perto a delegação da PIDE onde sofreu a tortura do sono, e, posteriormente, a Cadeia de Caxias onde passaria longos meses quase sempre em regime de isolamento. Entre 2012 e 2014 foi Presidente da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória (Aranha e Ademar 2014; Pato 2017).

⁴⁰¹ Excerto da intervenção de Helena Pato na inauguração da placa da antiga sede da PIDE/DGS, a 25 de abril de 2010, disponível integralmente em: <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2010/04/27/intervencao-de-helena-pato-na-inauguracao-da-placa-sinalizadora-da-antiga-sede-da-pidedgs/>. Acedido em 1-7-2021.

⁴⁰² Tradução de Dora Rocha Flaksman.

2017, 62). “Já não entre os opositores ao regime a polícia política”, avança a autora, “mas entre a amnésia e o dever de lembrar todos aqueles que foram expostos e sofreram com a violência policial do regime” (*idem* 63).

Antes de terminar a sua alocução, Helena Pato diria que, se “a memória da resistência não cabe em memoriais como este”, este não deixaria de constituir “um pequeno passo no cumprimento de um dever de cidadania”. E que “se este rectângulo de memória é estreito”, avançou Helena, “que se sigam muitos outros, por esta cidade fora, que não faltarão lugares históricos na vida da resistência antifascista.”⁴⁰³

Talvez pela exiguidade deste “rectângulo de memória” onde não cabia a memória da resistência, Helena integraria em 2018 uma comissão organizadora⁴⁰⁴ – composta por um conjunto de doze “homens e mulheres de diferentes colorações políticas”, nas palavras de Alfredo Caldeira, um dos mentores do projeto (Madrinha 2019) – que proporia à Câmara Municipal de Lisboa a criação de um “Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos” (1926-1974), apenas a uns metros dali, na estação de Metropolitano da Baixa-Chiado. O mural que fora sonhado por tantos, como acima referi ser desejo da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória nunca chegou a ter lugar, ali, em frente à antiga delegação. No entanto, a proximidade da sede da PIDE seria evidente motor simbólico para o local escolhido, mas não apenas, uma vez que esta distava também uns metros de uma rede de lugares que marcaram o aparelho repressivo da ditadura – como a sede da censura na Rua da Misericórdia – e o dia “inicial inteiro e limpo” – como o Largo do Carmo, onde Marcelo Caetano seria capturado (Madrinha 2019).

Assim, a 25 de abril de 2019 – numa quinta-feira como fora o 25 de Abril de 1974, como lembra o Jornal *Expresso* – 30.000 nomes escritos por ordem alfabética a preto e branco sobre um fundo cinzento, passaram a habitar um pórtico daquela estação de metro, durante um ano, perante o frenesim das centenas de pessoas, que ali entravam e saíam, diariamente. Em cima, ecrãs grandes mostravam imagens que se atropelavam: fichas dos presos políticos ou fotografias coletivas das prisões, imagens da prisão, deportação e desterro, censura, greves, Guerra Colonial, a libertação dos presos, e, finalmente, a liberdade. Que teve lugar a tão poucos metros dali. O memorial, como previsto ficaria patente dentro da estação de metropolitano durante cerca de um ano, sendo desmontado a 29 de abril de 2020. Seria, no entanto, criada uma página

⁴⁰³ Excerto da intervenção de Helena Pato na inauguração da placa da antiga sede da PIDE/DGS, a 25 de abril de 2010, disponível integralmente em: <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2010/04/27/intervencao-de-helena-pato-na-inauguracao-da-placa-sinalizadora-da-antiga-sede-da-pidedgs/>. Acedido em 1-7-2021.

⁴⁰⁴ Alfredo Caldeira, Artur Pinto, Diana Andringa, Gaspar Barreira, Helena Pato, Joana Lopes, João Esteves, Luís Farinha, Margarida Tengarrinha, Pedro Adão e Silva, Rita Veloso e Sara Amâncio.

web associada ao memorial, onde é possível consultar ainda um conjunto de biografias, e, assim, assumindo outras formas – e sobre essas configurações regressaremos no próximo capítulo – prolongará a sua missão, para além do tempo que habitou a estação de Metropolitano da Baixa-Chiado.⁴⁰⁵

*

No capítulo “*Walking in the City*” da obra *Practices of Everyday Life*, o historiador francês Michel de Certeau assinala a caminhada – uma forma elementar de experienciar a cidade – como uma prática de resistência, para além do que é inteligível, à construção oficial daquilo que constitui o meio urbano. A antiga sede da PIDE/DGS não consta nos mapas turísticos⁴⁰⁶ como convite, a quem visita e percorre a cidade, para descobrir um lugar simbólico da repressão e da liberdade⁴⁰⁷ despercebido numa rua do Chiado. No entanto, não deixou, particularmente nos últimos anos, de fazer parte de alguns roteiros que vão ocorrendo ocasionalmente, em particular associadas ao mês da Revolução dos Cravos. A inauguração da já referida placa no dia 25 de abril de 2010, por exemplo, seria precedida por um itinerário que se iniciava no Largo do Município em Lisboa, num percurso pedonal ao longo do qual – ao convocar-se determinados locais simbólicos – seriam recordados acontecimentos históricos da ditadura e da Revolução de

⁴⁰⁵ O memorial, como previsto ficaria patente dentro da estação de metropolitano durante cerca de um ano, sendo desmontado a 29 de abril de 2020. Na página www.memorial2019.org, pode ser encontrada a mesma lista exaustiva de mulheres e homens presos durante a ditadura, além de, como referido acima, uma série de biografias em destaque. Uma notícia de 19 de maio de 2021, fez notar que a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou por unanimidade a proposta do mesmo grupo subscritor, da construção de um memorial aos presos e perseguidos políticos a ter lugar no Largo da Boa-Hora. Para, assim, de acordo com o texto da sua proposta citado pelo *Observador*, “evocar, de forma permanente, a memória de largas décadas de resistência e de luta contra a repressão política ocorrida no século XX em Portugal, sem esquecer a violência repressiva usada, também, nas então colónias portuguesas, prestando a devida homenagem e tributo a todos aqueles que lutaram pela liberdade e pela democracia e que foram vítimas da perseguição e repressão a que o país esteve submetido durante quase meio século, no período compreendido entre 1926 e 1974” (Lusa 2021a).

⁴⁰⁶ Há que referir, todavia, que no âmbito do projeto do guia desenvolvido pelo coletivo artístico catalão *Left Hand Rotation*, designado “*La Vuelta al Mundo em 80 Catástrofes*” [A Volta ao Mundo em 80 Catástrofes], no qual sinalizam “monumentos a mortes coletivas”, os artistas colocaram uma etiqueta/placa (associado ao guia) nas paredes do edifício da António Maria Cardoso, enquadrando a antiga delegação na categoria “Atentado (tiroteio)”. Mais informação disponível em: <http://www.lefthandrotation.com/80catastrofes/>. Acedido em 1-8-2020.

⁴⁰⁷ No caso portuense, saliento que no âmbito do projeto “Do Heroísmo à Firmeza”, em abril de 2014, o Núcleo do Porto da URAP lançou uma publicação desdobrável, da autoria do arquiteto Mário Mesquita e coautoria de Silvestre Lacerda, denominado “Bases para um roteiro da resistência ao fascismo no Porto 1926-1974”. Trata-se, pois de um mapa que, nas palavras dos seus autores, nos releva “uma parte importante da cartografia da repressão e resistência portuenses”, assinalando – e interpretando – vários lugares simbólicos desde espaços culturais, tipografias e casas clandestinas a delegações das polícias, tribunais e cadeias. Em outubro de 2014, com base na referida publicação, numa iniciativa da Universidade Popular do Porto, foram organizados, aos sábados, um conjunto de “Percursos de Resistência ao Fascismo no Porto”, orientados por Mário Mesquita e Silvestre Lacerda.

Abril. O primeiro ponto do roteiro consistia, precisamente, numa paragem na Rua do Arsenal⁴⁰⁸; passando-se pelo Largo da Boa Hora, recordando os Tribunais Plenários; caminhando-se posteriormente pela Rua Capelo (na qual, nas instalações da Rádio Renascença – que ali se mantiveram até 2016 – foi emitida uma das senhas “Grândola, Vila Morena”); chegando-se, por fim, à Rua António Maria Cardoso e ao edifício da antiga delegação da PIDE/DGS⁴⁰⁹.

Também no mês de Abril e durante a pesquisa que deu origem a esta tese, por sua vez, integrei uma visita orientada pela historiadora Irene Flunser Pimentel, parte de um roteiro denominado “Lisboa da Repressão durante o Estado Novo”⁴¹⁰, promovido pelo pelouro da Educação e dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, e que se iniciava precisamente em frente à antiga delegação da PIDE/DGS. No mesmo mês, por seu turno, inscrevi-me numa outra visita, desta feita designada apenas “25 de Abril”, promovida pela Divisão de Promoção e Comunicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, que num trajeto com paragens entre o Largo do Carmo ou o Terreiro do Paço⁴¹¹, tinha também no seu percurso, um momento de pausa e interlocução em frente à antiga sede.

⁴⁰⁸ A 25 de Abril de 1974, a Rua do Arsenal foi palco de várias ações que resultaram do confronto entre a Escola Prática de Cavalaria e o Regimento da Cavalaria 7 que apoiava o regime. Informação disponível em: <https://a25abril.pt/base-de-dados-historicos/locais-de-abril/locaisabril-local16/>. Acedido em 1-7-2021.

⁴⁰⁹ Informação disponível em: <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2010/04/23/associacao-movimento-civico-%c2%abnao-apaguem-a-memoria%c2%bb-nam-convocatoria/>. Acedido em 10-10-2020.
<https://maismemoria.org/mm/2010/04/22/25-de-abril-de-2010-inauguracao-da-placa-que-sinaliza-o-local-da-ex-sede-da-pide-dgs/>. Acedido em 26-04-2020.

⁴¹⁰ Outros dois roteiros temáticos integraram este programa da CML denominado “Lisboa em Abril”. Com efeito, constavam do programa, as visitas comentadas “Lisboa Operária nas Vésperas do 25 de Abril” com o militante antifascista Raimundo Santos, e “Lisboa Revolucionária” com o historiador Fernando Rosas.

⁴¹¹ Ambos lugares simbólicos do 25 de Abril de 1974. Se o significado do Largo do Carmo se relaciona com o Quartel do-Comando Geral da GNR onde o Presidente do Conselho Marcelo Caetano se refugiara e onde fora capturado, sendo um local que simboliza a queda do regime, a praça do Terreiro do Paço, por seu turno, teria sido anteriormente ocupada pelo Movimento das Forças Armadas por constituir um símbolo de poder do Estado Novo e por ali se encontrarem os Ministérios do Exército e da Marinha que poderiam vir a interferir na ação militar que se encontrava a decorrer. Informação disponível em: <https://a25abril.pt/base-de-dados-historicos/locais-de-abril/locaisabril-local10/>. Acedido em 1-7-2021.



Figura 15. Visita “Lisboa da Repressão durante o Estado Novo”.
Fotografia da autora (2018)

Imaginando o que já lá não estava – e não se vê – estes percursos permitiam-nos, nas palavras do guia da última visita referida, “perceber a cidade”⁴¹², numa corroboração de que, tantas vezes, “o ato de caminhar afirma, suspeita, experimenta, transgride” (De Certeau 1984, 99) a cidade que conhecemos no presente. Ali, ficamos a conhecer as “identidades invisíveis do visível” (De Certeau 1984, 108), para utilizar a poética expressão de Michel De Certeau. Nas palavras do historiador:

«a memória é uma espécie de anti-museu: não é localizável. [...] Objetos e palavras também têm lugares vazios, nos quais um passado dorme. [...] “Aqui, costumava ser uma padaria.” “Aí é onde a velha senhora Dupuis morava”. O que é impressionante é que os lugares onde as pessoas vivem são como presenças de diversas ausências. O que pode ser visto designa o que não se encontra lá mais: “vês, aqui costumava haver...”» (De Certeau 1984, 108)

⁴¹² Diário de campo de dia 19-04-2018.

Assim, assumindo que “o que pode ser visto designa o que não se encontra lá mais” (*idem ibidem*), é visto o lugar para além do luxuoso complexo de apartamentos. Os grupos que comparecem – mesmo que por momentos – imaginam o edifício para além do condomínio fechado do Paço do Duque e da clínica de procedimentos estéticos que até bem recentemente habitava o rés-do-chão. Reconhecem neste um edifício onde mataram. Vigiam. Torturaram. E no palimpsesto da matéria que resta é imaginado o “país ocupado pelo quartel-general na António Maria Cardoso” para o qual iam “buscar mulheres e homens, ao romper do dia”, enfiando-nos “naquela casa de pesadelo”, como afirmou Helena Pato em entrevista a Manuela Goucha Soares (Soares 2019). Na qual se fez também a liberdade.

Mas não só através destes roteiros tive oportunidade, ao longo desta investigação, de ser levada ao local. Com efeito, os itinerários, a performance e a cartografia das cidades, por vezes, misturam-se. E, no caso português, a companhia “Teatro do Vestido” tem vindo a desenvolver um trabalho de reflexão sobre o passado histórico, muitas vezes através de uma prática *site-specific*, na qual são evocadas memórias e testemunhos pessoais associados a determinados espaços simbólicos da ditadura. Se o Teatro do Vestido já apresentou espetáculos no – agora – Museu do Aljube ou entrando adentro de uma antiga sala de projeção que terá sido utilizada pela censura⁴¹³, remeto-me ao trabalho desenvolvido por esta companhia para dar conta da “exposição performática” – assim designada pelos próprios – decorrida em 2016, que teve lugar entre o Teatro São Luiz – espaço que, não por acaso, resguardaria, no 25 de Abril de 1974, muitos dos manifestantes aquando dos tiros disparados pela então Direcção-Geral de Segurança⁴¹⁴ – e a antiga sede da PIDE/DGS, ambos na Rua António Maria Cardoso.

⁴¹³ Refiro-me, respetivamente, aos espetáculos “Histórias do Pátio do Aljube” e “Elas também estiveram lá”, ambas criações do Teatro do Vestido no ano de 2018. O primeiro resultou de um convite do Museu do Aljube endereçado à companhia para dar a conhecer as histórias do Pátio do Aljube, evocando, em particular, o modo como estes vizinhos se relacionavam com a prisão e os presos políticos. O segundo, por seu turno, focado nos “quotidianos de resistência e de revolução de mulheres” – como indica o seu subtítulo – iniciava-se na Avenida da Liberdade, evocando um conjunto de testemunhos de mulheres sobre a sua experiência na ditadura, revolução e pós-revolução de Abril, e desembocava, precisamente, numa pequena sala de projeção que, de acordo com o Teatro do Vestido, terá sido usada pela censura no Cinema São Jorge durante a ditadura.

⁴¹⁴ Em 2019, o Teatro do Vestido, sob a direção de Joana Craveiro, apresentou “Ocupação”, (uma encomenda São Luiz Teatro Municipal – em celebração dos seus 125 anos – em coprodução com o Teatro do Vestido). “Ocupação” trata-se de “um espetáculo documental de investigação, onde não só o que se passava dentro de portas merece ficar registado, mas também nos espaços envolventes”, salientando-se, precisamente, o facto de este estar “situado paredes meias com a antiga sede central da PIDE em Lisboa” e o facto de “muitos dos manifestantes [se terem] refugiado junto ao São Luiz e dentro dele, no 25 de Abril de 1974”. Informação disponível em <http://teatrodovestido.org/blog/?p=10024>. Acedido em 1-08-2020.

O espetáculo designado “Quando o Museu Vivo se Torna Físico”⁴¹⁵ permitiu a Joana Craveiro, diretora artística do Teatro do Vestido, encenadora e atriz nascida em 1974 – e, portanto, filha geracional da ditadura – juntar um conjunto de materiais do seu espetáculo anterior⁴¹⁶ – livros, fotografias, revistas, objetos, muitas vezes doados pelos próprios espectadores – e fazer aos participantes uma visita guiada entre a delegação política e os bastidores do Teatro. E, neste percurso, contar as memórias da ditadura, da Guerra Colonial, da Revolução e do Período Revolucionário em Curso.

Como sugere Jen Harvie, uma performance *site-specific*⁴¹⁷ – desenhada para ser interpretada num determinado local – tem o potencial de “explorar histórias espaciais e materiais, e de mediar as complexas identidades que estas histórias lembram e produzem” (Harvie 2005, 44). O público – constituído por um grupo limitado de não mais do que 20 espectadores – era conduzido para onde a visita se iniciava: em frente, precisamente, à antiga delegação da polícia política. E porque um espetáculo como estes tem o potencial de dialogar entre o passado e o presente, já o dia estava anoitecido, e com o auxílio de uma lanterna que iluminava aquela “casa de pesadelo” como se lhe referiu Helena Pato (Soares 2019), Joana Craveiro iniciava o seu espetáculo performativo, convidando os espectadores a olhar para o edifício, explicando, em voz baixa, o que o espaço é. Aquilo que foi. E aquilo em que não se tornou. Mais uma vez, a 25 de abril de 2020, por seu turno, quando a atriz e encenadora – ao recriar o percurso da Revolução de Abril⁴¹⁸ – regressou à Rua António Maria Cardoso [“Houve

⁴¹⁵ “Um Museu Vivo de Pequenas Memórias Pequenas e Esquecidas” – “Instalação de materiais, matérias, interrogações e ideias de *Um Museu Vivo de Pequenas Memórias Pequenas e Esquecidas*”, espetáculo criado pelo Teatro do Vestido com direção, texto, interpretação da visita guiada por Joana Craveiro. Decorreu entre 12 e 15 de dezembro (sessões para as escolas) e 16 e 18 de dezembro de 2016. Informação disponível em <http://teatrodivestido.org/blog/?p=6896>. Acedido em 1-08-2020.

⁴¹⁶ O espetáculo anterior que refiro trata-se do conjunto de “sete palestras performativas e um prólogo” (Craveiro 2016, 30) que constituem a peça “Um Museu Vivo de Pequenas Memórias Pequenas e Esquecidas”. Decorre da investigação doutoral de Joana Craveiro na Universidade de Roehampton (Reino Unido), no qual esta se propõe a estudar a “transmissão da memória política em Portugal” (*idem ibidem*) a partir de três acontecimentos: a ditadura entre 1926 e 1974; o 25 de Abril de 1974, e, por fim, o Processo Revolucionário em Curso (PREC) que se lhe seguiu (cf. Craveiro 2016, 30).

⁴¹⁷ No que toca a estes trabalhos artísticos realizados pela segunda geração da ditadura e que evocam a memória política do passado repressivo, saliente-se a performance/instalação que Paulo Mendes apresentou em 2011, no Museu Militar do Porto, denominado “S de Saudade. A Tortura da Memória”. O artista associou, este trabalho performativo, nas palavras de Cláudia Madeira, à recente “transformação da principal sede da PIDE, no Chiado, num condomínio de luxo e o processo movido pela família do antigo diretor da PIDE Silva Pais (1905-1981) contra a autora da peça de teatro A Filha Rebelde e outros elementos do Teatro Nacional D. Maria II, acusados de “ofensa à memória”, surgindo de acordo com o artista, “como ato simbólico de uma memória política histórica portuguesa que na sua óptica continuava a desaparecer sem crítica” (C. Madeira 2015, 37).

⁴¹⁸ “Na Cidade Lavada e Livre” foi uma performance do Teatro do Vestido com duração de 12 horas, executada e gravada a 25 de abril de 2020, na qual Joana Craveiro percorreu e filmou várias ruas e locais relacionados com a Revolução dos Cravos, evocando testemunhos e episódios em torno da mesma. Foi transmitida em direto através do canal *YouTube* do Teatro do Viriato (no qual Craveiro é

uma pessoa que disse que... sentia sempre um mal-estar quando entrava nesta rua”⁴¹⁹], voltaria, do outro lado da rua, a constatar o presente daquele lugar, concluindo, antes de prosseguir para a próxima paragem, que, nos limbos entre o que se revela e não se revela, “a memória é um combate e vai ser sempre um combate”⁴²⁰.

Este tipo de performance praticada num lugar que se quer “enunciar ou denunciar” (Jelin e Langland 2003, 13) – como os roteiros que, perante a invisibilidade do presente, ressignificam momentaneamente os lugares – pode constituir, ainda nas palavras de Harvie, um “poderoso meio para lembrar”, uma vez que “a sua localização pode operar como um forte gatilho mnemónico”, “facilitando uma negociação entre os significados desses tempos” (Harvie 2005, 42). Se o património pode ser entendido como “o ‘momento’ ou o processo de re/construção e de negociação cultural e social de valores e significados” (Smith 2012), é através de apropriações como estas que o edifício da Rua António Maria Cardoso, mesmo que momentaneamente, se ressimboliza. Ao tornar-se um símbolo de um país que, nas palavras de Joana Craveiro em declarações a Susana Moreira Marques (Marques 2016), “trata mal a sua memória”, e da obstinação da memória que persiste em lembrá-lo.

As apropriações que dei conta nesta capítulo – desde os cravos entrelaçados num edifício irreconhecível, às visitas guiadas e às performances artísticas – reforçam também que olhemos para “a possibilidade de um funcionamento mais dinâmico e móvel da territorialidade das memórias”, que, de acordo com Elizabeth Jelin e Victoria Langland, podem, precisamente, estar inscritas num “trajeto, um itinerário, [n]uma maneira de enunciar e denunciar [mesmo que] consubstanciada numa prática territorializada” (Jelin e Langland 2003, 13). E que, mesmo que um determinado lugar não se inscreva oficialmente como património, pode ser investido de significado, e “cada ocupação, ou travessia, ou transgressão [...] oferece[-lhe] uma reinterpretação deste, até mesmo uma reescrita” (Turner 2004, 273).

*

Materialidade e memória. Materialidade para evitar que os erros se repitam. Ao longo da pesquisa, as referências a uma relação entre a preservação da materialidade e a memória foram frequentes. Como me diria o visitante LS, a propósito da delegação da PIDE/DGS: “Está lá parte

artista residente), no qual pode ainda ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=remrbOxKbxY&feature=youtu.be>. Acedido em 26-04- 2020.

⁴¹⁹ Às 08h28m de “Na Cidade Lavada e Livre”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=remrbOxKbxY&feature=youtu.be>. Acedido em 26-04-2020.

⁴²⁰ Às 08h33m de “Na Cidade Lavada e Livre”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=remrbOxKbxY&feature=youtu.be>. Acedido em 26-04-2020.

da História”⁴²¹. Com efeito, as percepções transmitidas pelos visitantes do Museu do Aljube, sobre o desaparecimento de lugares simbólicos da repressão – quer via requalificação para fins habitacionais ou hoteleiros ou destruição – traduziram-se, muitas vezes, em expressões como “deixar a memória morrer”⁴²² ou “apagar a memória recente da História desse país”⁴²³. De acordo com Kenneth E. Foote e Maos Azaryau, num artigo sobre as dimensões geográficas das comemorações e da memória pública, “valorizados como relíquias, os vestígios do passado servem como ‘testemunhas’ e ‘evidências’”. Nessa capacidade simbólica, eles são fundamentais para dar credibilidade à versão da história apresentada *no e pelo local*” (Foote e Maoz Azaryahu 2007, 128), numa conceção muitas vezes corroborada pelos visitantes que entrevistei “[Locais como estes] ajudam a que haja um pretexto para contar a História com o espaço. [...] Acho que estes locais têm um peso até espiritual forte para se estar a pôr lá outra casa.”⁴²⁴].

O caso da delegação de Lisboa, de acordo com a categoria definida por Rodney Harrison, pode representar um “património não oficial”, entendido como um “edifício que se enquadra em categorias que lhe permite ser definido como património oficial, [e, que apesar de] ser reconhecido por um grupo comunitário como importante, não consegue obter o reconhecimento oficial do estatuto de património” (Harrison 2013, 18). Efetivamente, este lugar não se tornou oficialmente num espaço museológico – apesar de ter sido assim, sonhado por tantos. Sobre este, Joaquim Monteiro Matias, antigo advogado dos presos políticos que ali seria, detido e torturado, afirmaria, por exemplo, em entrevista à jornalista Ana Aranha que “aquele tétrico terceiro andar da António Maria Cardoso [...] deveria ser todo ele, um museu”⁴²⁵. Mais do que o desejo de um museu, para muitos dos interlocutores desta tese que experienciaram o edifício enquanto lugar de detenção e tortura, esta requalificação significou “um crime”⁴²⁶, “uma tentativa para esquecer”⁴²⁷, “uma agressão à memória de milhares e milhares de pessoas [...] que deram a vida e a todas as famílias que foram completamente destroçadas através dos interrogatórios, através dos anos de prisão”⁴²⁸.

Associado à ideia de um lugar que é “testemunha” e “evidência” (Foote e Maoz Azaryahu 2007, 128) da História, “é por vezes dito”, afirma o historiador Tim Benton, “que a destruição do património leva à destruição da memória e de um sentido de identidade” [...] (Benton 2010,

⁴²¹ Entrevista com visitante LS, 48 anos, 05-04-2017.

⁴²² Entrevista com visitante GS, 24 anos, 17-02-2017.

⁴²³ Entrevista com visitante SS, 43 anos, 16-02-2017.

⁴²⁴ Entrevista com visitante LF, 56 anos, 15-01-2017.

⁴²⁵ Testemunho de Joaquim Monteiro Matias em Aranha e Ademar 2014, 168.

⁴²⁶ Entrevista com Edmundo Pedro, 22-02-2017, Lisboa.

⁴²⁷ *Idem*.

⁴²⁸ Entrevista com Adelino Silva, 15-07-2018, Lisboa.

127). Todavia, ainda de acordo com este autor, se é certo que a memória dos lugares está muito intrínseca na sua própria materialidade, “mesmo nos mais extremos casos de destruição, resta uma identidade coletiva entre os sobreviventes”, dando como exemplo, o sentido de identidade judaica dos judeus polacos, aquando da Insurreição de Varsóvia em 1944, que, nas palavras deste, “apesar da destruição de todos os vestígios físicos da vida, cultos e práticas quotidianas” (*idem ibidem*) não fora destruída entre os poucos sobreviventes. “Existem várias razões para isso”, avança o historiador, “O património imaterial, transmitindo histórias e tradições de boca em boca é, quando muito, acentuado pela perda do património físico” (*idem ibidem*).

Este exemplo – salvaguardando as incomensuráveis diferenças dos contextos históricos – lembra, por um lado aquilo que Cristina Sánchez-Carretero designou, a partir de Montserrat Iniesta, como a “capacidade subversiva dos vestígios” (Sánchez-Carretero 2013, 39) a propósito do destino da Prisão de Carabanchel. Com o seu desaparecimento físico, a antiga cadeia de alta segurança de Franco, num aparente paradoxo, ganhou potencial enquanto “lugar patrimonial e simbólico” pois “à medida que [cresceu] o esforço colaborativo dos residentes para salvar o sítio [...] foi crescendo também a visibilidade e relevância da prisão como lugar patrimonial» (Viejo-Rose 2013, 24). Assim sendo, nas palavras de Elizabeth Jelin e Victoria Langland:

«Ainda que usemos a linguagem do “êxito” e “fracasso” deliberadamente, para assim enfatizar a intencionalidade narrativa dos esforços para marcar espaços com memória, sabemos que não é possível dicotomizar tão facilmente a avaliação deste tipo de projetos. Dada a historicidade destes processos, aquilo que pode ser vivido como “êxito” ou “fracasso” num determinado momento levará a alterações de sentido em momentos futuros.» (Jelin e Langland 2003, 5)

Por outro lado, a ideia de um “património imaterial” “acentuado pela perda do património físico” (Benton 2010, 127) enfatiza também que há um trabalho que se faz continuamente de transmissão, de partilha, de convocação, de responsabilidade e que transcende, em muito, a materialidade. Com efeito, podemos afirmar, olhando retrospectivamente para a tese, que a contestação de 2005 (ver Capítulo 2) constituiu um motor indubitável para um outro olhar público sobre o trajeto e destino do património da ditadura em Portugal, nomeadamente dos seus lugares repressivos. Como constatou Raimundo Narciso, quando o entrevistei, em 2017, na qualidade de Presidente da Direção da Associação Cívica Movimento Não Apaguem a Memória, seria “em 2005, a propósito da sede da PIDE/DGS que houve esse sobressalto”⁴²⁹ da memória em Portugal. De repente, depois de anos de silêncio, a comunicação social (e.g. *Correio da Manhã* 2005; *Público* 2005a e 2005b; L. G. de Queirós 2005; F. Ribeiro 2005) fazia notar o seu

⁴²⁹ Entrevista com Raimundo Narciso, 17-01-2017, Odivelas.

desaparecimento e os esforços para a sua preservação, o que reflete, usando as palavras de Maria Alice Samara, que “muito embora o espaço físico do edifício seja privado, a manifestação [de 2005] abriu, de forma simbólica, o espaço público” (Samara 2017, 63). Deu, assim, lugar à contestação e à discussão, às “memórias subterrâneas” (Pollak 1989) que emergiram entre andaimes e guindastes, às visitas e encontros que o ressignificaram, dando lugar, indubitavelmente, ao futuro.

*

O paradigmático *Monument Against Fascism* (“Monumento contra o Fascismo”) criado por Jochen Gerz e Esther-Shalev-Gerz – marcou o advento dos “contra-monumentos”⁴³⁰, na Alemanha, “concebidos para desafiar as próprias premissas do seu ser” (Young 1992, 271). Erigido em 1986, consistia numa coluna erguida em 1986, em Hamburgo, com 12 metros de altura detinha uma inscrição redigida em várias línguas que convidava “todos os cidadãos da cidade a adicionar os seus nomes comprometendo-se a ser vigilantes”, assinalando que, à medida que mais nomes fossem acrescentados, o monumento iria desaparecendo no solo. Até 1993, como previsto, foi engolido pelo pavimento até dele nada restar.

Esta obra, cujos nomes inscritos, seriam, posteriormente, sobrepostos com inscrições diversas, funcionava com “como um espelho social, [e] torna[va]-se duplamente inquietante, pois lembra[va] a comunidade do que então aconteceu, e ainda pior, como esta responde agora [outrora] à memória do passado” (Young 1992, 283)⁴³¹. Não obstante as dissemelhanças entre

⁴³⁰ James E. Young explica, no seu artigo de 1992, o advento dos “contra-monumentos”: “eticamente com a certeza do seu dever de lembrar, mas esteticamente céticos das assunções que sustentam formas tradicionais memoriais, uma nova geração de artistas e fazedores de monumentos estão a explorar os limites, tanto dos seus media artísticos como da própria noção de memorial. São herdeiros de um legado do pós-guerra ambivalente: uma profunda descrença das formas monumentais em virtude da sua exploração sistemática por parte dos nazis e um profundo desejo de distinguir a sua geração da dos assassinos através da memória” (Young 1992, 271).

⁴³¹ Como relatado por James E. Young, começou a haver, nesta peça que se pretendia performativa, a partir de determinado momento, intervenções de pessoas, que, durante a noite, riscaram os nomes, sobrepondo e inscrevendo registos diversos como corações, estrelas de David, caras engraçadas, e até mesmo suásticas, tendo os cidadãos de Hamburgo criticado o monumento como sendo uma “armadilha para graffiti” (Young 1992, 283). No portal www.gedenkstaetten-in-hamburg.de, um guia dos memoriais de Hamburgo, é relatado que de cada vez que o “contra-monumento” descia – por oito vezes entre 1986 e 1993 – o evento era acompanhado por um painel de discussão e palestras sobre a história do nazismo. Quando a coluna desapareceu em 1993, detinha 60.000 inscrições de vários tipos. Hoje, resta o topo do “contra-monumento” nivelado pelo chão. É possível ainda ver, por uma janela numa passagem subterrânea de peões, uma parte da coluna subterrânea. Um painel informativo explica a história da obra, com a inscrição original que convidava os habitantes de Hamburgo a adicionar o seu nome. Como conclui James E. Young, “o monumento grava[va] a resposta dos visitantes de hoje para o benefício do amanhã, lembrando-nos assim da nossa responsabilidade partilhada, na medida em que as respostas registadas dos visitantes anteriores se tornam parte da própria memória”

esta e o edifício da antiga delegação da polícia política do Estado Novo – até porque este não deu lugar a um monumento nem foi, livremente, intervencionado nas suas paredes – seria desta dialogia entre passado e usos do passado, que me viria a lembrar durante a exposição performática do Teatro do Vestido. Pois era revelado e lembrado não só o passado do edifício enquanto antiga delegação da polícia política do Estado Novo, mas, paradoxalmente, o modo como, transformado num silêncio complexo de apartamentos, espelhava em si, o modo como socialmente, em democracia se lidou com este.

Um outro “contra-monumento” – *Gedenkstätte KZ-Außenlager Sonnenallee* – da autoria de Norbert Radermacher seria criado, em 1987, em Neukölln, Berlim, no local onde outrora se situava um campo de trabalho forçado, e onde passaria a funcionar um campo desportivo. O pressuposto era simples. Radermacher usou um texto escrito projetado sobre o chão – que dava conta da história invisibilizada do passado do local – que era apenas ativado perante a presença dos transeuntes. Como se na sua ausência, este deixasse de existir. Este contra-monumento sugeria, nas palavras de James E. Young, que o “local sozinho não pode lembrar, que é a projeção da memória dos visitantes num espaço que o torna um memorial” (Young 1992, 286). Nenhum local – memorializado ou não – lembra, afinal, sozinho.

Se o património pode ser entendido como “algo que é ‘feito’” (Smith 2006, 83), este tem a potencialidade de ser efetivamente feito, refeito, desafiado, reinterpretado se o olharmos como as teias de relação que com a memória estabelecemos para além da materialidade. James E. Young salientou, na obra *The Texture of Memory*, o papel da vida da memória, aquela que “existe primeiramente no tempo histórico”: “na atividade que traz os monumentos à vida, no intercâmbio permanente entre as pessoas e os seus marcos históricos, e, finalmente, nas ações concretas que tomamos à luz de um passado memorializado” (Young 1993, 48). E – acrescento eu – nas ações concretas que tomamos – e que podemos sempre tomar – à luz de um passado que não o foi.

Terminei este capítulo com dois exemplos que operaram uma inegável mudança epistemológica no olhar sobre monumentos e memória (Gillis 1994, 17) (mesmo que agora aparentemente extemporâneos), porque saindo da monumentalidade e da substância focaram-se, de forma então inaudita, na subjetividade e na agencialidade das pessoas que os rodeiam. E tanto outrora como hoje, para além do memorializado, do material, do inteligível, citando as

(Young 1992, 284). Informações disponíveis em: www.gedenkstaetten-in-hamburg.de. Acedido em 1-11-2021.

últimas palavras da inscrição do *Monument Against Fascism*, “No fim, somos apenas nós próprios que nos podemos levantar contra a injustiça⁴³²”.

⁴³² A totalidade da inscrição: “We invite the citizens of Harburg [bairro de Hamburgo, Alemanha] and visitors to the town to add their names here to ours. In doing so we commit ourselves to remain vigilant. As more and more names cover the 12-meter-tall lead column, it will gradually be lowered into the ground. One day it will have disappeared completely and the site of the Harburg monument against fascism will be empty. In the end it is only we ourselves who can rise up against injustice”. Disponível em <https://www.shalev-gerz.net/portfolio/monument-against-fascism/>. Acedido em 10-10-2020.

5. O património para além do património: práticas mnemónicas nas redes sociais

Este curto capítulo, não estando inicialmente previsto é, na verdade – e não menos importante – o que poderia designar um fruto tardio da serendipidade da etnografia.

Ao longo da investigação, interessando-me a posição dos “empreendedores de memória” (Jelin 2002) envolvidos nestas associações cívicas e nos empreendimentos memoriais, tive a oportunidade de entrevistar um conjunto de membros ativos tanto da União de Resistentes Antifascistas Portugueses como da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória. Foi, deste modo, sobretudo na qualidade de ativista pela memória, que procuraria Helena Pato – que após um extenso percurso de resistência à ditadura (ver Capítulo 4), faria parte da direção da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória entre 2012 e 2014 – para uma entrevista em janeiro de 2017.

A nossa primeira entrevista foi longa, e – fluidamente, obedecendo e transgredindo o guião – foi percorrendo aqueles que eram os tópicos mais diretamente relacionados com o projeto de pesquisa, nomeadamente os que incidiam sobre a sua militância memorial – intensa como tateámos no capítulo anterior – e a preservação ou construção de lugares físicos de memória da ditadura portuguesa. Todavia, o que primeiro partilhou comigo, logo que começámos a conversa, foi, surpreendentemente, a sua experiência nas redes sociais. Particularmente no *Facebook*, no âmbito da criação do grupo “Fascismo Nunca Mais” e da página “Antifascistas da Resistência”. As referências ao seu envolvimento nestes lugares virtuais, foram, aliás, assomando, amiúde, ao longo da nossa entrevista. No entanto, focada que me encontrava no projeto que havia delineado, foi apenas quando transcrevi a entrevista e a li várias vezes, antes de a partilhar com Helena, que me apercebi da importância dessas alusões. A pesquisa etnográfica é sempre feita de pessoas proprietárias de uma agencialidade que vai, quase sempre, muito além do recorte abstrato da realidade que nos propusemos a estudar. E estou em crer que num trabalho etnográfico sério é importante ouvir os outros, tateando o que para eles é significativo e importa, para além dos guiões que trazemos para cada conversa. Uma vez que pretendi olhar, horizontalmente, para o património, decidi não deixar de atentar também ao que se passa dentro da imaterialidade das redes sociais, uma vez que também ali se podem construir, nas palavras de Neil Silberman e Margaret Purser, “‘comunidades de memória’ que recompõem criativamente fragmentos de um passado partilhado numa expressão dinâmica e reflexiva da identidade contemporânea” (Silberman e Purser 2012, 16)⁴³³. Assim, recuperando

⁴³³ O workshop “Digital Memory Practices in and after Conflict”, no qual participei no *Center for Comparative Conflict Studies / Faculty of Media and Communications* em Belgrado (Sérvia) em 2019,

excertos da conversa de 2017, Helena aceitou a receber-me mais uma vez em sua casa num dia quente de agosto de 2019, no qual, ao longo de várias horas, voltámos a conversar.

*

2013. Ainda sem a existência de lugares físicos de memória⁴³⁴ da ditadura, Helena viria a criar um grupo virtual denominado “Fascismo Nunca Mais”. A sua intenção era a de resgatar, nas suas palavras, da “memória dos portugueses que andam no *Facebook*, testemunhos, documentos, fotografias, relativos ao regime”⁴³⁵. Ao grupo juntar-se iam milhares de “pessoas que aderem e que participam, que colaboram e trazem os seus testemunhos de memória.”⁴³⁶, no qual, segundo me disse, “toda a gente diz o que bem lhe apetece. Toda a gente pode pôr coisas”⁴³⁷, desde que seja relativo aos 48 anos da ditadura.

Os membros – cerca de 19.000 – partilham publicações diárias com cartas, histórias, fotografias, notícias de jornal do período da ditadura, notas de notificação do tribunal, mandatos de interdição e relatórios da polícia política, vendo ali a oportunidade de se tornar “os seus próprios editores, autores e arquivistas, que não precisam ou querem necessariamente uma supervisão de um especialista para criar, gerir e fazer a curadoria das suas próprias coleções” (Heimo 2017, 243). Apesar de uma “percentagem confortável de jovens no grupo” (M. Carneiro 2021) do Facebook, esse não constitui a maior parte dos seus membros. “Existem jornalistas e jovens estudantes a colher informação na Página e no Grupo” (*idem ibidem*), mas, de acordo com Helena Pato, citada por Mariana Carneiro, “são sobretudo os professores de História do ensino básico e secundário quem dá feedback da utilidade deste grupo, levando do Grupo artigos, fotografias, testemunhos, com que animam as suas aulas, quando tratam do tema “Estado Novo”” (*idem ibidem*). Quem publica, por seu turno, é, muitas vezes, a própria geração que viveu o Estado Novo. Com efeito, o grupo traduz aquilo que a historiadora Michelle T. King considera ser o grande potencial do advento da Internet: “tornar indivíduos comuns em arquivistas das suas próprias histórias, ao possibilitar que publiquem textos, imagens, blogues,

constituiu uma valiosa oportunidade de consolidar esta discussão. Agradeço, por isso, o financiamento da FCT para formação complementar que possibilitou a minha participação. E agradeço também aos organizadores do mesmo pelo contributo que deram, Orli Fridman (Center for Comparative Conflict Studies (CFCCS), Faculty of Media and Communications (FMK) & School for International Training (SIT), Belgrade, Serbia) e Noam Tirosh (Department of Communication Studies, Ben Gurion University of the Negev, Beer Sheva, Israel).

⁴³⁴ Refiro-me à inexistência de museus que versassem exclusivamente sobre a ditadura e não aos arquivos ou centros de documentação existentes e assinalados no capítulo 1.

⁴³⁵ Entrevista com Helena Pato, 24-01-2017, Lisboa.

⁴³⁶ *Idem*.

⁴³⁷ Entrevista com Helena Pato, 1-08-2019, Lisboa.

vídeos – documentos históricos nas suas próprias palavras – da sua própria autoria” (King 2012, 23). Tornam públicos, assim, aquilo que Sónia Almeida e Sónia Ferreira designaram como o “arquivo como autobiografia, o arquivo a partir de baixo” (Almeida, Ferreira 2020, 233).

Estes espaços das redes sociais que evocam um passado histórico, muitas vezes não reconhecido publicamente, funcionam, assim, como um conjunto de “arquivos espontâneos” (Heimo 2017, 55) partilhados por elementos que, mesmo não se conhecendo, encontram um campo horizontal de reconhecimento das suas memórias. É no cruzamento com essas publicações de uns, que outros elementos do grupo aproveitam para narrar nas suas próprias palavras, o seu testemunho do seu passado, constituindo, nas palavras de Helena, “o recheio da História”⁴³⁸. Nestas partilhas do “recheio da História”, parece inevitável regressar à conceção do historiador Jay Winter – a propósito da criação de associações de antigos combatentes da 1.ª Guerra Mundial em França – de “famílias de recordação” (Winter 1999). Neste caso, não se conhecendo, também se formam, sobretudo entre aqueles que sofreram, de forma direta, a repressão da ditadura portuguesa, comunidades mnemónicas, partilhadas por laços fictícios de parentesco de memórias: “Quem se lembra?”, lê-se, amiúde, escrito.

Para além do seu papel no grupo “Fascismo Nunca Mais”, Helena Pato assumiria ainda um outro papel, convicta de já terem sido elaboradas “muitas biografias escritas sobre dirigentes políticos, mas existiram muitos homens e mulheres, heróis anónimos da resistência, pessoas que tiveram vidas muito difíceis, de quem ninguém sabe nada” (Soares 2016b). Como na abordagem historiográfica de E. P. Thompson, na qual este propõe a elaboração de uma “História a partir de baixo”, começaria, assim, a construir um arquivo de pequenas biografias de diversos – e muitas vezes anónimos – resistentes antifascistas, que ia partilhando no grupo. Para as sistematizar, criaria em 2014 uma página destinada, em exclusivo, justamente a “arquivar notas biográficas de antifascistas da resistência na Ditadura Militar e no regime fascista do Estado Novo”⁴³⁹, nascendo assim a página “Antifascistas da Resistência”, sobre a qual me deterei com mais detalhe⁴⁴⁰.

Durante muito tempo seria ela, sobretudo, a responsável pela organização e redação das biografias, cujos dados procurava em fontes diversas identificadas nas publicações: determinados livros de História Contemporânea, fichas do arquivo da polícia política e imprensa

⁴³⁸ Entrevista com Helena Pato, 1-08-2019, Lisboa.

⁴³⁹ Informação disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/2905812389528121>. Acedido em 10-10-2020.

⁴⁴⁰ Deter-me-ei mais sobre a página “Antifascistas da Resistência” e não sobre o grupo “Fascismo Nunca mais” porque a primeira é uma página aberta e o segundo, apesar do elevado número de participantes, um grupo fechado a sobre o qual, por esse motivo, optei por não reproduzir excertos.

local, ou até na própria internet, mesmo ciente que poderia haver erros ou imprecisões. Posteriormente, começaria a ter a colaboração de João Esteves, historiador que se tornaria responsável por “quase exclusivamente, se não exclusivamente”⁴⁴¹ de registos biográficos de antifascistas das décadas de 1930 e de 1940. Por seu turno, Helena – entre outros colaboradores da página – manter-se-ia numa mais ampla redação de “biografias que vão de uma ponta à outra do Estado Novo”⁴⁴².

Na página de *Facebook* “Antifascistas da Resistência” encontramos, num retrato e num trecho escrito que o envolve, histórias de ferroviários, professores, corticeiros, advogados. Oposicionistas que tiveram longos anos de prisão, jovens que morreram aos 25 anos “vítima[s] das condições desumanas a que os presos políticos eram sujeitos e de falta de qualquer assistência médica”, como aquele cuja namorada “só setenta anos mais tarde viria a saber quem ele era e o que lhe acontecera”⁴⁴³. Homens e mulheres que aderiram ao associativismo, que escreveram contra a ditadura, defenderam os presos políticos ou se exilaram politicamente, que estiveram longos anos na clandestinidade, ou que foram barbaramente presos e torturados pela PVDE, pela PIDE, pela DGS. Tortura do sono, tortura da estátua, isolamento. Histórias como a de um homem que, corajosamente, “durante os interrogatórios cortou a língua para evitar falar e denunciar os companheiros”⁴⁴⁴. Ou a de um outro que passaria três natais na prisão onde aprenderia a falar francês e a jogar xadrez⁴⁴⁵.

Sobre os biografados, Helena assegurou-me ser uma grande preocupação sua dar visibilidade aos oposicionistas anónimos. Não deixaria, no entanto, de construir outras biografias de “pessoas de grande prestígio, de grande nome da oposição antes do 25 de Abril” para “dosear, dar algum equilíbrio”⁴⁴⁶.

⁴⁴¹ Outras notas biográficas redigidas por outros autores devidamente identificados também surgem – ainda que numa menor escala – na página “Antifascistas da resistência”.

⁴⁴² Entrevista com Helena Pato, 1-08-2019, Lisboa.

⁴⁴³ Excerto da biografia de Fernando Alcobia (1914 - 1939), publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por João Esteves. Publicada a 26 de fevereiro de 2018. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/fernando-alcobia-1914-1939-deportado-para-o-tarrafal-onde-morreu-aos-25-anos-de-/1457140474395327/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁴⁴ Excerto da biografia de Jaime Rebelo (1900 – 1975), publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por Helena Pato. Publicada a 2 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/jaime-rebelo-1900-1975anarco-sindicalista-e-resistente-antifascista-lutou-contr/1349894391786603/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁴⁵ Excerto da biografia de Staline Jesus Rodrigues (1932), publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por Marcolino C. Fernandes. Publicada a 26 de fevereiro de 2018. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/1206994096076634/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁴⁶ Todavia na totalidade, de acordo com a entrevistada na altura da nossa entrevista as que correspondiam a figuras publicamente reconhecidas representavam apenas cerca de 15 no conjunto das quase 800 biografias. Faço a ressalva de ser no momento da nossa entrevista – agosto de 2019, porque em julho de 2021, constava na apresentação da página, serem já “cerca de 1000”.

“Essa gente já tem biografias por todo o lado”, esclareceu-me, “não vale a pena estarem a ir para a página”⁴⁴⁷, numa corroboração de que se o género biográfico “se tem até recentemente, focado quase exclusivamente em figuras públicas ou historicamente ‘significativas’, agora muito drasticamente, [com] a revolução digital tudo mudou” (Arthur 2009, 45). E que, entre as biografias que “já estão em todo o lado” e aquelas que, no mundo digital, encontram um campo de inscrição memorial, estas escolhas revelam também um “desejo dos consumidores em envolver-se com a História nos seus próprios termos e de acordo com as suas próprias preferências narrativas históricas”, desejo que é, de acordo com Wulf Kansteiner, particularmente “pronunciado na frente das redes sociais” (Kansteiner 2017, 321). Como salientado por Helena:

«Aqueles 800 pessoas – e se for um a um, percebe-o muito bem – são de todos os extratos sociais. [...] Eu fiz [biografias] de imensos operários, operários funcionários do Partido Comunista ou operários não funcionários do Partido Comunista, que estavam inseridos noutros movimentos e noutra oposição. Muitos intelectuais, mas muitos republicanos.... [...] Tem de tudo.»⁴⁴⁸

Efetivamente, este projeto dos “Antifascistas da Resistência”, “modesto” e “sem rigor científico” nas palavras da sua fundadora citada por Manuela Goucha Soares (2016b), parece ser reflexo de um “ponto de viragem na história da memória pública”: “um afastamento decisivo do anonimato do Monumento ao Soldado Desconhecido para um reconhecimento de que toda a gente merece um igual reconhecimento em todos os momentos em lugares totalmente acessíveis” (Gillis 1994, 13). Como reflete Andrea Hajek, num artigo sobre a construção da memória do movimento estudantil italiano da década de 1970 a partir de um conjunto de álbuns fotográficos digitais no *Facebook*, uma rede social como esta permite, justamente, que “as pessoas ou eventos que ficaram de fora da História oficial sejam agora reinseridos numa História coletiva e alternativa a partir de baixo” (Hajek 2012a), neste caso dando voz não só às várias oposições à ditadura, como aos que, não fazendo parte da memória oficial da resistência, ganham ali reconhecimento e visibilidade.

Nenhuma biografia é colocada sem fotografia, “algumas das quais”, disse-me Helena, “nem as próprias famílias conheciam”⁴⁴⁹. Se algumas foram encontradas na própria internet, outras, por seu turno, seriam cedidas pelos familiares. Umas são atuais, porque houve futuro. Muitas outras, porém, pertencem ao período da prisão, exílio ou clandestinidade.

⁴⁴⁷ Entrevista com Helena Pato 1/08/2019, Lisboa.

⁴⁴⁸ Entrevista com Helena Pato 1/08/2019, Lisboa.

⁴⁴⁹ Entrevista com Helena Pato 1-08-2019, Lisboa.

No caso específico dos registos biográficos relativos aos antifascistas da década de 1930 e 1940 estes “têm sempre a fotografia de cadeia”⁴⁵⁰, tiradas na altura de detenção por aqueles que Vicente Sánchez-Biosca designou de “funcionários da violência” (Sánchez-Biosca 1997 *apud* Viegas 2014, 15). Sobre estas, Helena afirmou-me: “Quando vir fotografias de cadeia, abra. E tem uma ideia do que foi o fascismo em Portugal”⁴⁵¹.

Para o filósofo e crítico alemão Walter Benjamin “cada imagem que não é reconhecida pelo presente como uma das suas [referências] ameaça desaparecer irremediavelmente” (Benjamin 1969, 255). Estas imagens, enquanto reconhecidas pelo presente, não desaparecem. Denunciam, simultaneamente, o seu contexto de produção e, no seu caminho de subversão, nomeiam e narram a história individual daqueles que o regime ditatorial pretendia apagar.

Além do mais, o cruzamento entre as biografias e as respetivas fotografias trazem, por vezes, aos que visitam a página várias surpresas [“Conheci esta senhora e o marido, mas era desconhecadora da sua história de vida de luta”]⁴⁵² e reencontros [“Eu era muito novinho mas também lá estava. Só não sabia na altura que o nome era Cândido Capilé”⁴⁵³ ou “Com ele trabalhei mais de um ano na revisão do jornal República. Fomos confidentes, solidários camaradas, embora de ideologias diferenciadas, e foi, de facto, até hoje o homem que mais me marcou, mais relevante na minha vida”⁴⁵⁴].

Nas palavras de Annette Kuhn: “as memórias evocadas por uma fotografia [...] são geradas numa rede, num intertexto de discursos que alterna entre passado e presente” (Kuhn 1995, 14), o que é particularmente notório nas fotografias coletivas que, pontualmente, vão dando corpo ao arquivo dos “Antifascistas da Resistência”. Por exemplo, na imagem, datada de Abril de 1973 no rescaldo do III Congresso da Oposição Democrática⁴⁵⁵ na qual se pode testemunhar a forte

⁴⁵⁰ Entrevista com Helena Pato 1-08-2019, Lisboa.

⁴⁵¹ Entrevista com Helena Pato 1-08-2019, Lisboa.

⁴⁵² Comentário na biografia de Maria Armada Teles (1931 – 2009) publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por Helena Pato. Publicada a 13 de Outubro de 2018. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/maria-armada-teles-1931-2009cidad%C3%A3-da-resist%C3%A2ncia-entregou-se-desde-muito-cedo-/1727920310650674/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁵³ Comentário na biografia de Cândido Capilé (1933-1961) publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por Helena Pato. Publicada a 12 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/1768481919927846/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁵⁴ Comentário na biografia de Jaime Rebelo (1900-1975) publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por Helena Pato. Publicada a 2 de novembro de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/jaime-rebelo-1900-1975anarco-sindicalista-e-resistente-antifascista-lutou-contr/1349894391786603/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁵⁵ O III Congresso da Oposição Democrática, realizado entre 4 e 8 de abril de 1973 na cidade de Aveiro, juntou inúmeros opositores ao regime ditatorial. Após o Congresso, uma concentração de manifestantes concentrou-se na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, usando palavras de ordem como “Fim à Guerra Colonial” e “Fora a PIDE”. Tendo sido alvo de uma forte repressão policial, esta repetir-se-ia

repressão policial exercida sobre manifestantes na Avenida Lourenço Peixinho, em Aveiro, pode ler-se nos comentários publicados:

“Eu estive lá....Fiz uma saudação aos clandestinos no Congresso”, “Eu estava aqui! Com imenso orgulho!” ou ainda “Estive lá. Do primeiro ao último dia.”. Estas exclamações cruzadas recordam, usando as palavras de Michael Pollak, que é através de um “trabalho de reconstrução de si mesmo” que “o indivíduo tende a definir o seu lugar social e suas relações com os outros” (Pollak 1989, 13).

Comentários semelhantes sobrepõem-se na publicação da fotografia da manifestação do 1.º de Maio de 1974, o primeiro Dia do Trabalhador vivido em democracia, que juntaria num cortejo iniciado na Alameda Dom Afonso Henriques, em Lisboa, cerca de um milhão de pessoas de todo o país. Como no noema de Roland Barthes “*ça a été*” (Barthes 1980), é possível ler-se: “Eu estava lá”, “Estive presente nesse 1º de Maio de 1974”, “Ali ia eu também a respirar a liberdade, na nossa primeira manifestação em Lisboa, a seguir ao comício. Inesquecível jornada!”, “Até me parecia um sonho”, “Inesquecível!”⁴⁵⁶, numa tradução daquilo que, usando as palavras de Roger I Simon, poderíamos designar por “uma prática de envolvimento interativo de ‘recordar em conjunto’” (Simon 2012b). Com efeito, ao “recordar em conjunto”, diz-nos este autor, “os participantes das redes sociais não estão apenas a articular encontros pessoais com vestígios de uma história particular, mas também, a redefinir-se coletivamente como os parâmetros temporais e espaciais de um evento histórico” (Simon 2012b, 92), reencontrando referenciais comuns, muitas vezes pela primeira vez volvidos, neste caso, mais de quarenta anos sobre estes mesmos acontecimentos.

O *Facebook*, na sua capacidade de propiciar encontros entre participantes – mesmo que fisicamente distantes – em torno de uma mesma imagem ou texto, “reproduz a oralidade numa forma muito similar a quando estamos perante um álbum fotográfico” e “os *tags*”⁴⁵⁷ e comentários, que se assemelham muito a conversas espontâneas na vida real ou por telefone, substituem o ato de apontar para pessoas ou lugares num álbum” (Hajek 2012b, 384) [“olha o avô Américo quando estava preso!”⁴⁵⁸]. Noutros momentos, quando determinados dados

quando cerca de 500 pessoas decidiram realizar uma romagem na direção da campa do oposicionista Mário Sacramento (P. S. e Sousa, Ramalho, e Gameiro 2016b, 152).

⁴⁵⁶ Comentário numa fotografia denominada “1º de Maio de 1974. Lisboa”. Publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 21 de junho de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/1%C2%BA-de-maio-de-1974-lisboa/1235832066526170/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁵⁷ Ferramenta do *Facebook* que permite marcar ou identificar outros utilizadores, dando conhecimento a estes que estão associados a determinada imagem ou texto.

⁴⁵⁸ Comentário numa fotografia denominada “Grupo de presos no Tarrafal, década de 40 (1)”. Publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 4 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/grupo-de-presos-no-tarrafal->

biográficos são apenas parte de uma história familiar impalpável e sem rosto, as publicações na página possibilitam, ainda, de acordo com Helena: “que as pessoas, perante a fotografia, digam ‘ah que engraçado, o meu tio, nunca tinha visto uma fotografia...’”.⁴⁵⁹

Tal como os familiares que encontram o nome do seu ente querido numa parede de nomes – parte do “ponto de viragem histórico” assinalado acima por John R. Gillis (1994) – a mesma alegria do (re)encontro é expressada perante cada publicação [“Olha, o meu avô!”⁴⁶⁰ ou “Sempre ouvi a minha mãe falar deste primo, companheiro da sua juventude e que ela e as irmãs adoravam⁴⁶¹”] e as histórias pessoais vão-se revelando e partilhando com os demais [“Uma das primeiras memórias que tenho é a de o ir visitar à [prisão de] Caxias. Obrigado tio, pela luta, pela coragem e por tudo o resto⁴⁶²”].

Na página, há pequenas narrativas que se vão, progressivamente, compondo, como se os seus elementos identificassem e unissem peças de um quebra-cabeças incompleto – cuja destruição, apagamento ou omissão se havia feito durante a ditadura – debaixo de um subjacente imperativo de memória. Usando as palavras do historiador Pierre Nora, é, precisamente, “a incumbência de lembrar [que] faz de cada um o seu próprio historiador” (Nora 1989, 15). Assim, participar coletivamente nesta incumbência “ajuda-nos a conectar com as nossas experiências e a dar-lhes sentido na relação com outros eventos e indivíduos que nos rodeiam” (Kidd 2014, 72), tal como se pode verificar nos seguintes comentários que se tecem em torno de uma fotografia de um grupo de presos na Colónia Penal do Tarrafal de 1949⁴⁶³:

d%C3%A9cada-de-40-1grupo-de-presos-no-tarrafal-sendo-poss/9568454424834/. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁵⁹ Entrevista com Helena Pato 1/08/2019, Lisboa.

⁴⁶⁰ Comentário na biografia de Rodolfo A. Abreu (1903-1966) publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por Helena Pato em coautoria com Francisco Abreu Pessegueiro, neto deste resistente antifascista. Publicada a 23 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/rodolfo-a-abreu-1903-1966-prestigiado-antifascista-muito-respeitado-no-norte-do-/1291874674255242/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁶¹ Comentário na biografia de António Bandeira Cabrita (1919-1936) publicada na página “Antifascistas da Resistência” assinada por Helena Pato. Publicada a 29 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/ant%C3%B3nio-bandeira-cabrita-1910-1936-antifascista-de-extraordin%C3%A1ria-coragem-e-huma/1296208660488510/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁶² Comentário na biografia de José Tavares Marcelino (1939) publicada na página “Antifascistas da Resistência” assinada por Helena Pato. Publicada a 11 de fevereiro de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/jos%C3%A9-tavares-marcelino-n1939s%C3%B3cio-fundador-do-sitava-sindicato-dos-trabalhadores/1118181281624583/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁶³ Fotografia denominada “grupo de presos no Tarrafal, 1949 (Foto 4)” publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 11 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/grupo-de-presos-no-tarrafal-1949-foto-4/1357793130996729/>. Acedido em 1-7-2019.

«Nesta foto há uma pessoa, o meu tio Pepe que está em 2º lugar da primeira fila a contar da direita para a esquerda. Ainda esteve lá outro tio, mas não me parece que esteja nesta foto. Eu tinha 11 anos quando isto aconteceu...»⁴⁶⁴

«Um tio meu esteve preso dos 18 aos 40 anos. [...] Tentou fugir várias vezes mas foi sempre apanhado. Quando lhe perguntavam porque estava sempre a fugir respondia ‘Porque estou preso’. »⁴⁶⁵

Outra singularidade da página – como se pode observar nos trechos reproduzidos abaixo – é a presença de elementos das segundas e terceiras gerações, que procuram o rasto de um familiar desaparecido:

«[...] meu bisavô, natural da Vieira de Leiria, gostava de saber mais sobre o seu passado, apenas tenho comigo a biografia prisional, e memórias contadas pela minha mãe, avó e tios»⁴⁶⁶

«Já tinha identificado o meu bisavô através de umas fotos individuais que tinha dele tiradas na mesma data...só hoje e através desta legenda consegui saber o nome...gostava de saber mais sobre ele, tem mais informações?»⁴⁶⁷

De acordo com Anne Heimo, “a história da família” impulsionada pela “reviravolta digital e participativa” (Heimo 2017, 254) “é um dos motivos mais comuns para se engajar no processo de fazer História [*history-making*]” (Heimo 2017, 254). “Além disso”, continua a autora, “na procura de parentes perdidos e na partilha de memórias de família, as pessoas podem ajudar-se e auxiliar-se umas às outras nestas práticas na Internet, independentemente de onde estejam” (*idem ibidem*), solicitando aos outros, pistas, nomes, datas. Com efeito, numa fotografia de um grupo de estudantes da Crise Académica de 1969⁴⁶⁸, partilhada por um dos

⁴⁶⁴ Comentário na fotografia denominada “grupo de presos no Tarrafal, 1949 (Foto 4)” publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 11 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/grupo-de-presos-no-tarrafal-1949-foto-4/1357793130996729/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁶⁵ Comentário na fotografia denominada “grupo de presos no Tarrafal, 1945 (2)” publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 4 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/grupo-de-presos-no-tarrafal-1945-2chegaram-ao-tarrafal-sucessivas-levas-de-presos/956879354421444/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁶⁶ Comentário na fotografia denominada “grupo de presos no Tarrafal, 1949 (Foto 4)” publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 11 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/grupo-de-presos-no-tarrafal-1949-foto-4/1357793130996729/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁶⁷ Comentário na fotografia denominada “Grupo de presos no Tarrafal, década de 40 (1)” publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 4 de setembro de 2016. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/grupo-de-presos-no-tarrafal-d%C3%A9cada-de-40-1grupo-de-presos-no-tarrafal-sendo-poss/9568454424834/>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁶⁸ Fotografia denominada “Grupo de estudantes da crise académica de 1969” (facultada por um dos jovens, José Palmeiro). Publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 21 de junho de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/grupo-de-estudantes-da->

fotografados, podemos ler, entre os comentários: “É preciso ajudar a identificar as pessoas da foto? Sei quem talvez possa ajudar” ou “Tia Manuela, mostra esta foto ao tio. Eu sei que ele tb [sic] esteve em Mafra depois da Crise Académica, mas acho que não foi neste ano. Vê lá se ele conhece alguém”.

Por seu turno, numa fotografia coletiva de um conjunto de presos no Forte de Angra do Heroísmo (1937)⁴⁶⁹ – prisão que funcionou como “antecâmara experimental do ‘Campo da Morte Lenta’” (Farinha 2020) – uma jovem identifica-se como neta de um dos elementos e é através dela que este elemento ganha um nome, uma identidade. De seguida, outro membro do grupo nomeia um outro elemento da fotografia. A família aparece: “só para dizer que o meu tio Cândido nasceu a 21 de Julho de 1933”⁴⁷⁰, completa os pontos de interrogação, os espaços deixados em branco. Por vezes, as palavras *tout court* de familiares que dão o seu depoimento são integradas nas legendas que acompanham as fotografias. Noutros casos ainda, correções de lugares são feitas, bem como de casamentos ou datas de nascimento, num reflexo de que “a cultura participativa não se trata apenas da produção e do consumo; mas também de afiliação, expressão, colaboração, distribuição e da renúncia às anteriores divisões entre profissionais e amadores” (Heimo 2017, 244). Com efeito, apesar da convocação crescente à participação de todos e todas num espaço museológico como o do Aljube, esta divisão “entre profissionais e amadores” pode diluir-se integralmente num espaço de memória integrado nas redes sociais como este.

*

Para quem deixa a sua opinião sobre a página “Antifascistas da Resistência” na secção lateral que lhe é dedicada – como quem, num museu, escreve num livro de visitas – notamos

crise-acad%C3%A9mica-de-1969alguns-dos-49-estudantes-de-coimbr/1084619968314048/. Acedido em 1-7-2019.

A Crise Académica de 1969 iniciou-se quando um conjunto de estudantes, em particular Alberto Martins, não puderam usar a palavra durante a inauguração do novo edifício de Matemáticas na Cidade Universitária em Coimbra, na qual estava presente Américo Thomaz, cuja comitiva foi recebida por milhares de estudantes que defendiam o “diálogo” e a “democratização do ensino” (P. S. e Sousa, Ramalho, e Gameiro 2016a, 432). Como resposta aos protestos, o Governo não só reprimiu manifestações como prendeu e mobilizou estudantes para a Guerra Colonial (Braga 1999).

⁴⁶⁹ Fotografia denominada “Grupo de presos no Forte de Angra do Heroísmo (1937)”. Publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 21 de maio de 2017. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/grupo-de-presos-no-forte-de-angra-do-hero%C3%ADsmo-1937/1208861715889872>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁷⁰ Comentário na biografia de Cândido Capilé (1933-1961) publicada na página “Antifascistas da Resistência”, assinada por Helena Pato. Publicada a 12 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/1768481919927846/>. Acedido em 1-7-2019.

como estes registos biográficos constituem “histórias que nos dão uma visão abrangente e simultaneamente uma imagem pormenorizada do que foi a vida do povo da resistência antifascista”⁴⁷¹, reconhecendo-se na página “a importância de manter viva a memória dos combatentes pela liberdade”⁴⁷².

Para alguns familiares, por seu turno, as biografias parecem constituir tributos vivenciados, por vezes, numa dimensão pessoal [“uma homenagem ao meu Padrinho que passou pela Pide [sic], e ao meu Pai perseguido e despedido compulsivamente”⁴⁷³]. Com a página reconhecem a “utilidade das palavras, dos relatos, das experiências, das vivências dolorosas e da verdade que cada uma delas encerra”⁴⁷⁴, para “nunca perder a memória destes tempos ‘negros’”⁴⁷⁵.

Como escreveu Stuart Hall, a “atividade de ‘arquivar’ é [...] sempre crítica, sempre historicamente localizada, sempre contestatória” (Hall 2001, 92), e assim também o é esta prática de juntar informação, organizar, disseminar, muitas vezes fornecendo diferentes historicizações do passado, invocando outras vozes, outras histórias. Ainda reproduzindo as palavras deixadas por um dos utilizadores da página, este é um “projeto de pesquisa e partilha cidadã”⁴⁷⁶, cujo trabalho é o de, usando as palavras retiradas de outro comentário, “não apagar a memória” de tantos homens e mulheres “que esta página fez sair do anonimato”⁴⁷⁷. Mas entendendo, à semelhança de Roger I Simon, que “as práticas públicas de recordação são sempre sobre o futuro” (Simon 2012a, 92), Helena, por seu turno, vê neste espaço digital a

⁴⁷¹ Comentário na secção das “críticas” da página “Antifascistas da Resistência”, publicado a 14 de julho de 2019. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁷² Comentário na secção das “críticas” da página “Antifascistas da Resistência”, publicado a 13 de janeiro de 2018. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁷³ Comentário na secção das “críticas” da página “Antifascistas da Resistência”, publicado a 24 de agosto de 2017. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁷⁴ Comentário na biografia de Maria Custódia Chibante (1933-2020), assinada por Maria João Dias. Publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 14 de novembro de 2016. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/a.559109110865139/1986069474835755/?type=3>. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁷⁵ Comentário na secção das “críticas” da página “Antifascistas da Resistência”, publicado a 9 de janeiro de 2019. Acedido em 1-7-2019.

⁴⁷⁶ Comentário numa publicação da própria página “Antifascistas da Resistência” publicada a 17 de setembro de 2016. Disponível em [https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/967056486737064?__xts__\[0\]=68.ARB9UcVNCLKCx5v_Ly0AnbSGi_Qm7zjLXcj6JQ7HBaCbUI6fAHjJECsSlig3wrjUbztOwJpXAWIFfNsvUh-cbzJPE1U-P-nb_6Mo-X6atsZRTv2Xgv5cjY8DRcJAwy8qV9FfnhPJR38JENTQdEQyckOk87INfMd-wzsrL55hpnZ9Z0Dcm8gXiUzPZYaNU3tTmk6RrQx9hu91CHsCjJFhJxEnDoXUnQqmBoau1GDdFsZoArBVIuJlqK24j08NobcPq3Z8aF0sgHEtr2xvJJhp_k3DNkKJx7UyOWf9FU1rfH2ugZF16Tw_volfnNMPuxkUoByqe4G_OcyVxijRFXM](https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/967056486737064?__xts__[0]=68.ARB9UcVNCLKCx5v_Ly0AnbSGi_Qm7zjLXcj6JQ7HBaCbUI6fAHjJECsSlig3wrjUbztOwJpXAWIFfNsvUh-cbzJPE1U-P-nb_6Mo-X6atsZRTv2Xgv5cjY8DRcJAwy8qV9FfnhPJR38JENTQdEQyckOk87INfMd-wzsrL55hpnZ9Z0Dcm8gXiUzPZYaNU3tTmk6RrQx9hu91CHsCjJFhJxEnDoXUnQqmBoau1GDdFsZoArBVIuJlqK24j08NobcPq3Z8aF0sgHEtr2xvJJhp_k3DNkKJx7UyOWf9FU1rfH2ugZF16Tw_volfnNMPuxkUoByqe4G_OcyVxijRFXM). Acedido em 1-7-2019.

⁴⁷⁷ Comentário na biografia de Gavino Rodrigues (1909-1976), assinada por Helena Pato. Publicada na página “Antifascistas da Resistência” a 5 de outubro de 2016. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/gavino-rodrigues-1909-1976-um-antifascista-algarvio-que-passou-10-anos-no-campo-/986406648135381/>. Acedido em 1-7-2019.

possibilidade de “sobretudo, poder dizer aos mais novos o que é que os outros passaram”⁴⁷⁸, acreditando, talvez, como tantas vezes me foi sugerido pelos meus interlocutores ao longo da pesquisa, que “o dever da memória é o dever de justiça, através das memórias, para um outro que não o próprio” (Ricoeur 2004, 89).

*

Se o filósofo português José Gil referia, em 2007, o fenómeno de uma “não-inscrição” do período da ditadura portuguesa no espaço público do Portugal contemporâneo – onde havia ficado por se inscrever “a realidade opressiva, castradora, humilhante de onde provínhamos” (Gil 2007, 16), a verdade é que desde o início da minha investigação – 2016 – sobretudo, a memória da ditadura tem começado a inscrever-se no espaço público material português. Refiro-me, especialmente, às iniciativas dos “empreendedores de memória” (Jelin 2002) – membros da sociedade civil, alguns dos quais interlocutores desta dissertação – que têm reclamado “marcas simbólicas de reconhecimento em memoriais, monumentos, ou museus” (*idem*, 50), tornando-se militantes “que lançam, cuidam, expandem e perduram uma causa” (Heinich 2009, 67) do reconhecimento de um passado recente de 48 anos. É certo que o caso da abertura – em 2015, volvidos mais de 40 anos desde o fim da ditadura – do Museu do Aljube, local por onde terão passado mais de 30.000 homens entre 1928 e 1965, constituiu um marco inquestionável dessa inscrição, e tem, de forma extremamente participativa, vindo a desvelar o país cinzento que existiu entre 1926 e 1974.

Todavia, além do que ocorre nestes espaços institucionais – sobretudo, ao entendermos o património como um “conjunto de atividades que incluem recordar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimento e memórias, afirmando e expressando identidade[s], valores sociais e culturais, e significados” (Smith 2006, 83) – não deixa de ser importante olhar para as “práticas vernaculares de memória pública” (Haskins 2007, 403), como aquelas experienciadas nestes grupos ou páginas do *Facebook*. O grupo “Fascismo Nunca Mais” tem constituído, nas palavras de Helena, um “fórum muito amplo de discussão”⁴⁷⁹, permitindo, de forma muito abrangente – tal como um museu, a meu ver, deverá possibilitar a quem o visita e neste participa – não só partilhar as suas histórias e memórias pessoais, como as suas inquietações e entendimentos obre o passado e os seus usos. Uma página como “Antifascistas da Resistência”, de que me ocupei nestas últimas páginas, dedicada, por sua vez, às biografias de resistentes tantas vezes

⁴⁷⁸ Entrevista com Helena Pato, 24-01-2017, Lisboa.

⁴⁷⁹ *Idem*.

anónimos, permite recuperar as mais pequenas memórias, vindas de várias frentes, de vários pontos do país, numa omnipresença que um museu não consegue congrega, constituindo, de forma muito horizontal, embora sem a espessura humana, um “fórum para as comunidades de memória” (Simine 2013).

Na intangibilidade destes espaços virtuais os testemunhos também estão, recorrentemente, “implicados nas práticas e nos processos da ‘construção’ da História” (Kidd 2014, 41). Há abertura para que “gente comum” (Godinho 2011) participe, se envolva, seja ouvida, sendo possível “ouvir a versão de outra pessoa da [mesma] história, ou ver um mapa da memória de outra pessoa de um lugar” (Silberman e Purser 2012, 19), permitindo que os encontros intangíveis se entretêm e as memórias se partilhem.

“Um arquivo”, afirmou Pierre Nora, “torna-se um lugar de memória apenas se a imaginação o investir com uma aura simbólica” (Nora 1989, 19). O historiador francês referia-se, naturalmente, aos arquivos materiais. Todavia, pensando justamente na página “Antifascistas da Resistência”, porque não pensar nesta, igualmente, como um “lugar de memória” na qual é, subjetivamente, investida a mesma aura simbólica, uma vez que para Nora estes lugares podem ser tão intangíveis quanto um minuto de silêncio (Nora 1989)? Se é certo que temos vindo ao longo da tese a focar-nos em lugares materiais – ainda que na intangibilidade que os rodeia – talvez seja interessante “mover o património para o lugar do “quotidiano”, conceptualizado como algo subjetivo” (Haldrup e Bærenholdt 2015, 53) e experiencial. A palavra “commemorate” – comemorar – deriva do latim *com* (junto) e *memorate* (lembrar) (Misztal 2003, 13). É, portanto, ao recuarmos até à sua etimologia que chegamos mais próximo de uma conceção de património na qual me revejo – que além da materialidade – só existe com pessoas: que se juntam, mobilizam, e recordando um passado, em conjunto, lhe atribuem significado.

Conclusão

Nesta tese, através de um etnografia multi-situada (Marcus 1995), propus-me a analisar as “segundas vidas” (Kirshenblatt-Gimblett 1998) de um conjunto de locais com o objetivo de compreender o impacto pessoal e social da preservação destes lugares ou da sua ausência. Depois da observação-participante realizada no Museu do Aljube – Resistência e Liberdade e no âmbito da construção do projeto “Do Heroísmo à Firmeza”; após as entrevistas concedidas pelos visitantes e, sobretudo, pelos que experienciaram estes locais enquanto espaços carcerários, e que são simultaneamente os impulsionadores da sua musealização, acredito, como referido na introdução, que esta análise não pode ser reduzida “ou totalmente explicada por uma teorização concebida para os explicar” (Macdonald 2016, 20), e que um trabalho etnográfico como aquele que foi nesta tese desenvolvido, ilustra a importância de escutar estas pessoas para compreender as complexidades dos significados e da preservação destes lugares.

Devo dizer que se a tese se ancorou num conjunto de lugares materiais, foi, no entanto, da intangibilidade que pretendeu tratar. Afinal, como refere Rodney Harrison, “por cada objeto de património material, há também um património intangível que o ‘envolve’” (Harrison 2010, 10). O Museu do Aljube, um museu predominantemente focado, sobretudo, nas memórias e testemunhos das várias oposições, revelou-se ser muito mais para além da sua exposição permanente. Com “uma vida muito intensa” tal como me descreveu um dos meus interlocutores, encontrei neste espaço a definição apresentada por Kirshenblatt-Gimblett quando, numa recente entrevista, afirmou que “um museu do século XXI é um fórum, não um templo”, no qual se promove um “debate informado e civil” e se cumpre “um papel na promoção dos valores democráticos” (Badiou 2020). O projeto “Do Heroísmo à Firmeza”, por seu turno, não abriu as portas enquanto espaço expositivo. A sua elaboração em curso, contudo, bem como as entrevistas que conduzi, permitiram-me uma outra visão do património. Não me ter focado naquilo que é material, isto é, não me ter versado sobre um produto encerrado, possibilitou-me observar, de uma forma muito especial, a intangibilidade que compõe este empreendimento memorial. Aceder às memórias, aos desejos, aos valores e aos significados que os envolvidos imprimem na construção deste projeto revelou-se fundamental para a composição desta tese. Estar presente lembrou-me, várias vezes, das palavras do historiador italiano Alessandro Portelli quando este dizia que as “fontes orais não são para serem pensadas em termos de nomes e objetos mas em termos de verbos e processos; não a memória e a narrativa mas o ir lembrando (*the remembering*) e o ir narrando (*the telling*)” (Portelli 2003, 14), num ato gerundial, incerto e aberto, que ao assistir, atribuiu significado à

minha experiência empírica. Permitiu-me, num processo verdadeiramente participativo, assistir ao património como "um verbo" (Harvey 2001, 327) que é subjetivamente ativado e construído, essencial para poder re-perspectivar uma ideia de património a partir precisamente da presença das pessoas, da obstinação das suas memórias e dos significados que estas entretêm, reforçando, o mapa conceptual, vindo sobretudo de autores dos campo dos *Critical Heritage Studies* – como Denis Byrne ou Laurajane Smith – que atravessa a tese.

A reflexão sobre o destino da delegação nacional da polícia política na Rua António Maria Cardoso, por seu turno, permitiu-me corroborar um entendimento de um património a partir da sua intangibilidade, do significado que para muitos, este lugar tem, não obstante a sua não memorialização. Com efeito, acredito que o património não é detentor de um valor que lhe é inerente, mas é antes um processo plural de “negociação política subjetiva de identidade, lugar e memória” (Smith 2012). Se para Kenneth E. Foote e Maoz Azaryahu, a função dos empreendimentos memoriais possa eventualmente ser a de “engajar gerações sucessivas no debate sobre o seu significado, ao invés do que tentar definir significados permanentes e rígidos” (Foote e Maoz Azaryahu 2007, 131), talvez assim possa ser também – ou possamos fazer dela – a obstinada função daqueles que não foram memorializados.

Por fim, esta tese é o resultado de um processo incomensuravelmente maior e mais rico – pela textura humana que a compôs – do que o recorte abstrato da realidade que me propus a estudar aquando da defesa do projeto de tese em outubro de 2016. Se algumas das metas presentes no projeto de tese não se concretizaram, estas deram, porém, lugar a outras surgidas da própria natureza serendipitosa da investigação, como foi o caso da reflexão final sobre um espaço virtual do *Facebook* que permite recuperar as memórias de figuras anónimas na oposição à ditadura, constituindo um “fórum para as comunidades de memória” (Simine 2013). Esta reflexão, que aqui foi iniciada, requiere, seguramente, um aprofundamento no futuro, pois enfatiza a necessidade de não deixar de se olhar para as “práticas vernaculares de memória pública” (Haskins 2007, 403), numa tese que pretendeu, de uma forma horizontal, olhar o património para além do património, contribuindo para dar visibilidade ao que, muitas vezes, aos olhos dos meus interlocutores nunca deixou de ser visível.

Qualquer pesquisa, ao circunscrever o seu objeto de estudo, traz limitações. Esta não é exceção. Mas estou convicta de que as suas ausências podem constituir pistas que investigações futuras poderão colmatar. Em primeiro lugar, desde o início da pesquisa etnográfica, o terreno – entendido como o campo de inscrição patrimonial da memória da ditadura – não é, naturalmente, o mesmo. Fora do âmbito dos meus estudos de caso, a abertura do futuro Museu Nacional Resistência e Liberdade em Peniche, que teve a sua primeira exposição aberta em

2019⁴⁸⁰, constituir-se-á, seguramente, como objeto de estudo para outras investigações. Que narrativa apresentará? E de que forma foi a sua narrativa uma construção partilhada? Que dissensos? Sendo situado num pequeno município marcado pela solidariedade com os presos políticos, que poderemos vir a saber dessas outras histórias?

Como relatado ao longo da tese, foi primordial o papel que as associações cívicas pela memória, como a União de Resistentes Antifascistas Portugueses ou a Não Apaguem a Memória – compostas, em grande, parte por aqueles se opuseram à ditadura – tiveram nestes processos de patrimonialização. Não obstante o seu papel, mesmo para os interlocutores que entrevistei, a criação de um museu como o do Aljube ou de um projeto como o “Do Heroísmo à Firmeza”, parece estar, sobretudo, direcionada para uma ideia de futuro que os ultrapassa, e de passagem de testemunho para quem os visita. De facto, a maioria dos “empreendedores de memória” (Elizabeth Jelin 2002) que entrevistei, mais do que percecionam estes empreendimentos memoriais como uma forma de reconhecimento por uma luta que, muitas vezes, em ditadura realizaram como um dever, consideraram-nos direcionados, principalmente, para uma geração por vir, enfatizando a tese de Roger I. Simon de que “as práticas públicas de recordação são sempre sobre o futuro” (Simon 2012a 92), numa perspetiva que pode também trazer pistas para investigações futuras.

Com efeito, tal como relatei anteriormente, ao fazer observação-participante no âmbito das visitas orientadas no Museu do Aljube, tive também oportunidade de integrar visitas com alunos de escolas de ensino básico e secundário, – parte da geração para quem são desenhados estes empreendimentos memoriais – bem como de assistir às suas perguntas e inquietações surgidas após os testemunhos partilhados pelos antigos resistentes à ditadura que operaram diferentes formas de luta. Encontrando-se este museu tão envolvido com a comunidade escolar, parece-me de enorme relevância, numa investigação futura, mobilizar as subjetividades destes mesmos alunos, a fim de compreender, afinal, o que significa para eles um museu como este. O que acrescenta, contradiz ou contrapõe face ao que é trazido? E que impacto têm estas visitas numa geração para a qual o passado se vai revestindo de uma dimensão cada vez mais abstrata? Para a mesma geração que assiste, na sua juventude, no momento atual, a um ressurgimento da extrema-direita por todo o mundo, o que pode um museu?

⁴⁸⁰ Segundo a Direção-Geral do Património Cultural, o espaço do Museu Nacional Resistência e Liberdade encerrou a 9 de fevereiro de 2022 para realização de obras de instalação do museu. Informação disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/museus-monumentos-e-palacios/museu-nacional-resistencia-e-liberdade-encerrado/>. Acedido em 19-02-2022.

A título de exemplo, o recente projeto “#ECOS – Exílios, contrariar o silêncio: memórias, objetos e narrativas de tempos incertos”⁴⁸¹, sediado no Centro em Rede de Investigação em Antropologia, tem-se intercalado, numa equipa multidisciplinar, precisamente com escolas, alunos e professores, divulgando e interrogando “a memória do exílio português na Europa a partir de documentos, objetos e testemunhos”⁴⁸².

Independentemente da materialidade do espaço que as acolher, acredito como John Gillis que “[...] as sociedades democráticas precisam de divulgar mais do que privatizar as memórias e identidades de todos os grupos, para que cada um possa conhecer e respeitar as versões do passado do outro, entendendo melhor o que nos divide bem como o que nos une” (Gillis 1994, 20). Divulgar, mais do que privatizar, as memórias plurais da ditadura, da repressão, das oposições e das suas várias formas de luta. Mas também de ambos os lados da Guerra Colonial, da violência colonial e dos seus legados no presente. Nesse sentido, e uma vez que “no fim, somos apenas nós próprios que nos podemos levantar contra a injustiça”⁴⁸³, são urgentes que se multipliquem e inscrevam publicamente os espaços, compostos, sobretudo, por memórias, por debates, por reflexões sobre o passado e o modo este passado é usado – ou esquecido – no presente, que contribua para uma vigilância da defesa da democracia. Pois, como recorda Rui Bebiano “também nas democracias se trava uma luta permanente para lembrar, ou para retirar do silêncio, aquilo que o tempo, as circunstâncias e os equilíbrios do poder fizeram com que fosse desvalorizado ou liminarmente esquecido” (Bebiano 2021). E esse é um labor contínuo.

⁴⁸¹ A constituição da equipa do projeto #ECOS e as suas atividades podem ser consultadas no *website* oficial do projeto em: <https://ecosexilios-cria.org/>.

⁴⁸² Informação disponível em <https://www.fcsh.unl.pt/ciencia-cidada-na-nova-fcsh/>. Acedido em 1-2-2022.

⁴⁸³ Excerto da inscrição junto do *Monument Against Fascism* da autoria de Jochen Gerz and Esther Shalev-Gerz, aludido no Capítulo 4. Disponível em <https://www.shalev-gerz.net/portfolio/monument-against-fascism/>. Acedido em 10-10-2020.

Fontes

Legislação, documentação administrativa e petições:

Decreto-lei 709-B/76 de 4 de outubro (DR 233/1976, Série I, 4-10-1976) – Cria, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, o Museu da República e da Resistência.

Decreto-lei n.º 242/77 de 8 de junho (DR 133/1977, Série I, 8-6-1977) – Cria, com data de 1 de Abril de 1977, o Museu Militar do Porto.

Edital n.º 161/74 de 30 de dezembro de 1974 da Câmara Municipal de Lisboa.

Edital n.º 4/75 de 4 de fevereiro de 1975 da Câmara Municipal de Lisboa.

Despacho n.º 27/P/2013 da Presidência da Câmara de Lisboa – Constituição da Comissão Instaladora do Museu do Aljube.

Despacho n.º 78/P/2014 da Presidência da Câmara Municipal de Lisboa – Designação do coordenador da Comissão Instaladora e constituição do Conselho Consultivo do Museu do Aljube.

Despacho n.º 72/P/2021 da Presidência da Câmara de Lisboa – Designação dos membros para o Conselho Consultivo do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.

Petição 81/XIV/1.^a, Comissão de Cultura e Comunicação, Assembleia da República (admitida em 5-26-2020) – Repúdio e exigência de que se trave e abandone a anunciada criação do “Museu Salazar”, com esse ou outro nome, em Santa Comba Dão.

Petição 151/X/1, Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, Assembleia da República (admitida em 6-9-2006) – Reclamam a criação de um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura, condenam a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e apelam a todos os cidadãos e organizações para preservarem, de modo duradouro, a memória colectiva dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal.

Petição 503/XII/4.^a, Comissão da Defesa Nacional, Assembleia da República (admitida em 12-5-2015) – Solicitam a intervenção da Assembleia da República para a concretização do “Tributo aos mártires do século XX” no local onde funcionou a sede da PIDE, no Porto.

Projeto de Resolução n.º 1015/XII/3.^a apresentado pelo Partido Comunista Português (entrada na AR a 17-4-2014) – Recomenda ao Governo que, mantendo o Museu Militar do Porto, identifique os percursos e salas usadas pela PIDE e promova a justa homenagem a quem passou pelo edifício do heroísmo e aí resistiu ao fascismo.

Projeto de Resolução n.º 1561/XII/4.^a apresentada pelo Bloco de Esquerda (entrada na AR a 26-6-2015) – Recomenda ao Governo a inclusão da memória da perseguição política no Museu Militar do Porto.

Projeto de Resolução n.º 2134/XIII (4.ª) apresentado pelo Bloco de Esquerda (entrada na AR a 24-4-2019) – Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto.

Projeto de Resolução n.º 2137/XIII/4.ª apresentado pelo Partido Comunista Português (entrada na AR a 30-4-2019) – Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, implementar o “Do Heroísmo à Firmeza – Museu da Resistência Antifascista do Porto”.

Resolução da Assembleia da República n.º 24/2008 (DR 122, Série I, 26-6-2008) – Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia.

Resolução da Assembleia da República n.º 153/2019 (DR 160, Série I, 22-8-2022) – Recomenda ao Governo que crie um museu de memória da resistência ao fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação da ex-PIDE/DGS, no Porto, enquadrando-o numa Rede Nacional de Museus da Resistência.

Protocolo de colaboração entre Exército Português e União de Resistentes Antifascistas Portugueses. 2015.

Sítios online consultados:

Agenda do Cinema Independente do Porto – <http://agendadocinema.cm-porto.pt/>
Arquivo Nacional Torre do Tombo – <https://digitalq.arquivos.pt>
Assembleia da República – www.parlamento.pt
Associação 25 de Abril – <http://a25abril.pt>
Associação de Exilados Políticos Portugueses – <http://aep61-74.org/tio>
Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória – <https://maismemoria.org/>
Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória (blogue) – <http://naoapaguemamemoria2.blogspot.com>
Assembleia Municipal de Lisboa – <https://www.am-lisboa.pt>
Câmara Municipal de Lisboa – www.cm-lisboa.pt
Câmara Municipal do Porto – www.cm-porto.pt
Caminhos da Memória (Wordpress) – <http://caminhosdamemoria.wordpress.com>
Casa Comum – <http://casacomum.org>
Dicionário Priberam da Língua Portuguesa – <https://dicionario.priberam.org/>
Direção-Geral do Património Cultural – <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>
ECOS – Exílios, contrariar o silêncio: memórias, objetos e narrativas de tempos incertos – <https://ecosexilios-cria.org/>
EGEAC - Empresa de Gestão de Eventos e Animação Cultural – www.egeac.pt
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo – www.enatur.pt
Esther Shalev-Gerz – <https://www.shalev-gerz.net/>
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – <https://www.fcsh.unl.pt/>
Fundação Mário Soares e Maria Barroso – www.fmsoares.pt
Idealista – <https://www.idealista.pt>
Left Hand Rotation – <http://www.lefthandrotation.com/>
Município de Lisboa – www.lisboa.pt
Museu do Aljube – Resistência e Liberdade – www.museudoaljube.pt
Museu Nacional Resistência e Liberdade – www.museunacionalresistenciaeliberdade-peniche.gov.pt
Revive – Reabilitação, Património e Turismo – <https://revive.turismodeportugal.pt>
RTP - Rádio e Televisão de Portugal – www.rtp.pt
RTP Arquivos – <https://arquivos.rtp.pt/>
Petição Pública – <https://peticaopublica.com/default.aspx>
Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (DGPC) – <http://www.monumentos.gov.pt/>
Teatro do Vestido – <http://teatrodivestido.org>
União de Resistentes Antifascistas Portugueses – www.urap.pt

Referências bibliográficas

- AA.VV. 2011. *Aljube – A Voz das Vítimas*. Lisboa: Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea e Movimento Não Apaguem a Memória.
- AA.VV. 2019. *Por Teu Livre Pensamento / For your Free Thinking*. Direção-Geral do Património Cultural.
- Agamben, Giorgio. 1999. *Remnants of Auschwitz: The Witness and the Archive*. New York: Zone Books.
- Alderman, Derek H. 2002. "Street Names as Memorial Arenas: The Reputational Politics of Commemorating Martin Luther King, Jr. in a Georgia County". *Historical Geography* 30 (1): 99–120.
- . 2008. "Place, Naming, and the Interpretation of Cultural Landscapes". Em *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*, editado por Brian Graham e Peter Howard, 195–213. Aldershot: Ashgate.
- Alderman, Derek H., e Joshua F.J. Inwood. 2013. "Landscapes of Memory and Socially Just Futures". Em *The Wiley-Blackwell Companion to Cultural Geography*, editado por Nuala C. Johnson, Richard H. Schein, e Jamie Winders, 186–97. Hoboken: Wiley-Blackwell.
- Almeida, Joana. 2014. "Apropriação do Arquivo Privado do Período da Guerra Colonial na Prática Artística Contemporânea Portuguesa". Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Almeida, Sónia Vespeira de, e Sónia Ferreira. 2020. "Arquivar o exílio, contrariar o silêncio: memórias, objetos e narrativas de tempos incertos". *Revista de História das Ideias* 38: 227–42.
- Almeida, Vanessa. 2017. *Mulheres da Clandestinidade*. Lisboa: Parsifal.
- Alves, Marco. 2016. "O Estado Novo está como novo". *Sábado*. 20 a 26 de outubro (semanal): 72-76.
- Amaro, Clementino. 2011. "Escavações arqueológicas no Aljube". Em *Aljube - A Voz das Vítimas*, por AA.VV., 21-23. Lisboa: Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea e Movimento Não Apaguem a Memória.
- Andrade, Sérgio C. 2007. "Já está na net a devassa da PIDE à vida de Torga". *Público*, 28 de março de 2007. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.publico.pt/2007/03/28/jornal/ja-esta-na-net-a-devassa-da-pide-a-vida-de-torga-181785>.
- . 2008. "Instalação de pousada no forte de Peniche está a causar polémica". *Público*, 4 de outubro de 2008.
- Andresen, Sophia de Mello Breyner. 2015. *O Nome das Coisas*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Antunes, António Lobo. 2003. *Boa Tarde às Coisas Aqui em Baixo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Antunes, Maria José Lobo. 2014. "Regressos Quase Perfeitos: Etnografia da Memória da Guerra em Angola (1971-1973)". Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- Aranha, Ana, e Carlos Ademar. 2014. *No Limite da Dor – A Tortura nas Prisões da PIDE*. Lisboa: Parsifal.
- Arranja, Álvaro. 2016. "A Revolta dos Marinheiros em 1936". *Esquerda.net*, 2016. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.esquerda.net/artigo/revolta-dos-marinheiros-em-1936/44361>.
- Arthur, Paul Longley. 2009. "Saving Lives: Digital Biography and Life Writing". Em *Save as...Digital Memories*, editado por Joanne Garde-Hanson, Andrew Hoskins, e Anna Reading, 44–59. Hampshire e New York: Palgrave Macmillan.
- Ashworth, Gregory J. 2008. «The Memorialization of Violence and Tragedy: Human Trauma as Heritage». Em *The Ashgate research companion to heritage and identity*, editado por Brian Graham e Peter Howard, 231–44. Aldershot: Ashgate Publishing
- Avante!* 1999. "Virgínia Moura homenageada", 23 de dezembro de 1999.
- Badior, Daria. 2020. "Barbara Kirshenblatt-Gimblett: "A 21st-century museum is a forum, not a temple"". *LB.ua*, 14 de julho de 2020. Acedido em 10 de outubro de 2020. https://en.lb.ua/news/2020/07/14/8743_barbara_kirshenblattgimblett_a.html?fbclid=IwAR0HeBwSze-OYyORr1X02jsst2K5NMiOq75xuJcKrKMwV4b03eLGonK7_Rs.
- Bagnall, Gaynor. 2003. "Performance and performativity at heritage sites". *Museum and Society* 1 (2): 87–103.
- Baptista, Pedro. 2014. *Da Foz Velha a'O Grito do Povo: A oposição maoísta à ditadura, memórias (1948-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Barros, Victor. 2009. *Campos de concentração em Cabo Verde: as ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Barthes, Roland. 1980. *La Chambre claire: Note sur la photographie*. Paris: Gallimard.
- Bastos, Joana Pereira. 2013. *Os últimos presos do Estado Novo: tortura e desespero nas vésperas do 25 de Abril*. Amadora: Oficina do Livro.
- Bebiano, Rui. 2021. "Esquecimento e desfiguração da memória da democracia". *setenta e quatro*, 13 de julho de 2021. <https://www.setentaequatro.pt/ensaio/esquecimento-e-desfiguracao-da-memoria-da-democracia>.
- Benedetti, Mario. 2000. *El Olvido Esta Lleno De Memoria*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Benjamin, Walter. 1969. "Theses on the Philosophy of History". Em *Illuminations*, por Walter Benjamin, editado por Hannah Arendt, 253–67. New York: Schocken Books.
- Benton, Tim. 1999. "From the Arengario to the Lictor's Axe: Memories of Italian Fascism". Em *Material Memories: Design and Evocation*, editado por Marius Kwint, Christopher Breward, e Jeremy Aynsley, 199–218. Oxford: Berg Publishers.
- . 2010. "Heritage and changes of regime". Em *Understanding Heritage and Memory*, editado por Tim Benton, 126.^a–163.^a ed. Manchester e New York: Manchester University Press.
- Bernardes, Fernando Miguel. 1991. *Uma Fortaleza da Resistência*. Lisboa: Edições Avante.
- Bianchini, Maria Chiara. 2015. "De la represión al patrimonio: vestigios de la violencia de estado en Madrid y Santiago de Chile". *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares* LXX (2): 399–426.

- Botelho, Leonel. 2006. "Cisterna da sede da PIDE será museu da resistência". *Público*, 13 de setembro de 2006.
- Braga, Isabel. 1999. "Os três meses que abalaram o regime de Caetano". *Público*, 17 de abril de 1999. Acedido em 1 de agosto, 2019. <https://www.publico.pt/1999/04/17/jornal/os-tres-meses-que-abalaram-o-regime-de-caetano-132220>.
- Brand, Stewart. 1994. *How buildings learn: What Happens After They're Built*. New York: Penguin.
- Brito, Alexandra Barahona de. 2004. "Verdade, justiça, memória e democratização no cone sul da América Latina". Em *Política da Memória. Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, editado por Alexandra Barahona de Brito, Carmen González-Enríquez, e Paloma Aguilar Fernández, 155–93. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Brito, Pedro de, José Alberto da Costa Matos, e Maria Alexandra D. L. S. Anjos. 1999. *Os Soldadinhos do Porto*. Porto: Lello Editores.
- Burgess, Robert G. 1984. *In the Field: An Introduction to Field Research*. Londres: George Allen & Unwin.
- Byrne, Denis. 2009. "A critique of unfeeling heritage". Em *Intangible Heritage*, editado por Laurajane Smith e Natsuko Akagawa, 229–52. Londres e New York: Routledge.
- Caldeira, Alfredo. 2011. «Aljube - A Voz das Vítimas», Alice e a Matemática Entrevistado por Isabel Meira. Rádio - TSF. Acedido em 2 de julho, 2019. <https://www.tsf.pt/programa/a-semana-passada/emissao/aljube---a-voz-das-vitimas-alice-e-a-matematica-1831617.html>.
- Caldeira, Alfredo, Fernando Rosas, e Luís Farinha. 2015. *Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Calvino, Italo. 1990. *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Câmara Municipal de Évora. 2014. *Democracia em Cartaz. Cronologia de acontecimentos*. Cadernos do Arquivo 8.
- Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia. 2000. "Acta n.º 112". Em *1974-1989 - Actas da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa*, 3-5. Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia.
- Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia. 2000. "Acta n.º 113". Em *1974-1989 - Actas da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa*, 7-9. Câmara Municipal de Lisboa – Comissão Municipal de Toponímia.
- Cardina, Miguel. 2010. "Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 88: 207–31.
- . 2011. *Margem de Certa Maneira - O Maoísmo em Portugal 1964-1974*. Lisboa: Tinta da China.
- . 2012. "Política, Punição e Silenciamento. As oposições de inspiração maoísta em Portugal diante da repressão (1964-1974)". *História Revista* 16 (2): 207–26.
- . 2018. "Fernando Rosas". Em *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, 7:252–53. Porto: Figueirinhas.
- . 2020. "A deserção à guerra colonial: história, memória e política". *Revista de História das Ideias* 38 (fevereiro): 181–204.

- Cardoso, António Monteiro. 2011. "Um tempo, um contexto". Em *Gente Comum - Uma história na PIDE*, por Aurora Rodrigues, 45–55. Castro Verde: 100LUZ.
- Cardoso, Margarida David. 2017. "'Museu Judaico sim, mas não no Largo de S. Miguel'", diz associação de moradores de Alfama". *Público*, 1 de março de 2017. Acedido em 1 de outubro, 2020. <https://www.publico.pt/2017/03/01/local/noticia/museu-judaico-sim-mas-nao-no-largo-de-s-miguel-diz-associacao-de-moradores-de-alfama-1763685>.
- Cardoso, Joana Lopes. 2017. «Lisboa ao encontro do retorno». Em *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*, editado por Elsa Peralta, Bruno Góis, e Joana Oliveira, 23–29. Lisboa: Edições 70.
- Carlos, Papiniano. 1998. *A Memória com Passaportes. Um tal Perafita na "Casa del Campo". Relato de um prisioneiro na PIDE do Porto, em 1937*. Porto: Campo das Letras.
- Carneiro, Luís Miguel. 2019. "Mário de Carvalho "os bairros dão identidade única a Lisboa"". *Lisboa - Revista municipal trimestral*, março de 2019.
- Carneiro, Mariana. 2021. "Memorial no Largo da Boa-Horta: Resgatar a memória da resistência antifascista em Portugal". *Esquerda.net*. Acedido em 1 de novembro de 2021. <https://www.esquerda.net/en/artigo/memorial-no-largo-da-boa-horta-resgatar-memoria-da-resistencia-antifascista-em-portugal/77599>.
- Casey, Edward. 1996. "How to Get from Space to Place in a Fairly Short Stretch of Time: Phenomenological Prolegomena". Em *Senses of Place*, editado por Stephen Feld e Keith H. Basso, 13–52. Santa Fe: School of American Research Press.
- Casielles, Laura. 2019. "'No se puede pensar en la ruptura democrática en Portugal sin pensar en la guerra colonial'". *CTXT: Contexto y acción*, julho de 2019, Nr 229. Acedido em 10 de outubro, 2020. <https://ctxt.es/es/20190710/Politica/27184/Laura-Casielles-entrevista-Miguel-Cardina-investigador-memoria-Portugal-dictadura-colonizacion.htm>.
- Castelo, Cláudia. 2011. "A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial". *CIEA7 (Counter-) Memories of Colonialism: Remembrance, Resistance and Transference in Anti-Colonial African Narratives (#6)*: 1–18.
- Castro, Raúl. 1974. "Prefácio". Em *O Último Dia da PIDE 26 de Abril no Porto*, por AA.VV., Movimento Democrático. Porto.
- Chougnat, Jean-François. 2009. "Um livre pensamento". Em *Amália: Coração Independente*, por AA.VV., 57–70. Lisboa: Museu Coleção Berardo.
- Christidou, Dimitra, e Sophia Diamantopoulou. 2016. "Seeing and Being Seen: The Multimodality of Museum Spectatorship". *Museum & Society* 14 (1) (março): 12–32.
- Coelho, António Borges. 2015. "Aljube". Em *Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*, por Alfredo Caldeira, Fernando Rosas, e Luís Farinha, 9. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Coelho, José Dias. 1974. *A Resistência em Portugal*. Porto: Inova.
- Coentrão, Abel. 2019. "Cresce a vaga para um museu da resistência no Porto". *Público*, 17 de junho de 2019. Acedido em 1 de outubro, 2020. <http://www.publico.pt/2019/06/17/local/noticia/cresce-vaga-museu-resistencia-porto-1876721?fbclid=IwAR1DAqzL6K5Awaql-BxITOGH2KDxtZiuKo1Kapdj-BdTg5foqzkPzL8VCpl>.
- Connerton, Paul. 2008. "Seven types of forgetting". *Memory Studies* 1 (1): 59–71.
- . 2009. *How Modernity Forgets*. New York: Cambridge University Press.

- Cordeiro, José Manuel Lopes. 2014. *A Imprensa Clandestina e do Exílio no Período 1926-1974*. Braga: Conselho Cultural e Universidade do Minho.
- Correio da Manhã. 2005. "Sede da PIDE transformada em condomínio de luxo", 7 de fevereiro de 2005. Acedido em 10-7-2020. <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/sede-da-pide-transformada-em-condominio-de-luxo>.
- Costa, Filipe Santos. 2014. "Proclamar a verdade nos telhados". *Expresso* - 25 de Abril - 40 anos, 18 de abril de 2014.
- Costa, Jorge. 2017. "A morte do estudante Ribeiro dos Santos". *Esquerda.net*, 12 de outubro de 2017. Acedido em 1 de julho, 2021. <https://www.esquerda.net/dossier/morte-do-estudante-ribeiro-dos-santos/24993>.
- Coutinho, Belmira, Maria Manuel Baptista, Moisés de Lemos Martins, e José Rebelo. 2018. "Portugal, país de turismo: dissonâncias e usos turísticos do património do Estado Novo". *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 5 (2): 213–31.
- Craveiro, Joana. 2016. "'Que teatro é este?': Pensamento e processo de um Museu Vivo de Memórias Pequenas e Esquecidas". *Sinais de Cena - Revista de Estudos de Teatro e Artes Performativas*, Teatro e Memória, n. 1 (junho): 27–48.
- Cresswell, Tim. 2004. *Place: A Short Introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Davies, Charlotte Aull. 2008. *Reflexive Ethnography: A Guide to Researching Selves and Others*. Oxon e New York: Routledge.
- Davis, Colin. 2011. "Trauma and Ethics: Telling the Other's Story". Em *Other People's Pain: Narratives of Trauma and The Question of Ethics*, editado por Martin Modlinger e Philipp Sonntag, 19–42. Oxford: Peter Lang.
- De Certeau, Michel. 1984. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- DeSilvey, Caitlin, e Rodney Harrison. 2019. "Anticipating loss: rethinking endangerment in heritage futures". *International Journal of Heritage Studies* 26 (1): 1–7.
- Diário de Lisboa. 1974a. «A rua 31 de Janeiro recupera o nome que perdera», 27 de abril de 1974.
- . 1974b. «A escola da DGS-PIDE ocupada ontem», 28 de abril de 1974.
- Diário de Notícias. 1925. "Impressões de uma visita ao Aljube", 26 de julho de 1925, 21878 edição.
- . 1984. "O Porto festejou a data em tolerância e diálogo", 27 de abril de 1984.
- . 2020. "Fernando Medina: "Lisboa vai ter um memorial à escravatura"", 14 de junho de 2020. Acedido em 20 de julho, 2021. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/14-jun-2020/fernando-medina-lisboa-vai-ter-um-memorial-a-escravatura-12305662.html>.
- Dias, Manuel Graça, e Egas José Vieira. 2017. "Recuperação e Adaptação do edifício da antiga Cadeia do Aljube". *Arqa*, n. 128 (dezembro): 88–97.
- Didi-Huberman, Georges. 2012. *Imagens Apesar de Tudo*. Lisboa: KKYM.
- DN/Lusa. 2017. "Instalação inédita de Tatiana Macedo é inaugurada hoje no Museu do Aljube". *Diário de Notícias*, 27 de outubro de 2017. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.dn.pt/lusa/instalacao-inedita-de-tatiana-macedo-e-inaugurada-hoje-no>

museu-do-aljube-8875876.html.

- DN/Lusa. 2018. «Museu do Estado Novo nasce em 2019 em Santa Comba Dão». *Diário de Notícias*, 9 de dezembro de 2018. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.dn.pt/pais/museu-do-estado-novo-e-centro-interpretativo-com-inicio-para-2019-10298738.html>.
- Duarte, Sónia. 2018. "Percursos na memória da casa da PIDE no Porto (1936-1974). Do Heroísmo à Firmeza: com o Arquitecto Mário Mesquita". *Diagonal*, III, n. 1 (setembro): 13–18.
- Endres, Danielle, e Samantha Senda-Cook. 2011. "Location Matters: The Rhetoric of Place in Protest". *Quarterly Journal of Speech* 97 (3): 257–82.
- Entrikin, J. N. 1991. *The Betweenness of Place: Towards a Geography of Modernity*. Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press.
- Esperança, Paulo. 2017. "Uma noite sem fim com um dia de começo". Em *25 de Abril - Roteiro da Revolução*, editado por José Mateus, Raquel Varela, e Susana Gaudêncio, 110–13. Lisboa: Parsifal.
- Faria, Natália. 2006. "As escadas eram o aquecimento para tortura que vinha a seguir". *Público*, 16 de julho de 2006.
- Farinha, Luís. 2020. "19 de novembro de 1933: Os "150 mais perigosos" saem para Angra do Heroísmo". *Esquerda.net*, 19 de novembro de 2020. Acedido em 1 de julho, 2020. <https://www.esquerda.net/artigo/19-de-novembro-de-1933-os-150-mais-perigosos-saem-para-angra-do-heroismo/71357>.
- . 2021. "13 de fevereiro de 1965: O assassinato do general Delgado". *Esquerda.net*. 13 de fevereiro de 2021. Acedido em 1 de julho, 2021. <https://www.esquerda.net/artigo/13-de-fevereiro-de-1965-o-assassinato-do-general-delgado/72768>.
- Ferreira, Ana Sofia. 2006. "As eleições no Estado Novo: As eleições presidenciais de 1949 e 1958". *Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III, 9: 197–212.
- Ferreira, Ana Sofia de Matos. 2015. "Luta Armada em Portugal (1970-1974)". Tese de Doutoramento em História - Especialidade em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Ferreira, Manuel do Carmo. 2016. *Prontuário da Toponímia Portuense*. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento.
- Feversham, Polly, e Leo Schmidt. 2007. "The Berlin Wall: Border, fragment, world heritage?" Em *A Fearsome Heritage - Diverse Legacies from the Cold War*, editado por John Schofield e Wayne Cocroft, 193–210. Routledge.
- Foote, Kenneth E., e Maoz Azaryahu. 2007. "Toward a geography of memory: Geographical dimensions of public memory and commemoration". *Journal of Political and Military Sociology* 5 (3): 125–44.
- Fratini, Giorgio. 2008. *As paredes têm ouvidos - Sonno Elefante*. Porto: Campo das Letras.
- García, Carmen Ortíz. 2013a. "Introducción". Em *Lugares de Represión, Paisajes de La Memoria. Aspectos Materiales y Simbólicos de la Cárcel de Carabanchel*, editado por Carmen Ortíz García, 13–20. Madrid: Catarata.
- , ed. 2013b. *Lugares de Represión, Paisajes de La Memoria. Aspectos Materiales y*

Simbólicos de la Cárcel de Carabanchel. Madrid: Catarata.

- García, Carmen Ortiz. 2013c. "Patrimonio sin monumentos. Políticas de la memoria y gestión patrimonial de los sitios de represión del franquismo. El caso de la cárcel de Carabanchel". Em *Lugares de Represión, Paisajes de La Memoria. Aspectos Materiales y Simbólicos de la Cárcel de Carabanchel*, editado por Carmen Ortiz García, 13–20. Madrid: Catarata.
- Gil, José. 1995. *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'Água.
- . 2007. *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gillis, John R. 1994. "Memory and Identity: the History of a Relationship". Em *Commemorations. The Politics of National Identity*, editado por John R. Gillis, 3–24. Princeton: Princeton University Press.
- Godinho, Paula. 1998. "Memórias da resistência rural no sul - Couço (1958-1962)". Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- . 2011. "Introdução - História de um testemunho, com Caxias ao fundo". Em *Gente Comum - Uma História na PIDE*, por Aurora Rodrigues, 11–41. Castro Verde: 100LUZ.
- . 2015. "Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas". Em *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, editado por Manuel Loff, Filipe Piedade, e Luciana Castro Soutelo, 145–68. Coimbra: Almedina.
- Goffman, Erving. 1993. *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gomes, José Bandeira. 1974. "Quando custava ser vizinho da PIDE". *Diário de Lisboa*, 26 de maio de 1974.
- Grounds, Richard A. 2001. "Tallahassee, Osceola, and the Hermeneutics of American Place-Names". *Journal of the American Academy of Religion* 69 (2): 287–322.
- Guerra, Susana. 2015. "A batalha das imagens: Apropriações da ditadura no cinema português". *Guavira Letras*, n. 20: 94–100.
- Gurian, Elaine Heumann. 2001. "What is the object of this exercise? A Meandering exploration of many meanings of objects in museums". *Humanities Research* 8 (1): 25–36.
- Hajek, Andrea. 2012a. "Facebook and the Digital (R)evolution of a Protest Generation". *Deliberately Considered*. 13 de julho de 2012. Acedido em 10 de agosto, 2019. <http://www.deliberatelyconsidered.com/2012/07/facebook-and-the-digital-revolution-of-a-protest-generation/>.
- . 2012b. "'Mmmmm quanti, ma quanti ricordi mi evocano queste foto ...': Facebook and the 1977 Family Album: The Digital (R)evolution of a Protest Generation". *Italian Studies* 67 (3): 375–96.
- Halbwachs, Maurice. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Haldrup, Michael, e Jørgen Ole Bærenholdt. 2015. "Heritage as Performance". Em *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, editado por Emma Waterton e Steve Watson, 52–68. Hampshire e New York: Palgrave Macmillan.
- Hall, Stuart. 2001. "Constituting an archive". *Third Text* 15 (54): 89–92.
- Harrison, Rodney. 2010. *Understanding the politics of heritage*. Manchester e New York: Manchester University Press.

- . 2013. *Heritage - Critical Approaches*. Londres e New York: Routledge.
- Harvey, David C. 2001. "Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies". *International Journal of Heritage Studies* 7 (4): 319–38.
- Harvie, Jen. 2005. *Staging the UK*. Manchester: Manchester University Press.
- Haskins, Ekaterina. 2007. "Between Archive and Participation: Public Memory in a Digital Age". *Rhetoric Society Quarterly* 37 (4): 401–22.
- Heimo, Anne. 2017. "The Italian Hall Tragedy, 1913: A Hundred Years of Remediated Memories". Em *The Twentieth Century in European Memory: Transcultural Mediation and Reception*, editado por Barbara Törnquist-Plewa e Tea Sindbæk Andersen, 240–67. Leiden e Boston: Brill.
- Heinich, Nathalie. 2009. *La Fabrique du Patrimoine - De la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Holtorf, Cornelius. 2015. "Averting Loss Aversion in Cultural Heritage". *International Journal of Heritage Studies* 21 (4): 405–21. <https://doi.org/10.1080/13527258.2014.938766>.
- Huyssen, Andreas. 2003. *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Iniesta, Montserrat. 2009. "Patrimonio, ágora, ciudadanía. Lugares para negociar memorias productivas." Em *El Estado y la memoria*, editado por Ricard Vynes, 467–98. Barcelona: RBA Libros.
- Invernizzi-Accetti, Carlo. 2017. "A small Italian town can teach the world how to defuse controversial monuments". *The Guardian*, 6 de dezembro de 2017. Acedido em 7 de dezembro, 2017. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/dec/06/bolzano-italian-town-defuse-controversial-monuments>.
- Jelin, Elizabeth. 2002. *Los Trabajos de La Memoria*. Madrid: Siglo XXI De España Editores.
- Jelin, Elizabeth, e Victoria Langland. 2003. "Las marcas territoriales como nexo entre pasado y presente". Em *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*, editado por Elizabeth Jelin e Victoria Langland, 1–16. Madrid: Siglo XXI De España Editores e Siglo XXI de Argentina Editores.
- Jornal de Notícias*. 1978a. «Porto reviveu em festa a madrugada da Liberdade», 25 de abril de 1978.
- . 1978b. «Portugueses saudaram na rua o Dia da Liberdade», 27 de abril de 1978.
- . 1980. «Museu Militar da Cidade Vai Ser Inaugurado Hoje», 21 de março de 1980.
- Jornal i*. 2014. "Revolução. O 25 de Abril está em 1159 ruas", 22 de abril de 2014. Acedido em 1 de março, 2018. <https://ionline.sapo.pt/317093>.
- Josselson, Ruthellen. 2011. "'Bet you think this song is about you": Whose Narrative Is It in Narrative Research?" *Narrative Works* 1 (1): 33–51.
- Kansteiner, Wulf. 2017. "Transnational Holocaust Memory, Digital Culture and the End of Reception Studies". Em *The Twentieth Century in European Memory: Transcultural Mediation and Reception*, editado por Tea Sindbæk Andersen e Barbara Törnquist-Plewa, 305–44. Leiden e Boston: Brill.
- Kavanagh, Gaynor. 2000. *Dream Spaces: Memory and The Museum*. Londres e New York:

Leicester University Press.

- Kidd, Jenny. 2014. *Museums in the New Mediascape: transmedia, participation, ethics*. Farnham: Ashgate.
- King, Michelle T. 2012. "Working with/in the archives". Em *Research Methods for History*, editado por Simon Gunn e Lucy Faire, 13–29. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara. 1998. *Destination Culture, Tourism, Museums and Heritage*. Berkeley: University of California Press.
- Kirshenblatt-Gimblett, Barbara. 2000. "The Museum as Catalyst". Em *Museums 2000: Confirmation or Challenge, ICOM Sweden, the Swedish Museum Association and Swedish Travelling Exhibitions/Riksställningar*. Vadstena, Suécia. Acedido em 1 de junho de 2019. <https://www.nyu.edu/classes/bkg/web/vadstena.pdf>.
- Kratz, Corinne A. 2002. *The Ones That Are Wanted: Communication And the Politics of Representation In a Photographic Exhibition*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press.
- Kuhn, Annette. 1995. *Family Secrets: Acts of Memory and Imagination*. Londres e New York: Verso.
- Kundera, Milan. 1994. *O Livro do Riso e do Esquecimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Landsberg, Alison. 2004. *Prosthetic Memory: The Transformation of American Remembrance in the Age of Mass Culture*. New York: Columbia University Press.
- Laqueur, Thomas W. 2015. *The work of the dead: a cultural history of mortal remains*. New Jersey e Oxfordshire: Princeton University Press.
- Leal, João. 2016. "Diários de campo: modos de fazer, modos de usar". Em *Os Arquivos dos Antropólogos*, editado por Sónia Vespeira de Almeida e Rita Ávila Cachado, 145–54. Lisboa: Palavrão.
- Lehrer, Erica, e Cynthia E. Milton. 2011. "Introduction: Witness to Witnessing". Em *Curating Difficult Knowledge - Violent Pasts in Public Places*, editado por Erica Lehrer, Cynthia E. Milton, e Monica Eileen Patterson, 1–19. Hampshire e New York: Palgrave Macmillan.
- Leiderfarb, Luciana. 2017. "Cláudio Torres: "Foi na prisão que recebi o primeiro abraço do meu pai"". *Expresso*, 1 de abril de 2017. Acedido em 1 de julho, 2021. <https://expresso.pt/cultura/2017-04-01-Claudio-Torres-Foi-na-prisao-que-recebi-o-primeiro-abraco-do-meu-pai>.
- Lennon, J. John, e Malcolm Foley. 2010. *Dark Tourism*. New ed. Andover: Cengage Learning.
- Levy, Daniel, e Natan Sznaider. 2006. *The Holocaust and Memory in the Global Age*. Traduzido por Assenka Oksiloff. Philadelphia: Temple University Press.
- Lin, Maya. 2000. "Making the Memorial". *The New York Review of Books*, 2 de Novembro de 2000. <https://www.nybooks.com/articles/2000/11/02/making-the-memorial/>.
- Loff, Manuel. 2015. "'Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)"". Em *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, editado por Manuel Loff, Filipe Piedade, e Luciana Castro Soutelo, 23–143. Coimbra: Almedina.
- Lowenthal, David. 1985. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Lusa. 2015. "Câmara de Lisboa quer dar nome de Humberto Delgado ao Aeroporto da Portela". *Público*, 11 de fevereiro de 2015. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.publico.pt/2015/02/11/local/noticia/camara-de-lisboa-quer-dar-nome-de-humberto-delgado-ao-aeroporto-da-portela-1685835>.
- . 2018. "Figuras da ditadura na toponímia de 78 concelhos". *Público*, 19 de agosto de 2018. Acedido em 20 de agosto, 2018. <https://www.publico.pt/2018/07/19/sociedade/noticia/figuras-da-ditadura-dao-nome-a-ruas-em-pelo-menos-78-concelhos-do-pais-1838466>.
- . 2020a. "Petição contra Museu Salazar com 11 mil assinaturas entregue no parlamento". *Sábado*, 28 de fevereiro de 2020. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/peticao-contra-museu-salazar-com-11-mil-assinaturas-entregue-no-parlamento>.
- . 2020b. "'Romarias' para lembrar o ditador: Museu Salazar abre debate aceso no Parlamento". *Sábado*, 16 de junho de 2020. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/romarias-para-lembrar-o-ditador-museu-salazar-abre-debate-aceso-no-parlamento>.
- . 2021a. «Câmara de Lisboa aprova criação de memorial aos presos e perseguidos políticos». *Observador*, 19 de maio de 2021. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://observador.pt/2021/05/19/camara-de-lisboa-aprova-criacao-de-memorial-aos-presos-e-perseguidos-politicos/>.
- . 2021b. «Portugal e Cabo Verde promovem candidatura do Tarrafal a património mundial». *RTP Notícias*, 6 de julho de 2021. Acedido em 7 de julho, 2021. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-e-cabo-verde-promovem-candidatura-do-tarrafal-a-patrimonio-mundial_n1333402.
- Macdonald, Sharon. 2005. "Accessing audiences: visiting visitor books". *Museum and Society* 3 (3): 119–36.
- . 2009. *Difficult Heritage – Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. New York: Routledge.
- . 2013. *Memorylands: Heritage and Identity in Europe Today*. Londres: Routledge.
- . 2015. "Is 'Difficult Heritage' Still 'Difficult'? Why Public Acknowledgment of Past Perpetration May No Longer Be So Unsettling to Collective Identities". *Museum International* 67 (1–4): 6–22.
- Madden, Raymond. 2010. *Being Ethnographic: A Guide to the Theory and Practice of Ethnography*. Londres: Sage.
- Madeira, Cláudia. 2015. "'O que eu quero é uma revolução!': a performatividade como palavra de ordem". *Cadernos de Arte e Antropologia* 4 (2): 29–52.
- Madeira, João. 2007a. "A fraude eleitoral de 1958". Em *Vítimas de Salazar - Estado Novo e Violência Política*, editado por João Madeira e Irene Flunser Pimentel, 411–21. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2007b. "Mortes Violentas". Em *Vítimas de Salazar - Estado Novo e Violência Política*, editado por João Madeira e Irene Flunser Pimentel, 371–410. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2010. "António Borges Coelho, militante, historiador, homem de causas e utopias". Em *António Borges Coelho - Procurar a Luz para Ver as Sombras - Catálogo da Exposição*

- Bibliográfica*, 11–45. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Museu do Neo-Realismo.
- Madeira, João, Irene Flunser Pimentel, e Luís Farinha, eds. 2007. *Vítimas de Salazar - Estado Novo e Violência Política*. A Esfera dos Livros.
- Madrinha, Mariana. 2019. "Memorial presta homenagem aos presos e perseguidos da Ditadura". *Jornal i*, 25 de Abril de 2019. Acedido em 1 de outubro, 2020. <https://ionline.sapo.pt/artigo/654688/memorial-presta-homenagem-aos-presos-e-perseguidos-da-ditadura?seccao=Portugal>.
- Magro, José. 1974. "Depoimento de José Magro". Em *PIDE - A História da Repressão*, editado por Alexandre Manuel, Rogério Carapinha, e Dias Neves, 139–50. Fundão: Jornal do Fundão Editora.
- Manuel, Alexandre, Rogério Carapinha, e Dias Neves. 1974. *PIDE - A História da Repressão*. Fundão: Jornal do Fundão Editora.
- Marcus, George E. 1995. "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography". *Annual Review of Anthropology* 24: 95–117.
- Margato, Cristina. 2018. "A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão?" *Expresso*, 12 de abril de 2018. Acedido em 20 de julho, 2021. <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->.
- Marques, Fernando Pereira. 2013. "O Fascismo nunca existiu? Os resistentes antifascistas no regime democrático". Em *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*, editado por Irene Flunser Pimentel e Maria Inácia Rezola, 137–50. Lisboa: Tinta da China.
- . 2016. *Uma Nova Conceção de Luta: Materiais para a história da LUAR e da resistência armada em Portugal*. Lisboa: Tinta da China.
- . 2018. "Liga de União e Ação Revolucionária (LUAR)". Em *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, editado por António Reis, Maria Inácia Rezola, e Paula Borges Santos, 5:199–201. Porto: Figueirinhas.
- Marques, Susana Moreira. 2016. "Joana Craveiro: Portugal trata mal a sua memória". *Jornal de Negócios*, 9 de dezembro de 2016. Acedido em 1 de outubro de 2020. <https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/joana-craveiro-portugal-trata-mal-a-sua-memoria>.
- Martins, Ana Rita Lopes Nunes. 2015. "A Musealização das Heranças Difíceis: O caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade". Dissertação de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Martins, Christiana, e Paulo Paixão. 2018. "Polémica atrasa Museu das Descobertas". *Expresso*, 24 de junho de 2018. Acedido em 20 de julho, 2021. <https://expresso.pt/sociedade/2018-06-24-Polemica-atrasa-Museu-das-Descobertas>
- Martins, Hermínio. 1998. "O Estado Novo". Em *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, 19–51. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Martins, Susana Maria Santos. 2013. "Exilados Portugueses em Argel: A FPLN das origens à rutura com Humberto Delgado (1960 – 1965)". Tese de Doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Mateus, Dalila Cabrita. 2004. *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*. Lisboa: Terramar.

- Matos-Cruz, José de. 2001. "Breve Dicionário Tipológico do Cinema no Estado Novo". Em *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, editado por Luís Reis Torgal, 357–91. Lisboa: Temas e Debates.
- Medina, Miguel. 1999. *Esboços: Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Vol. 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- . 2001. *Esboços: Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*. Vol. 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Mesquita, Mário João. 2009. "Do Heroísmo à Firmeza – Percursos na Memória da casa da PIDE no Porto (1934-1974)".
- Miguel Marujo/Lusa. 2019. "Esqueçam o museu Salazar. O que vai nascer vai “incomodar” os salazaristas". *Diário de Notícias*, 4 de setembro de 2019. Acedido em 15 de julho de 2021. <https://www.dn.pt/pais/esquecam-o-museu-salazar-o-que-vai-nascer-vai-incomodar-os-salazaristas-11268565.html>.
- Misztal, Barbara A. 2003. *Theories of Social Remembring*. Maidenhead e Philadelphia: Open University Press.
- Monteiro, Fábio. 2019. *Esquecidos em Abril - Os mortos da revolução sem sangue*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Moreira, Elda Torcato Ribeiro Mendes. 2015. "A Arquitetura de Fernando Lanhas". Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Moreira, Vânia Daniela Martins. 2018. "As prisões políticas do Estado Novo no século XXI: uma perspectiva patrimonial". Dissertação de Mestrado em Património Cultural, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Musil, Robert. 2006. *Posthumous Papers of a Living Author*; Brooklyn, New York: Archipelago Books.
- Narciso, Raimundo. 2000. *A.R. A- Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- . 2015. *Movimento Cívico Não Apaguem a Memória - NAM. 2005-2015 Breve resenha histórica da sua actividade*. Lisboa: Edição de Autor.
- Neto, Dulce. 1994. "Em busca da memória que falta". *Público*, 24 de abril de 1994.
- Neves, Nuno Teixeira. 2003. *O Falso Testemunho*. Porto: Campo das Letras.
- Nogueira, Cristina Alexandra Marques. 2009. "De militantes a clandestinos: práticas e processos de formação na clandestinidade comunista (1940/1974)". Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Nora, Pierre. 1997 [1984-1992]. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard.
- . 1989. "Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire". *Representations*, n. 26: 7–24.
- O Comércio do Porto*. 1981. "25 de Abril comemorado de Norte a Sul de todo o país", 27 de Abril de 1981.
- . 1999. "Data assinala primeira detenção da antifascista pela PIDE – Busto de Virgínia

Moura inaugurado a 17 de Dezembro", 30 de outubro de 1999.

O Primeiro de Janeiro. 1978. "Comemorações do 25 de Abril começaram ontem", 25 de abril de 1978.

Oliveira, Eliana Catarina Gonçalves de. 2012. "Aljube: uma cadeia política". Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Oliveira, Luísa Tiago de, e Isabel Gorjão Santos. 2009. "A ocupação da sede da PIDE/DGS em 1974". *Ler História*, n. 57: 125–34.

Pato, Helena. 2017. "Mulheres de Abril: Testemunho de Helena Pato". *Esquerda.net*, 18 de abril. Acedido em 1 de julho, 2020. <https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-testemunho-de-helena-pato/48118>.

Pedro, Edmundo. 2009. *Memórias - Um Combate pela Liberdade*. Vol. I. Lisboa: Âncora Editora.

Peralta, Elsa. 2011. "Conspirações de Silêncio: Portugal e o Fim do Império Colonial". *Le Monde Diplomatique*, II, n. 52 (fevereiro): 21.

———. 2017a. "Introdução: Retornar ou Traços de Memória num tempo presente". Em *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*, editado por Elsa Peralta, Bruno Góis, e Joana Oliveira, 31–42. Lisboa: Edições 70.

———. 2017b. *Lisboa e a Memória do Império - Património, Museus e Espaço Público*. Lisboa: Le Monde Diplomatique/ Outro Modo.

Peralta, Elsa, e Joana Gonçalo Oliveira. 2016. "Pós-memória como herança: fotografia e testemunho do "retorno" de África". *Configurações. Revista de sociologia*, n. 17 (junho): 181–97.

Pereira, Helena. 2021. "Miguel Cardina: "A guerra foi um capítulo violento, mas a violência está inscrita no passado colonial"". *Público*, 30 de Abril de 2021. Acedido em 30 de abril, 2017. <https://www.publico.pt/2021/04/30/politica/noticia/miguel-cardina-guerra-capitulo-violento-violencia-inscrita-passado-colonial-1960754>.

Pereira, Henrique José Lopes. 2017. "O Público e o Privado na Gestão do Património Cultural: sobre o Programa Revive". Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Gestão da Cultura, ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

Pereira, José Pacheco. 2016. "Prefácio". Em *Uma Nova Conceção de Luta: Materiais para a história da LUAR e da resistência armada em Portugal*, por Fernando Pereira Marques, 9–11. Lisboa: Tinta da China.

Pereira, Nuno Teotónio. 1995. «A Comissão de Socorro aos Presos Políticos». *Público*, 17 de Janeiro de 1995.

Pereira, Ricardo Araújo. 2016. *A Doença, o Sofrimento e a Morte entram num Bar*. Lisboa: Tinta da China.

Pereira, Susana, e Gonçalo Canto Moniz. 2014. "As Prisões do Estado Novo: dispositivos espaciais de vigilância e punição". Em *Direito e Representação / Law and Performance*, editado por Cristina Marinho e Nuno Pinto Ribeiro, 181–201. Porto: Centro de Estudos Teatrais da Universidade do Porto.

Pimentel, Irene Flunser. 2007a. *A História da PIDE*. Círculo de Leitores – Temas e Debates. Lisboa.

———. 2007b. "A memória pública da ditadura e da repressão". *Le Monde Diplomatique*, 2007.

- . 2007c. "A Tortura". Em *Vítimas de Salazar - Estado Novo e Violência Política*, editado por João Madeira, Irene Flunser Pimentel, e Luís Farinha, 105–27. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2007d. "Dois Crimes na Prisão da PIDE do Porto". Em *Vítimas de Salazar - Estado Novo e Violência Política*, editado por João Madeira, Irene Flunser Pimentel, e Luís Farinha, 381–84. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2007e. "O assassinato do estudante José António Ribeiro dos Santos". Em *Vítimas de Salazar - Estado Novo e Violência Política*, editado por Irene Flunser Pimentel e Luís Farinha, 403–10. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2013a. "A Extinção da Política Política no Regime Ditatorial Português, PIDE-DGS". Em *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*, editado por Irene Flunser Pimentel e Maria Inácia Rezola, 111–36. Tinta da China.
- . 2013b. *História da oposição à ditadura: 1926-1974*. Porto: Figueirinhas.
- . 2017. *O Caso da PIDE/DGS*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pimentel, Irene Flunser, e Maria Inácia Rezola, eds. 2013. *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Lisboa: Tinta da China.
- Pinto, António Costa. 2006. "O legado do Autoritarismo e a Transição Portuguesa para a Democracia, 1974-2004". Em *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004) - Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, editado por Manuel Loff e Conceição Meireles Pereira, 37–70.
- Pinto, António Costa, e Filipa Raimundo. 2014. "From Ruptured Transition to Politics of Silence: The Case of Portugal". Em *Transitional Justice and Memory in Europe (1945-2013)*, editado por Nico Wouters, 173–98. Cambridge: Intersentia.
- Pinto, Jorge Ricardo. 2011. *Bonfim - Território de Memórias e Destinos*. Porto: Junta de Freguesia do Bonfim.
- Pinto, Mariana Correia, Manuel Roberto, e Beatriz Silva Pinto. 2018. "'Pisco', o último preso libertado da PIDE, continua a levar cravos às escolas". *Público*, 25 de abril de 2018. Acedido em 1 de fevereiro, 2019. <https://www.publico.pt/2018/04/25/video/pisco-o-ultimo-presos-libertado-da-pide-continua-a-levar-cravos-as-escolas-20180424-232510>.
- Pizarro, Manuel Morais Sarmiento. 2019. "Os centros interpretativos enquanto unidades patrimoniais - Conceito, missão, objetivos e problemáticas". Em *Centros Interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos*, por AA. VV., 11–23. 3. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultur.
- Población, Félix. 2020. "El museo de la dictadura, la resistencia y libertad que España no tiene". *El Viejo Topo*, 11 de julho de 2020. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.elviejotopo.com/topoexpress/el-museo-que-espana-no-tiene/>.
- Pollak, Michael. 1989. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos* 2 (3): 3–15.
- Portelli, Alessandro. 1998. "What makes oral history different". Em *The oral history reader*, editado por Robert Perks e Alistair Thomson, 63–74. Londres e New York: Routledge.
- . 2003. *The Order Has Been Carried Out: History, Memory, and Meaning of a Nazi Massacre in Rome*. New York e Londres: Palgrave Macmillan.
- Público*. 2005a. "Grupo manifesta-se hoje contra condomínio de luxo na antiga sede da PIDE", 5 de outubro de 2005. Acedido em 1 de dezembro, 2020.

<https://www.publico.pt/2005/10/05/local/noticia/grupo-manifestase-hoje-contr-condominio-de-luxo-na-antiga-sede-da-pide-1234739>.

———. 2005b. "Nova manifestação na sede da PIDE contra demolição do edifício", 6 de outubro de 2005.

———. 2018. "Não a um museu contra nós!", 22 de junho de 2018. Acedido em 20 de julho, 2021. <https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipsilon/opiniao/nao-a-um-museu-contr-nos-1835227>.

Queirós, Liliane Guedes de. 2005. "Antiga sede da PIDE de Coimbra vai receber extensão de centro de saúde". *Público*, 2005.

Queirós, Luís Miguel, e Vítor Belanciano. 2021. "Não há democracia sem direitos das mulheres. A sua luta não é identitária, é uma luta da democracia". *Público*, 9 de maio de 2021. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.publico.pt/2021/05/09/culturaipsilon/noticia/nao-ha-democracia-direitos-mulheres-entao-luta-nao-identitaria-luta-democracia-1961760>.

Queiroz, Maria Inês Pires Soares da Costa. 2008. "A Mocidade Portuguesa na era dos fascismos: o enquadramento da juventude no Estado Novo (1936-1945)". Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX – Secção do Século XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Raimundo, Filipa. 2015. "A Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal". *Revista Contemporânea*, Dossiê Redemocratizações e Transições Políticas no Mundo Contemporâneo, 1 (7): 1–32.

———. 2018. *Ditadura e democracia, legados da memória*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Raimundo, Filipa, e António Costa Pinto. 2018. "Las Víctimas de la Dictadura en la Democracia Portuguesa. Memoria y Reparación". Em *Memoria y justicia transicional en Europa y América Latina*, editado por Roque Moreno Fonseret e Pedro Payá López, 105–23. Granada: Editorial Comares.

Ramalho, Daniel Filipe Quinzerreis. 2015. "Comemorações do 25 de Abril: Política e Memória (1975-1986)". Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Ribeiro, Fernanda. 2005. "Câmara aprovou condomínio na antiga sede da PIDE". *Público*, 6 de fevereiro de 2005. <https://www.publico.pt/2005/02/06/jornal/camara-aprovou-condominio-na-antiga-sede-da-pide-4556>.

Ribeiro, Margarida Calafate. 2017. "Para além da memória da Casa dos Estudantes do Império". Em *Casa dos Estudantes do Império: Dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*, editado por Cláudia Castelo e Miguel Bandeira Jerónimo, 197–206. Lisboa: Edições 70.

Ribeiro, Sérgio. 1983.*Porque vivi e quero contar*. Lisboa: Estampa.

Ribeiro, Teresa Domingas Lourenço Fradique. 2016. "A atracção dramaturgica pelo real: etnografias do actor-não actor". Tese de Doutoramento em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ricoeur, Paul. 2004. *Memory, History, Forgetting*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

Rodrigues, Aurora. 2011. *Gente Comum - Uma História na PIDE*. Castro Verde: 100LUZ.

- Rodrigues, Francisco Amado, e Mariana Jacob Teixeira. 2012. *Museus Militares em Rede: Um Modelo de Gestão em Rede*. Lisboa: Colibri.
- Rodrigues, Francisco Martins. 1999. "História do fascismo e do antifascismo". *Política Operária*, junho de 1999.
- Rosas, Fernando. 1994. *O Estado Novo*. Vol. Volume VII. História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2007a. "Memória da violência e violência da Memória". Em *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, editado por João Madeira, Luís Farinha, e Irene Flunser Pimentel, 15–32. Lisboa: Esfera dos Livros.
- . 2007b. "Prefácio". Em *Vítimas de Salazar - Estado Novo e Violência Política*, editado por João Madeira, Luís Farinha, e Irene Flunser Pimentel, 15–32. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- . 2011. "A Escadaria do Aljube". Em *Aljube – A Voz das Vítimas*, editado por AA.VV., 11. Lisboa: Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea e Movimento Não Apaguem a Memória.
- . 2012. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta da China.
- . 2018. *História a História - África*. Lisboa: Tinta da China.
- Rosas, Fernando, e J. M. Brandão de Brito. 1996a. «António de Oliveira Salazar». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, II:861–76. Venda Nova: Bertrand Editora.
- , eds. 1996b. «Hermínio da Palma Inácio». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, I:456–57. Bertrand Editora.
- . 1996c. «José Dias Coelho». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, I:157. Venda Nova: Bertrand Editora.
- . 1996d. «Marcelo Caetano». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, I:110–12. Venda Nova: Bertrand Editora.
- , eds. 1996e. «Virgínia de Faria Moura». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, II:632–33. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Rothberg, Michael. 2000. *Traumatic Realism: The Demands of Holocaust in the Age of Representation*. Stanford: Stanford University Press.
- Salazar, António de Oliveira. 1943. *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*. Vol. III. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- Salema, Isabel. 2020. "Kiluanji Kia Henda vence projecto para memorial às vítimas da escravatura". *Público*, 2 de março de 2020. Acedido em 20 de julho, 2021. <https://www.publico.pt/2020/03/02/culturaipsilon/noticia/kiluanji-kia-henda-vence-projecto-memorial-vitimas-escravatura-1906199>.
- Samara, Maria Alice. 2016. "Espaços e redes de resistência na Grande Lisboa : a memória da Primeira República durante o Estado Novo". Em *Espaços, redes e sociabilidades: Cultura e política no associativismo contemporâneo*, por IHC - FCSH, 46–61. Lisboa: FCSH: IHC - Ebooks.
- . 2017. "Geografias da Resistência: A cidade e a Memória". Em *Memória e Património: Diálogos entre Brasil e Portugal*, editado por Charles Monteiro, Klaus Hilbert, e Paula Godinho, 49–63. Porto Alegre: Edipucrs.

- Sánchez-Carretero, Cristina. 2013. «Patrimonialización de espacios represivos: en torno a la gestión de los patrimonios incómodos en España». Em *Lugares de Represión, Paisajes de La Memoria. Aspectos Materiales y Simbólicos de la Cárcel de Carabanchel*, editado por Carmen Ortiz García, 42–71. Madrid: Catarata.
- Sandell, Richard. 2007. *Museums, Prejudice and the Reframing of Difference*. Londres e New York: Routledge.
- Saramago, José. 1966. *Os Poemas Possíveis*. Lisboa: Portugal Editora.
- Seghers, Pierre. 1974. *La Résistance et ses poètes: (France 1940 - 1945)*. Paris: Seghers.
- Sherman, Daniel J. 2006. "Naming and the Violence of Place". Em *Terror, Culture, Politics: Rethinking 9/11*, editado por Daniel J. Sherman e Terry Nardin, 121–48. Bloomington: Indiana University Press.
- Silberman, Neil, e Margaret Purser. 2012. "Collective Memory as Affirmation: People-Centered Cultural Heritage in a Digital Age". Em *Heritage and Social Media: Understanding heritage in a participatory culture*, editado por Elisa Giaccardi, 13–29. Londres e New York: Routledge.
- Silva, Sandra Patrícia de Jesus da. 2011. "Visita guiada: uma estratégia da educação museal". Trabalho de Projecto para obtenção de Grau de Mestre em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Tiago Matos. 2012. "O Texto dos Silêncios - para um tratamento qualitativo do não-dito". Em *Usos da Memória e Práticas do Património*, editado por Paula Godinho, 83–88. Colibri.
- Simine, Silke Arnold-de. 2013. *Mediating Memory in the Museum - Trauma, Empathy, Nostalgia*. Hampshire e New York: Palgrave Macmillan.
- Simon, Roger I. 2005. *The Touch of the Past: Remembrance, Learning, and Ethics*. New York: Palgrave Macmillan.
- . 2012a. "Museums, Civic Life, and the Educative Force of Remembrance". Em *Museum Studies - An Anthology of Contexts*, editado por Bettinna Messias Carbonell, 92–97. Hoboken, New Jersey: Wiley-Blackwell.
- . 2012b. "Remembering together: Social media and the formation of the historical present". Em *Heritage and Social Media: Understanding heritage in a participatory culture*, editado por Elisa Giaccardi, 89–106. Londres e New York: Routledge.
- Smith, Laurajane. 2006. *Uses of Heritage*. New York e Londres: Routledge.
- . 2012. "Discourses of heritage: implications for archaeological community practice". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online]*, Questões do tempo presente, maio. <http://nuevomundo.revues.org/64148>.
- . 2015. "Theorizing museum and heritage visiting". Em *The International Handbooks of Museum Studies: Museum Theory*, editado por Andrea Witcomb e Kylie Message., 459–84. New York: John Wiley & Sons Inc.
- Soares, João. 2001. Em *Tribunal da Boa-Hora*, por João Isidro. Coleção Lisboa Porta a Porta 24. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Soares, Manuela Goucha. 2016a. "A espantosa fuga da “mais sinistra cadeia da ditadura”". *Expresso*, 30 de setembro de 2016. Acedido em 1 de outubro, 2016. <https://expresso.pt/multimedia/2016-09-30-A-espantosa-fuga-da-mais-sinistra-cadeia->

da-ditadura.

- . 2016b. "Helena, dos calabouços da PIDE para as redes sociais". *Expresso*, 25 de dezembro de 2016. Acedido em 1 de julho, 2019. <https://expresso.pt/arquivos-expresso/2016-12-25-Helena-dos-calaboucos-da-PIDE-para-as-redes-sociais#gs.7w4mpMI>.
- . 2019. "30 mil nomes de presos políticos para lutar contra a demência coletiva". *Expresso*, 24 de abril de 2019. Acedido em 10 de outubro, 2020. <https://leitor.expresso.pt/diario/quarta-27/html/caderno1/temas-principais/30-mil-nomes-de-presos-politicos-para-lutar-contr-a-demencia-coletiva>.
- Soares, Mário. 2011. Em *Aljube - a Voz das Vítimas*, por AA.VV., 7. Lisboa: Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea e Movimento Não Apaguem a Memória.
- Sodaro, Amy. 2018. *Exhibiting Atrocity: Memorial Museums and the Politics of Past Violence*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Soromenho-Marques, Viriato. 2018. "José Manuel Tengarrinha (1932-2018): O Homem que amava a verdade e não sabia odiar". *Diário de Notícias*, 30 de junho de 2018. Acedido em 10 de julho, 2021. <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/viriato-soromenho-marques/jose-manuel-tengarrinha-1932-2018-o-homem-que-amava-a-verdade-e-nao-sabia-odiar-9532400.html>.
- Sousa, Fr. João de. 1789. *Vestígios da língua árabe em Portuga ou Lexicon Etymologico das palavras e nomes portuguezes que tem origem arabica*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Sousa, Paulo Silveira e, António J. Ramalho, e Octávio Gameiro. 2016a. *Cronologias do Portugal Contemporâneo 1960-1969*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- . 2016b. *Cronologias do Portugal Contemporâneo 1970-1979*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Soutelo, Luciana de Castro. 2015. "A memória pública do passado recente nas sociedades ibéricas. Revisionismo histórico e combates pela memória em finais do século XX". Tese de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Swart, Mia. 2008. "Name Changes as Symbolic Reparation after Transition: the Examples of Germany and South Africa". *German Law Journal* 9 (2): 105–28.
- Taylor, Diana. 2009. "O trauma como performance de longa duração". *O Percevejo Online*, 2009. <http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/512>.
- Teixeira, Alfredo. 2006. "Porto perde Museu Militar para o Mosteiro da Serra do Pilar". *Diário de Notícias*, 13 de julho de 2006. Acedido em 20 de agosto, 2016. <https://www.dn.pt/arquivo/2006/porto-perde-museu-militar-para-o-mosteiro-da-serra-do-pilar-643303.html>
- Till, Karen E. 2008. "Artistic and activist memory-work: Approaching place-based practice". *Memory Studies*, n. 1: 99–113.
- Torga, Miguel. 1999. *Diário Vols. I-IV*. Amadora: Publicações Dom Quixote.
- Traverso, Enzo. 2012. *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*. Traduzido por Tiago Avó. Lisboa: Unipop.
- TSF. 2017. "Parlamento unânime na defesa da requalificação da Fortaleza de Peniche", 3 de abril de 2017. Acedido em 10 de março, 2018.

<https://www.tsf.pt/politica/interior/parlamento-unanime-na-defesa-da-requalificacao-da-fortaleza-de-peniche-5773894.html>.

- Tumarkin, Maria. 2005. *Traumascapes: The Power and Fate of Places Transformed by Tragedy*. Melbourne: Melbourne University Press.
- Turnbridge, John E., e Gregory J. Ashworth. 1996. *Dissonant Heritage: The Management of the Past as a Resource in Conflict*. New York: Wiley.
- Turner, Cathy. 2004. "Palimpsest or Potential Space? Finding a Vocabulary for Site-Specific Performance". *New Theatre Quarterly* 20 (4): 373–90.
- União de Resistentes Antifascistas Portugueses. 2021 *Elas estiveram nas prisões do fascismo*. Lisboa: URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses.
- Uzzell, David, e Roy Ballantyne. 1998. "Heritage that hurts: interpretation in a post-modern world". Em *Contemporary Issues in Heritage and Environmental Interpretation: Problems and Prospects*, editado por David Uzzell e Roy Ballantyne, 152–71. Norwich: The Stationary Office.
- Veiga, Francisco Motta. 2012. "Museu do Aljube - Programa Museológico".
- Veiga, Manuel, Alfredo Caldeira, Domingos Abrantes, Fernando Rosas, Henrique Cayatte, Inês Quintanilha, e Luís Farinha. 2015. "Resistência e Liberdade". Em *Museu do Aljube - Resistência e Liberdade*, por Alfredo Caldeira, Fernando Rosas, e Luís Farinha, 1. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Ventura, António. 2001. *Memórias da Resistência. Literatura autobiográfica da resistência ao Estado Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
- Vicente, Sérgio. 2017. "Escultura e re-simbolização do espaço público no pós-25 de Abril: a evocação de "Os Perseguidos" em Almada". *Convocarte Arte Pública* (1): 135–53.
- Vidal, Fernando, e Nélia Dias, eds. 2016. *Endangerment, Biodiversity and Culture*. Londres e New York: Routledge.
- Viegas, Susana. 2014. «Aesthetical Divide: A Study on Susana de Sousa Dias». *Revista de Literatura, História e Memória*, Dossiê Ditaduras, memórias e suas representações artísticas, 10 (15): 9–17.
- Viejo-Rose, Dacia. 2013. "Patrimonio Cultural Armado: La Violencia Cultural y Simbolica". Em *Lugares de Represión, Paisajes de La Memoria. Aspectos Materiales y Simbólicos de la Cárcel de Carabanchel*, editado por Carmen Ortiz García, 21–27. Madrid: Catarata.
- Villada, Valeria Posada. 2018. "When Memories Become Duty: The Memory House Museum in Medellín and The Space of Memory and Human Rights in Buenos Aires". Dissertação de Mestrado em Museum Studies, Universiteit van Amsterdam. <http://babel.banrepcultural.org/cdm/ref/collection/p17054coll23/id/1022/>.
- Visão. 2013. "Monumento a Palma Inácio", 2 de maio de 2013, 1052 edição.
- "Visita ao Porto dias 3 e 4 de junho". 2021. *Boletim da URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses*, 4, n. 165: 3.
- Wilde, Alexander. 1999. «Irruptions of Memory: Expressive Politics in Chile's Transition to Democracy». *Journal of Latin American Studies* 32 (2): 473–500.
- Williams, Paul. 2007. *Memorial Museums – The Global Rush to Commemorate Atrocities*. New

York: Berg.

Winter, Jay. 1999. "Forms of kinship and remembrance in the aftermath of the Great War". Em *War and Remembrance in the Twentieth Century*, editado por Jay Winter e Emmanuel Sivan, 40–60. Cambridge: Cambridge University Press.

Young, James E. 1988. *Writing and Rewriting the Holocaust: Narrative and the Consequences of Interpretation*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.

———. 1992. "The Counter-Monument: Memory against Itself in Germany Today". *Critical Inquiry* 18 (2): 267–96.

———. 1993. *The Texture of Memory – Holocaust Memorials and Meaning*. New Haven: Yale University Press.